

6

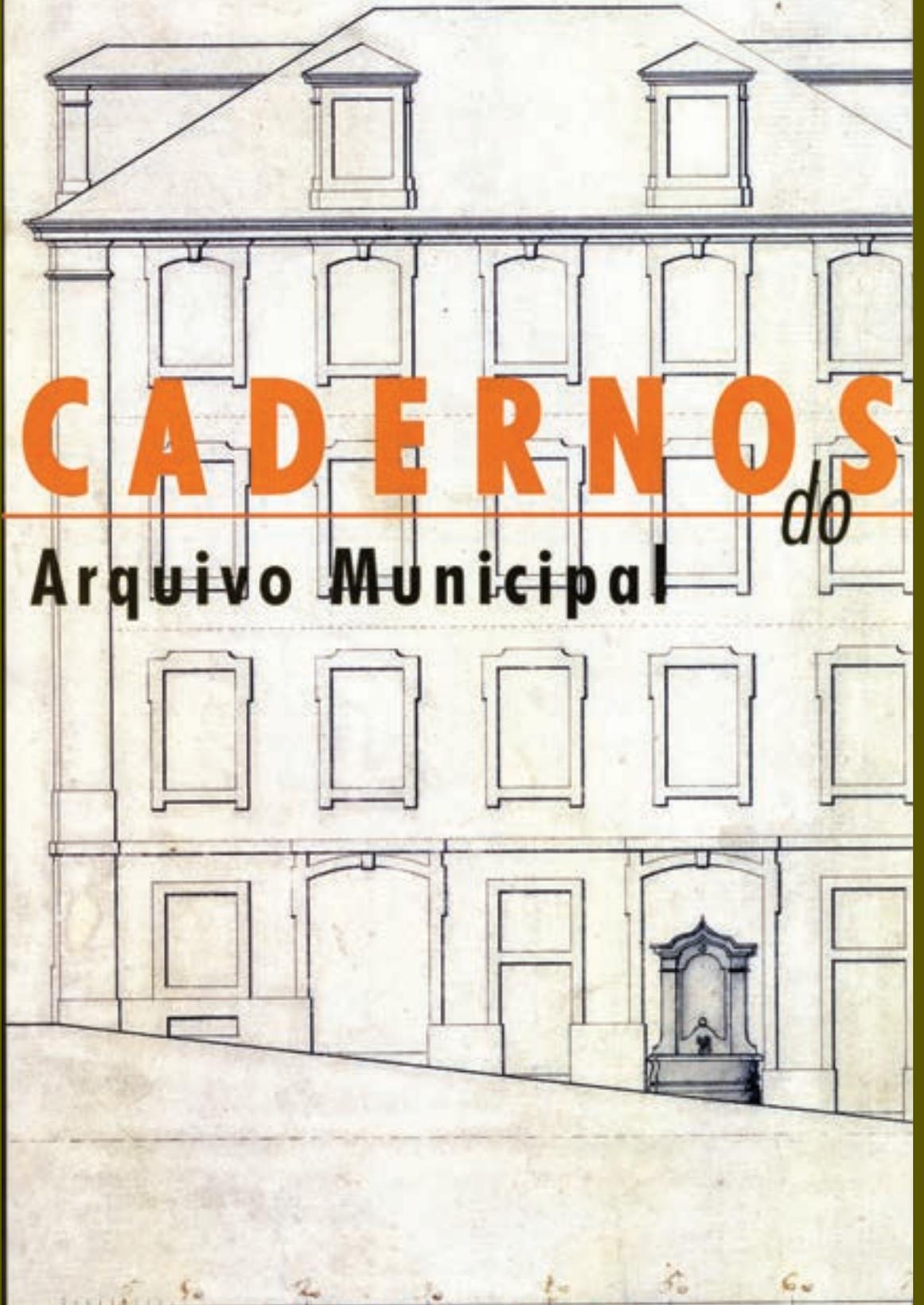


quadrado do
Projeto do caseiro do M. M. Ex. M. de
Albuquerque, no âmbito da obra do M. M.
de 1800.

CADERNOS

do

Arquivo Municipal



2002

Câmara Municipal de Lisboa
Pelouro da Cultura/Direcção Municipal da Cultura/Departamento de Bibliotecas e Arquivos
Divisão de Gestão de Arquivos

CADERNOS

Arquivo Municipal *do*

CADERNOS

Arquivo Municipal *do*

CADERNOS **Arquivo Municipal** *do*

Nº6 - 2002

Propriedade

Câmara Municipal de Lisboa/Pelouro da Cultura
Departamento de Bibliotecas e Arquivo
Divisão de Gestão de Arquivos

Direcção

Inês Morais Viegas

Coordenação

Alexandre Arménio Tojal
Miguel Gomes Martins

Redacção

Alexandre Arménio Tojal
Cláudia Castelo
Inês Morais Viegas
Isabel Almeida
Isabel Silva
Luis Pavão
Miguel Gomes Martins
Paula Figueiredo
Rosa Ávila

Design Gráfico

Margarida Aires Barros
Marília Afonso Lopes

Fotografias

Luis Fradinho

Capa

Cartulário Pombalino

Pré-Impressão

Jacinto Guimarães, Lda

Impressão

António Coelho Dias, S.A.

Tiragem

1500 exemplares

Depósito Legal:

ISSN:

Neste sexto número dos Cadernos do Arquivo Municipal, a Divisão de Gestão de Arquivos presta homenagem à Dr^a Maria de Lurdes Ribeiro da Silva, pela qualidade científica que imprimiu em todos os seus trabalhos e por ter sido a primeira e grande mentora desta publicação.

ÍNDICE

Editorial Inês Morais Viegas	9
Os Alvernazes: Um percurso familiar e institucional entre finais de Duzentos e inícios de Quatrocentos Miguel Gomes Martins	10
O Arquitecto da Cidade: de Teodósio de Frias a Malaquias Ferreira Leal. Contornos de um cargo político Alexandre Arménio Tojal	44
Serviço Geral de Beneficência Cláudia Castelo	64
O inventário do Equipamento Fotográfico no Arquivo Fotográfico Municipal - Alguns Modelos Representativos para a História da Técnica Fotográfica Paula Figueiredo	78
Estagiários no Arquivo Fotográfico Municipal Isabel Silva Luis Pavão	90
O Arquivo Municipal de Lisboa no tempo. Modelos de Gestão e Organização Inês Morais Viegas	100
Índice das Actas das Sessões de Câmara do Ano de 1861 Isabel Almeida Rosa Ávila	112

APRESENTAÇÃO

À data de publicação deste Caderno, o Arquivo Municipal encontra-se encerrado. Depois de 18 anos de localização “provisória” nas caves de um edifício de habitação social no Alto da Eira, a inadequação do espaço em termos ambientais determinou o seu encerramento imediato, por motivos de saúde pública e de salvaguarda dos seus funcionários e utentes.

Agora, a prioridade máxima é a de encontrar uma alternativa para a instalação do segundo maior arquivo do país, logo a seguir ao Instituto Nacional/Torre do Tombo. A complexidade dos procedimentos de mudança, a contratação de uma minuciosa operação de expurgo de todo o espólio em depósito no Arquivo, o transporte com condições especiais de segurança, a identificação de toda a documentação de forma a manter a ordem original da mesma, obriga a um esforço enorme de toda a equipa envolvida.

Embora essencial, o seu enorme custo e a sua pouca visibilidade são factores por vezes determinantes para a sua desclassificação na escala das prioridades e só assim se explica o arrastamento desta situação por tanto tempo.

Em resposta à emergência, encontrou-se já um local onde poderá funcionar o Arquivo Municipal, até que o projecto de construção de um edifício para a Biblioteca Central e Arquivo Municipal esteja concluído, ainda durante a vigência do mandato deste executivo.

Apesar das dificuldades já citadas, o Arquivo Municipal manteve a sua actividade e foram asseguradas, a par da transferência provisória do Arquivo intermédio e histórico: a avaliação, selecção e eliminação de séries documentais; a preparação do *interface* para o acesso via internet das bases de dados; o desenvolvimento do módulo de sala de leitura; o carregamento de milhares de processos acumulados nos últimos 5 meses nos diferentes serviços da C.M.L.; o tratamento documental, a montagem de exposições e por fim, a reavaliação do programa-base para a construção de um novo edifício.

Com este novo número dos Cadernos de Arquivo pretende-se prosseguir a divulgação do espólio do Arquivo Municipal de Lisboa, após o tratamento documental, através de diferentes artigos de investigação.

Maria Manuel Pinto Barbosa

Vereadora da Cultura

Os Alvernazes

Um percurso familiar

e institucional entre finais

de Duzentos e inícios

de Quatrocentos

Miguel Gomes Martins

Introdução: Consequência do interesse crescente pelo estudo das elites urbanas de algumas das principais cidades portuguesas, os últimos anos têm assistido ao surgimento de um importante conjunto de trabalhos e de projectos de investigação dedicados ao tema¹. Contudo, a cidade de Lisboa tem sido deixada um pouco à margem de todo este processo, pelo que as suas elites continuam ainda sem ser objecto de uma análise aprofundada. Exceptuam-se alguns casos isolados, como os trabalhos de Maria Filomena Andrade e de Joel Mata sobre os mosteiros, respectivamente, de Chelas e de Santos² – que fornecem importantes elementos para o conhecimento das elites religiosas – e os nossos estudos sobre as famílias Palhavã³, Pão e Água⁴ e Filipe, este último centrado na figura de Estêvão Vasques Filipe e no seu fulgurante percurso militar⁵.

Assim, na sequência destes três últimos trabalhos e por forma a conhecer um pouco melhor algumas das famílias e figuras que davam corpo à administração municipal lisboeta, dirigimos a nossa atenção para os Alvernazes, família que, ao longo do período de pouco mais de cem anos, dificilmente pode ser dissociada da História de Lisboa, facto, por si só, revelador da sua importância e, em última análise, um dos motivos que levou a que a escolhessemos como objecto de estudo.

Este não é, contudo, um tema totalmente desconhecido. Vários foram os autores, como Armando Luís de Carvalho Homem⁶, Maria Filomena Andrade⁷ e Mário Jorge Barroca⁸, que dedicaram já alguma atenção a membros desta família. Porém, parece-nos que muito há ainda para descobrir e para esclarecer a este respeito.

Assim, além da tentativa de reconstituição genealógica, procurámos descortinar os percursos dos membros da linhagem e as formas como se relacionavam com as instituições que regulavam os destinos da cidade, influenciando-as e integrando-as. Considerámos também da maior importância identificar de que modo esta família interagiu com outras, ora procurando alianças, ora isolando-se ou entrando em confronto, porém, sempre com o intuito claro de encontrar as melhores formas de fazer valer os seus interesses e de cimentar o seu vasto poder.

¹ Recentemente foram publicadas as actas relativas ao Colóquio *Elites e Redes Clientelares na Idade Média: Problemas Metodológicos*, ed. de Filipe Themudo Barata, Lisboa, Livros Colibri/Universidade de Évora, 2002, realizado pelo Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora e que, de certa forma, apresentam o estado actual do conhecimento sobre esta temática. Aliás, os estudos relativos às elites urbanas eborenses têm estado particularmente activos graças ao Projecto PRAXIS XXI “Elites e Redes Clientelares na Idade Média. Uma observação centrada em Évora”.

² Maria Filomena Andrade sobre o mosteiro de Chelas (*O Mosteiro de Chelas: Uma Comunidade Feminina na Baixa Idade Média. Património e Gestão*, Cascais, Patrimónia, 1996) e Joel Mata sobre o cenóbio de Santos-o-Velho (*A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago: A Comenda de Santos na Idade Média*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, Dissertação de Mestrado policopiada). Neste momento encontra-se em curso um estudo dedicado aos membros do cabido da Sé de Lisboa, da autoria de Mário Fareló, que, quando concluído, poderá fornecer importantes elementos para o conhecimento de uma das mais significativas elites eclesíásticas da Lisboa Medieval.

³ Miguel Gomes Martins, “A família Palhavã (1253-1357): Elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval”, Separata da *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXII (1997-1998), Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras-Instituto de História Económica e Social, 1999, pp. 35-93.

⁴ Miguel Gomes Martins, “Estêvão Cibrães e João Esteves: A família Pão e Água em Lisboa (1269-1342)”, in *Arqueologia e História*, Vol. 53, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses - Colibri, 2001, pp. 67-74.

⁵ Miguel Gomes Martins, “Estêvão Vasques Filipe: O percurso de um guerreiro em finais de Trezentos”, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, nº 5, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001, pp. 10-47.

⁶ Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1325-1433)*, Porto, INIC, 1990, pp. 272, 288 e 366.

⁷ Maria Filomena Andrade, *op. cit.*, pp. 122, 125 e 129.

⁸ Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Vol. II, Tomo 2, Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, pp. 1799-1804.

⁹ Apesar de Leontina Ventura ter já demonstrado que o termo “linhagem” – pelo menos para o século XIII – será o que mais

Não se tratou, todavia, de uma tarefa isenta de problemas. Além da escassez de estudos sobre as famílias e figuras dominantes da Lisboa Medieval, muitos foram os obstáculos com que nos confrontámos e que passaram, por exemplo, pelos problemas levantados pela homonímia e pela dispersão da documentação. Para ultrapassar esta última dificuldade contámos com os esclarecimentos e com as sugestões de quem, melhor do que nós, conhecia alguns dos fundos documentais com interesse para a elaboração deste estudo. Assim, cabe aqui uma palavra de profundo agradecimento e de amizade à Dr.^a Maria Filomena Andrade, à Dr.^a Maria de Lurdes Rosa, à Dr.^a Maria do Rosário Morujão, à Dr.^a Isabel Branquinho, ao Dr. Luís Filipe Oliveira, ao Dr. Mário Farelo e ao nosso colega Dr. Luís Miguel Rêpas, que nos facultaram importantes informações sobre alguns dos membros desta família, contribuindo, assim, para o resultado que agora se apresenta.

As primeiras referências (1280 - 1297) As referências mais recuadas à família⁹ Alvernaz remontam a finais do século XIII, nas pessoas de Martim Peres Alvernaz e de seu filho Gil Martins Alvernaz, identificados pela documentação como vizinhos de Beja. Encontramo-los registados a efectuar dois escambos nessa cidade – em 1280, recebendo uma vinha e campo - e em 1286, trocando três casas por um herdamento no termo – com a igreja de Santa Maria de Beja, do padroado da Ordem de Avis¹⁰. Além destas transacções, Martim Peres Alvernaz e seu filho Gil Martins vendem ao rei, em 1287, diversas propriedades situadas em Almodôvar e no seu termo, por 150 libras¹¹.

Contudo, são documentos extremamente lacónicos quanto a informações biográficas, pois além de informarem tratar-se de pai e de filho, de referirem que ambos eram vizinhos de Beja e de mencionarem quais as propriedades escambadas, nada mais transmitem acerca destas duas personagens. Todavia, a avaliar pelos bens referidos em ambos os documentos, parece-nos que seriam detentores de uma riqueza patrimonial considerável.

A presença dos Alvernazes no Alentejo terá prosseguido ao longo das duas centúrias seguintes, conforme se encontra demonstrado por Maria Ângela Beirante, que os regista em Évora, na segunda metade do século XV. Contudo, as referências compiladas por esta autora são em número muito diminuto, pelo que depreendemos que o “ramo eborense” desta família teria – à altura – uma projecção muito reduzida¹².

Curiosamente – coincidência? – é também nos finais da centúria de Trezentos que se encontram as primeiras referências a membros da família Alvernaz na cidade de Lisboa. Estas remontam a 1297, altura em que a documentação atesta Domingos Miguéis Alvernaz a testemunhar o arrendamento feito por Maria Anes a Maria Martins – mulher do reposteiro-mor do rei, Estêvão Anes – de duas courelas de vinha em Alhos Vedros¹³.

Se bem que não passe de uma suposição, parece-nos que Domingos Miguéis seria o pai de

se aproxima do actual conceito de família (Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997, Dissertação de Doutoramento policopiada, p. 179), optámos por utilizar indiscriminadamente ambos os termos, já que o âmbito cronológico deste estudo ultrapassa em mais de um século os finais da centúria de Duzentos.

¹⁰ IAN-TT, S. Bento de Avis, M 2, docs. 193 e 262, respectivamente.

¹¹ IAN-TT, Gavetas da Torre do Tombo, Gaveta XII, M 7, doc. 12.

¹² Maria Ângela Beirante, *Évora Medieval*, Lisboa, Fundação para a Ciência e Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 189.

¹³ Maria do Rosário Barbosa Morujão, *Um Mosteiro Cisterciense Feminino: Santa Maria de Celas (Séculos XIII a XV)*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, no prelo, doc. 149.

¹⁴ Entre as testemunhas do acto encontra-se Rodrigo, homem de Pedro Domingues Alvernaz (IAN-TT, Convento da Graça,

Pedro Domingues Alvernaz, o mesmo indivíduo que, em 1304 e com sua mulher Elvira Afonso, doou ao Convento da Graça diversas casas na freguesia de S. Mamede e casas, vinhas, oliveiras e ferragiais situadas nas imediações desse mosteiro – numa zona que se identifica com o actual Caracol da Graça –, porém, todas elas com reserva do usufruto. Em contrapartida, o cenóbio deveria manter acesa uma lâmpada e rezar duas missas diárias e sufrágios de aniversário pelas almas de ambos os doadores¹⁴.

Por se tratar de referências isoladas, não possuímos qualquer forma de relacionar Domingos Miguéis Alvernaz e Pedro Domingues com Martim Peres ou com o filho deste, Gil Martins Alvernaz. Por outro lado, é muito possível – face ao patronímico – que Domingos Miguéis fosse também pai de João Domingues - referido uma única vez, em 1328, como alvazil do concelho de Lisboa¹⁵ - e de Martim Domingues Alvernaz, sobre quem nos debruçaremos mais à frente neste estudo.

Margarida Alvernaz (a. 1307 - post. 1327) A referência que cronologicamente se segue reporta-se a Margarida Alvernaz, identificada pelo conde D. Pedro como *ua boa dona de Lisboa* – entenda-se: rica –, casada com o almirante-mor Nuno Fernandes Cogõminho. Este havia, antes, sido casado com Aldara Vasques Pimentel. Porém, deste consórcio não resultou qualquer descendência¹⁶.

O casamento com Margarida Alvernaz terá tido lugar antes de 1307, pois no dia 23 de Agosto desse ano adquirem ambos o Campo de Monfalim, situado no termo de Lisboa¹⁷. Foram os instituidores da Capela de Nossa Senhora da Piedade da Terra Solta (actual Capela da Misericórdia), na Sé de Lisboa¹⁸. A escolha deste local para a fundação da capela não será estranha ao facto de D. Nuno ter um irmão, Gonçalo Fernandes Cogõminho, cônego deste templo¹⁹.

Do casamento nasceram Maria Nunes, Fernão Nunes e Inês Nunes²⁰. A primeira casou com D. Afonso de Aragão, neto do rei de Aragão e filho de D. Pedro de Aragão e de D. Constança Mendes Petite. Quanto ao segundo, terá casado com D. Isabel Fernandes, filha de Fernão Vasques Pimentel. Relativamente a Inês Nunes, José Augusto Pizarro assinala-a, em 1326, como priora do convento de Celas, de Coimbra²¹.

Em 1318, dois anos após a morte do almirante²², Margarida Alvernaz e sua filha Maria

Livro 1, fls. 20-21).

¹⁵ IAN/TT, S. Domingos de Lisboa, Livro 4, fl. 192.

¹⁶ *Portugaliae Monumenta Historica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Vol. II/1, Edição Crítica por José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências, 1980, p. 356.

¹⁷ José Augusto de Sottomayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, Vol. 2, pp. 63-64.

¹⁸ José Augusto de Sottomayor Pizarro, *op. cit.*, Vol. 2, pp. 63-64.

¹⁹ A sua condição de clérigo não o impediu de ter diversos filhos de uma “boa dona” de Lisboa, cujo nome não é conhecido dos linhagistas (José Augusto de Sottomayor Pizarro, *op. cit.*, Vol. 2, p. 65).

²⁰ Esta não se encontra mencionada no “Livro de Linhagens do Conde D. Pedro”.

²¹ José Augusto de Sottomayor Pizarro, *op. cit.*, Vol. 2, pp. 64-65.

²² Assinale-se que os seus testamenteiros foram o infante D. Afonso (futuro D. Afonso IV) e João Anes Cota (José Augusto de Sottomayor Pizarro, *op. cit.*, Vol. 2, p. 64).

Nunes mandam entregar a sua quinta de Monfalim ao convento de Alcobaça, que até aí tinha sido detida, em regime de préstamo, por D. Branca e D. Sancha Fernandes Cogominho, irmãs de Nuno Fernandes²³.

Margarida Alvernaz terá falecido depois de 1327²⁴ e foi sepultada, muito provavelmente à semelhança de Nuno Fernandes Cogominho, na capela que com ele havia fundado na catedral lisboeta²⁵. Actualmente ainda se encontra no local o sarcófago onde terá jazido²⁶. Trata-se de um túmulo composto por arca funerária – na qual se encontram as armas dos Cogominho alternadas com as dos Alvernazes²⁷ – e tampa com estátua jacente. Segundo Carla Varela Fernandes, D. Margarida surge-nos com “rosto triste e sem vida, com os olhos profundamente cavados, as pálpebras espessas e a boca curva no sentido descendente”, o que transmite “a ideia de alguém que já fez a passagem e que não dorme nem espera o grande *Dia*. Está irreversivelmente morta, sem anjos que guiem a sua alma ... Cobre a cabeça com um véu curto e soqueixado, próprio de mulher casada e recatada, ou de religiosa professa ... Aos pés um pequeno cão, adornado com coleira de guizos, coloca uma das patas dianteiras sobre a outra, num gesto de repouso e serenidade protectora”²⁸.

Desconhecemos qual o grau de parentesco entre Margarida Alvernaz e os dois Alvernazes, vizinhos de Beja. Contudo, é provável que se tratem de dois ramos distintos de uma mesma família, cuja origem pode estar tanto em Beja como em Lisboa, mas cujos dados de que dispomos em nada contribuem para o seu esclarecimento.

Do mesmo modo, não é conhecida qualquer ligação entre D. Margarida e D. Maria “a do Alvernaz”, mencionada em Abril de 1321 como tendo sido proprietária de umas casas em Lisboa, junto da Sé²⁹. O facto de esta senhora ser identificada como “a do Alvernaz” pode ser indicador de uma ligação matrimonial com um membro desta família.

Também não nos foi possível identificar qualquer grau de parentesco com Domingos Miguéis ou com Martim, João e Pedro Domingues Alvernaz, embora, pelas cronologias, seja possível tratar-se, respectivamente, de pai e irmãos, ou de tio e primos de D. Margarida Alvernaz, podendo a acima referida D. Maria ser mulher de qualquer um destes e, como tal, mãe, irmã, tia ou prima de D. Margarida.

²³ Leontina Ventura, *op. cit.*, Vol. II, p. 637.

²⁴ José Augusto de Sottomayor Pizarro, *op. cit.*, Vol. 2, p. 64.

²⁵ Nada garante que Nuno Fernandes tenha sido sepultado na Sé de Lisboa, embora esta se afigure como a hipótese mais provável (Carla Varela Fernandes, *Memórias de Pedra: Escultura Tumular Medieval da Sé de Lisboa*, Lisboa, IPPAR, 2001, pp. 82 e 84).

²⁶ Sobre o túmulo de D. Margarida Alvernaz, cf. Carla Varela Fernandes, *op. cit.*, pp. 82-87.

²⁷ As armas dos Alvernazes são: “Escudo esquartelado de: os primeiros e quarto de azul, com um carrapeteiro de prata; e o segundo e terceiros iguais aos anteriores mas com os esmaltes das peças e do campo trocados” (Mário Jorge Barroca, *op. cit.*, Vol. II, Tomo 2, p. 1802).

²⁸ Carla Varela Fernandes, *op. cit.*, p. 84.

²⁹ *Documentos da Biblioteca Nacional Relativos a Lisboa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1935, doc. 3, p. 5.

³⁰ *Posturas do Concelho de Lisboa (Século XIV)*, Leitura paleográfica, nótula e vocabulário de José Pedro Machado, Lisboa, Sociedade da Língua Portuguesa, 1974, pp. 55-57.

Martim Domingues Alvernaz (1313 - 1317) O primeiro membro desta família com relações documentalmente comprovadas com o concelho de Lisboa é Martim Domingues Alvernaz, referido em 1316, aquando da elaboração de uma postura sobre a actividade dos tanoeiros, na qualidade de alvazil geral³⁰, cargo que ocupa nos dois anos seguintes³¹. Apesar do destaque de que seria detentor e que lhe valeu a ascensão ao importante lugar de alvazil, a documentação pouco mais acrescenta sobre a sua figura.

1316	Alvazis gerais	João Fernandes ³²
	Tesoureiro	Martim Domingues Alvernaz ³³ Vicente Martins Pão e Água ³⁴
1317	Alvazis gerais	Martim Domingues ³⁵ [Alvernaz] João Fernandes ³⁶
	Alvazis	Gil Martins ³⁷ Martim Domingues ³⁸ [Alvernaz]

Se bem que nada seja dito a esse respeito, é possível – veja-se o patronímico – filia-lo no atrás referido Domingos Miguéis Alvernaz, pelo que poderia também ser irmão de Pedro Domingues. A cronologia permite ainda colocar a hipótese, como vimos, de Martim Domingues ser irmão, ou primo, de D. Margarida Alvernaz. Porém, mais uma vez, temos que permanecer no plano das conjecturas, pois não encontrámos quaisquer referências documentais que possam alicerçar esta hipótese.

Do mesmo modo, a relação com a freguesia da Sé – visível num documento datado de 1313, no qual surge a testemunhar a venda de uma casa em Lisboa, junto da catedral³⁹ – poderá indiciar algum grau de parentesco com a acima referida D. Maria, que sabemos ter sido proprietária de casas nessa freguesia e que pode perfeitamente ter sido sua mulher, ou mesmo – a cronologia de ambos permite que a hipótese seja colocada – sua mãe.

³¹ Apesar de se encontrar apenas referido como Martim Domingues, parece-nos tratar-se de Martim Domingues Alvernaz (AML-AH, Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 13 e IAN-TT, S. Domingos de Lisboa, Livro 14, fl. 239).

³² *Posturas do Concelho de Lisboa (Século XIV)*, op. cit., p. 55.

³³ *Posturas do Concelho de Lisboa (Século XIV)*, op. cit., p. 55.

³⁴ *Posturas do Concelho de Lisboa (Século XIV)*, op. cit., p. 55. Encontra-se identificado apenas como Vicente Martins em AML-AH, Livro I de Quitações e Desistências, doc. 1.

³⁵ AML-AH, Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 13. Parece-nos claro tratar-se de Martim Domingues Alvernaz, por este estar identificado no ano anterior.

³⁶ AML-AH, Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 13.

³⁷ IAN-TT, S. Domingos de Lisboa, Livro 14, fl. 239.

³⁸ IAN-TT, S. Domingos de Lisboa, Livro 14, fl. 239.

³⁹ Trata-se da venda de uma casa, na freguesia da Sé, em Lisboa feita por Maria Fernandes, viúva de Vasco Fernandes da Baleia, a Maria Martins (IAN-TT, S. Bento de Avis, M 3, doc. 339). Registe-se que a relação desta família com a freguesia da Sé irá manter-se, pelo menos, até aos primeiros anos da centúria de Quatrocentos (IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 64, doc. 1280).

⁴⁰ Mário Barroca adianta a possibilidade de Martim Alvernaz ser irmão de D. Margarida Alvernaz, a segunda mulher de Nuno Fernandes Cogominho, registada, pela última vez, em 1327. Por Martim Alvernaz se encontrar documentado para um período

Martim Alvernaz I (1342 - c. 1370) Registado entre 1342 e cerca de 1370, Martim Alvernaz é mais um dos membros desta família cuja ascendência não nos foi possível descortinar, embora seja possível tratar-se – como foi já proposto por Mário Barroca – de um sobrinho de D. Margarida Alvernaz. Esta hipótese apresenta-se, no entanto, como uma mera conjectura sustentável apenas pela cronologia apresentada por ambos⁴⁰.

Assinale-se ainda que, apesar de os nomes poderem sugerir essa hipótese, não se trata nem de Martim Peres Alvernaz (1280-1286) nem de Martim Domingues Alvernaz (1313-1317), possibilidade afastada à partida pelos períodos de tempo durante os quais se encontram documentalmente atestados. Contudo, é possível que seja filho deste Martim Domingues o que, de certo modo, se compagina, não só com as cronologias apresentadas por ambos, como pela relação estreita com o concelho de Lisboa.

A primeira vez que as fontes mencionam Martim Alvernaz remonta a Julho de 1342, surgindo então na qualidade de almotacé-mor de Lisboa, como uma das testemunhas presentes na nomeação das autoridades locais dos lugares de Santo António e de Estrada (c. Loures), onde também esteve presente o seu filho Afonso Martins Alvernaz⁴¹. O facto de ocupar esse cargo sugere a possibilidade de, em data anterior, ter sido membro do concelho de Lisboa⁴². Porém, a sua passagem pelos lugares superiores das magistraturas concelhias antes de 1342 não terá deixado qualquer rasto na documentação.

As referências documentais ao seu percurso são em número relativamente reduzido e espaçadas por grandes períodos de tempo, motivo pelo qual só o voltamos a encontrar em 1351. Porém, de forma surpreendente – pois nada parecia apontar nesse sentido – não surge em Lisboa, mas sim em Tavira, na qualidade de corregedor no Algarve! A sua escolha para o cargo terá ocorrido entre finais de Maio – altura em que o convento de S. Vicente de Fora lhe empraza uma albergaria no termo de Óbidos e em cuja carta de emprazamento não é ainda referenciado como corregedor – e finais de Julho, altura em que solicita, já em Tavira, um traslado daquele contrato⁴³. Ter-se-á mantido nessa magistratura, pelo menos até Agosto de 1353⁴⁴.

Depois disso, em Junho de 1355 e sem que seja mencionado como detentor de qualquer cargo municipal, a documentação atesta-o entre os presentes na reunião do concelho de Lisboa que estipulou o lançamento de sisa sobre o vinho, de forma a cobrir as despesas feitas com as obras de reparação das estruturas fixas de defesa da cidade⁴⁵.

O último registo da sua presença em Lisboa data de Agosto de 1358, quando é nomeado pelo concelho para depor acerca de uma contenda que opunha a cidade ao convento de S. Vicente

posterior, isto é, entre 1342 e 1370, não nos parece provável que fossem irmãos. Porém, o mesmo autor sugere ser muito possível que se trate de um seu sobrinho (Mário Jorge Barroca, *op. cit.*, Vol. II, Tomo 2, p. 1802), hipótese que, face aos dados de que dispomos e à cronologia de ambos, nos parece bastante mais viável.

⁴¹ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 3.

⁴² Marcelo Caetano, *A Administração Municipal de Lisboa Durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 40

⁴³ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 2ª Inc., Cx 17, doc. 119.

⁴⁴ IAN-TT, Suplementos de Cortes, M 1, doc. 13.

⁴⁵ AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6.

⁴⁶ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 11.

de Fora, relativamente à jurisdição sobre a aldeia do Tojal (c. Loures)⁴⁶. O seu nome encontra-se entre os de muitas outras figuras ligadas à gestão concelhia – das quais se destacam João Anes Palhavã, Afonso Anes de Almada, João das Regras, Afonso Colaço, Afonso Martins Alvernaz e Vasco Afonso Carregueiro –, o que corrobora não só a imagem que já tínhamos da sua importância no seio das elites dirigentes da cidade, como uma mais que provável experiência na gestão concelhia e que a documentação, escassa sobre o seu percurso, não reflecte. Contudo, sem que haja qualquer motivo que o explique, o seu depoimento não chega nunca a ser recolhido, pelo que é possível que se encontrasse fora Lisboa nesse final de 1358, à semelhança, aliás, do que acontecia com seu filho Afonso Martins Alvernaz que, à altura, desempenhava o cargo de juiz em Coimbra, sendo de equacionar a possibilidade de ter regressado ao Algarve, onde continuaria como corregedor.

O seu *cursus honorum* vai aproximá-lo ainda mais dos meandros da corte régia. Neste sentido, vamos encontrá-lo, na qualidade de sobrejuiz, como subscritor de diversas cartas régias: uma datada de Novembro de 1362 e elaborada em Coimbra⁴⁷, outra de Maio de 1363 e outra de Novembro de 1366⁴⁸.

O percurso de Martim Alvernaz I levou-o ainda à cidade de Coimbra, tendo sido, enquanto sobrejuiz, o principal responsável pela coordenação das obras levadas a cabo nas muralhas dessa cidade durante os primeiros anos do reinado de D. Fernando⁴⁹. A sua intervenção neste empreendimento encontra-se atestada através de uma lápide mandada lavar posteriormente, muito provavelmente por seu filho Afonso Martins Alvernaz, na qual se ostentam dois brasões da família⁵⁰. Segundo Mário Barroca, que estudou atentamente esta lápide, ela revela mais uma intenção de “memorizar o papel de Martim Alvernaz nas obras régias do que comemorar a iniciativa do monarca”⁵¹.

A nomeação para o cargo de sobrejuiz afigura-se-nos, assim, como o corolário de uma carreira ascendente, iniciada nos meandros da gestão municipal lisboeta. Porém, trata-se de um *cursus honorum* escassamente documentado, ao contrário do que sucede, por exemplo, com seu filho Afonso Martins. Além deste, a documentação leva-nos a atribuir-lhe a paternidade de Leonor Martins Alvernaz, registada em 1375 como sub-prioira do convento de S. Dinis de Odivelas⁵². Contudo, segundo informações inéditas fornecidas por Luís Miguel Rêpas, a existência, em altura próxima, de outras religiosas de nome Leonor Martins, não permite, para já, deslindar mais elementos biográficos seguros acerca desta personagem. Face à existência de um homónimo, registado em Lisboa para o mesmo período, parece-nos importante ressaltar a hipótese de Leonor Martins ser filha, não deste Martim Alvernaz I, mas sim do Martim Alvernaz II que a documentação assinala como tabelião.

⁴⁷ Maria do Rosário Barbosa Morujão, *op. cit.*, doc. 229.

⁴⁸ Armando Luís de Carvalho Homem, *op. cit.*, p. 366.

⁴⁹ Gouveia Monteiro regista as referências mais recuadas a esta obra em 29 de Julho de 1370 (João Gouveia Monteiro, *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média. Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*, Coimbra, Colibri-Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, p. 128).

⁵⁰ O texto da lápide – em adaptação nossa para que se torne mais facilmente perceptível – é o seguinte: ERA D[e mil] E QU[a] TROCE(n)TOS [e ...] ANOS PR[ime]i]RO DIA DE O MES [de i]JANEIRO O M[ui] NOBRE REI DOM F[er]NANDO FILHO DO [mui n]OBRE REI DOM [pedr]O MANDOU FAZ[er] [...] [...]O(n)RRA FE[Z] [AZER Per SEU MANDADO MARTIN ALVERNAZ SEU VAS(s)ALO E [s]OBRE IUIZ AO QUAL D(eu)S DE AL[...] E SUA GLORIA (Mário Jorge Barroca, *op. cit.*, Vol. II, Tomo 2, p. 1801)

⁵¹ Mário Jorge Barroca, *op. cit.*, Vol. II, Tomo 2, p. 1803.

⁵² IAN-TT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Cx 37, doc. 6.

⁵³ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 2ª Inc., Cx 17, doc. 119.

⁵⁴ Em 1399, Constança Afonso Alvernaz, filha de Afonso Martins Alvernaz I e neta de Martim Alvernaz I, disputava com a

As fontes informam-nos que Martim Alvernaz terá sido casado com uma senhora de nome Maria Anes – filha de João Vicente, de quem nada se sabe –, com quem se encontrava em 1351⁵³ e que, tudo o indica, terá sido a mãe dos seus dois filhos⁵⁴.

Assinale-se que a partir de 1384 encontramos referências a um outro Martim Alvernaz⁵⁵, o que, face à hipótese levantada por Mário Barroca – com a qual concordamos – de a lápide coimbrã parecer “encerrar um voto pelo bom destino da sua alma”⁵⁶, nos leva a acreditar tratar-se de um homónimo e não da mesma pessoa, como, aliás, teremos hipótese de demonstrar com mais pormenor mais à frente neste trabalho. Porém, os problemas de homonímia relacionados com os membros desta família não se ficam por aqui.

Martim Alvernaz II (1349 - 1351) Em Maio de 1349 encontramos referências a Martim Alvernaz, nos paços do concelho, porém, não como magistrado, mas sim na qualidade de tabelião⁵⁷! Ora, não tendo nós qualquer registo anterior da passagem de Martim Alvernaz pelo tabelionato, somos levados a equacionar diversas hipóteses. Em primeiro lugar, a possibilidade, pouco plausível, de se tratar de um erro do escrivão que, ao nomear as testemunhas do acto, em vez de escrever tabelião – referindo-se a Martim Amado, uma das outras testemunhas –, terá escrito tabeliães, incluindo, assim, nessa designação e inadvertidamente Martim Alvernaz.

Uma outra possibilidade seria a de, na realidade, Martim Alvernaz ter sido tabelião, o que se nos afigura, no mínimo, como uma situação estranha, pois não existe qualquer outra referência a um tabelião que tivesse assumido cargos cimeiros nas magistraturas concelhias da cidade de Lisboa⁵⁸. Contudo, se recordarmos o percurso de Martim Alvernaz I, verificamos não poder tratar-se da mesma pessoa, pois este, em 1350, encontrava-se no Algarve, na qualidade de corregedor.

Assim, estamos necessariamente em presença de um outro Martim Alvernaz, tabelião público, com actividade registada em 1349, 1350 e 1351⁵⁹ e que, pelo período durante o qual se

viúva de Estêvão Vasques Filipe a posse do morgado instituído por seu bisavô João Vicente (IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 55, doc. 1087). Ora, tendo o seu avô, Martim Alvernaz, sido casado com uma senhora de nome Maria Anes – portanto, filha de João –, é de aceitar a hipótese de o João Vicente em questão ser o pai de Maria Anes, avô de Constança Afonso, pelo que Afonso Martins Alvernaz I seria filho de Martim Alvernaz I e dessa Maria Anes.

⁵⁵ Fernão Lopes, *Chronica del Rei Dom João I da Boa Memória. Parte Primeira* (Reprodução facsimilada da Edição do Arquivo Histórico Português (1915) preparada por Anselmo Braamcamp Freire, com prefácio de Luís Filipe Lindley Cintra), Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1972, p. 305 e IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 33, doc. 643, respectivamente. Registe-se ainda que temos notícia de um terceiro Martim Alvernaz, atestado em 1485 (IAN-TT, S. Martinho de Sintra, Livro 1, fl. 58-60v).

⁵⁶ Mário Jorge Barroca, *op. cit.*, Vol. II, Tomo 2, p. 1803.

⁵⁷ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 12, doc. 3.

⁵⁸ Tomámos como base os elencos dos membros do concelho de Lisboa (alvazis, procuradores, juizes e vereadores), elaborado, essencialmente, com base na documentação do Arquivo Municipal de Lisboa e em alguns fundos do IAN-TT.

⁵⁹ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 12, doc. 3, IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 12, doc. 6 e IAN-TT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Cx 37, doc. 24, respectivamente.

⁶⁰ A investigação que levámos a cabo na documentação do mosteiro de S. Vicente de Fora não trouxe quaisquer outras informações que alargassem as balizas cronológicas relativas a esta personagem. Pelo contrário, os outros documentos que o

encontra atestado – uma investigação mais profunda poderá, eventualmente, alargá-lo⁶⁰ –, pode ser irmão de Martim Alvernaz I⁶¹.

Afonso Martins Alvernaz I (1340 - 1384) De todos os membros conhecidos desta família, é sobre Afonso Martins Alvernaz, morador e vizinho de Lisboa⁶², que possuímos mais elementos biográficos e cujo percurso é mais facilmente reconstituível, graças a uma faceta institucional bastante documentada. Isto apesar de existirem algumas dúvidas de difícil esclarecimento, sobretudo as que advêm dos lapsos temporais da documentação. Mas não é apenas essa vertente da sua vida que encerra problemas de reconstituição. No que concerne à sua vida privada, as dificuldades com que nos deparámos foram também em grande número e começaram a surgir logo que procurámos conhecer a sua filiação.

Pelo patronímico e pelas cronologias de que dispomos relativas a outros membros da família, existem várias hipóteses de filiação: em Martim Peres Alvernaz (1280-1286), em Martim Domingues Alvernaz (1313-1317) ou num dos dois Martim Alvernaz (1342-c. 1370) e (1349-1351) até agora identificados. Ora, sabendo da ligação de Martim Peres à cidade de Beja e da inexistência de qualquer vínculo com Lisboa, a primeira possibilidade fica, à partida, excluída. Quanto aos outros três, o facto de manterem uma estreita relação com a principal cidade do reino, onde – tal como Afonso Martins Alvernaz I – tiveram uma presença destacada, poderia ser indicador, à falta de outros elementos, da paternidade de Afonso Martins. Todavia, face aos dados de que dispomos, tudo parece apontar para que seja filho de Martim Alvernaz, situação que havia já sido sugerida – embora com algumas reticências – por Mário Barroca⁶³ e que, como veremos mais à frente, nos parece ser a mais acertada.

A primeira referência a Afonso Martins Alvernaz remonta ao dia 7 de Abril de 1340, quando surge indicado na documentação como procurador do concelho⁶⁴ aquando da publicação dos privilégios dos besteiros do conto de Lisboa⁶⁵. É na mesma qualidade que, no dia 6 de Maio do mesmo ano, elabora, com outros membros do concelho, uma postura sobre as fianças que os estalajadeiros, cambistas, ourives, armeiros, cutileiros e outros mesteiros eram obrigados a depositar anualmente nos cofres do município⁶⁶.

referem, alguns da sua lavra, confirmam precisamente a curta duração da sua actividade. Portanto, só a consulta sistemática de outros conjuntos documentais poderá avançar mais dados acerca deste tabelião.

⁶¹ Embora pouco comum, não seria a primeira vez que dois irmãos tinham o mesmo nome próprio e o mesmo patronímico.

⁶² AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 3.

⁶³ Mário Jorge Barroca, *op. cit.*, Vol. II, Tomo 2, p. 1803.

⁶⁴ Uma análise dos *cursus honorum* de alguns dos procuradores do concelho de Lisboa não revelou qualquer estereótipo nas suas carreiras em momentos anteriores à nomeação para esses cargos, pelo que o caso de Afonso Martins Alvernaz não obedece a qualquer tipo de modelo.

⁶⁵ AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 99. Sobre este documento, cf. Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 44-46, e “Os besteiros do conto em Lisboa: De 1325 aos inícios do século XV”, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 1, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, pp. 97-99.

⁶⁶ *Livro das Posturas Antigas*, Leitura paleográfica de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974, pp. 138-139.

⁶⁷ *Livro das Posturas Antigas*, *op. cit.*, p. 138.

⁶⁸ AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 99 e *Livro das Posturas Antigas*, *op. cit.*, p. 138.

⁶⁹ IAN-TT, S. Bento de Avis, M 4, doc. 445.

1340	Juizes (pelo rei?) Alvazil geral Alvazil dos ovençais e dos judeus Procurador	João Anes de Marvão ⁶⁷ João Esteves “Pão e Água” ⁶⁸ Lourenço Martins Botelho ⁶⁹ Martim Vasques ⁷⁰ Afonso Martins Alvernaz ⁷¹
1341	Alvazil geral Contador das custas do concelho	Afonso Martins Alvernaz ⁷² João Rodrigues ⁷³

Durante o ano de 1341 assume, pela primeira vez, as funções de alvazil geral⁷⁴, sendo nessa condição que o voltamos a encontrar referido no dia 1 de Fevereiro⁷⁵ e no dia 12 de Março de 1342. Todavia, nesta data é nomeado procurador para representar o concelho na disputa mantida com o bispo de Lisboa a propósito das localidades de Santo António, de Estrada e de Alhandra (c. Vila Franca de Xira), cujas jurisdições, reclamadas pelo concelho, haviam sido usurpadas por aquele prelado⁷⁶. A sua permanência no cargo encontra-se também atestada nos dias 21 e 27 de Junho, durante as diligências levadas a cabo para a resolução da contenda⁷⁷.

É mais uma vez na qualidade de procurador do concelho que o voltamos a encontrar, no dia 5 de Julho de 1342, nas localidades de Santo António e de Estrada, durante a nomeação – feita pelo concelho de Lisboa – das autoridades dessas duas povoações, na sequência da sentença de Afonso IV, favorável ao concelho, relativamente ao acima referido litígio com o bispo. Assinale-se que, na altura, encontrava-se também presente o almotacé-mor Martim Alvernaz,

⁷⁰ IAN-TT, S. Bento de Avis, M 4, doc. 445.

⁷¹ AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 99 e *Livro das Posturas Antigas*, op. cit., p. 138.

⁷² IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 9, doc. 38.

⁷³ AML-AH, Livro I do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 3.

⁷⁴ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 9, doc. 38.

⁷⁵ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 10, doc. 4.

⁷⁶ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 3.

⁷⁷ AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 5 e 6, respectivamente.

⁷⁸ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 3.

⁷⁹ Identificado como homem bom, vedor e cavaleiro (AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13). Em 1344 encontramos-lo identificado, também, como cavaleiro, a testemunhar um documento particular do conde de Barcelos, o bastardo régio D. Pedro Afonso (AML-AH, Livro I do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 50).

⁸⁰ Identificado como *rectores seu gubernatores concilii* (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 5).

⁸¹ Identificado como homem bom, vedor e cavaleiro (AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13).

⁸² Identificado como homem bom, vedor e irmão de Gil Esteves (AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13).

⁸³ Identificado como homem bom, vedor e irmão de Pedro Esteves (AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13).

⁸⁴ Identificado como homem bom e vedor (AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13).

⁸⁵ Identificado como *rectores seu gubernatores concilii* (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 5).

⁸⁶ Identificado como *rectores seu gubernatores concilii* (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 5).

⁸⁷ Identificado como homem bom vedor (AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13).

⁸⁸ Identificado como homem bom vedor (AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13).

⁸⁹ Identificado como *rectores seu gubernatores concilii* (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 5).

⁹⁰ Identificado como *rectores seu gubernatores concilii* (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 5). Identificado como homem bom vedor e apenas como João Bretão (AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13).

⁹¹ Identificado como *dominis* (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 5 e *Livro das Posturas Antigas*, op. cit., p. 46). É também referido com o cargo de juiz (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 5). Identificado como alvazil geral e vassallo do rei (AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13).

⁹² Identificado também como cavaleiro (AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13).

⁹³ Encontramo-lo a exercer funções em parceria com o cavaleiro Gonçalo Gomes de Azevedo (AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13).

1342		
	Vereadores?	Rui Gonçalves Franco ⁷⁹ Pedro Anes Palhaxá ⁸⁰ Álvaro Rodrigues ⁸¹ Pedro Esteves ⁸² Gil Esteves ⁸³ João Rol ⁸⁴ Pedro Anes Canelas ⁸⁵ João Esteves ⁸⁶ Vasco Anes ⁸⁷ Afonso Pais ⁸⁸ João Peres de Chaperuz ⁸⁹ João Martins Bretão ⁹⁰ Afonso Rodrigues ⁹¹
	Alvazis gerais	Gonçalo Gomes de Azevedo ⁹² Afonso Martins Alvernaz ⁹³
	Alvazis do crime	Martim Anes ⁹⁴ Vasco Martins ⁹⁵ Rui Peres ⁹⁶
	Alvazis dos ovençais e judeus	Afonso Anes ⁹⁷ Pedro Anes ⁹⁸ de Alfama ⁹⁹ Martim Vasques de Loures ¹⁰⁰ Lourenço Martins Botelho ¹⁰¹ Afonso Martins Alvernaz ¹⁰²
	Procuradores	Estevão Martins ¹⁰³ Vicente Botelho ¹⁰⁴ Vicente Anes ¹⁰⁵ Gabriel Anes ¹⁰⁶
	Juizes	Estêvão Martins ¹⁰⁷ Afonso Rodrigues ¹⁰⁸
	Tesoureiros	Afonso Anes ¹⁰⁹
	Almotacés-mores	Fernando da Veiga ¹¹⁰ Martim Alvernaz ¹¹¹ João Esteves ¹¹² “Pão” e Fernando Gomes ¹¹⁴
Água”	113	

⁹⁴ AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13.

⁹⁵ AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13.

⁹⁶ Alvazil absentista e, como tal, substituído pelo juiz Estêvão Martins (AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13). Encontramo-lo em exercício ainda durante esse ano (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 5 e *Livro das Posturas Antigas*, op. cit., p. 46).

⁹⁷ AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13.

⁹⁸ AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13.

⁹⁹ AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13.

¹⁰⁰ Identificado também como *miles* (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 5).

¹⁰¹ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 5.

¹⁰² AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3, 5 e 13.

¹⁰³ AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13.

¹⁰⁴ AML-AH, Livro I do Alqueidão, doc. 13.

¹⁰⁵ AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13.

¹⁰⁶ Ana Maria Martins, *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: Da Produção Primitiva ao Século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001, doc. 162, p. 424.

¹⁰⁷ Identificado no documento como “juiz em lugar do alvazil Rui Peres” (AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13).

¹⁰⁸ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 5. Identificado como *dominis* (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 5 e *Livro das Posturas Antigas*, op. cit., p. 46) e como alvazil geral e vassalo do rei (AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13).

¹⁰⁹ AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13.

¹¹⁰ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 5.

¹¹¹ AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13.

¹¹² AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13.

¹¹³ AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13.

seu pai⁷⁸.

Ausente do elenco concelhio em 1343, voltamos a encontrá-lo em 1344, entre Abril e Dezembro¹¹⁵. Em Outubro de 1345, está presente no paço do concelho, a testemunhar – enquanto alvazil do crime – o traslado de duas cartas de D. Afonso IV, relativas à usurpação

<p>1344</p> <p>Alvazis gerais</p>	<p>Rui Peres¹¹⁷</p> <p>Alvazis do crime</p>	<p>João Anes Palhavã¹¹⁸</p> <p>Afonso Martins Alvernaz¹¹⁹</p> <p>Martim do Avelar¹²⁰</p> <p>Fernão Anes¹²¹</p> <p>Martim Anes¹²²</p> <p>Vasco Martins do Algarve¹²³</p> <p>Estêvão Martins¹²⁴</p>
<p>Advogado do concelho</p> <p>Rui Peres¹²⁵</p> <p>1345</p>	<p>Vereadores</p> <p>Alvazil geral</p> <p>Alvazis do crime</p>	<p>Nicolau Domingues¹²⁶</p> <p>Rui Peres¹²⁷</p> <p>Afonso Anes de S. Nicolau¹²⁸</p> <p>João Anes Palhavã¹²⁹</p> <p>Martim Anes Alborrique¹³⁰</p>

¹¹⁴ Identificado como escudeiro (AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13).

¹¹⁵ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 10, doc. 30 e M 11, doc. 1.

¹¹⁶ AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 49. Muito provavelmente terão sido estas cartas que despoletaram o conflito com o bispo de Lisboa a propósito das jurisdições das localidades de Alhandra, Estrada e Santo António e que, como vimos, o concelho acabou por recuperar.

¹¹⁷ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 10, docs. 32 e 39.

¹¹⁸ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 10, doc. 29.

¹¹⁹ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 10, docs. 30 e 33 e IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 11, doc. 1.

¹²⁰ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 10, doc. 32.

¹²¹ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 10, doc. 34.

¹²² IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 10, doc. 34.

¹²³ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 10, doc. 34.

¹²⁴ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 10, doc. 34.

¹²⁵ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 10, doc. 34.

¹²⁶ AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 49.

¹²⁷ AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 49.

¹²⁸ AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 49.

¹²⁹ AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 49.

¹³⁰ Identificado também como cavaleiro, em conjunto com Afonso Martins Alvernaz e Pedro Bulhão (AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 49).

¹³¹ Em conjunto com o cavaleiro Martim Anes Alborrique e com Afonso Martins Alvernaz (AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 49).

¹³² Em conjunto com Martim Anes Alborrique e com Pedro Bulhão (AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 49).

¹³³ Identificado também como advogado (AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 49).

¹³⁴ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 12, doc. 14.

¹³⁵ *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa Campos Rodrigues e Nuno José Pizarro Pinto Dias, Lisboa, INIC, 1982, p. 137.

¹³⁶ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 12, doc. 28.

¹³⁷ IAN-TT, Leitura Nova, Livro II de Direitos Reais, fl. 272v e IAN-TT, S. Vicente de Fora, 2ª Inc., Cx 6, doc. 27.

¹³⁸ IAN-TT, Leitura Nova, Livro II de Direitos Reais, fl. 272v e IAN-TT, S. Vicente de Fora, 2ª Inc., Cx 6, doc. 27.

¹³⁹ IAN-TT, Leitura Nova, Livro II de Direitos Reais, fl. 272v e IAN-TT, S. Vicente de Fora, 2ª Inc., Cx 6, doc. 27.

¹⁴⁰ IAN-TT, Leitura Nova, Livro II de Direitos Reais, fl. 272v.

da jurisdição concelhia em algumas localidades do termo de Lisboa¹¹⁶.

Um novo lapso de cinco anos esconde-nos Afonso Martins até 1351, ressurgindo no dia 8 de Novembro a testemunhar, no adro da Sé de Lisboa, a elaboração de um traslado de uma carta de emprazamento do convento de S. Vicente de Fora¹³⁴. Ressurge a 11 de Setembro de 1352, mais uma vez, como alvazil do crime do concelho de Lisboa. Nesta data, a documentação apresenta-o a ordenar, em conjunto com os vereadores, o lançamento do pregão que convocava os lisboetas para a publicação dos capítulos das cortes desse ano, realizadas em Lisboa e concluídas poucos dias antes¹³⁵.

Em Setembro de 1353 a documentação revela novamente a sua presença no concelho, desta feita, como alvazil do crime¹³⁶, ao contrário do terá ocorrido no ano seguinte, em que parece

1352		
Vereadores		João de Arrochela ¹³⁷ Lourenço Geraldes ¹³⁸ Afonso Peres ¹³⁹
Alvazil geral		João Anes Palhavã ¹⁴⁰
Alvazil do crime		Gonçalo Esteves Fariseu ¹⁴¹
Procurador		Afonso Martins Alvernaz ¹⁴² Fernão Martins ¹⁴³
1353		
Alvazil		João Correia ¹⁴⁵
Alvazil geral		João Anes Palhavã ¹⁴⁶
Alvazil dos ovençais		Diogo Álvares ¹⁴⁷
Alvazil do crime		Afonso Martins Alvernaz ¹⁴⁸
Juiz dos testamentos		Vasco Martins Marecos ¹⁴⁹
Provedor do Hospital do Conde D. Pedro		Pedro Esteves ¹⁵⁰

¹⁴¹ IAN-TT, Leitura Nova, Livro II de Direitos Reais, fl. 272v.

¹⁴² IAN-TT, Leitura Nova, Livro II de Direitos Reais, fl. 272v.

¹⁴³ IAN-TT, Leitura Nova, Livro II de Direitos Reais, fl. 272v, IAN-TT, S. Vicente de Fora, 2ª Inc., Cx 6, doc. 27 e AML-AH, Livro I do Alqueidão, doc. 14.

¹⁴⁴ IAN-TT, Leitura Nova, Livro II de Direitos Reais, fl. 272v.

¹⁴⁵ IAN/TT, Colegiada de Santa Cruz do Castelo, doc. 24.

¹⁴⁶ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 12, docs. 24 e 26.

¹⁴⁷ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 12, doc. 27.

¹⁴⁸ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 12, doc. 28.

¹⁴⁹ IAN-TT, Convento da Trindade de Lisboa, M 2, doc. 124.

¹⁵⁰ AML-AH, Livro I do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 30.

¹⁵¹ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 12, doc. 26.

¹⁵² AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6.

¹⁵³ Estes dois documentos revelam que Lisboa terá passado, no ano de 1355, por um grave período de escassez de géneros alimentares, situação que havia já sido detectada por Oliveira Marques, porém no âmbito nacional e em cuja origem estariam más colheitas agrícolas (A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, Cosmos, 1978 (3ª edição), p. 41).

¹⁵⁴ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8.

¹⁵⁵ AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 5.

¹⁵⁶ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro I de Místicos, docs. 5 e 6.

¹⁵⁷ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6.

ter estado afastado da gestão municipal lisboeta.

Regressa à actividade pública em 7 de Junho de 1355 – ou pelo menos é essa a imagem que a documentação transmite –, na qualidade de alvazil do crime, encontrando-se presente, enquanto tal, na importante reunião concelhia que decidiu o lançamento de sisas durante o espaço de tempo de um ano. O montante resultante deste imposto destinava-se a suportar as avultadas despesas necessárias à reparação das muralhas e das portas da cidade e ao pagamento de uma grande quantidade de pão adquirida pela edilidade¹⁵². Esta reunião serviu ainda para a nomeação de Nuno Rodrigues como procurador do concelho para que negociasse com os municípios de Sacavém e de Frielas (c. Loures) a devolução, exigida por estes, dos géneros alimentares requisitados compulsivamente¹⁵³. Entre as testemunhas da procuração

1355	Vereadores	Lourenço Martins ¹⁵⁵ Afonso Peres ¹⁵⁶ Martim Mendes ¹⁵⁷ João Anes Palhavã ¹⁵⁸ Fernão Martins ¹⁵⁹ Afonso Martins Alvernaz ¹⁶⁰
	Alvazis gerais	Fernão Álvares ¹⁶¹ [ou Alves] ¹⁶² Vasco Afonso ¹⁶³ Vasco Anes ¹⁶⁴
	Alvazil do crime	Fernando Marques ¹⁶⁵ (ou Martins?) ¹⁶⁶
	Alvazis dos ovençais	Nuno Rodrigues ¹⁶⁷ Lourenço Durães ¹⁶⁸ João Afonso ¹⁶⁹ [das Regras] João de Arrochela ¹⁷⁰ Aires Afonso ¹⁷¹ Dinis Anes ¹⁷² Álvaro Rodrigues ¹⁷³ João Anes Costes ¹⁷⁴ Mendo Martins ¹⁷⁵ Estêvão Reimão ¹⁷⁶ Fernando Romão ¹⁷⁷ Martim Álvares ¹⁷⁸ João Sanches ¹⁷⁹ João Vicente ¹⁸⁰ Lourenço Esteves ¹⁸¹ Vicente Afonso da Corredoira ¹⁸² Gil Esteves ¹⁸³ João Vicente ¹⁸⁴ Afonso Domingues ¹⁸⁵ João Afonso ¹⁸⁶ Lopo Afonso das Regras ¹⁸⁷ Fernando Aires ¹⁸⁸ João Anes ¹⁸⁹ João Vicente ¹⁹⁰ Afonso Anes ¹⁹¹ Martim Alvernaz ¹⁹²
	Juiz dos testamentos	
	Procurador	
	Escrivão do concelho	
	Homens-bons do concelho	

¹⁵⁸ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro I de Místicos, docs. 5 e 6.

¹⁵⁹ AML-AH, Livro do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 31.

¹⁶⁰ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 (registado como alvazil do crime) e AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6 (registado apenas como alvazil).

encontramos Afonso Martins Alvernaz, identificado como alvazil do crime¹⁵⁴.

Em Janeiro de 1356 – ou em finais do ano anterior –, parece dar-se uma importante viragem na sua ligação ao concelho, pois encontramo-lo registado como juiz (pelo rei?) em Lisboa. Nessa qualidade é um dos outorgantes da procuração passada a Vasco Esteves Filipe e a João Afonso das Regras para representarem o concelho na assinatura das pazes entre D. Afonso IV e o infante D. Pedro, seu filho¹⁹³. Todavia, no mês seguinte volta a ser identificado como alvazil¹⁹⁴.

-
- 161 AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6.
162 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8.
163 AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6.
164 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8.
165 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8.
166 AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6.
167 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro I de Místicos, docs. 5 e 6.
168 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6.
169 Presume-se que seja “das Regras” pela referência ao seu irmão Lopo Afonso (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6).
170 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8.
171 Identificado também como escudeiro (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6).
172 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6.
173 Identificado também como escolar (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6).
174 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6.
175 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6.
176 AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6.
177 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8.
178 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8.
179 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8.
180 O documento regista que foi tabelião (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8).
181 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6.
182 Apesar de não ser identificado como tal, a sua presença entre as testemunhas do documento para isso parece apontar (AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 5).
183 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6.
184 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6.
185 Identificado como vedor dos capareiros (?) (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6).
186 AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 5.
187 AML-AH, Livro I de Místicos, docs. 5 e 6 e AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8. Nestes dois últimos documentos surge identificado apenas como Lopo Afonso, irmão de João Afonso.
188 AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 5.
189 Identificado também como alfaiate (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6).
190 Identificado também como alfaiate (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6).
191 Identificado também como ourives (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6).
192 AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 6.
193 AML-AH, Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 30.
194 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8.
195 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e Livro II de D. Dinis, Afonso IV e D. Pedro I, doc. 30.
196 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e Livro II de D. Dinis, Afonso IV e D. Pedro I, doc. 30.
197 AML-AH, Livro I de Emprazamentos, doc. 2.
198 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e Livro II de D. Dinis, Afonso IV e D. Pedro I, doc. 30.
199 Identificado como juiz da cidade de Lisboa (AML-AH, Livro II de D. Dinis, Afonso IV e D. Pedro I, doc. 30 e AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8).
200 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8.
201 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro I de Emprazamentos, doc. 2.
202 IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 13, doc. 32. Identificado apenas como alvazil dos Ovençais (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8).
203 Identificado apenas como alvazil dos Ovençais (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8).
204 AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8 e AML-AH, Livro II de D. Dinis, Afonso IV e D. Pedro I, doc. 30.
205 AML-AH, Livro I de Emprazamentos, doc. 2.
206 Procurador do concelho de Lisboa à assinatura das pazes entre D. Afonso IV e o infante D. Pedro, em simultâneo com Vasco Esteves Filipe (AML-AH, Livro II de D. Dinis, Afonso IV e D. Pedro I, doc. 30).
207 Procurador do concelho de Lisboa à assinatura das pazes entre D. Afonso IV e o infante D. Pedro, em simultâneo com João

1356	Vereadores	Lourenço Martins ¹⁹⁵ Martim Mendes ¹⁹⁶ Afonso da Água ¹⁹⁷ Afonso Peres ¹⁹⁸
	Juiz de Lisboa	Afonso Martins Alvernaz ¹⁹⁹
	Alvazil	Afonso Martins Alvernaz ²⁰⁰
	Alvazil geral	João Anes Palhavã ²⁰¹
	Alvazis dos ovençais, judeus e órfãos	Fernão Álvares ²⁰² Vasco Anes ²⁰³
	Procuradores	Nuno Rodrigues ²⁰⁴ João da Veiga ²⁰⁵
	Procuradores à assinatura das pazes	João Afonso das Regras ²⁰⁶ Vasco Esteves Filipe ²⁰⁷
	Juiz?	João Anes Palhavã ²⁰⁸
	Juiz dos testamentos	Fernando Esteves do Rego ²⁰⁹
	Tesoureiro	Vasco Anes ²¹⁰
	Escrivão da câmara do concelho	Fernando Aires ²¹¹

A confirmar-se a nomeação para o cargo de juiz pelo rei em Lisboa no ano de 1355 ou no de 1356 – se bem que para um período de tempo muito curto –, estaremos, sem qualquer dúvida, em presença de um momento de extraordinária importância na carreira de Afonso Martins Alvernaz. Contudo, a grande viragem na sua vida estaria ainda para ocorrer.

Uma inquirição levada a cabo pelo juiz Pedro Tristão para dirimir uma contenda entre o concelho de Lisboa e o convento de S. Vicente de Fora, relativamente à jurisdição sobre a aldeia do Tojal, apresenta Afonso Martins Alvernaz no rol das testemunhas a inquirir. O depoimento prestado pouco acrescenta ao conhecimento do seu percurso, embora por ele

Afonso das Regras (AML-AH, Livro II de D. Dinis, Afonso IV e D. Pedro I, doc. 30).

²⁰⁸ AML-AH, Livro II de D. Dinis, Afonso IV e D. Pedro I, doc. 30 e AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 8.

²⁰⁹ IAN-TT, Colegiada de Santa Cruz do Castelo, docs. 138-1 e 138-2.

²¹⁰ AML-AH, Livro II de D. Dinis, Afonso IV e D. Pedro I, doc. 30.

²¹¹ AML-AH, Livro I de Emprazamentos, doc. 1.

²¹² AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 11, fl. 25.

²¹³ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 11, fl. 13v.

²¹⁴ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 11, fls. 15 e 21.

²¹⁵ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 11, fl. 26v.

²¹⁶ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 11, fl. 13v.

²¹⁷ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 11, fl. 15v.

²¹⁸ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 11, fl. 21.

²¹⁹ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 11, fl. 21v.

²²⁰ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 11, fl. 22.

²²¹ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 11, fl. 26v.

²²² Apesar de encontrarmos, entre 1316-1318, Martim Domingues Alvernaz e, em 1328, João Domingues, registados como alvazis, trata-se de duas situações isoladas e que não têm qualquer continuidade, pelo que não as levámos em atenção nesta análise. Todavia, elas são de extrema importância, pois prenunciam já uma tentativa de afirmação e de ascensão da linhagem como a que terá lugar a partir da década de 1340.

²²³ Sobre os Pão e Água cf. Miguel Gomes Martins, “Estêvão Cibrães e João Esteves: A família Pão e Água em Lisboa (1269-1342)”, *op. cit.* pp. 67-74.

²²⁴ O último registo remonta a 1342 (AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 3 e 13).

fiqamos a saber que, além dos cargos já registados, terá também exercido o de alvazil dos ovençais – do qual não possuíamos qualquer referência documental –, porém, em data que desconhecemos²¹².

Todavia, é através das informações fornecidas por outras testemunhas dessa mesma inquirição que ficamos a conhecer mais alguns dos passos da actividade concelhia de Afonso Martins Alvernaz: assim, de acordo com o depoimento de João Afonso das Regras, antes da Peste Negra terá assumido o cargo de juiz – ou de alvazil? – em Lisboa²¹³; segundo Afonso Miguéis, terá nomeado, de parceria com João Anes Palhavã, jurados para a aldeia do Tojal²¹⁴ e, a acreditar no testemunho de João Gonçalves, Afonso Martins foi um dos membros do concelho que enviou para aquela mesma aldeia um grupo armado constituído por cavaleiros e por peões, destinado a prender alguns dos jurados e guardadores que para aí tinham sido nomeados pelo convento de S. Vicente de Fora, sendo, muito provavelmente, um dos que se encontrava ao comando desse mesmo contingente²¹⁵.

Estes depoimentos, além de nos revelarem a presença frequente de Afonso Martins nas actividades de gestão municipal, demonstram que a sua figura era sobejamente conhecida nos meios urbanos lisboetas, sendo referido nos depoimentos de João Afonso das Regras²¹⁶, de Afonso Miguéis, ex-procurador do concelho²¹⁷, do porteiro Domingos Martins²¹⁸, de Afonso Colaço, almoxarife da portagem²¹⁹, do alfaiate Pedro Fortes²²⁰ e de João Gonçalves, ex-corregedor na Estremadura²²¹.

A esmagadora maioria das testemunhas foram inquiridas em Lisboa. Porém, este não foi o caso de Afonso Martins Alvernaz. Inesperadamente, verificamos que o seu depoimento foi recolhido pelo tabelião João Afonso, no dia 20 de Dezembro de 1358, em Coimbra, cidade onde exercia o lugar de juiz pelo rei! Tinha ocorrido uma verdadeira reviravolta na sua vida.

Para tentar compreender um pouco melhor os motivos que terão levado à mudança dos Alvernazes de Lisboa para Coimbra – lembre-se que também Martim Alvernaz foi magistrado nessa cidade –, importa alargar um pouco a nossa análise a outras famílias lisboetas cujos percursos se encontram ligados à administração municipal da cidade.

Conforme já tivemos oportunidade de referir, os Alvernazes – apesar de uma passagem fugaz de Martim Domingues, entre 1316 e 1318, pelo cargo de alvazil e de João Domingues, em

²²⁵ João Vivas – o elemento desta família que maiores ligações tem com o concelho de Lisboa – surge mencionado, pela primeira vez, em 1321 (AML-AH, Livro I de Contratos, doc. 3). Encontramo-lo também em 1322 (AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 55), em 1325 (AML-AH, Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, docs. 17 e 18), em 1327 (AML-AH, Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, docs. 17, 21 e 23) e em 1328 (AML-AH, Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, docs. 22 e 23), sempre com o lugar de procurador do concelho. A última referência que possuímos remonta a 1331, altura em que desempenha o cargo de procurador às cortes de Santarém (*Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, *op. cit.*, p. 63).

²²⁶ Sobre o bispo D. Miguel Vivas cf. Armando Luís de Carvalho Homem, *op. cit.*, pp. 369-370.

²²⁷ A primeira referência a João de Chaperuz reporta-se a 1339, onde é encontrado com o cargo de vereador – o documento regista-o como homem-bom jurado – (AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 4). Pouco se sabe acerca da sua vida particular, sendo apenas conhecida a venda de um casal situado no termo de Sintra a D. Maria de Aboim, filha de D. João Peres de Aboim (AML-AH, Livro I do Hospital de D. Maria de Aboim, doc. 2). A documentação dá-nos a conhecer ainda o nome de João Peres de Chaperuz, que supomos tratar-se da mesma pessoa e que encontramos também como vereador em 1342 (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 5).

²²⁸ Miguel Gomes Martins, “A família Palhavã (1253-1357): Elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa Medieval”, *op. cit.*, p. 69.

²²⁹ Esta situação de desaparecimento dos Palhavã e aparecimento quase simultâneo dos Regras e dos Carregueiros merecia ser alvo de uma atenção particular, na medida em que as já conhecidas relações entre estas famílias podem apontar para uma “substituição consentida”.

1328²²² – surgem no concelho em plena força na década de 1340, numa altura em que os Pão e Água (na pessoa do “todo-poderoso” João Esteves)²²³ estão já em vias de desaparecimento²²⁴, à semelhança do que acontecia com outras famílias, como os Vivas²²⁵ – certamente a mesma família de onde seria proveniente o bispo D. Miguel Vivas²²⁶ – ou os de Chaperuz²²⁷.

O surgimento dos Alvernazes como figuras de proa do concelho de Lisboa tem lugar quase simultaneamente ao aparecimento dos Palhavã na cena concelhia, através da figura de Pedro Anes Palhavã, em 1336²²⁸. Contudo, enquanto estes desaparecem por completo a partir de 1357, dando lugar a outras linhagens como os Regras e os Carregueiros – com quem mantinham estreitas relações²²⁹ –, o caso dos Alvernaz apresenta contornos muito diferentes. Ao passo que aqueles pura e simplesmente desaparecem²³⁰, estes, pelo contrário, deixam apenas, durante um pequeno período de tempo de exercer o seu poder na capital, reorientando o seu centro de influência de Lisboa para Coimbra²³¹.

Contudo, a documentação de que dispomos suscita ainda inúmeras dúvidas. Uma delas é justamente porque terão sido deslocados para Coimbra Afonso Martins e, mais tarde, seu pai Martim Alvernaz? É praticamente impossível, face aos dados de que dispomos, adivinhar uma resposta. Porém, há algumas pistas que importa não descurar e ter em linha de conta, não só para o caso particular dos Alvernazes, como para futuros trabalhos sobre as elites concelhias lisboetas.

Com a chegada de D. Pedro I ao trono, desenha-se, desde cedo, uma importante renovação

²³⁰ Não se verifica uma extinção da linhagem, mas um desaparecimento dos lugares de gestão municipal de Lisboa.

²³¹ Recorde-se que também seu pai, Martim Alvernaz, será deslocado para Coimbra, porém, mais tarde, no reinado de D. Fernando, vindo a assumir o cargo de sobrejuiz.

²³² Esta situação havia já sido assinalada por Marcelo Caetano: “desaparecem dos aliás escassos documentos que neste reinado noticiam os actos da vida municipal, os nomes a que anteriormente nos habituáramos e em cada ano se encontram mencionadas autoridades novas” (Marcelo Caetano, *op. cit.*, p. 74). A análise que efectuámos dos elencos municipais para este período – e que teve por base, sobretudo, a documentação do AML-AH – confirmou a afirmação de Marcelo Caetano. A renovação das elites urbanas lisboetas é apenas um aspecto de uma renovação mais generalizada dos lugares cimeiros da administração civil e militar e que passava, também, por uma quase completa mudança dos alcaides dos castelos, de que o Livro de Chancelaria deste monarca nos dá conta (*Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I*, Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, INIC, 1984).

²³³ Afonso Colaço, criado de D. Maria de Aboim, filha de D. João Peres de Aboim (AML-AH, Livro I do Hospital de D. Maria de Aboim, doc. 2), encontra-se identificado em 1354 na qualidade de vereador (AML-AH, Livro I do Alqueidão, doc. 15), em 1357, também como vereador (AML-AH, Livro I de Serviços a El-Rei, doc. 2) e, pela última vez, em 1371, como vereador pelo rei (AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 74). Entre estas duas datas, ocupou o cargo de almoxarife régio na portagem de Lisboa, encontrando-se, enquanto tal, atestado nos anos de 1358 e de 1359 (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 11).

²³⁴ A primeira vez que a documentação menciona Vasco Afonso Carregueiro é na qualidade de dizimeiro pelo rei na alfândega, em 1336 (AML-AH, Livro I de Místicos, doc. 3). Em 1357 encontra-se já no cargo de alvazil dos ovinos e dos judeus (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 9). Em 1360 a documentação regista-o como alvazil geral (AML-AH, Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 31), em 1364 como alvazil do crime e provedor do Hospital do Conde D. Pedro (AML-AH, Livro I do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 34). No ano seguinte mantém-se no lugar de alvazil do crime (IAN-TT, S. Vicente de Fora, 2^a inc., Cx 21, doc. 24). Em 1367 a documentação atesta-o como coudel dos cavaleiros aquantados de Lisboa (AML-AH, Livro II de D. Fernando, doc. 2). Sobre a passagem de Vasco Afonso por este cargo, cf. Miguel Gomes Martins, *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, *op. cit.*, pp. 29-30). A última vez que o encontramos referenciado é em 1374, novamente como provedor do Hospital do Conde D. Pedro (AML-AH, Livro I do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 4).

²³⁵ A primeira referência à ligação desta família ao concelho de Lisboa data de 1356, quando encontramos João Afonso das Regras no cargo de procurador do concelho, na assinatura das pazes entre D. Afonso IV e o infante D. Pedro (AML-AH, Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 30). No ano seguinte, com seu irmão Lopo Afonso, são rendeiros da sisa de Lisboa (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 9 e Livro I de Místicos de Reis, doc. 7). Em 1361, João Afonso das Regras detém o lugar de alvazil do cível (AML-AH, Livro I do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 24), tal como em 1362 (IAN-TT, S. Vicente de Fora, 2^a inc., Cx 19, doc. 39). Em 1368 é Lopo Afonso das Regras quem ocupa o cargo de vereador (AML-AH, Livro I de Emprazamentos, docs. 3 e 4). Após um hiato de 14 anos, voltamos a encontrar Lopo Afonso das Regras identificado como regedor, no ano de 1382 (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 18).

nas elites dirigentes da cidade²³². Desconhecemos em que medida se tratava de alguma forma de “vingança” contra os que, em Lisboa, haviam apoiado D. Afonso IV durante o período de guerra civil que opôs D. Pedro, ainda enquanto infante, a seu pai, ou se, conforme é sugerido por Marcelo Caetano, se tratou de uma forma de restaurar liberdades populares, instaurando de novo a rotatividade anual na ocupação dos cargos concelhios. Facto é que muitas são as famílias que, do quase completo anonimato, ascendem aos mais importantes lugares do concelho. É o caso dos acima referidos Colaços²³³, Carregueiros²³⁴ e das Regras²³⁵.

E enquanto umas aparecem, outras, como os Palhavãs ou os Alborriques, desaparecem por completo, o que nos leva a duvidar da reinstauração da rotatividade anual sugerida por Marcelo Caetano. Porém, outras, provavelmente com uma maior capacidade de resistência, vêm-se afastadas durante largos períodos de tempo. É o caso dos Alvernazes que, a partir de 1356, se encontram praticamente ausentes da gestão municipal lisboeta, regressando apenas de forma esporádica em 1364-1365 e em 1371-1373. Porém, este último regresso assumia, como veremos, o carácter de uma verdadeira despedida, pois trata-se do último registo que dá os elementos desta família como membros do concelho de Lisboa.

Seria, então, esta uma das linhagens e personalidades que o rei tentou despojar do poder e influência que tinham na cidade, utilizando a nomeação para cargos régios fora de Lisboa como forma de, discretamente, alcançar aquele objectivo? Ou, pelo contrário, tratando-se Afonso Martins de um apoiante do novo monarca – assinala-se que, em 1358, era identificado como vassalo régio²³⁶ –, foi uma das figuras que procurou recompensar, atribuindo-lhes magistraturas régias ao mesmo tempo que capitalizava noutras localidades a experiência adquirida na gestão concelhia lisboeta? Ou será que procurou conjugar o “exílio” com o aproveitamento das suas capacidades, tirando, assim, o máximo partido de ambas as situações? Não o sabemos. Seja como for, o facto de Afonso Martins ser “desviado” de Lisboa para Coimbra parece apontar para uma situação de afastamento forçado. Quem sabe se para não dificultar, com o seu poder, influência e prestígio, a tarefa dos corregedores e vereadores, cargos de implantação relativamente recente em Lisboa, cujo exercício poderia vir a ser

²³⁶ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 11, fl. 25.

²³⁷ Saúl António Gomes, “Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra: 1-Arquivo Nacional da Torre do Tombo”, in *Estudos Medievais*, n.º 9, Porto, Secretaria de Estado da Cultura-Delegação Regional do Norte, 1988, doc. 39, pp. 110-111.

²³⁸ Mário Jorge Barroca, *op. cit.*, Vol. II, Tomo 2, p. 1803.

²³⁹ Maria do Rosário Barbosa Morujão, *op. cit.*, doc. 163.

²⁴⁰ Mário Jorge Barroca, *op. cit.*, Vol. II, Tomo 2, p. 1803.

²⁴¹ Mário Jorge Barroca, *op. cit.*, Vol. II, Tomo 2, p. 1803.

²⁴² Mário Jorge Barroca, *op. cit.*, Vol. II, Tomo 2, p. 1803.

²⁴³ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 14 e AML-AH, Livro I do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 34.

²⁴⁴ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 15.

²⁴⁵ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 14 e AML-AH, Livro I do Hospital do Conde D. Pedro, doc. 34.

²⁴⁶ AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 13 e 15.

²⁴⁷ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 15.

²⁴⁸ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 15.

²⁴⁹ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 15. Identificado também como escudeiro (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 13).

²⁵⁰ Não devia ser nobre, pois exerce funções em parceria com o escudeiro Aires Vasques (AML-AH, Livro I de Sentenças, docs. 13 e 15).

²⁵¹ IAN-TT, S. Domingos de Lisboa, Livro 4, fl. 142.

²⁵² Identificado também como escudeiro (AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 13).

²⁵³ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 13.

estorvado por figuras como os Alvernazes? O facto de não lhe conhecermos quaisquer interesses familiares ou patrimoniais em Coimbra – que poderiam justificar um afastamento voluntário – parece corroborar a hipótese de se tratar de um afastamento de certa forma compulsivo, situação que se articula perfeitamente com a manutenção do afastamento de Lisboa de Martim Alvernaz I.

Conforme já afirmámos, as fontes de que dispomos não fornecem respostas cabais para todas estas questões. Porém, as hipóteses colocadas parecem-nos pistas a ter em conta e a aprofundar em ocasiões futuras. Todavia, cremos que só um estudo de âmbito mais alargado sobre as elites concelhias de Lisboa poderá, eventualmente, esclarecer algumas destas dúvidas.

Apesar de conhecermos Afonso Martins Alvernaz como juiz em Coimbra desde 1358, a documentação produzida ou recebida no exercício do cargo só o noticia a partir de Maio de 1359²³⁷, voltando a registá-lo em Junho²³⁸ e Setembro desse ano²³⁹ e em Junho de 1360²⁴⁰.

No âmbito das suas funções de juiz pelo rei é transferido para Santarém em 1361-1362, encontrando-se atestado enquanto tal em Junho, em Julho e em Setembro de 1362²⁴¹. Neste ano, as fontes identificam-no também como sobrejuiz da Casa do Cível, cargo que ainda mantém – ou que retoma – em 1366²⁴². Porém, acaba por regressar a Lisboa, muito provavelmente em finais de 1363.

Em 1364²⁴³ e 1365²⁴⁴ voltamos a encontrá-lo na capital, primeiro, sem que se encontre identificado como detentor de qualquer magistratura concelhia – o que poderá indicar um regresso recente – e, depois, já na qualidade de alvazil do crime, cargo relativamente ao qual, graças à sua experiência, pode ser visto como um verdadeiro “especialista”.

1364	Homem-bom do concelho	Afonso Martins Alvernaz ²⁴⁵
1365	Vereadores	Afonso Peres ²⁴⁶ Domingos de Santarém ²⁴⁷ Vasco Lourenço ²⁴⁸
	Alvazis gerais	Aires Vasques ²⁴⁹ Martim Afonso ²⁵⁰ João Martins de Barbuda ²⁵¹

²⁵⁴ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 15.

²⁵⁵ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 2ª inc, Cx. 21, doc. 24.

²⁵⁶ Armando Luís de Carvalho Homem, *op. cit.*, p. 366 e *Chartularium Universitatis Portucalensis*, edição de Artur Moreira de Sá, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1966, Vol. I, doc. 255, p. 274.

²⁵⁷ *Chartularium Universitatis Portucalensis*, Vol. I, *op. cit.*, doc. 257, p. 276 e *Livro Verde da Universidade de Coimbra*, apresentação de Manuel Augusto Rodrigues, transcrição de Maria Teresa Nobre Veloso, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1992, doc. 7, p. 50.

²⁵⁸ *Chartularium Universitatis Portucalensis*, Vol. I, *op. cit.*, doc. 261, p. 281.

²⁵⁹ IAN-TT, Gaveta XIV, M 3, doc. 24.

²⁶⁰ AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 74, fl. 76.

²⁶¹ AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 74, fl. 76.

²⁶² AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 3.

²⁶³ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 3.

²⁶⁴ AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 74, fl. 76.

²⁶⁵ AML-AH, Livro I de Emprazamentos, doc. 4.

Alvazis do cível

Aires Vasques²⁵²

Martim Afonso²⁵³

Alvazis do crime

Afonso Martins Alvernaz²⁵⁴

Vasco Afonso²⁵⁵ Carregueiro(?)

Contudo, tratou-se de uma passagem meteórica, pois a documentação atesta-o, novamente

1371	como juiz em Coimbra, em Abril ²⁵⁶ , em Julho ²⁵⁷ e em Setembro de 1368 ²⁵⁸ . Terá regressado a Lisboa em 1371, passando a integrar o elenco concelhio desse ano, como alvazil geral ²⁵⁹ , situação que, aliás, se repete em 1373.	
	Vereador pelo rei	Afonso Colaço ²⁶⁰
	Alvazil geral	Afonso Martins Alvernaz ²⁶¹
	Tesoureiro	Martim Anes ²⁶²
1373	Escrivão do concelho	Gonçalo Peres Canelas ²⁶³ Fernando Aires ²⁶⁴
	Vereador	João Rol ²⁶⁵ Gonçalo Durães ²⁶⁶ Afonso da Água ²⁶⁷ Martim Afonso ²⁶⁸
	Alvazil geral	Afonso Martins Alvernaz ²⁶⁹
	Alvazil do cível	Estêvão Anes ²⁷⁰
	Juiz	João Domingues ²⁷¹
	Tesoureiro	Raimundo Geraldes ²⁷²

²⁶⁶ AML-AH, Livro I de Emprazamentos, doc. 4.

²⁶⁷ AML-AH, Livro I de Emprazamentos, doc. 4.

²⁶⁸ IAN-TT, Colegiada de Santa Cruz do Castelo, doc. 233.

²⁶⁹ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 15, docs. 40 e 45.

²⁷⁰ AML-AH, Livro I de Emprazamentos, doc. 4 e IAN-TT, Convento do Salvador, M 17, doc. 336.

²⁷¹ IAN-TT, Colegiada de Santa Cruz do Castelo, doc. 210.

²⁷² AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 3.

²⁷³ AML-AH, Livro I do Hospital de D. Maria de Aboim, doc. 4.

²⁷⁴ Armando Luís de Carvalho Homem, *op. cit.*, p. 272.

²⁷⁵ IAN-TT, Chancelaria de D. João I, Livro 1, fl. 16.

²⁷⁶ *Descobrimientos Portugueses*, Vol. I, publicação e prefácio por João Martins da Silva Marques, Reprodução fac-similada, Lisboa, INIC, 1988, doc. 157, p. 182.

²⁷⁷ *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Fernando (1367-1383)*, Vol. II, Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e João Paulo Salvado, Lisboa, JNICT, 1993, pp. 64, 154 e 287, respectivamente.

²⁷⁸ IAN-TT, Chancelaria de D. João I, Livro 1, fl. 16.

²⁷⁹ Em 1392 a documentação refere-o como estando já morto (IAN-TT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Livro 44, fl. 332).

²⁸⁰ IAN-TT, Convento da Trindade, M 2, doc. 113.

²⁸¹ Sobre mestre Gonçalo das Decretais, cf. Armando Luís de Carvalho Homem, *op. cit.*, pp. 315-317.

²⁸² Ana Maria Martins, *op. cit.*, doc. 173, p. 448.

²⁸³ Armando Luís de Carvalho Homem, *op. cit.*, Quadros Anexos, Doações e Privilégios Outorgados aos Membros do Desembargo Régio, nº 11.

²⁸⁴ IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 64, doc. 1280. O elenco dos alcaides de Alenquer, elaborado por João Pedro Ferro, nada indica quanto à existência deste Rui Gomes, assinalando apenas Rui Gomes de Azevedo, mas em 1481, não podendo por isso tratar-se do mesmo indivíduo (João Pedro Ferro, *Alenquer Medieval (Séculos XII-XV). Subsídios para o seu Estudo*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 258).

²⁸⁵ Maria do Rosário Barbosa Morujão, *op. cit.*, doc. 240.

²⁸⁶ IAN-TT, Convento da Trindade, Maço 2, doc. 113.

Provedor do Hospital de D. Maria de Aboim Pedro Peres²⁷³

Tratou-se da sua última participação no concelho de Lisboa, regressando a Coimbra em finais de 1373 ou em inícios de 1374. Armando Luís de Carvalho Homem regista-o no cargo de juiz nesta cidade entre 1374 e 1376²⁷⁴, o que nos leva a equacionar a hipótese de, apesar de algumas tentativas de regresso definitivo a Lisboa, Afonso Martins ter sido sempre afastado da cidade, primeiro, por D. Pedro I e, depois, por D. Fernando.

O facto de tanto Afonso Martins Alvernaz I como Martim Alvernaz I serem colocados como magistrados na cidade de Coimbra, ainda para mais, exercendo funções – durante um determinado período – em simultaneidade, não nos parece ser uma mera coincidência, mas sim mais uma indicação da existência de um vínculo familiar bastante forte entre ambos, que parece apontar para uma relação de paternidade. Assim, se até aqui ainda poderiam subsistir algumas interrogações acerca da filiação em Martim Alvernaz I, pela nossa parte, elas dissipam-se por completo.

Desconhecemos o percurso de Afonso Martins entre 1376 e 1383, embora possa ter sido durante esta altura que desempenhou o cargo de ouvidor de D. Fernando e do qual não parecem existir muitos registos documentais²⁷⁵.

A partir de 1383 passamos a encontrá-lo no cargo de corregedor na comarca de Entre-Douro e Minho. Pouco se sabe desta sua actividade. Conhecemos apenas a sua presença no cargo em Março²⁷⁶ e entre 5 e 12 de Julho de 1383, testemunhando, respectivamente, a elaboração das procurações dos representantes dos concelhos de Braga, de Guimarães e do Porto às cortes de Santarém de 1383²⁷⁷.

A sua ligação à corte régia, muito particularmente à de D. Fernando, terá ditado a sua postura face aos acontecimentos revolucionários de 1383-1385, o que lhe terá valido o confisco, em 1384, da totalidade dos seus bens móveis e de raiz, “*por seer com el rey de Castella em deserviço dos dictos regnos [de Portugal e do Algarve] e senhor [Mestre de Avis]*”²⁷⁸. Trata-se do último documento que o dá como estando vivo, pelo que é possível que tenha vindo a falecer pouco tempo depois²⁷⁹.

Quanto à sua vida particular, sabemos-lo casado com Inês Afonso, em 1357²⁸⁰, embora não seja possível aferir se seria esta senhora a mãe dos seus quatro filhos. Terá casado uma segunda vez, desta feita com Catarina Gonçalves, filha de mestre Gonçalo das Decretais, desembargador de D. Pedro I e de D. Fernando entre 1357 e 1368²⁸¹ e de cujos bens foi, com sua mulher, um dos herdeiros aquando das partilhas efectuadas em 1370²⁸². Assinale-se

²⁸⁷ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 1ª Inc., M 12, doc. 5.

²⁸⁸ Maria Filomena Andrade, *op. cit.*, p. 125.

²⁸⁹ Fernão Lopes, *op. cit.*, p. 305.

²⁹⁰ Sabemo-lo, nesse ano de 1369, detentor de bens na localidade de Arruda, no valor de 75 libras (AML-AH, Livro II de D. Fernando, doc. 5).

²⁹¹ A carta régia de nomeação aponta como um dos argumentos para a sua escolha o facto de ser morador em Lisboa (*Chartularium Universitatis Portucalensis*, *op. cit.*, Vol. II, doc. 300, p. 9).

²⁹² Mário Jorge Barroca, *op. cit.*, Vol. II, Tomo 2, p. 1084.

²⁹³ *Livro Verde da Universidade de Coimbra*, *op. cit.*, doc. 16, p. 77.

²⁹⁴ *Chartularium Universitatis Portucalensis*, *op. cit.*, Vol. II, doc. 308, p. 20.

²⁹⁵ *Livro Verde da Universidade de Coimbra*, *op. cit.*, doc. 17, p. 80.

²⁹⁶ *Chartularium Universitatis Portucalensis*, *op. cit.*, Vol. II, doc. 386, p. 130.

que a Afonso Martins e sua mulher coube, entre outros bens, uma herdade em Montemor-o-Novo, com o seu olival, muito provavelmente a mesma que D. Pedro I havia coutado a mestre Gonçalo, em 1361²⁸³. Registe-se que o relacionamento entre os Alvernazes e a família de Gonçalo das Decretais não se ficaram por este consórcio, tendo Constança Afonso – filha deste Afonso Martins – sido casada, em primeiras núpcias e, supomos, ainda bastante nova, com o próprio mestre Gonçalo, como veremos mais à frente neste estudo. Após a morte de Afonso Martins, Catarina Gonçalves terá desposado Rui Gomes, alcaide de Alenquer, com quem ainda se encontrava casada em 1416²⁸⁴.

No que concerne à sua teia de relacionamentos, dispomos de poucos dados. Além da proximidade com Gonçalo das Decretais, pouco mais se conhece, encontrando-se apenas referência a dois criados – João Martins e o tanoeiro Vicente Bartolomeu –, registados na qualidade de testemunhas de um documento lavrado em Coimbra, em Abril de 1383²⁸⁵.

No tocante ao seu património, apesar de não dispormos de muitos elementos, é possível reconstituí-lo, pelo menos em parte. Assim, além dos bens herdados de mestre Gonçalo das Decretais – simultaneamente seu sogro e genro –, a documentação dá-nos a conhecer uma propriedade agrícola em Vale de Donas, no termo de Lisboa. Era ainda proprietário de umas casas, com sótão e sobrado, situadas em Lisboa, na freguesia de S. João da Praça, em Alfama, que rendiam anualmente três libras. Porém, em 1357 e numa interessante estratégia de gestão patrimonial, estas casas acabam por ser escambadas com o convento da Trindade, por uma herdade com o seu olival – que trazia já emprazada por quatro libras anuais –, localizada também em Vale de Donas e confinante com as terras que aí possuía²⁸⁶.

Foi com Vasco Esteves Filipe e com Lourenço Peres, prior de S. Jorge de Coimbra, herdeiro de Moussem Rodrigues – registe-se que nada pudemos apurar acerca desta figura –, de quem recebem, em 1350, a herdade de Marvila, junto a Lisboa, com os seus olivais, vinhas e casa²⁸⁷.

Afonso Martins Alvernaz II (1369 - 1408) Um outro caso que tem trazido alguns problemas de identificação devido à homonímia é o do segundo Afonso Martins Alvernaz. Segundo Maria Filomena Andrade – cuja opinião subscrevemos face às informações que extraímos da documentação –, era filho do primeiro Afonso Martins Alvernaz e irmão de Constança Afonso, de Diogo Afonso²⁸⁸ e de João Afonso Alvernaz²⁸⁹.

A maior parte dos estudiosos tem tido alguma dificuldade em distinguir com exactidão

²⁹⁷ Assinale-se que o seu sucessor no cargo, Estêvão Peres, recebia 500 libras da moeda em uso em 1396 (*Chartularium Universitatis Portucalensis*, op. cit., Vol. II, doc. 238, p. 501).

²⁹⁸ IAN-TT, Chancelaria de D. João I, Livro 2, fl. 44.

²⁹⁹ AML-AH, Livro I de D. João I, docs. 47 e 48 e AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 178. Registe-se o facto de no dia 19 de Dezembro de 1391 o rei endereçar a Afonso Martins Alvernaz três cartas – cada uma sobre um assunto diferente, repreendendo-o sobre diversos abusos cometidos no exercício do cargo.

³⁰⁰ AML-AH, Livro I de D. João I, doc. 54.

³⁰¹ IAN-TT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Livro 12, fl. 7.

³⁰² Ana Maria Martins, *op. cit.*, doc. 183, p. 469.

³⁰³ *Livro das Posturas Antigas*, op. cit., p. 123.

³⁰⁴ IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 51, doc. 1017.

quando se trata de um ou do seu homónimo, sendo mesmo, por vezes, confundidos numa só pessoa. Todavia, o facto de em Dezembro de 1369 encontrarmos uma referência a um Afonso Martins Alvernaz, morador em Lisboa e escolar da universidade²⁹⁰, parece-nos um indicador indesmentível da sua juventude, não podendo, por isso, tratar-se do mesmo indivíduo que encontrámos com funções no concelho de Lisboa, como juiz em Coimbra e em Santarém, como ouvidor régio e como corregedor na comarca de Entre-Douro e Minho.

E terá sido precisamente a sua ligação com o meio universitário que o elevou ao lugar de conservador do Estudo Geral da capital, lugar que ocupa, a partir de 1 de Julho de 1377²⁹¹. Voltamos a encontrá-lo registado em Novembro desse ano²⁹² e em Fevereiro²⁹³ e Abril de 1378²⁹⁴. Após um largo hiato relativamente ao qual não sabemos se abandonou, ou não, o lugar, vemo-lo, de novo, em Fevereiro²⁹⁵ e em Agosto de 1385²⁹⁶ como conservador do Estudo de Lisboa, recebendo, de acordo com um documento de 1396, a remuneração de 100 libras “de moeda antiga”²⁹⁷.

Tal como nos casos de Martim Alvernaz I e de Afonso Martins Alvernaz I, também com Afonso Martins Alvernaz II se verifica uma importante aproximação ao círculo do monarca, recebendo deste, em 1390, todos os direitos que detinha no Paço do Lumiar - situado no termo de Lisboa – e em Almada²⁹⁸.

No caso de Afonso Martins II, a aproximação à corte verifica-se, não só por aquela doação, mas também pela atribuição do título de vassalo régio e, sobretudo, através da sua nomeação para o importante cargo de corregedor em Lisboa, o que pode sugerir a conclusão do

³⁰⁵ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 2ª Inc., Cx 9, doc. 50.

³⁰⁶ AML-AH, Livro I de D. João I, doc. 69.

³⁰⁷ AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 218.

³⁰⁸ IAN-TT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Livro 1, fls. 178-181 e 182.

³⁰⁹ AML-AH, Livro do Hospital de D. Maria de Aboim, doc. 41.

³¹⁰ AML-AH, Livro II de D. João I, doc. 4 e AML-AH, Livro I de Provimto de Ofícios, doc. 8.

³¹¹ AML-AH, Livro II de D. João I, doc. 5.

³¹² IAN-TT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Livro 12, fl. 7.

³¹³ AML-AH, Livro I de D. João I, doc. 47.

³¹⁴ AML-AH, Livro I de D. João I, doc. 48.

³¹⁵ AML-AH, Livro dos Pregos, doc. 178.

³¹⁶ AML-AH, Livro II de D. João I, doc. 5.

³¹⁷ Luís António Mata, *Ser, Ter e Poder: O Hospital do Espírito Santo de Santarém nos Finais da Idade Média*, Marinha Grande, Magno, 2000, doc. 13, p. 250.

³¹⁸ Acresce que nenhum outro autor o identifica neste lugar, o que parece dever-se à escassez de documentação sobre a sua passagem pelo cargo, consequência provável de uma presença de curta duração no lugar.

³¹⁹ Em 1437 João Alvernaz era procurador de Guiomar Esteves, sua mãe, na venda, por 4 000 reais brancos, do foro de uma pipa de vinho labrusco e de um par de galinhas, que Diogo Afonso dos Moinhos havia de dar anualmente (IAN-TT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Livro 9, fl. 96).

³²⁰ João Luís Inglês Fontes, *Percursos e Memória: Do Infante D. Fernando ao Infante Santo*, Cascais, Patrimónia, 2000, p. 211.

³²¹ IAN-TT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Livro 9, fl. 96.

³²² João Luís Inglês Fontes, *op. cit.*, p. 211.

bacharelato ou de uma licenciatura em Leis. A documentação regista-o nesse lugar em Dezembro de 1391²⁹⁹, em Novembro de 1392³⁰⁰, em Março de 1393³⁰¹, em Setembro³⁰² e Dezembro de 1394³⁰³, em Dezembro de 1395³⁰⁴, em Abril³⁰⁵ e em Junho de 1396³⁰⁶, em Julho de 1397³⁰⁷, em Julho de 1399³⁰⁸ e em Abril³⁰⁹ e Dezembro de 1401³¹⁰. Terá sido precisamente em Dezembro de 1401 que abandonou o cargo, pois um documento datado de 6 de Janeiro de 1402 refere já João Afonso Fuseiro como seu sucessor³¹¹. As fontes identificam-no ainda – em acumulação com o cargo de corregedor em Lisboa – como corregedor na corte régia, como é o caso de um documento datado de Março de 1393³¹².

Não possuímos elementos suficientes que nos permitam conhecer em detalhe a prestação de Afonso Martins enquanto corregedor em Lisboa. Todavia, existem várias pistas que parecem apontar para alguma dificuldade de relacionamento com as estruturas do governo concelhio da cidade. Logo em 1391, a documentação revela atitudes que denotam um certo abuso de poder, patente numa clara ingerência nas finanças municipais, obrigando o concelho a solicitar-lhe autorização para o pagamento de despesas³¹³. Sabemos também que o corregedor prendia os homens-bons do concelho que não atendessem – com a celeridade que considerava necessária ou que achava que a sua posição exigia – às convocatórias que lhes eram dirigidas³¹⁴. A documentação informa-nos ainda que destituía a seu bel-prazer os oficiais do concelho e que nomeava outros para o lugar, abusando de uma prerrogativa concedida por D. João I³¹⁵. É provável que todas estas situações não passassem de consequências directas da sua inexperiência no desempenho de um cargo com estas características, visto todos estes abusos datarem de 1391, ou seja do período inicial do seu mandato. É pois legítimo acreditar que todas essas situações tenham sido corrigidas e que o relacionamento com o concelho de Lisboa tenha melhorado. Contudo, mesmo que assim tenha sido, não nos parece que tenha tido uma actuação brilhante enquanto corregedor, já que uma carta régia datada de inícios de 1402 e endereçada ao seu sucessor, João Afonso Fuseiro, revela que Afonso Martins Alvernaz havia recebido do rei diversas cartas ordenando-lhe que desse início às obras de reparação, consideradas urgentes, na muralha do Cata-que-Farás – danificadas pelos invernos rigorosos dos anos anteriores – e *que el nom se trabalhou d'oo poer em obra*³¹⁶.

Contudo, a saída do lugar de corregedor em Lisboa não significou o abandono da carreira do oficialato régio em virtude de uma actuação menos boa enquanto corregedor em Lisboa, muito pelo contrário, significou antes a promoção – não sabemos se imediata – ao lugar de corregedor pelo rei na Casa do Cível, na altura, sediada em Santarém. Afonso Martins

³²³ João Luís Inglês Fontes, *op. cit.*, p. 211.

³²⁴ Ana Maria Martins, *op. cit.*, doc. 187, p. 476.

³²⁵ Sobre Maria Afonso Alvernaz, cf. Maria Filomena Andrade, *op. cit.*, p. 129. Esta autora havia assinalado a sua presença no cenóbio apenas a partir de 1427.

³²⁶ IAN-TT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Cx 35, fl. 338-340. Assinale-se que esta é a única referência que possuímos relativamente a Clara Afonso. Estes bens terão pertencido a seu pai, Afonso Martins Alvernaz I, e terão feito parte de uma propriedade mais vasta dividida pelos seus herdeiros após a sua morte (IAN-TT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Cx 35, fl. 338).

³²⁷ IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 51, doc. 1017.

³²⁸ Anselmo Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973 (Fac-simile da edição de 1921-1930), pp. 479-480.

³²⁹ IAN-TT, Chancelaria de D. João I, Livro 4, fl. 133. É provável que se trate de mestre Gonçalo das Decretais, já que, como vimos, morre em 1368, o que se articula com o facto de a Quinta dos Calvos ser doada a Gonçalo Vasques do Rêgo em 1370.

³³⁰ IAN-TT, Chancelaria de D. Fernando, Livro 1, fl. 57.

³³¹ Situação que, de certa forma pode ser confirmada pelo facto de em 1431 estar de novo na posse do rei que a doou a Luís Álvares, seu mestre sala (IAN-TT, Chancelaria de D. João I, Livro 4, fl. 133).

encontra-se registado neste cargo apenas em Outubro de 1408³¹⁷. A sua morte deve ter tido lugar em data muito próxima, na medida em que, após esta referência, nada mais encontramos a seu respeito³¹⁸.

Conforme já tivemos oportunidade de referir no que concerne a outros casos desta família, os elementos da vida pessoal de Afonso Martins Alvernaz II são também em número muito reduzido e extremamente lacónicos.

É possível que Afonso Martins tenha casado pelo menos uma vez, pois João Luís Fontes atribui-lhe a paternidade de João Alvernaz, filho de Guiomar Esteves³¹⁹, registado como escudeiro do infante D. Fernando em 1437. Antes desta data, João Alvernaz terá sido tesoureiro da casa do mesmo infante, cargo que já não desempenhava em 1437 e relativamente ao qual foi perdoado de uma dívida contraída³²⁰, isto apesar de em Janeiro de 1437 ainda o encontrarmos referido como escudeiro de D. Fernando³²¹. É, no entanto, possível tratar-se do mesmo João Alvernaz que a partir de 1437 se encontra documentado como contador do infante D. Pedro e como contador dos contos de Lisboa³²².

Afonso Martins II e Guiomar Esteves terão, também, sido os pais de Lopo Alvernaz, identificado igualmente como membro da casa senhorial do infante D. Fernando e a quem o mesmo infante contemplou no seu testamento com a quantia de 12 000 reais³²³.

Contudo, a referência a Maria Afonso Alvernaz – mencionada no convento de Chelas desde 1414³²⁴ e que terá ocupado o lugar de priora em 1436-1437 e em 1439-1440³²⁵ – e a Clara Afonso Alvernaz, atestada em 1432 como proprietária de bens fundiários em Pé de Mu, no termo de Lisboa³²⁶, parece apontar para que tenha tido, pelo menos, mais duas filhas, embora não se saiba se também seriam filhas de Guiomar Esteves.

Dos relacionamentos pessoais de Afonso Martins conhece-se o nome de Pedro Dias Leitão, identificado como seu criado³²⁷, o que em nada deve corresponder à realidade, na medida em que uma figura com o seu poder e prestígio teria certamente um conjunto de relações muito mais vasto e de muito maior projecção do que aquele que a documentação deixa transparecer.

³³² Fernão Lopes, *op. cit.* p. 305.

³³³ IAN-TT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Livro 26, fl. 135.

³³⁴ Armando Luís de Carvalho Homem, *op. cit.*, p. 288.

³³⁵ IAN-TT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Livro 25, fl. 372.

³³⁶ IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 55, doc. 1087.

³³⁷ IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 29, doc. 580.

³³⁸ IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 55, doc. 1087.

³³⁹ IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 29, doc. 580.

³⁴⁰ Ana Maria Martins, *op. cit.*, doc. 173, p. 448.

³⁴¹ Armando Luís de Carvalho Homem, *op. cit.*, p. 316.

³⁴² Armando Luís de Carvalho Homem, *op. cit.*, p. 316.

³⁴³ IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 61, doc. 1204. Tudo indica não se tratar do primeiro casamento de Lopo Martins, pois este, em 1397, tinha já uma filha – que, todavia, podia não ser fruto de qualquer casamento – casada com Lourenço Martins do Avelar (IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 63, doc. 1249).

³⁴⁴ Ana Maria Martins, *op. cit.*, doc. 173, p. 448.

³⁴⁵ IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 35, doc. 685 e M 20, doc. 386 e Ana Maria Martins, *op. cit.*, doc. 177, p. 456.

Quanto ao património de Afonso Martins Alvernaz II, pouco se sabe. Contudo, de acordo com as informações disponíveis, terá estado na posse da Quinta dos Calvos, na Ribeira de Loures³²⁸. Esta propriedade pertencera a Pedro Anes, copeiro de D. Afonso IV e, mais tarde, a Mestre Gonçalo – que a teve até à sua morte³²⁹ –, acabando por ser entregue por D. Fernando a Gonçalo Vasques do Rêgo, em 1370³³⁰. Assim, é muito provável que tenha sido D. João I a fazer doação – supomos que vitalícia³³¹ – daquela quinta a Afonso Martins Alvernaz II.

Diogo Afonso Alvernaz (1384 - 1409) As primeiras referências a Diogo Afonso Alvernaz, filho de Afonso Martins Alvernaz I, são-nos transmitidas por Fernão Lopes que, na *Crónica de D. João I*, o identifica como sendo um dos que ajudou o mestre de Avis na defesa de Lisboa aquando do cerco imposto pelas tropas de Juan I, em 1384, à semelhança de seu irmão João Afonso Alvernaz³³².

Terá sido criado por Gil Afonso, escrivão na Casa do Cível e que em 1418 encontramos apodado de “amo que foi de Diogo Afonso Alvernaz”³³³.

À imagem de outros membros desta família, também Diogo Afonso desenvolve a sua carreira no oficialato régio, encontrando-se identificado como sobrejuiz de D. João I, entre 1387 e 1409³³⁴. A documentação regista-o ainda, em 1393, como vassalo de D. João I, sobrejuiz e bacharel em Degredos³³⁵, pelo que terá tido frequência universitária, pelo menos até esse grau. A partir de 1409 desaparece por completo da documentação, sendo, por isso, de equacionar a hipótese de ter morrido.

Contudo, se a vertente institucional da sua vida deixou poucos registos, a sua vida privada encontra-se ainda mais envolta em dúvidas. Sabemos apenas que tinha as suas casas de morada em Lisboa, onde, em Junho de 1399 – sem que a sua presença seja referida –, é elaborado um documento relativo à contenda que sua irmã Constança Afonso mantinha com a viúva de Estêvão Vasques Filipe a propósito do morgado instituído pelo seu bisavô paterno³³⁶, João Vicente – pai de Maria Anes, mulher de Martim Alvernaz I –, sobre quem nada mais se sabe.

O relacionamento com sua irmã Constança Afonso terá sido de bastante proximidade e pautado por grande confiança, conforme se verifica no facto de em 1393 ter sido escolhido como seu procurador – em conjunto com Estêvão Vasques Filipe – nas partilhas definitivas

³⁴⁶ Ana Maria Martins, *op. cit.*, doc. 177, p. 457.

³⁴⁷ AML-AH, Livro II de D. Fernando, doc. 21.

³⁴⁸ AML-AH, Livro I de Sentenças, doc. 18.

³⁴⁹ AML-AH, Livro II de D. Fernando, doc. 21.

³⁵⁰ Sobre Estêvão Vasques Filipe, cf. Miguel Gomes Martins, “Estêvão Vasques Filipe: O percurso de um guerreiro em finais de Trezentos”, *op. cit.*, pp. 10-47.

³⁵¹ IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 33, doc. 643.

³⁵² IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 29, doc. 580.

³⁵³ Maria Filomena Andrade, *op. cit.*, p. 125, n. 42.

³⁵⁴ IAN-TT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Cx 37, doc. 6.

³⁵⁵ Maria Filomena Andrade, *op. cit.*, p. 125.

³⁵⁶ Ana Maria Martins, *op. cit.*, doc. 183, p. 469.

que aquela fez com o marido, Lopo Martins da Portagem³³⁷.

Da sua teia de relacionamentos conhecemos apenas o nome de Bacias Esteves, clérigo de missa e seu criado³³⁸.

Constança Afonso Alvernaz (1370 - 1416) A referência mais recuada a Constança Afonso, também filha de Afonso Martins Alvernaz I – identificado, por vezes, como Afonso Martins Alvernaz “o Velho”³³⁹ – e irmã de Diogo Afonso, de João Afonso e de Afonso Martins Alvernaz II, data de 1370, altura em que se procedeu à divisão dos bens do recém-falecido mestre Gonçalo das Decretais, com quem havia estado casada até há pouco tempo³⁴⁰ e de quem não parece ter tido qualquer descendência.

Desconhece-se a data do consórcio com mestre Gonçalo, porém, não terá ocorrido, certamente, entre 12 de Fevereiro de 1361 e 1366, altura em que este, acusado de receber “peitamento” de um indivíduo de nome Vasco Lourenço, foi destituído do cargo de desembargador e se viu obrigado a permanecer sempre a um mínimo de 10 léguas do local onde o rei ou os seus filhos estivessem³⁴¹. Este facto em nada contribuía para que fosse visto como um “bom partido”, pelo que é provável que o casamento tenha tido lugar depois de 1366, altura em que regressa à sua actividade de desembargador numa “posição de primeiro plano”³⁴².

Voltamos a encontrar Constança Afonso referenciada em 1380, altura em que se encontrava já casada com Lopo Martins, almoxarife na portagem de Lisboa³⁴³. Registe-se que a proximidade entre ambos remontava, pelo menos, a finais de 1370, altura em que Lopo Martins se encontra referido como curador de Leonor Gonçalves e tutor de Rodrigo Gonçalves, órfãos de Gonçalo das Decretais³⁴⁴, pelo que os filhos de mestre Gonçalo terão permanecido sob a tutela de Constança Afonso ainda durante alguns anos, talvez até atingirem a idade de róbora.

Nos dois anos que se seguem a 1380 encontramos novos registos da sua situação de casada com Lopo Martins³⁴⁵. Sobre esta personagem são conhecidos alguns elementos. Tudo indica que devia boa parte da sua fortuna ao comércio marítimo de largo trato, no qual estaria envolvido, pelo menos, com uma nau própria³⁴⁶. Antes de 1381 encontramos-lo atestado como rendeiro da portagem de Lisboa³⁴⁷, o que, mais uma vez, vem confirmar a riqueza de que seria possuidor. Parece claro que, ao fomentar esta aliança entre Lopo Martins e Constança Afonso, Afonso Martins Alvernaz I procurava trazer para a órbita familiar uma das mais importantes fortunas da cidade.

³³⁷ IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 24, doc. 470.

³³⁸ IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 55, doc. 1087.

³³⁹ Maria Filomena Andrade, *op. cit.*, p. 122.

³⁴⁰ Ana Maria Martins, *op. cit.*, doc. 187, p. 476.

³⁴¹ IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 64, doc. 1280.

³⁴² Fernão Lopes, *op. cit.*, p. 305.

³⁴³ IAN-TT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Livro 6, fl. 16.

³⁴⁴ IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 64, doc. 1280.

³⁴⁵ Fernão Lopes, *op. cit.*, p. 305.

³⁴⁶ IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 33, doc. 643.

³⁴⁷ Maria Filomena Andrade, *op. cit.*, p. 122.

Terá sido a riqueza que detinha e o prestígio que esta lhe granjeou, bem como uma possível influência exercida pelos Alvernazes junto do concelho, que elevou Lopo Martins ao lugar de regedor, encontrando-se registado no cargo em 1382³⁴⁸. Assinale-se que uma inquirição levada a cabo para esclarecer algumas questões relacionadas com a cobrança dos direitos régios na portagem de Lisboa, levantava algumas suspeitas sobre a possibilidade de ter cometido ilegalidades enquanto rendeiro dessa portagem³⁴⁹.

Contudo, por motivos que para já nos escapam, o casamento tem o seu fim em 1388. A separação é conhecida através da procuração passada por Constança Afonso a seu primo Estêvão Vasques Filipe³⁵⁰, autorizando-o a tratar das partilhas entre ela e seu marido, datada de 10 de Maio de 1388³⁵¹. Todavia, as partilhas definitivas só tiveram lugar em 1393³⁵², pelo que é possível que tenha sido difícil chegar a um acordo entre ambas as partes.

Desconhecemos a data precisa em que tal ocorreu, contudo, pouco depois da sua separação definitiva, em 1393, Constança Afonso ingressa no mosteiro de Chelas. Tudo parece indicar que esta não terá sido a sua primeira escolha, já que, como se pode verificar no documento de partilhas, Constança Afonso deveria professar no mosteiro de Santa Clara, junto a Lisboa, ficando por explicar o motivo porque veio a optar por Chelas³⁵³. Por esclarecer fica também o motivo de não ter escolhido o mosteiro de Odivelas, já que sabemos de algumas ligações da sua família a este cenóbio, através de Leonor Martins Alvernaz, que supomos ser sua tia – filha de Martim Alvernaz – e que em 1375 detinha o cargo de sub-prioressa³⁵⁴.

Maria Filomena Andrade sugere que Constança Afonso terá abandonado a vida secular depois de, em 1393, ter feito partilhas com seu marido³⁵⁵. Efectivamente, o ingresso em Chelas terá ocorrido antes de Janeiro de 1394, pois, no dia 18 deste mês, o seu primo e procurador Estêvão Vasques Filipe arrenda, em seu nome, uma marinha situada junto da Aldeia Galega³⁵⁶. Em 1395 identifica-se como dona professa do mosteiro de Chelas³⁵⁷. Contudo, não deixou todos os seus interesses nas mãos dos seus procuradores, como se encontra atestado através do seu envolvimento directo, em Junho de 1399, numa contenda com a viúva de Estêvão Vasques Filipe, a propósito do morgado instituído pelo seu bisavô³⁵⁸.

O seu percurso enquanto religiosa eleva-a ao lugar de sub-prioressa – muito provavelmente

³⁶⁸ IAN-TT, S. Vicente de Fora, 2ª Inc., Cx 17, doc. 88.

³⁶⁹ IAN-TT, Mosteiro de Santa Maria de Chelas, M 45, doc. 891.

³⁷⁰ IAN-TT, S. Martinho de Sintra, doc. 243.

³⁷¹ IAN-TT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Livro 15, fls. 22 e 23.

³⁷² IAN-TT, Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, Livro 15, fl. 26. Não rejeitamos de todo a possibilidade de estarmos em presença do mesmo João Alvernaz, filho de Afonso Martins Alvernaz II e de Guiomar Esteves, que encontramos registado em 1437 como escudeiro do infante D. Fernando (João Luís Inglês Fontes, *op.cit.*, p. 211).

³⁷³ A data da referência a Martim Alvernaz III afasta qualquer hipótese de se tratar de qualquer um dos dois anteriormente referidos (IAN-TT, S. Martinho de Sintra, Livro 1, fl. 58v-60).

³⁷⁴ As listas dos corregedores, juizes, vereadores e procuradores do concelho de Lisboa durante o século XV nada assinalam quanto à presença de outros membros da família Alvernaz para além daqueles sobre os quais nos debruçamos (Maria Teresa Campos Rodrigues, *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no Século XV*, Separata dos nº 101 a 109 da *Revista Municipal*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, s.d., pp. 139-161).

³⁷⁵ Nos outros casos que já estudámos, os Pão e Água relacionam-se com os de Aboim, os Palhavãs com os de Riba de Vizela, enquanto os Filipe mantêm relações privilegiadas com os Avelar e com os Teles de Meneses.

³⁷⁶ Relembre-se que Constança Afonso Alvernaz se identifica como prima de Estêvão Vasques Filipe.

pela mão de Aldonça Pereira, priora entre 1397 e 1434³⁵⁹ –, encontrando-se registada enquanto tal em 1414³⁶⁰. A última referência que a dá como estando viva remonta a 16 de Julho de 1416. Na altura encontrava-se acamada, curiosamente nas casas de morada que haviam pertencido a seu irmão João Afonso Alvernaz, onde, muito provavelmente, veio a morrer pouco tempo depois³⁶¹.

João Afonso Alvernaz (1384 - 1408) Além de Afonso Martins II, de Diogo Afonso e de Constança Afonso, a documentação dá-nos a conhecer um outro filho de Afonso Martins Alvernaz I: João Afonso Alvernaz, sobre quem sabemos que, tal como o seu irmão, terá combatido em Lisboa durante o cerco de 1384, sendo por isso referenciado por Fernão Lopes na *Crónica de D. João I*³⁶².

Quanto ao seu *cursus honorum*, é sabido que João Afonso exercia, em Maio de 1408, o cargo de juiz do cível em Lisboa³⁶³. Isto é, mais um Alvernaz a ascender aos lugares cimeiros da magistratura e com funções na gestão dos destinos da cidade de Lisboa, à semelhança de Martim Alvernaz I, de Afonso Martins Alvernaz I e II e de Diogo Afonso Alvernaz, respectivamente, avô, pai e dois irmãos.

João Afonso tinha as suas casas de morada em Lisboa, na freguesia da Sé e em 1416 já tinha morrido³⁶⁴, o que, de certa forma, se articula com a última referência que o dá como vivo e que remonta a 1408.

Martim Alvernaz III (1384 - 1438?) Apesar de não nos ser possível detectar qualquer filiação ou parentesco com os outros Alvernazes atrás referidos, encontramos referido um outro indivíduo de nome Martim Alvernaz que, tal como Diogo Afonso e João Afonso, também colaborou na defesa de Lisboa aquando do cerco imposto pelas hostes de D. Juan I de Castela em 1384. Fernão Lopes refere-o sem mencionar qualquer vínculo familiar com os outros dois Alvernazes³⁶⁵, pelo que será de admitir a possibilidade de se tratar de um primo daqueles dois. Todavia, não rejeitamos de todo a eventualidade de ser filho de Afonso Martins Alvernaz II, embora, devido ao desconhecimento do seu patronímico, pouco mais possamos adiantar quanto ao seu relacionamento com a restante linhagem.

Trata-se, muito provavelmente, do mesmo Martim Alvernaz que encontramos referido em Maio de 1388 na qualidade de testemunha da procuração passada por Constança Afonso Alvernaz a Estêvão Vasques Filipe³⁶⁶, o que se explica por um parentesco bastante próximo.

Os nomes e as cronologias sugerem-nos tratar-se do pai de Ana Martins Alvernaz, que Maria Filomena Andrade regista como sub-priora de Chelas entre 1439 e 1466³⁶⁷.

Apesar de nada o garantir, é também possível que estejamos na presença do mesmo indivíduo

que a documentação atesta como morador em Óbidos, na Quinta do Casseval, no ano de 1438³⁶⁸, situação que, a confirmar-se, faria dele, na altura, um indivíduo relativamente idoso, isto é, próximo dos 70 anos de idade.

Referências posteriores A sondagem efectuada em diversos fundos documentais do IAN/TT trouxe-nos o conhecimento de mais algumas personagens de apelido Alvernaz, porém, para um período posterior ao por nós estudado.

A documentação disponível assinala Gil Martins Alvernaz e sua sobrinha Maria Álvares Alvernaz, mencionados em 1457³⁶⁹; Isabel Alvernaz, mulher de Pedro de Leiria e referida em 1480³⁷⁰; João Alvernaz, escudeiro do rei e seu criado, morador em Torres Vedras, assinalado em 1477³⁷¹ e em 1478³⁷² e, por fim, um outro Martim Alvernaz – o quarto com o mesmo nome –, porém, em 1485³⁷³. Relativamente a estes indivíduos, não nos foi possível descortinar qualquer laço de parentesco com as figuras sobre quem nos debruçámos mais atentamente.

Trata-se de elementos dispersos, dos quais, numa primeira análise, nada mais se pode retirar além de conjecturas e da constatação da continuação da linhagem ao longo da segunda metade da centúria de Quatrocentos. Todavia, parecem trata-se de figuras aparentemente sem a projecção dos seus antecessores, o que aponta para uma perda da importância e, muito naturalmente, do poder político³⁷⁴, económico e social de que a família gozou ao longo de todo o século XIV e primeiros anos do XV.

Considerações finais Um dos primeiros elementos que sobressai quando nos debruçamos sobre a família Alvernaz é, tal como havíamos detectado com outros casos, como os Palhavãs, os Pão e Água ou os Filipes, a relação, nos últimos anos do século XIII e primeiros do XIV – altura de afirmação destas linhagens –, com importantes famílias nobres, no caso vertente, com os Cogominhos³⁷⁵. Todavia, no que diz respeito aos Alvernazes, o relacionamento vai um pouco mais longe, já que a aliança se consubstancia no casamento de Margarida Alvernaz e de Nuno Fernandes Cogominho. Certamente que este consórcio interessaria de sobremaneira a ambas as partes, pois aliava a fortuna dos Alvernazes ao poder e prestígio dos Cogominhos.

O relacionamento dos Alvernazes com figuras de destaque dos meios cortesãos não se fica por aqui, já que é conhecido o casamento de Constança Afonso Alvernaz com uma importante figura do Desembargo Régio, mestre Gonçalo das Decretais, do mesmo modo que um Alvernaz se casa com uma filha deste, Catarina Gonçalves.

As estratégias matrimoniais dos Alvernazes não se orientam apenas para alianças com famílias nobres, sendo conhecido um segundo casamento de Constança Afonso, desta feita com o rico mercador Lopo Martins “da Portagem”, rendeiro e almoxarife da portagem de Lisboa e detentor de uma considerável fortuna.

Pese embora a ligação a Lopo Martins – que encontramos registado em 1382 como regedor do concelho –, no caso dos Alvernazes não se verificam alianças matrimoniais com outras famílias dominantes do concelho, como sucedeu, por exemplo, com os Palhavãs e com os das Regras, através do casamento entre Sancha Peres Palhavã e Lopo Afonso das Regras. A posição dos Alvernazes é, precisamente, muito avessa – pelo menos é essa a imagem que perpassa da documentação – a formas de relacionamento com as outras famílias dominantes de Lisboa, adoptando uma política completamente oposta à dos Palhavãs, dos Carregueiros e dos das Regras. A única ligação a outras famílias de destaque do meio concelhio que lhes conhecemos é com os Filipes, embora neste caso existisse uma relação de parentesco³⁷⁶.

Mas, se não encontramos ligações a outras famílias de prestígio do quadro das elites dirigentes da Lisboa medieval, o mesmo não se pode dizer quanto à mais prestigiada instituição da capital: o seu concelho. Entre 1316 e 1365, é comum encontrar-se um Alvernaz como procurador, como alvazil ou como almotacé-mor, sendo de assinalar, por vezes, a presença simultânea no concelho de mais que um membro da família. Todavia, mesmo quando essa ligação desaparece, o vínculo com a gestão dos destinos da cidade mantém-se, pois há quase sempre um Alvernaz como corregedor ou como juiz pelo rei em Lisboa.

A presença dos Alvernazes nos lugares cimeiros das instituições de prestígio da cidade não se fica pela gestão concelhia, sendo ainda conhecida a presença de um membro desta família no importante lugar de conservador do Estudo Geral de Lisboa.

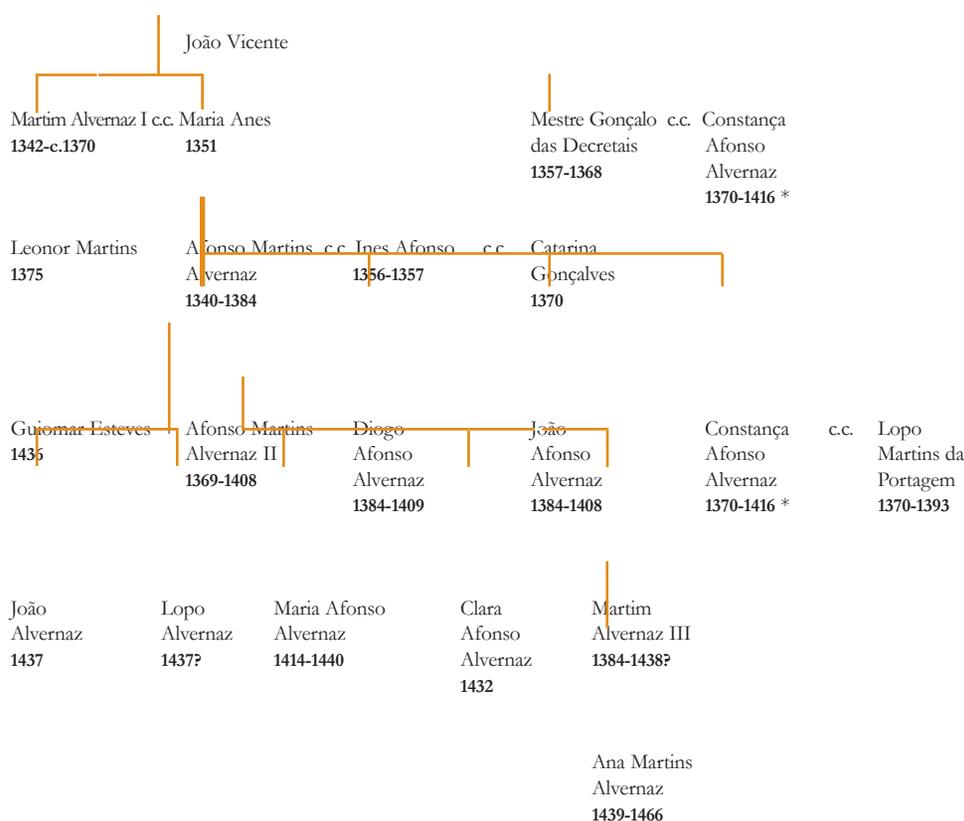
Uma outra prestigiada instituição lisboeta de então, o convento de Chelas, é também palco privilegiado para o exercício do poder por parte de diversos membros desta família. A documentação revela-nos precisamente diversas senhoras que ingressaram nesta casa religiosa, adquirindo, todas elas, um lugar de destaque na hierarquia conventual: Constança Afonso e Ana Martins foram sub-prioresas e Maria Afonso priorosa. Mas também em Odivelas se encontra a força e o poder desta linhagem, através da sub-priorosa Leonor Martins Alvernaz.

Mas se a “carreira” monástica é uma das vertentes mais assinaláveis no trajecto de boa parte dos membros femininos desta linhagem, no caso dos homens são os percursos na burocracia régia – a par com a actividade de gestão concelhia – que sobressaem. Assim, a partir de 1350 passamos a encontrar membros da família no lugar de juiz e/ou de sobrejuiz em Coimbra, em Santarém e em Lisboa, de corregedor no Algarve, na corte, em Lisboa e no Entre-Douro e Minho e ainda nos importantes e prestigiantes lugares de ouvidor régio e de corregedor da Casa do Cível.

Seja nos lugares cimeiros da hierarquia do cenóbio de Chelas, na gestão do concelho, à frente da correição de Lisboa, ou do Estudo Geral de Lisboa, a família Alvernaz encontra-se profundamente associada aos destinos da capital e detém um papel extremamente interventivo durante mais de uma centena de anos, sobrevivendo a todas as vicissitudes que cruzaram a História da cidade e do país sem sofrerem qualquer revês que lhes invertesse o processo ascendente. Mesmo quando foram afastados temporariamente do concelho, acabaram por regressar em força e com um poder redobrado.

Trata-se, sem dúvida, de um caso de sobrevivência política fora do comum, só explicável pelo enorme poder e prestígio de que eram detentores e por uma política de alianças e de relações pouco dispersa, mas muito bem orientada – tanto no que diz respeito a famílias como a figuras e instituições –, de tal forma que durante mais de um século é praticamente impossível dissociar o nome Alvernaz dos destinos da cidade de Lisboa.

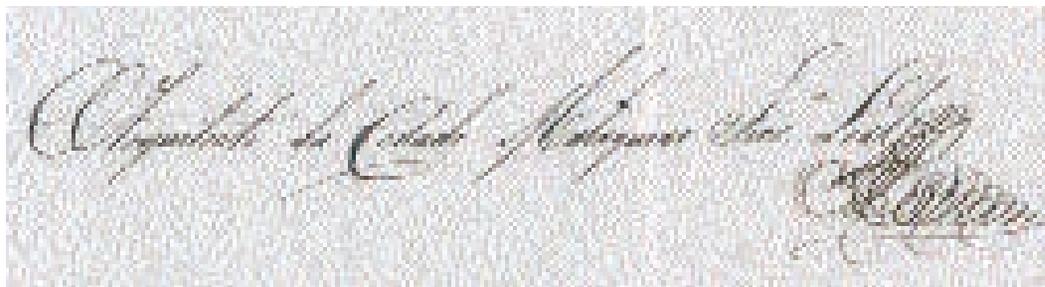
Genealogia da família Alvernaz (1342-1466)



**O Arquitecto da Cidade:
de Teodósio de Frias a
Malaquias Ferreira Leal.**

Contornos de um cargo municipal
Alexandre Arménio Tojal

A heurística vocacionada para o desenvolvimento de um trabalho académico sobre o último titular do *officio* de arquitecto da cidade, Malaquias Ferreira Leal (1787-1859), levou-nos a detectar uma tipologia documental indispensável para a identificação inequívoca da genealogia deste cargo e das suas atribuições: as cartas de propriedade. Estas encontram-se dispersas por cerca de centena e meia de livros à guarda do Arquivo Histórico Municipal, integradas no conjunto da Chancelaria da Cidade e reunidas segundo ordem cronológica, de 1636 a 1833, a par de outras tipologias como cartas de provimento de ofícios e cartas de vizinhança.



Assinatura de Malaquias Ferreira Leal; AML-AC, Informações do arquitecto da cidade, 21/ Dez/ 1837)

As cartas de propriedade de ofícios permitiram-nos registar claramente uma sequência significativa, ainda que incompleta – atendendo à tardia data de início destes livros relativamente ao ano de criação do cargo – dos arquitectos que ocuparam o ofício de *arquitecto da cidade*.

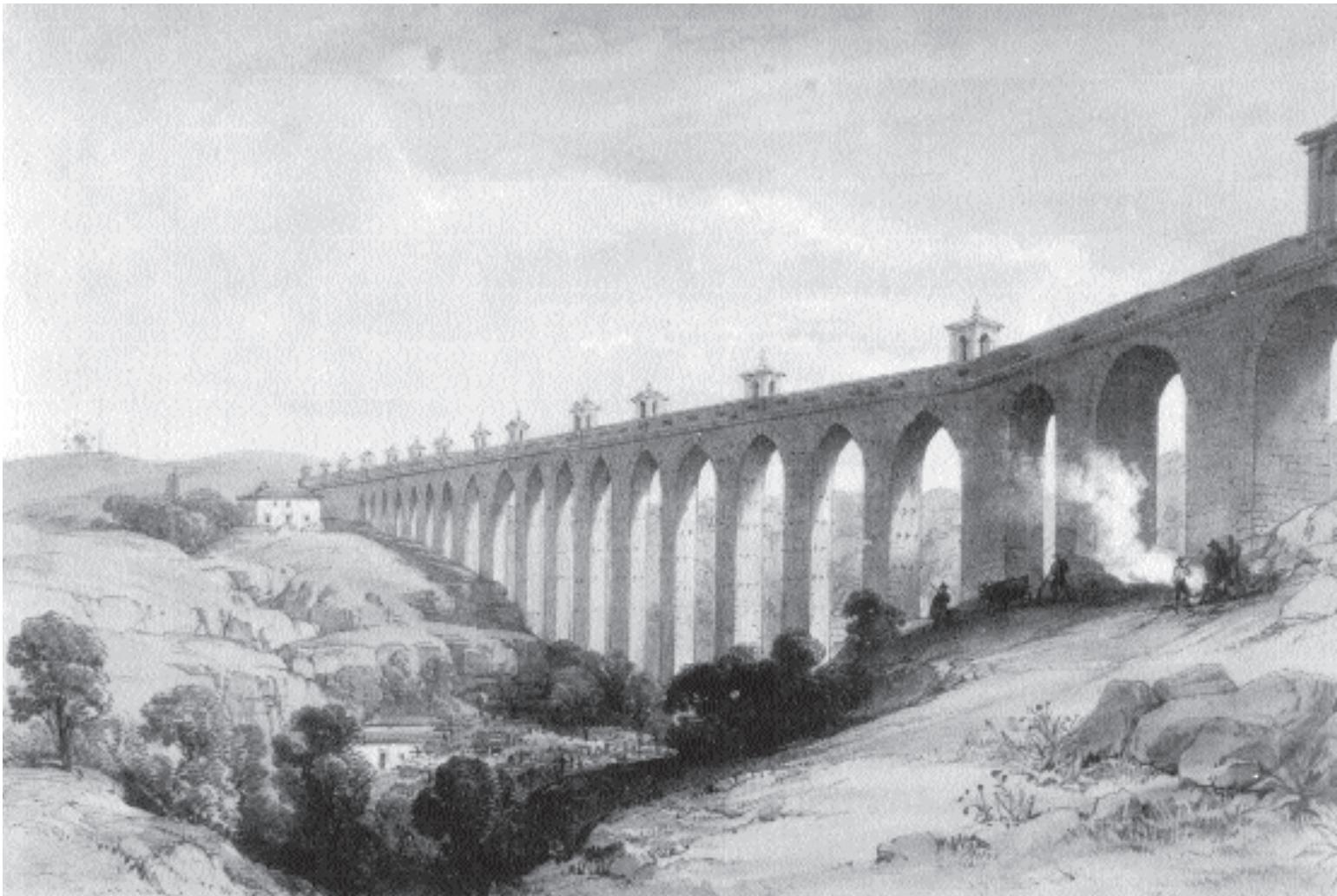
Para esta função, assim como para todas aquelas que são de provimento municipal sancionado pela coroa, as cartas de propriedade, tal como as cartas de provimento, constituem fontes fundamentais para identificação dos seus titulares, permitindo construir genealogias e balizas cronológicas seguras da actividade desenvolvida por cada um enquanto oficial ao serviço da cidade.

Transcrevemos no final deste artigo, em anexo, parcialmente, todas as cartas de propriedade detectadas, da mais antiga à mais recente, privilegiando dos textos - nesta divulgação que agora se faz - referências a nomes de arquitectos, sejam empossados ou substituídos, apreciações valorativas de desempenhos prévios, de qualidades profissionais já demonstradas ou exigidas, de funções a desenvolver e de montantes salariais a receber no desempenho do cargo, ou seja, a informação que nos pareceu mais relevante para o nosso objecto, singular, despida das repetições de discurso exigidas por uma Diplomática rígida.

Damos conta das lacunas não colmatadas na sucessão cronológica daquelas cartas, perfazendo, concretamente, o número de três; respeitam elas aos três primeiros arquitectos: Teodósio de Frias (?-1634), Mateus do Couto, tio (?-1664) e Mateus de Sousa (?-1694). Estes silêncios poderão resultar de alterações verificadas na prática jurídico-administrativa ou de incidentes na história arquivística dos documentos.

Cientes destas lacunas e da anterioridade do cargo relativamente à data inicial dos referidos livros da Chancelaria da Cidade, alargámos a heurística a outras fontes primárias e secundárias, permitindo-nos completar a genealogia sem interrupções.

Importa referir que ao longo da vigência do cargo, detectamos dois hiatos: o primeiro resulta



Gravura do Aqueduto das Águas Livres: Custódio Vieira foi seu director de obras; AML-AF, A24683.

da sua extinção por decisão municipal, após a morte do segundo titular, o arquitecto Mateus do Couto¹, e decorre de 1665 a 1678, ano em que o desempenho é reatado com Mateus de Sousa, sendo, pois, este arquitecto, o terceiro do repertório. O segundo hiato ocorre por suspensão régia do exercício da função, desde a data provável da morte do sexto na sucessão, o arquitecto e engenheiro militar Custódio Vieira (c.1690-1744), até Janeiro de 1750², ano em que o arquitecto Manuel da Costa Negreiros (1702-1750) é provido na propriedade do ofício, falecendo no mesmo ano, e por isso, ainda em 1750, substituído pelo arquitecto e engenheiro militar Eugénio dos Santos (1711-1760).

Presumimos que teremos, no final deste artigo, elencado todos os titulares do cargo de arquitecto da cidade (também chamado *arquitecto das cidades* ou *do Senado*), correspondendo o seu somatório a doze desempenhos, doze personalidades relevantes para a história da arquitectura, do urbanismo e da cidade, com notícia desde 1601 até 1822, data da extinção da propriedade dos ofícios, consagrada na Constituição liberal vintista³.

¹ Ordena o assento de vereação de 2 de Janeiro de 1655 *que d'hoje em diante se extinga o officio de architecto, que vagou por Mathens do Couto* (Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1891, tomo VI, p. 529).

² Um aviso do Secretário de Estado dos Negócios do Reino, de 16 de Dezembro de 1749, manda que, *por haver cessado o motivo por que S. Magestade mandou suspender o provimento da occupação de architecto da cidade, que vagou por morte de Custodio Vieira, é o mesmo senhor servido que o senado nomeie para ella sujeito intelligente e capaz de servir como convem* (Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., 1906, tomo XV, p. 130).

³ Claramente dentro do espírito demo-liberal, estatui o artº 13º da Constituição de 23 de Setembro de 1822: *Os officios públicos não são propriedade de pessoa alguma* (Jorge Miranda, *As Constituições Portuguesas: 1822-1826-1838-1911-1933-1976*, Lisboa, Livª Petrony, 1981, p. 6).

⁴ Dispensando-nos de referir bibliografia monográfica disponível, já que, como dissemos, o objecto deste trabalho

Não é nosso objectivo debruçarmo-nos sobre o trabalho de cada um dos doze protagonistas, alguns com aprofundados estudos já publicados⁴, nem elencar os seus contributos substantivos; pretendemos, sim, analisar o que é adjectivo no cargo de arquitecto da cidade: origem, recrutamento, titulares e perfis, competências.

Assinatura de Custódio Vieira; in *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa* (catálogo), dir. e org. Irisalva Moita, Lisboa, CML, 1990, p. 76).

Se percorrermos a diacronia histórica das funções desempenhadas em matéria de arquitectura e urbanismo anteriores ao surgimento do oficial em estudo, detectamos na história da Câmara Municipal de Lisboa vários cargos - cada um com o seu perfil e competências - preexistentes ao de arquitecto da cidade. Para além do Vereador do pelouro das obras⁵, cuja titularidade se inscreve numa legitimidade essencialmente política, encontramos os cargos de vedor das obras, escrivão das obras, medidor das obras, homem das obras e mestre das obras (os dois primeiros alvo de regimento já em Quatrocentos⁶), que constituem desempenhos de cariz mais técnico. O vedor desenvolve essencialmente uma acção de controlo e supervisão das obras da responsabilidade da edilidade; o escrivão acompanha o vedor, regista as empreitadas e respectivas condições, assim como todos os actos relativos à gestão das obras municipais e dos seus *officiais*; o medidor vistoria e procede aos cálculos de dimensões de áreas a alinhar, transaccionar ou edificar; o homem das obras⁷ e o mestre das obras acompanham de forma mais directa as obras municipais, participando também de vistorias e cordeamentos.

É neste contexto de desempenhos - com as correspondentes competências - que surge no seio da administração municipal a institucionalização da figura do arquitecto da cidade, passando a constar das listas dos *offícios ou empregos* pagos pelo cofre municipal. A data da sua criação não será posterior a 1601, podendo, nesta fase da investigação, admitir mesmo que

não é a obra feita de cada um, não podemos deixar de registar obras de referência: Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, [Lisboa], INCM, 1988, 3 vols, com entradas para todos os nomeados, excepto Mateus de Sousa; Ayres de Carvalho, *D. João V e a arte do seu tempo*, Lisboa, s.n., 1962; *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, dir. José Fernandes Pereira, coord. Paulo Pereira, Lisboa, Ed. Presença, 1989, com entradas para Mateus do Couto, João Antunes, Custódio Vieira, Manuel da Costa Negreiros, Eugénio dos Santos, Mateus Vicente de Oliveira, Remígio Francisco de Abreu e José Manuel de Carvalho e Negreiros; Joaquim de Oliveira Caetano, "Arquitectos, Engenheiros e Mestres de Obras do Aqueduto das Águas Livres", in *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa* [Catálogo], dir. e org. Irisalva Moita, Lisboa, CML, 1990, com notas biográficas para Teodósio de Frias, Mateus de Sousa, Custódio Vieira e João Baptista Barros; José Manuel Pedreirinho, *Dicionário dos Arquitectos activos em Portugal do século I à actualidade*, Porto, Ed. Afrontamento, 1994, com entradas para todos os nomeados, excepto Mateus de Sousa.

⁵ A organização por pelouros data da Carta Régia de 1 de Fevereiro de 1509, que define três áreas de acção: carnes, almotaçaria, obras e limpeza da cidade (Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., 1885, tomo II, pp. 13-14).

⁶ *Livro das Posturas Antigas*, Lisboa, CML, 1974, pp. 163 e 164.

⁷ A nomeação de João da Gama como homem das obras, pelo Assento de Vereação de 31 de Outubro de 1656, é esclarecedora quanto às funções deste funcionário municipal: *será muito vigilante em vêr as calçadas e mais obras da cidade, e dará os mais dos dias conta ao vereador do pelouro do que se obra n'ellas, e se assistem as quadrilhas e se lbes dá aviamento* (Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., 1889, tomo V, p. 616); estas funções constarão do *Regimento dos homens que assistem ao serviço da camara, que o senado mandou fazer no anno de 1669*, concretamente do seu capítulo 4º, intitulado: *Da obrigação do Homem que tiver á sua conta a occupação das obras* (idem, *ibidem*, 1894, tomo VIII, pp. 3-4).

⁸ A propósito de uma contenda surgida em Abril de 1605, entre a Câmara e o provedor das obras reais, no âmbito

possa remontar ainda a Quinhentos. A primeira notícia da existência de um arquitecto da cidade é, no entanto, de 1601, e refere-se a Teodósio de Frias, a quem coube inaugurar a genealogia⁸.

O surgimento do cargo ou *officio* de arquitecto da cidade decorre antes de mais, da emergência deste profissional no contexto sócio-cultural dos reinos de Espanha e Portugal unidos dinasticamente entre 1580 e 1640.

Em Espanha, o ano de 1561 marca a nomeação de Juan Bautista de Toledo (?-1567) como o primeiro *arquitecto do rei*, ou das obras reais, substituído, em 1567 por Juan de Herrera (1530-1597), estando já institucionalizada a designação⁹ no corpo de funcionários régios e no tecido sócio-profissional.

Não se trata de mera cosmética taxionómica, ou seja, de substituir a classificação dos há muito existentes *mestres de obras* por *arquitectos*, mas de uma evolução qualitativa - nascida mais longe, nos círculos Humanistas de Roma, Florença e Veneza de Quatrocentos, protagonizados por Bramante, Palladio, Vignola ou Delorme - no desempenho daqueles que desenham e projectam arquitecturas públicas ou privadas, militares, civis ou religiosas, utilitárias ou de lazer. Os artífices da pedra e da madeira medievais detentores de um saber prático dão lugar aos arquitectos, homens de ciência e de arte que aliam razão e prática e que reclamam para a sua função - tal como os pintores e escultores - a liberalidade das artes legada pelos clássicos¹⁰, circunscrita aos homens livres, num estatuto em tudo semelhante ao poeta.

Também em Lisboa os mestres de obras da esfera régia irão dar lugar aos arquitectos. Baltazar Álvares (?-1624), *mestre das obras da comarca dalemtejo, mestre das obras dos paços das villas de Sanctarem, Almeirim e Saluaterra mestre das obras do moesteiro da Batalha* surge, num Alvará de confirmação de aforamento, de 1587, como *moço da camara e archibecto do rei*¹¹; Domingos da Mota (?-1603) é nomeado *archibecto regio* por carta de 28 de Julho de 1601¹², substituído em 1603 pelo já arquitecto da cidade, Teodósio de Frias.

Pelas datas apresentadas vemos que a municipalidade não tardou a sentir a necessidade de integrar no seu corpo de funcionários um arquitecto próprio, indiciando actualidade na condução das questões de urbanismo e arquitectura. A sua inclusão no rol de funcionários municipais evidencia a premência de dotar a administração da cidade de um técnico

das comemorações do nascimento do futuro Filipe III de Portugal, faz-se alusão a uma intervenção de 1601 (ano de nascimento da infanta Ana Maurícia) do *archibecto Theodosio de Frias*, na repartição dos lugares nos palanques montados para as corridas de touros, a par de Gregório de Moraes, procurador da cidade e Pedro de Pina da Fonseca, *vedor de suas obras (...)*. (Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., 1885, tomo II, pp. 147-148). Devemos admitir, no entanto, que perante novas fontes outro nome anterior possa existir.

⁹ V. Juan Jose Martin Gonzalez, *El artista en la sociedad española del siglo XVII*, Madrid, Cátedra, 1984.

¹⁰ *Su intención primera es demostrar la conexión de la actividad artística con la de las enseñanzas liberales establecidas por la filosofía escolástica, como disciplinas que forman el espíritu, o, al menos, demostrar que el ejercicio de las artes plásticas no es un oficio sino la expresión del espíritu debidamente formado, que perfecciona la individualidad personal, con lo que se alcanzaba un concepto diferente del hombre dedicado a ellas* (Maria Victoria Garcia Morales, *La figura del arquitecto en el siglo XVII*, Madrid, Universidad Nacional de Educacion a Distancia, 1991, pp.42-43).

¹¹ IAN/TT, Filipe I, *Doações*, liv. 12, fl. 300 v., cit. por Sousa Viterbo, op. cit., vol. I, p. 18.

¹² Sousa Viterbo, op. cit., vol. II, p. 187.

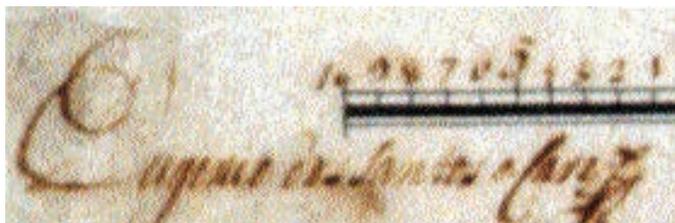
¹³ Função que acentuará a especialização do desempenho: *El cambio esencial en la personalidad nueva del arquitecto es su principal obligación de elaborar trazas. En la práctica después alternaban esta función con la dirección de la obra que correspondía al edificio trazado o de otro arquitecto. Pero hay que llamar la atención acerca del papel creciente que va teniendo la especializada función de dar trazas, hasta el extremo de que aparece como una nueva profesión: tracista* (Juan Jose Martin Gonzalez, op. cit., p. 61).

especializado, apto a proceder a medições ou cordeamentos, avaliações e vistorias e, principalmente, a realizar plantas e desenhos, atestando a sua preparação para projectar¹³.

O crescimento urbano e a necessidade de disciplinar as obras particulares, de edificação ou alteração, produzem também um espaço de intervenção do arquitecto da cidade com contornos que não conseguimos apurar com rigor mas que intuimos nas intenções e disposições, quer da Câmara, quer da coroa sobre a matéria. Uma carta régia de 22 de Junho de 1611, na sequência de uma exposição camarária, determina que *os edificios que se reformarem, e os que de nouo se fiserem, sejam por a traça que ordenar a camara da cidade, para que se fação nos sitios mais acomodados e cõ as correspondencias necessarias, com que se acrescente o ornato e nobresa della; e do modo em que disto se hade executar, parece que se deue fazer hu regimento, cometendosse a execussão a camara, por uia do pelouro das obras (...)*¹⁴.

Creemos que este esforço de controlo, disciplina e embelezamento não se faz sem a participação do arquitecto da cidade. E é um caminho que a administração municipal persegue, reforçando aquelas disposições, quer através de um assento de vereação, de 13 de Março de 1618, quer pela Carta Régia de 29 de Janeiro de 1619, ordenando, esta última, que *as casas, que se reedificarem, seja com aprouação, licença e traça dada pella camara*¹⁵.

Estas competências manter-se-ão na posse do município, ficando uma quota parte nas mãos do arquitecto da cidade. Só com o consulado pombalino, e na sequência do terramoto de 1 de Novembro de 1755, serão reclamadas pelo poder central, sendo restituídas nos anos trinta de Oitocentos¹⁶. Curiosamente, neste período de esvaziamento de funções municipais, nem por isso os arquitectos da cidade perdem projecção, como são exemplo Eugénio dos Santos, autor da planta da Baixa pombalina, ou Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785), responsável pela Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus (concluída, após a sua morte, pelo arquitecto Reinaldo Manuel dos Santos, 1731-1791), que, por deterem outros cargos, neles fazem valer a sua intervenção na cidade.



Assinatura de Eugénio dos Santos; in Cartulário Pombalino, Lisboa, DPC/AML, 1999, Prospecto n.º1.

Mestre de obras, canteiro, pedreiro, ou mesmo carpinteiro são designações e desempenhos preexistentes à generalização do uso e exercício de “arquitecto” e que coexistirão¹⁷, podendo

¹⁴ Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., 1885, tomo II, p. 268. De resto, o esforço normativo no sentido de ordenar o crescimento e as alterações arquitectónicas e urbanísticas da cidade é já muito anterior, constituindo, no entanto, o reinado de D. Manuel, um marco decisivo (v. Helder Carita, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, especificamente o cap. IV, “A legislação manuelina em Lisboa – 1498-1502”, pp. 81-88).

¹⁵ Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., 1885, tomo II, p. 432.

¹⁶ V. Raquel Henriques da Silva, *Lisboa Romântica, urbanismo e arquitectura: 1777-1874*, Lisboa, s.n., 1997, pp. 276 e segs. (Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

¹⁷ Vejamos exemplos dos melhores arquitectos, para o século XVI (retirados de Sousa Viterbo, op. cit., vol.I, pp. 66-74; 170-204; vol. III, pp. 125-134): João de Castilho (act. 1513-1561?), é designado em documentos coevos como *mestre empreiteiro, mestre das obras, mestre das obras do mosteiro da Batalha*; Diogo de Castilho, irmão mais novo, (act. 1517-1573/1575), surge como *pedreiro*, tendo sido nomeado *mestre das obras* dos Paços Reais de Coimbra; Miguel de Arruda (act. 1533-1563?) foi *pedreiro, mestre das obras do mosteiro da Batalha, mestre das obras da pedraria e alvenaria dos meus paços da villa de Santarem, mestre das obras [dos muros e fortalezas] ou mestre das obras de fortificação*; Diogo de Torralva (act. 1541?-1566?) é designado como *mestre das obras [da comarca do Alentejo e dos paços de Evora], mestre das obras [conuento de Thomar], mestre das obras [do mosteiro de Nosa Senhora de Belem]*.

mesmo constituir etapas de um *cursus* que alguns titulares percorreram como é o caso de João Baptista de Barros (?-1737), o quinto titular na genealogia que reconstituímos, que antes de ser *architecto civil e militar*, tal como consta da sua carta de propriedade passada em 1712, desempenhou as funções de *Mestre Carpinteiro da Cidade*. O mesmo ocorreu com o seu substituto, o arquitecto, e engenheiro militar Custódio Vieira: tendo iniciado a sua actividade



Gravura da Igreja e Convento do Sagrado Coração de Jesus (Basílica da Estrela): Mateus Vicente de Oliveira foi o seu primeiro arquitecto; AML-AF, A7434.

como carpinteiro, foi mestre carpinteiro de branco da Junta de Comércio Geral em 1717¹⁸, antes de ser nomeado arquitecto *das Sidades* [sic] ou dos *Sennados*¹⁹, em 1737. Se a maioria dos ofícios de *data*²⁰ da Câmara passavam de pai para filho por herança, o mesmo parece não ter acontecido, maioritariamente, com o arquitecto da cidade, como confirmam as cartas de propriedade conhecidas. Registamos algumas ligações familiares mas nenhuma delas configura, juridicamente, um vínculo sucessório, não nos permitindo falar, no que toca a este cargo, de uma normal patrimonialização do ofício, pois apesar da sua propriedade vitalícia não há lugar a transmissão de direitos após a morte.

Sobre o primeiro titular, Teodósio de Frias, importa lembrar que seu pai, Nicolau de Frias (?-1610), para além de outros cargos que ocupou, foi *mestre das obras da cidade*, posição que poderá ter tido peso na escolha do filho para primeiro arquitecto da cidade.

Desconhecendo a carta de propriedade de Teodósio de Frias, assim como dos dois oficiais

¹⁸ V. Joaquim Oliveira Caetano, “Arquitectos, Engenheiros e Mestres de Obras do Aqueduto das Águas Livres”, op. cit., pp. 84-87.

¹⁹ Pelo Alvará de 15 de Janeiro de 1717 a cidade foi dividida em duas, passando a existir uma cidade oriental e outra ocidental, cada uma com um Senado distinto, daí que a designação do cargo de arquitecto da cidade tenha tomado – neste período - o plural, pois a mesma pessoa servia as duas Câmaras.

²⁰ Termo usado para designar os ofícios de doação ou concessão da Câmara.

²¹ Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., 1891, tomo VI, p.542.

seguintes (Mateus do Couto e Mateus de Sousa como referimos), podemos, no entanto, admitir que nestes primeiros exercícios da função, o ofício fosse passível de ser transmitido de pai para filho, tendo presente o que é dito na consulta da Câmara de 28 de Fevereiro de 1665, a propósito da vacatura por morte do segundo titular, Mateus do Couto. Neste documento, elencando-se algumas formas de contenção de despesa de modo a sustentar o descalabro económico da administração municipal, refere-se o *officio de architecto da cidade*, vago *por morte de Matheus do Couto, a quem não ficaram filhos*²¹. Entrevemos nestas palavras que a decidida extinção do cargo por iniciativa municipal, fundada em razões de ordem económica, só foi possível nesta altura porque não houve herdeiro directo do arquitecto Mateus do Couto, apesar de estar já activo o seu sobrinho, arquitecto do mesmo nome, Mateus do Couto, sobrinho, (?-1696).

Admitimos uma evolução qualitativa no que respeita a esta questão, que passa, quanto a nós, por um amadurecimento do perfil do arquitecto em geral, afirmando-se como cultor de uma profissão “liberal”, cada vez mais distante dos oficiais mecânicos e das suas regras de funcionamento e organização. De resto, esta evolução terá andado de par com aquela que os pintores viveram, tendo para isso, protagonizado acesas reivindicações²².

O arquitecto, indissociável do engenheiro neste período, acentua, em definitivo, um estatuto profissional prestigioso, consolidado numa formação prática mas também teórica, ministrada pela Aula do Risco do Paço da Ribeira (criada em 1594), por diferentes *Casas de Riscar* associadas a estaleiros de obras régias, ou pela Aula das Fortificações e Architectura Militar na Ribeira das Naus, fundada em 1647²³.

Mais do que por herança patrimonial, o desempenho tem que se afirmar pela qualidade dos conhecimentos e da arte visíveis nas soluções apontadas, nas architecturas realizadas ou nos desenhos projectados e levantados; tem que ser pela *industria, arte e experiencia pessoal*, tal como vem a definir um importante Decreto nesta matéria, de 3 de Agosto de 1753, referindo claramente estes critérios como aqueles sobre os quais deve assentar a legitimidade da titularidade e do exercício de um conjunto de profissões, entre as quais a dos *architectos*, repudiando o espírito da sucessão directa da propriedade do ofício: *hei por bem declarar que em todos e quaesquer officios e ministerios, assim maritimos, como terrestres, para o que se requiere a propria industria, arte e experiencia pessoal, ou sejam liberaes ou mechanicos, não tem logar o costume do reino, e, com a morte das pessoas que os serviram em vida pela sua pericia, ficam totalmente vagos, para livremente se provêrem nas pessoas mais peritas e experimentadas que os pretenderem, sem que os filhos dos proprietarios tenham direito algum de os pedirem; praticando-se o mesmo nestes officios, que se observa nos dos contos do reino e casa, salvo pelo proprio merecimento, arte industria e experiencia com que serão admitidos em concurso. Pelo que ordeno que mais se não passem cartas, por costume do reino, de taes officios, aos filhos dos proprietarios, nem para este fim se admittam a justificar no juizo das justificações do reino, nem se acceitem petições de graça para se me consultarem sobre esta materia, por quaesquer causas de equidade que se representarem. E as pessoas que já estiverem encartadas por semelhante modo, sejam logo mandadas examinar nas repartições a que pertencer, e achando-se imperitos e inhabeis para pessoalmente exercitarem os officios e ministerios, em que estiverem encartados, sejam privados delles, e recolhidas as cartas que se desnotarão em seus registos; e os officios serão providos por concurso nas pessoas mais habeis, peritas e experimentadas que*

²² V. Vítor Serrão, *O maneirismo e o estatuto social dos pintores portugueses*, Lisboa, INCM, 1983.

²³ V. Margarida Calado, “Ensino”, in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, op. cit., pp. 160-163.

²⁴ Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., 1906, tomo XV, pp. 455-456.

²⁵ AML-AH, Chancelaria Régia, *Livro 11º de Consultas e Decretos e D. Maria I*, fl. 53 v.

*os pretenderem e pessoalmente houverem de exercitar*²⁴.

Este Decreto constitui um marco de modernidade normativa, já que configura, ainda que embrionariamente, a democraticidade possível no acesso à propriedade dos cargos, fazendo-o depender, não da consanguinidade mas da preparação e do talento dos candidatos a concurso. Traduz também, o mesmo Decreto, uma noção mais moderna de determinados desempenhos profissionais, preterindo o privilégio, que mantém os *imperitos e inhabeis*, em favor do concurso, que abre o leque de opções para aqueles que revelem “habilidade”, “perícia” e “experiência”.

No que respeita ao arquitecto, a sua inclusão no rol das profissões visadas pelo Decreto de 3 de Agosto de 1753 é sinal, sem dúvida, de uma maturidade conquistada ao nível do estatuto sócio-profissional, perspectivadora de desempenhos de maior qualidade.

Para além de Teodósio de Frias, também entre Manuel da Costa Negreiros (o sétimo da genealogia), Eugénio dos Santos (o oitavo) e José Manuel de Carvalho Negreiros (1751-1815, o décimo primeiro do elenco) se detectam ligações familiares muito próximas (o primeiro é sogro do segundo e avô materno do terceiro). Constatamos a inexistência de transmissão sucessória, tendo consciência, no entanto, do peso que os laços de sangue, neste caso associados ao prestígio de uma família de engenheiros e arquitectos, possa ter produzido. Aliás, o próprio José Manuel de Carvalho Negreiros, no decurso do processo de nomeação do substituto de Mateus Vicente de Oliveira, ao requerer ser provido no lugar, alega a sua preparação de oito anos bebida nas *melhores Academias de Italia onde mostrara a sua pericia*, entretanto comprovada na corte *em tudo o que pertencia á Architectura civil e Militar*, e não deixa de frisar claramente a sua filiação: *filho legitimo do Capitão Eugenio dos Sanctos de Carvalho, e Netto do Sargento mor Manoel da Costa Negreiros, que ambos foram proprietarios deste mesmo officio por muitos annos; sucedendo um ao outro*²⁵.

A Mesa do Senado divide-se: os partidários de Carvalho Negreiros apoiam-se no crédito profissional do candidato mas também na sua legitimidade de *Filho, e Neto de Proprietarios*; os apoiantes de Remígio Francisco (?-1792), pela segunda vez opositor ao concurso²⁶, fundamentam a escolha, *tanto pella sua antiguidade*, como por estar já ao serviço do rei, sendo *hum dos mais aptos Artistas deste genero, como havia já mostrado em muitos Monumentos do seu engenho*. Concluem, estes, que no cargo de arquitecto da cidade deve ser provido *quem seja mais perito, e não quem quizer entrar nelle por modo de successão*²⁷.

A decisão régia pende para Remígio Francisco, reforçando, quanto a nós, a importância do mérito profissional em detrimento da sucessão familiar. José Manuel de Carvalho Negreiros terá de esperar pela morte do seu concorrente, para - sete anos mais tarde - se apresentar novamente a concurso e então conquistar o lugar.

Sobre a sucessão, as cartas de propriedade não deixam dúvidas. Sendo o ofício propriedade vitalícia, só há lugar a substituição por motivo de falecimento do titular, tal como registam todas as cartas que apresentamos, indicando sempre, para além do nome do novo arquitecto

²⁶ Na primeira vez foi preterido em favor de Mateus Vicente de Oliveira.

²⁷ AML-AH, Chancelaria Régia, *Livro 11º de Consultas e Decretos e D. Maria I*, fls. 54 e 54 v.

²⁸ Eugénio dos Santos, pelos menos desde 1753, recebeu *novos emolumentos que os seus antecessores não perceberam* (Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., 1906, tomo XV, p. 472).

proprietário, o nome daquele que é substituído.

Associado ao nome do novo oficial, o texto regista os cargos que detém, assim como as qualidades que o habilitam ao cargo, dentro do espírito do Decreto de 3 de Agosto de 1753, atrás citado, posterior às primeiras cartas, mas já confirmado por uma prática anterior.

Desconhecendo a idade com que Mateus do Couto iniciou funções municipais, sabemos que, pelo menos desde 1629 é proprietário do ofício de arquitecto das Ordens Militares de Avis e Santiago; João Antunes (1643-1712) nomeado com 52 anos, é já *architetto das obras de Santa Engracia e perito na arte de Architectura*; o seu sucessor, João Baptista de Barros, apresenta certidão assinada por Domingos Vieira, lente da Aula de Fortificações, que o declara *Siente na architectura civil e militar com especulação e de bom procedimento*; Custódio Vieira, arquitecto da cidade aos 47 anos, ocupava o cargo de *Architetto dos passos, e obras de Sua magestade*, achando-se já ao serviço do Senado – gratuitamente - na direcção e medição das obras do aqueduto das Águas Livres, sendo-lhe reconhecida *muita ciencia na arte de architettura, que havia mostrado Em obras de Consideração*; Manuel da Costa Negreiros, *Architetto da Sagrada Religião de Malta, e da serenissima Casa do Infantado*, torna-se titular do cargo municipal com 48 anos, *Segundo a boa informação que delle Se ouve em Meza, e da sua muita Ciensia, e Capacidade, ser perito na arte da architettura*; Mateus Vicente de Oliveira conquista o cargo municipal com 54 anos, sendo já arquitecto da Casa do Infantado, do Priorado do Crato e da Igreja de Lisboa; José Manuel de Carvalho Negreiros é Medidor da Casa das Obras dos Paços Reais quando, muito próximo dos 40 anos de idade, assume o cargo de arquitecto da cidade.



Igreja de Santa Engrácia: João Antunes foi o seu primeiro arquitecto; AML-AF, A32695.

Registamos estas nomeações, a título de exemplo, para darmos conta de dois aspectos que

queremos salientar: a idade média apresentada e o currículo espelhado nos cargos já detidos. Por um lado, verificamos que, geralmente, são entrados os quarenta anos, ou mesmo os cinquenta, quando os arquitectos conquistam a carta de oficiais municipais. Mesmo daqueles cujas datas de nascimento não são conhecidas, pelas notícias de actividade, parece-nos que o mesmo ocorre. Anteriores aos quarenta anos, só registamos Eugénio dos Santos e José Manuel de Carvalho Negreiros, que acedem ao cargo com 39 anos, idade no entanto, muito próxima da média para não se constituírem como caso singular, e Malaquias Ferreira Leal, este, sim, um caso particular no contexto da genealogia que o precede, pois inicia a sua actividade como arquitecto da cidade ainda na casa dos vinte anos. Sobre este último titular adiantamos apenas que o acesso precoce, comparativamente, constituirá o resultado de um novo percurso de formação inicial.

Quanto ao currículo, não podendo dissociá-lo da idade, constatamos que se chega a arquitecto da cidade após dadas algumas cartas importantes no âmbito da competência profissional, reconhecida, concretamente, na titularidade de outros cargos, o que coloca o lugar municipal no conjunto dos mais prestigiantes para o exercício da arquitectura e, obviamente, bastante importante na carreira de um arquitecto.

O vencimento auferido, é, no entanto, bem inferior ao de outros cargos, ainda que àquele os arquitectos adicionem custas específicas recebidas por vistorias *de partes que deverem pagar*. Enquanto, por exemplo, Teodósio de Frias ou João Antunes, como arquitectos régios, recebem anualmente 50\$000 réis, o cargo de arquitecto da cidade proporciona-lhes apenas 20\$000 réis, vencimento que se mantém até Eugénio dos Santos, como atesta a sua carta de propriedade. Outro cargo, o de arquitecto das Ordens Militares, faz receber a Mateus do Couto 80\$000 réis por ano; o mesmo recebem, sucessivamente, João Antunes, João Baptista de Barros e Custódio Vieira, a seu tempo, também titulares deste cargo.

O ordenado aumenta a partir de Eugénio dos Santos²⁸, provavelmente para os 48\$000 réis definidos no artº VI, do capítulo III, do Alvará de 23 de Março de 1754²⁹, dedicado ao *architecto das obras da cidade*, e que constam já na carta do seu sucessor, Mateus Vicente de Oliveira. O mesmo valor mantém-se até Malaquias Ferreira Leal, acusando uma clara desactualização.

No que respeita às competências concretas, também as cartas de propriedade permitem um conhecimento preciso da actividade. Se o formulário seguido no discurso textual acusa alguma estabilidade ao longo dos anos, não deixa de haver registos particulares que nos importa ter em conta.

A função de executar todas as *plantas e riscos* terá sido uma atribuição – central - comum aos doze proprietários, no entanto, algumas cartas são omissas nesta matéria, como as de Manuel da Costa Negreiros, Custódio Vieira e João Baptista de Barros. As restantes são claras, como as de João Antunes, Mateus Vicente de Oliveira, Remígio Francisco, José Manuel de Carvalho Negreiros ou Malaquias Ferreira Leal: farão todas as *plantas e desenhos* que o Senado os encarregar, gratuitamente.

Para o provimento do lugar de arquitecto, após a sua extinção em 1665, atrás referida, alega-se que *n'este Senado houve sempre architecto assalariado para fazer as plantas das obras da cidade, o qual*

²⁹ V. Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., 1906, tomo XV, p. 506.

³⁰ Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., 1894, tomo VIII, p. 281.

offício se não proveu de annos a esta parte por se entender não havia necessidade d'elle; agora, que este senado tem tantas obras, necessita cada dia de se fazerem plantas, propondo-se – nesta Consulta da Câmara de 23 de Maio de 1678³⁰ - o nome de Mateus de Sousa a quem o Senado vinha já encomendando as plantas de que tinha precisão. Constitui, portanto, esta função, uma razão fundamental para justificar a presença de um especialista no corpo de funcionários do Senado. Se as inúmeras obras municipais exigem alguém diariamente disponível para riscar, a necessidade de preservar coerências formais e estéticas reforçam-no, conseguindo-se que todas as obras que se fizerem de novo se façam por uma só planta, para que fiquem com mais formosura.

O arquitecto João Antunes, à data da sua carta de propriedade já *Architeto das obras de Santa Engracia*, requer provimento no officio *Sem mais encargo que o de fazer as plantas que o Senado lhes mandar*, permitindo-se exigir o desempenho do que seria fundamental, obviamente mais dignificante para um arquitecto com o seu currículo e dispensando-se de prestar funções, menos nobres, e não nucleares do exercício da *sua arte de architettura*, como aquelas que se relacionavam com o apoio aos incêndios e que terão andado na esfera de competências deste cargo. A condição foi aceite como deixa claro o texto: *nam sera obrigado elle dito João Antunes a assistir aos incendios que Succederem, nem tera as Chaves da Caza em que esta a bomba.*

Já o antecessor de João Antunes, o arquitecto Mateus de Sousa, ao ser provido no lugar, recebe a obrigação de *assistir aos fogos e de ter uma chave d'uma das trez casas dos instrumentos para se acudir aos incendios*³¹, atribuição que julgamos ter cabido também a Teodósio de Frias e Mateus do Couto, pois a Consulta da Câmara citada refere tratar-se de repor *novamente* esta obrigação, pressupondo, pois, a sua existência anterior.

Compreendemos a inclusão desta função no perfil do arquitecto na medida em que a prevenção e o combate aos incêndios se geria sob a tutela do Vereador das obras. Àquele é pedido, perante fogos deflagrados, que desempenhe um papel de coordenação dos meios humanos e materiais disponíveis, tarefa que, por exemplo, Mateus de Sousa desenvolvia com zelo, e que abona em favor da sua admissão à Câmara: *De Matheus de Sousa tem este senado boa satisfação, assim pelas plantas que tem feito, como pela promptidão com que acode aos fogos, em que manda trabalhar com acerto*³². O conhecimento que o arquitecto detém da malha urbana, dos materiais de construção e até do desenho de inúmeras edificações de Lisboa poderá justificar esta atribuição. Pressupomos que a função terá acusado alguma continuidade no elenco das competências do arquitecto da cidade, pois vamos ainda encontrar – em 1834 - o último titular, Malaquias Ferreira Leal, como *Patrão da Bomba n.º 1*³³.

Entendemos que a acção deste oficial se terá feito sentir com maior permanência - e de forma mais visível - na vida da cidade, através de outras duas funções normalmente interligadas: vistoriar e medir ou cordear³⁴. As cartas de propriedade são, igualmente, claras a este respeito: o arquitecto deve estar *pronto no servico da cidade* e comparecer *todas as ueses que o chamarem para*

³¹ Idem, *ibidem*.

³² idem, *ibidem*.

³³ *Pago a Malaquias Ferreira Leal importância do ordenado que venceu desde o 1.º de Janeiro até 13 de Março passado como Patrão da Bomba n.º 1* (AML-AC, Borrador Diário, 1834, fl. 20 v.).

³⁴ Para o período pombalino, v. Maria de Lurdes Ribeiro da Silva, “Aspectos da intervenção do senado da Câmara na reconstrução pombalina – os livros de cordeamentos”, in *Actas das Sessões – I Colóquio Temático: o Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana (séculos XVI-XIX)*, Lisboa, CML, 1997, pp. 101-120.

³⁵ Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., 1906, tomo XV, p. 506.

³⁶ Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., 1896, tomo IX, pp. 367-371.

*fazer o que lhe for mandado ou assistir prontamente a todas as vistorias. É o que vem repetir o acima citado Alvará de 23 de Março de 1754 (cap. III, artº VI), que obriga o arquitecto da cidade a assistir prontamente a todas as vistorias do publico, para que fôr chamado (...) sem levar outro algum estipendio, excepto nas vistorias das partes que fõrem condemnadas em custas*³⁵.

Através das vistorias – a mando do Senado ou solicitadas por privados - o arquitecto verifica os terrenos, os diferentes tipos de pedidos de obras, o estado das construções, a exequibilidade dos projectos de construção ou reedificação, o ritmo das obras municipais e o respeito pelos desenhos previamente aprovados. Normalmente a vistoria fica lavrada sob a forma de auto.

Sobre esta função, as fontes são pródigas a identificar a participação do arquitecto. Verifica-se, por exemplo, pela Consulta de 11 de Agosto de 1694, em alusões subentendidas a Mateus de Sousa, a propósito do novo desenho da rua *dos Ourives do Ouro*, para a qual terá feito, assim o pensamos, *primeira e segunda planta*. Perante discordâncias com o entendimento dos ministros do Desembargo do Paço, alega-se que a sentença proferida *foi sòmente pela vistoria que fizeram de vista de olhos, sem chamarem para ella nem os mestres que assistiram à primeira vistoria que os ministros do senado fizeram, nem architectos*³⁶; mais à frente diz-se que a *averiguação pertence propriamente aos architectos e mestres peritos na arte, como professores d'ella*, e finaliza-se a Consulta ao rei, fundamentando o exposto com *cópia das sentenças, certidões dos mestres da cidade e architecto d'ella*.

Até à data admitia-se uma hierarquia de situações a vistoriar, das mais simples às mais complexas, às quais correspondia a participação de predeterminados funcionários do pelouro das obras. A Consulta de 24 de Outubro de 1672³⁷, é esclarecedora; define três tipos de vistorias classificadas segundo o grau de importância da matéria e aos quais faz corresponder montantes a vencer por cada interveniente envolvido: *as que ordinariamente se fazem*, e que dizem respeito a novas construções ou reconstruções; aquelas vistorias, que *envolvam apontamentos, rebaixos de calçadas, ou outra alguma qualidade*; e, por último, as *extraordinarias, a que sae o senado todo*, porque a sua complexidade exige *melhor averiguação e resolução*. Todas elas podem ser *grandes*, se fora da cidade, ou *pequenas*, se dentro da cidade.



O arquitecto, tal como define esta Consulta, participa apenas nas vistorias extraordinárias e *são tão poucas (...)* que no anno de 1741 se fizeram só quatro: duas grandes e duas pequenas; no de 1742 se fez sòmente uma grande, e no de 1743 sete grandes e duas pequenas³⁸. Estes números permitem-nos constatar a omissão do arquitecto da cidade num vasto conjunto de intervenções que correspondem aos outros dois tipos de vistorias. Estas, ainda que sejam consideradas de menor vulto no que respeita às soluções urbanísticas ou de arquitectura em jogo, não deixam de causar enorme impacto no tecido urbano, já

Retrato de Eugénio dos Santos, 1ª metade do séc. XVIII, autor desconhecido, Associação dos Arqueólogos Portugueses, AML-AF, A24683.

³⁷ Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., 1904, tomo XIV, pp. 267-271.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 269.

³⁹ Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., 1906, tomo XV, pp. 471-472.

⁴⁰ AML-AH, Chancelaria Régia, *Livro 4º de Consultas, Decretos e Avisos do Rei D. José I*, 1663-1754, fl. 258, transcrito

que podem acontecer, mensalmente, cerca de nove vezes.

A importância da presença do arquitecto da cidade nas vistorias *que se fizerem por ordem do mesmo senado, de se reedificarem ou edificarem casas, ou outras quaesquer obras públicas, sejam requeridas pelas partes, ou mandadas fazer pelo senado*³⁹, leva Eugénio dos Santos a solicitar - em requerimento anterior a Novembro de 1751 - a sua convocação para todas elas, entendendo que através da sua participação se observará *melhor a commodidade, formosura e adorno da cidade*. Receberá despacho favorável em 13 de Novembro de 1751⁴⁰, com confirmação régia posterior.

Esta pretensão configura uma consciência muito clara da qualificação profissional do arquitecto da cidade que o impele a reclamar um papel mais activo nas questões - de urbanismo e arquitectura - para as quais está habilitado.

Eugénio dos Santos volta novamente a apresentar petição de igual teor em Agosto de 1753, indiciando o não cumprimento do despacho proferido em 1751. A Mesa do Senado divide-se sobre a questão, consultando, por isso, a coroa, em 17 de Janeiro de 1754⁴¹: em causa está a interpretação dada ao despacho do Senado de 13 de Novembro de 1751, e confirmado pelo rei. Segundo este, o arquitecto é obrigado a comparecer a todas as vistorias *de edificios que novamente se edificarem no solo e área do publico, e nas que respeitarem ao ornato, symetria e aspecto público da cidade e largura das ruas, em que tem exercicio os preceitos da architectura*⁴². Uma posição sustenta que as construções antigas a reedificar dispensam a presença do arquitecto da cidade porque não foram feitas pelos *preceitos da architectura* em vigor. Nestas há apenas que verificar se o cordeamento é igual ao antigo, ou se houve apropriação de alguma parcela de área pública, e qual a altura das janelas para *não embaraçarem a livre serventia do publico*, variáveis para as quais os *mestres da cidade* estão à altura. Para estas questões não é necessário apresentar planta, ora não havendo *dependencia de planta, tambem não há dependencia de architecto*, portanto, os mestres de obras estarão capazes de ajuizar. Outra opinião - sustentada pelo Presidente do Senado, na altura o Marquês de Alegrete - vai no sentido de considerar que o arquitecto deve ser convocado para todas as situações, justificando-se que *não pode haver vistoria alguma que não respeite ao ornato e symetria da cidade, ou seja, que há valores transversais a toda e qualquer situação a vistoriar que importa preservar e difundir e que só o architecto - como técnico habilitado - pode aferir*. É neste espírito que o despacho régio é proferido, conquistando o arquitecto da cidade um papel mais activo e um poder interventor permanente que alguns anos mais tarde virão a ser interrompidos.

Como referimos atrás, a conjuntura pombalina vai introduzir grandes alterações ao nível da esfera de competências do arquitecto da cidade, decorrentes da transferência de poderes do município para a coroa⁴³, na pessoa do Regedor das Justiças, o Duque de Lafões, e só recuperados nos anos trinta de Oitocentos.

por Maria de Lurdes Ribeiro da Silva, “Eugénio dos Santos e o estatuto do Arquitecto da Cidade”, in *Cadernos do Arquivo Municipal 1*, Lisboa, CML/DPC/Divisão de Arquivos, 1997, p. 126.

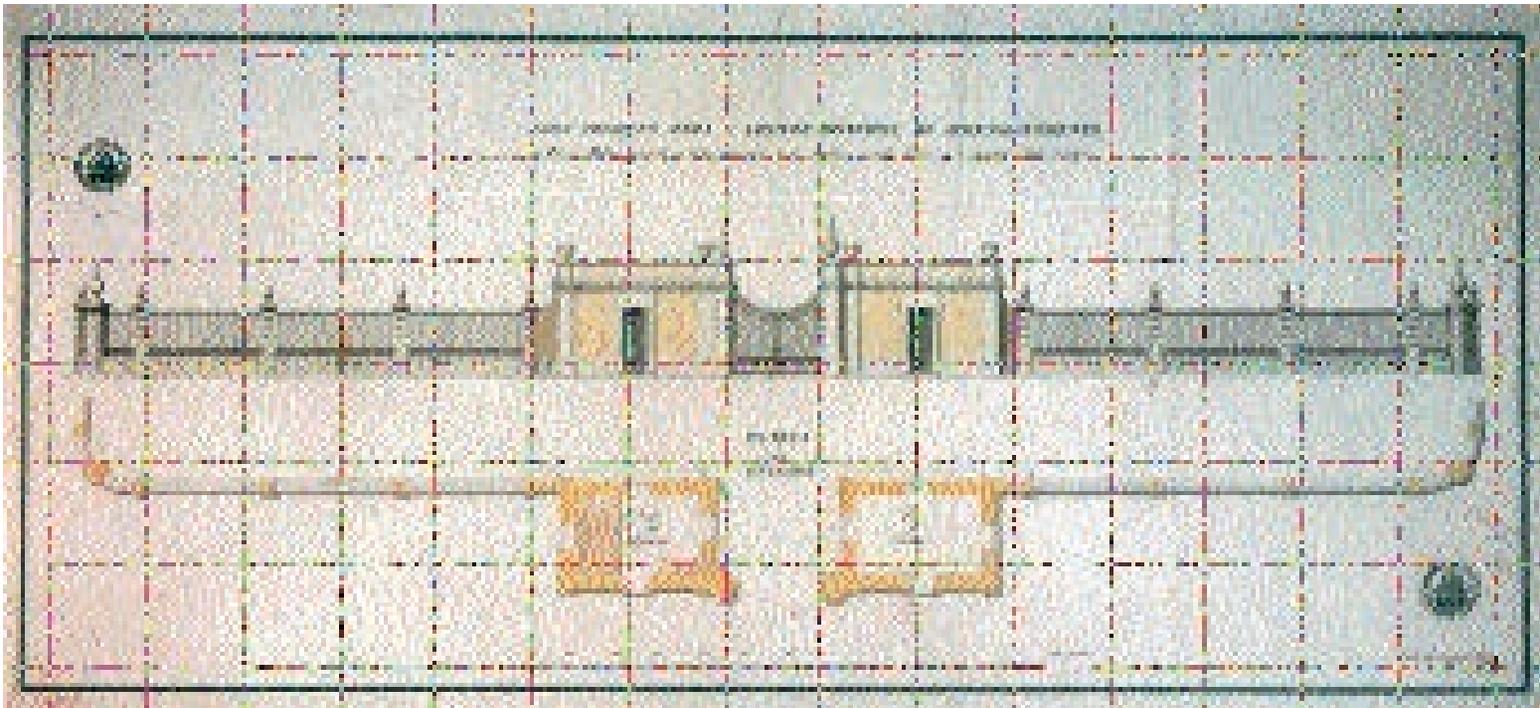
⁴¹ Eduardo Freire de Oliveira, op.cit., 1906, tomo XV, pp. 492-496.

⁴² Idem, *ibidem*, p. 493.

⁴³ Destacamos o Alvará com força de Lei de 12 de Maio de 1758 que *estabelece os direitos publicos e particulares da reedificação*, o Plano remetido ao Duque de Lafões no dia 12 de Junho do mesmo ano *para se regular o alinhamento das Ruas, e reedificação das casas, que se haõ de erigir* e o Decreto do mesmo dia que *amplia a Juridicção em todas as materias concernentes á reedificação da Cidades* (GEO, *legislação*).

⁴⁴ AML-AH, Chancelaria da Cidade, A38, fls. 23 v., 24 e 24 v.

⁴⁵ AML-AH, Chancelaria da Cidade, A59, fls. 10, 10 v. e 11.



Desenho para a fachada principal do Passeio Público do Rossio, de Malaquias Ferreira Leal, (1835); AML-AC, gav. Passeio Público, nº 251.

As cartas de propriedade mantêm o discurso no que respeita às atribuições definidas; as funções são as mesmas, o seu espectro de acção é que será reduzido.

Na sequência imediata da revolução liberal de 1820, o fim da propriedade do ofício chega com Malaquias Ferreira Leal, que se manterá, no entanto, como funcionário municipal até meados de Oitocentos, assegurando uma intensa intervenção técnica. Será o último de uma importante genealogia que percorre mais de dois séculos (1601?-1822), inaugurando alguns traços que anunciarão um novo perfil de arquitecto: uma formação escolar em idade novel, não já devedora à engenharia militar, mas exclusivamente à arquitectura; um início de carreira desde logo como arquitecto assumido; a conquista do lugar municipal em idade jovem, não à maneira de prémio de carreira mas de desafio a cumprir.

Perdida que foi a condição vitalícia do cargo, as competências perduraram. O papel activo, interventor e programador dos serviços técnicos de arquitectura e engenharia – emergentes na segunda metade de Oitocentos - corresponderá à esfera de actividade que, contextualizadamente, de Teodósio de Frias a Ferreira Leal, os arquitectos da cidade desenvolveram, legitimados por carta de propriedade.

Elenco cronológico dos arquitectos da cidade: cartas de propriedade

Teodósio de Frias, 1601?

(carta de propriedade não detectada)

Mateus do Couto, 1634?

(carta de propriedade não detectada)

56

Mateus de Sousa, 1678?

(carta de propriedade não detectada)

João Antunes, 1695

Carta de Architecto da Cidade a João Antunes

(...) Fazemos saber aos que esta nossa carta uirem que perante nos pareceo por sua peticam João Antunes Architecto das obras de Santa Engracia dizendo nella que elle Supplicante tiuera noticia que por falecimento de Matheus de Souza digo do Architecto Matheus de Souza uagara o officio de Architecto deste Senado e porque nelle Supplicante Concorrião as partes requezitos para seruir o dito officio Como era bem notorio a todo o Senado; nos pedia lhe fizessemos merce prouelo no dito officio Sem encargo mais que o de fazer as plantas que o Senado lhes mandar e receberia merce. Sendo uista a sua petiçam e o que nella dezia e pedia o dito João Antunes e Como Conforme a [...] que delle Se ouue em Meza seria [pronto] e sufficiente para Seruir o dito officio por Ser perito na arte de Architectura ouuemos por bem dar lhe o Seguinte despacho O Senado faz merce ao Supplicante do officio de Architecto para o que se lhe passara hua carta declarando se nella que não Sera obrigado a assistir aos incendios nem tera as chaves da caza em que esta a bomba e pagará os nouos direitos e os da cidade. Meza 7 de Setembro de 1695” (...) Sendo assinado o dito despacho por uirtude do qual lhe mandamos passar a presente com que hauemos por bem de o prouer Como em effeito prouemos ao dito João Antunes no dito officio de Architecto da Cidade que assim uagou por morte do dito Matheus de Souza ultimo proprietario delle para que o possua em todos os dias de Sua uida Com o qual officio hauera de ordenado e mantimento a Custa das rendas da Cidade uinte mil rs em cada hum anno pagos aos quarteis que elle em tudo guardara o seu seruiço e o do Senado E nam sera obrigado elle dito João Antunes a assistir aos incendios que Succederem, nem tera as Chaues da Caza em que esta a bomba, mas sera obrigado a fazer tudo o que tocar a sua arte de architectura em que o Senado [...] sem por isso levar salario algum. Por certeza do que lhe mandamos passar a presente por nos assignada e passada pela chancelaria da Cidade onde jurara aos Santos euangelhos de bem seruir o dito officio o qual se lhe da com declaraçam que sendo lhe tirado por alguma [coisa] o Senado (...). Lisboa, 11 de [Janeiro] de 1696.

João Baptista de Barros, 1712

[Carta de architecto da cidade dada a João Baupista de Bayrros]

(..) fazemos aos que esta nossa Virem que perante nos pareseo por sua petição João Baupista Bairros architecto siuil e militar disendo nella que por falecimento de João Antunes architecto vagara o Lugar de architecto da cidade que estaria pera se prouer por este Senado e no supplicante comcorrião os Requizitos necessarios para [...] no dito officio digo Lugar como constaua da certidão junta pedindo nos que atendendo a capacidade do supplicante e ao esta seruindo hauia dous annos de supranumerario no officio de Mestre Carpinteiro da Cidade lhe fizessemos merce prouer o supplicante no dito Lugar de architecto da Cidade na forma em que se ocupaua o dito João Antunes por concorerem no supplicante os Requizitos necessarios e Receberia merce e uisto o que na sua petição dizia e pedia João Baupista de Bayros e informado da sufficiencia da arte da archictura [sic] Como nos constou de huma Certidão de [Domingos] vieira Lente da aula das fortificações nesta Corte por Sua Magestade ser o supplicante Siente na architectura ciuil e militar com especulação e de bom procedimento e que seruindo o dito officio como conuem ao seruisso da Cidade lhe demos o despacho seguinte o senado faz merce ao supplicante da ocupação de architecto da Cidade para o que se lhe pasara Carta pagando os nouos direitos e os da Cidade Meza 28 de nouembro de 1712 (...) e sendo assim dado o dito despacho Logo por uerdade delle hauemos por bem prouer

como em efeito prouemos o dito João Bautista de Bayros no officio de architecto da cidade que assim uagou pello dito João Antunes para que o haja e pessua em todos os dias de sua uida com o qual hauera de ordenado em cada hum anno a custas das Rendas da Cidade uinte mil reis pagos aos quartéis (...) que elle em tudo guardara e Seu Seruiço e o do Senado e o direito as partes e elle dito João Bautista de Bayros sera muito Continuo e prompto no seruido da Cidade e o estará sempre todas as uezes que o chamarem para fazer o que lhe for mandado sem faltar por cauza alguma que se lhe ofereça Por certeza do que lhe mandamos passar a presente por nos assignada e passada pella chancellaria da Cidade onde sera Registada e nella jurara aos santos euangelhos de bem e uerdadeiramente seruir este officio guardando em tudo o que conuem a cidade e nas suas obras em que nunca faltara o qual officio se lhe da em quanto a cidade o houuer por bem (...). Lisboa 5 de Dezembro de 1712⁴⁴.

Custódio Vieira, 1737

Carta de Architetto das Sidades dada ao Sargento mor Costodio uieira

(...) Fazemos Saber aos que esta nosa Carta uirem, que perante nós pareceo por Sua petição o sargento mor Costodio uieira Architetto dos passos, e obras de sua magestade disendo nella que por falecimento de João Baptista Barros, havião os Sennados de prouer de propriedade uitalicia a oCupação de Architetto dos mesmos Sennados, e por que nelle Supplicante Concorriam todos os requezitos para Ser prouido nella, e Se achaua já em ceruico destas sidades na direcção e medisoens da obra do aqueduto das aguas liures em que se tinha empregado com zello, e trabalho, desempenhando a nomeação que delle Supplicante fora Sua magestade Seruido fazer, para as ditas incumbencias em huma tam grande obra, importante para o bem publico destas sidades que os Sennados administrauam Sem que emthe ó presente tiuesse elle Supplicante leuado ordenado, ou emolumento Algum, Como tudo Constam da Certidam que ajuntaua, do Supertendente da dita obra Claudio gorgel do amaral, e por todas as ditas Circunstancias se [...] dos Sennados, Sendo notoria a Capacidade do supplicante pella qual se achaua já prouido na seruentia da mesma ocupacam pellos Sennados, de que auia pago os nouos direitos Pedia lhe fisesemos merce de o prouer, na propriedade de Architetto das Sidades, e Sennados, atendendo às Resoens que alegaua, que justificauam o seu meresimento E Receberia merce E uisto por nós o que na dita petição disia, e pedia o dito Costodio uieira e ser notoria a sua muita ciencia na arte de architectura, que hauia mostrado Em obras de Consideração, e de presente na do aqueduto da agoa liure, a que assistia sem interesse, e Com grande Credito, lhe demos o seguinte Despacho « Paseselhe Carta de propriedade de Architetto das Cidades que uagou por falecimento de João Baptista de Barros, pagando os nouos direitos e os das sidades Lisboa [...] 23 de julho de 1737 (...)» E Sendo assim dado o dito Despacho, por uirtude delle hauemos por bem de o prouer, Como Com effeito prouemos ao dito Custodio uieira no officio de Architetto das Cidades que Se acha uago, para que o haja, e pessua Em todos os dias de sua uida, Com o qual hauera em cada hum anno uinte mil Reis de ordennado á Custa das Rendas das Cidades pagos aos quartéis (...) que elle em tudo guardara, E Seu seruido, e os dos Sennados E os direitos às partes hauera digo e sera muito contino, e pronto no seruido das cidades E estara Sempre todas as uezes que for chamado para fazer o que lhe for mandado; Sem faltar por Causa Alguma que Se lhe ofereça; Por Certesa do que lhe mandamos pasar a presente por nós assignada e pasada pella chancelaria das cidades onde Sera Registada (...), Lisboa 29 de julho de 1737⁴⁵.

⁴⁴ AML-AH, Chancelaria da Cidade, A71, fls. 4 e 4 v.

⁴⁵ AML-AH, Chancelaria Régia, *Livro 11º de Consultas e Decretos de D. Maria I*, [fl. 58doc.], transcrito por Maria de Lurdes Ribeiro da Silva, “Eugénio dos Santos e o estatuto do Arquitecto da Cidade”, op. cit., pp. 125-126.

Manuel da Costa Negreiros, 1750

Carta de Architetto da Cidade dada ao sargento mor Manoel da Costa Negreiros

(...) Fazemos Saber aos que esta nosa Carta virem, como por Falecimento de Costodio Vieira Se achaua vago o officio de Architetto da Cidade e ser presiso prouer Se em outra pesoa da suficiensia, partes, e Requezitos que Conuem, em utilidade e beneficio publico; e por auiso do secretario de estado ... dos Negosios do Reino (...) e auer ordenado Sua Magestade que o sennado nomease em o dito officio pesoa Capas e inteligente de o excercer, em execucao do dito auiso de 16 de Dezembro do anno pasado de 1749, e por Ser muito util digo muito Conueniente, e util o provimento desta occupacao: Confiando nós do Sargento mor Manoel da Costa Negreiros Architetto da Sagrada Religiao de Malta, e da serenissima Casa do jnfantado, que seruindo o dito officio o fara com a uerdade a) inteireza e desemgano que he justo, Segundo a boa informacao que delle Se ouue em Meza, e da sua muita Ciensia, e Capacidade, ser perito na arte da architectura, como era notorio, lhe demos o Despacho Seguinte “ o sennado nomea para Architetto da Cidade a Manoel da Costa Negreiros, para o que Se lhe pasará Carta, Meza 19 de Dezembro de 1749 (...) “. Por virtude do qual Despacho hauemos por bem de o prouer, Como em effeito Prouemos ao dito Manoel da Costa Negreiros na propriedade do dito officio de Architetto da Cidade que pessuira em todos os dias de sua uida, e hauera somette em cada hum anno uinte mil Reis, de seu ordennado, pagos aos quarteis (...) que elle(...) em tudo guardará, e seu ceruico, e o dos sennado, e o direito as partes assistindo prontamente a todas as uestorias [...], e pertencao a utilidade publica ou particular do sennado, ou das partes a que for chamado; cumprindo inteiramente tudo pello Sennado lhe for ordennado, que pertencer ao dito officio. Por Certesa do que lhe mandamos pasar a presente por nós assignada, e pasada pella chancelaria da Cidade (...). Lisboa 10 de janeiro de 1750⁴⁶.

Eugénio dos Santos de Carvalho, 1750

[Carta de Arquitecto da Cidade dada a Eugénio dos Santos]

(...) Fazemos saber aos que esta nossa carta virem, que perante nós pareceo por sua peticao o Cappitão Eugenio dos Sanctos, dizendo nella ser architecto nesta corte, e que por fallecimento de seu sogro Manuel da Costa Negreiros, ficara vaga a occupacao de Architecto da Cidade, e por que nelle supplicante concorriao as circunstancias percissas para nelle ser provido o ditto officio: Pedia ao Senado lhe fizesse merce de o prover na propriedade do ditto officio. E (...) constou ser o supplicante Limpo de sengue, muito bem procedido e perito na arte da architectura, que com boa aceitacao exercia nesta Corte havia annos, e ser genro de Manuel da Costa Negreiros fallecido, que com boa assistencia e capacidade havia servido de propriedade o mesmo officio, lhe demos o seguinte despacho para se lhe passar sua carta. Passe se lhe carta na forma do estillo. Meza 22 de Agosto de 1750. (...) Por virtude do qual despacho, havemos por bem de o prover, como com effeito provemos ao ditto Eugenio dos Sanctos, na propriedade do officio de Architecto da Cidade, que pessuirá em todos os dias de sua vida, e com elle havera vinte mil reis de ordenado, pagos aos quarteis pella fazenda da Cidade (...), que ele em tudo guardara seu servisso e o do Senado, e o direito às partes: e será obrigado a cumprir as ordens do Senado, e a vir a elle todas as vezes que for chamado, e a hir as vistorias em q' for precisa a sua assistencia; Por certeza do q' lhe mandamos passar a presente por nós assinada, e passada pella Chancellaria da Cidade (...). Lisboa 9 de Setembro de 1750⁴⁷.

⁴⁸ AML-AH, Chancelaria da Cidade, A80, fls. 24 e 24 v.

⁴⁹ AML-AH, Chancelaria da Cidade, A105, fls. 23, 23 v. e 24.

⁵⁰ AML-AH, Chancelaria da Cidade, A112, fls. 14 v e 15.

⁵¹ AML-AH, Chancelaria da Cidade, A135, fls. 4 e 4 v.

Mateus Vicente de Oliveira, 1760

Carta de Architetto das Obras do Senado da Camara, e desta Cidade dada ao Sargento Mór Matheus Vicente de Oliveira

(...) Fazemos Saber aos que esta nossa Carta virem, que perante nos pareceo por Sua Petição o Sargento Mór Matheus Vicente de Oliveira dizendo nella Ser Architetto do Estado da Serenissima Caza do Infantado, e do Grão Priorado do Crato, e tambem da Santa Igreja de Lisboa, que por falecimento do Cappitam da Infantaria Eugenio dos Santos de Carvalho, vagara o emprego, e occupação de Architetto das obras do Senado da Camara, e desta Cidade que o dito defunto occupava, e exercia, e porque tal occupação Se havia de prover pelo Senado, e na pessoa deste Concorrião os Requeзитos nesseçarios, e Sercunstancias que herão precisas para o exercicio della, como a experiencia tinha mostrado nas grandes obras que pela Sua direção e architettura Se havião executado nesta Corte e fora della: Pedia lhe fizesse o Senado merce, em atenção do Referido, conceder lhe o provimento da dita occupação de Architetto que se achava vaga, de que hera digno, e merecedor: E Receberia merce « E Sendo visto o que na dita Petição dizia e pedia o dito Sargento Mór Matheus Vicente de Oliveira, e Emformação que em Meza deu o Dezembargador Manuel de Campos e Souza Vereador do Pelouro das obras, dos seus Merecimentos, e Inteligencia, e capacidade, Houvemos por bem de lhe dar o Seguinte Despacho» Passese lhe Carta na forma do Estilo: Meza 4 de Setembro de 1760. (...) E Sendo assim dado o dito Despacho e feita pelo Senado a merce da propriedade do dito officio ao mesmo Sargento mór Matheus Vicente de Oliveira, baixou ao Senado o Decreto de Sua Magestade no dia Seis do prezente Mez de Setembro (...) por virtude do qual Decreto, Sobredito Despacho e desta Carta, e Servirá o dito Sargento mór Matheus Vicente de oliveira de propriedade o dito officio de architeto das obras do Senado, e da Cidade, que pessuhirá em todos os dias de Sua vida; em o qual haverá de Seu ordenado em cada hum anno quarenta e oito mil reis pagos aos quarteis (...) que elle em tudo guardará, e seu Serviço, e o do Senado, e o direito as partes e Será obrigado a assistir promptamente a todas as vestorias respectivas a obras que o Senado mandar fazer, e as da utilidade publica para que for chamado Sem por isso levar coiza alguma; e fará todas as plantas e Riscos, que o mesmo Senado lhe encarregar em Serviço da Cidade graciosamente; e Somente nas vestorias de partes que deverem pagar custas, haverá o que lhe tocar (...) Por Sertexa do que lhe mandamos pasar a prezente por nós assignada e passada pela chancelaria da cidade (...). Lisboa 13 de Setembro de 1760⁴⁸.

Remígio Francisco de Abreu, 1785

Carta de Arquitecto das Obras da Cidade dada a Remigio Francisco

(...) Fazemos saber aos que esta nossa carta de propriedade vitalicia virem, que S. Majestade por Sua Real Rezolução de 2 de Agosto do prezente anno, tomada em Consulta do Senado, fôra servida fazer mercê da propriedade do Officio de Arquitecto das Obras da Cidade a Remigio Francisco, o qual vagou por obito de Matheus Vicente; por cujo respeito, e em virtude da mesma Real Rezolução: Havemos por bem de o prover na propriedade vitalicia do referido Officio, que possuhirá em todos os dias de Sua Vida, com o qual haverá de Seu Ordenado em cada hum anno 48\$000 rs pagos aos quartéis (...) que elle em tudo guardará, e Seu Serviço, e o do Senado e o direito ás partes, no aviamento das quaes Será muito prompto, e assistente, Sendo obrigado a assistir promptamente a todas as Vestorias respectivas ás Obras, que o Senado mandar fazer e ás da utilidade publica, para que for chamado, sem que

por isso leve couza alguma, e fará todas as plantas, e dezenhos, que o mesmo Senado lhe intregar digo lhe encarregar em Serviço da Cidade gratuitamente, e Só nas Vestorias de partes, que deverem pagara custas, haverá, o que lhe tocar (...). Dada, e passada em esta Cidade de Lisboa aos 7 de Novembro de 1785 annos (...).
Em Chancelaria de 7 de Novembro de 1785⁴⁹

José Manuel de Carvalho Negreiros, 1792

Carta de Propriedade do Officio de Arquitecto das Obras da Cidade passada a Joze Manoel de Carvalho Negreiros

(...) Fazemos Saber aos que esta nossa Carta de Propriedade Vitalicia Virem, que S. Majestade por Sua Real Rezolução de 23 de Maço [sic] do prezente anno, tomada em Consulta do Senado fora Servida fazer merce da Propriedade do Officio de Arquitecto das Obras da Cidade a Joze Manoel de Carvalho Negreiros, Cappitam Enginheiro o qual Vagou por obito de Rimigio [Francisco; e por cujo respeito, e em Virtude da mesma Real Rezolução: Havemos por bem de o prover na Propriedade Vitalicia do Referido Officio, que pessuhirá em todos os dias de Sua Vida, com o qual haverá de Seu Ordenado, em Cada hu anno, quarenta e outto mil reis, pagos aos quartéis (...) que elle em tudo guardará Seu Serviço, e do Senado e o direito as partes, no aviamento das quais, será muito prompto e assistente; Sendo obrigado a ir promptamente a todas as Vesturias Respectiva [sic] as Obras que o Senado mandar fazer, e as da utilidade Publica para que for chamado, sem que por isso Leve couza alguã, e fará todas as plantas, e dezenhos, que o mesmo Senado lhe emcarregar, em Serviço da Cidade gratuitamente; e Só nas Vesturias de partes que deverem pagara custas, haverá o que lhe tocar (...), dada e paçada nesta Cidade de Lisboa aos 11 de Mayo de 1792 annos (...). Em Chançalaria [sic] de 25 Junho de 1792⁵⁰

Malaquias Ferreira Leal, 1815

Carta de Propriedade Vitalicia de Arquitecto da Cidade passada a Malaquias Ferreira Leal

(...) Fazemos Saber aos que esta nossa Carta virem, que achando-se vaga a Propriedade Vitalicia do Officio de Architeto das Obras da Cidade por Obito de Joze Manoel de Carvalho Negreiros, e Correndo na pessoa de Malaquias Ferreira Leal todos os Requezitos necessarios e boãs qualidades para dezempenhar o referido exercicio, nos o provêmos naquella Propriedade por cujo motivo: Havemos por bem que haja de possuir o mesmo Officio em todos os dias de sua vida, com o qual haverá o Ordenado de 48\$000 reis em cada hum anno aos Quartéis (...) que elle em tudo guardara Seu Serviço e do Senado: e o direito as partes no aviamento das quaes Sera muito prompto, e assistente Sendo obrigado a hir promptamente a todas as Visturias Respectivas as Obras que o Senado o manda fazer; e as da utilidade Publica para que for chamado Sem que por isso leve couza alguma, e fará todas as Plantas e dezenhos que o mesmo Senado lhe encarrregar em Serviço da Cidade gratuitamente; e so nas visturias de partes que (...) deverem pagar Custas haverá o que lhe tocar (...). Dada e passada nesta Cidade de Lisboa ao [sic] 23 de Fevereiro de 1815.
Em Chancellaria de 27 de Fevereiro de 1815⁵¹

Serviço Geral de Beneficência

Cláudia Castelo

Introdução: No âmbito do tratamento documental do fundo da Câmara Municipal de Lisboa, foi-me atribuída, em Julho de 2001, a tarefa de organizar, descrever e inventariar a documentação referente ao Serviço Geral de Beneficência, que até aí estava integrada na chamada “Miscelânea”, sem dispor de um instrumento de descrição que assegurasse a sua comunicação aos leitores interessados.

Com o presente artigo pretende-se, por um lado, dar a conhecer o trabalho de tratamento documental desenvolvido e, por outro, divulgar uma fonte primária relevante para a história da assistência pública no município de Lisboa. Atendendo a que este texto se dirige preferencialmente aos investigadores (nas áreas de história, sociologia e antropologia social), e não tanto aos técnicos de arquivo, procurar-se-á restringir ao mínimo indispensável o jargão próprio da disciplina arquivística. Fornecem-se elementos para a compreensão deste núcleo documental, nomeadamente uma história administrativa do serviço produtor e informações relativas às principais séries documentais. Em anexo, publica-se um breve inventário do “Serviço Geral de Beneficência”, com o objectivo de facultar aos potenciais utilizadores um meio eficaz de orientação da pesquisa e de acesso à documentação.

Tratamento documental Comecei por reunir informações que me permitissem enquadrar aquele serviço na orgânica do município, bem como conhecer a sua história e competências¹. Para cumprir este primeiro objectivo, consultei bibliografia sobre a assistência infantil e a assistência social em Lisboa, as *Actas das Sessões da CML*, a legislação que directa ou indirectamente definia a organização da CML e as suas atribuições na área da beneficência no último quartel do século XIX: o código civil de 1867, os códigos administrativos de 1878 (este diploma criou o Pelouro da Beneficência na edilidade da capital), 1886 e 1896, as reformas administrativas do município lisboeta de 1885 e 1892, o regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos e abandonados, de 1888, e a lei de 12 de Junho de 1901 que retirou à CML o controlo da beneficência municipal, subordinando-a ao Ministério do Reino.

Assim, pude determinar as datas extremas do Serviço de Beneficência (1878-1901), compreender a sua evolução orgânica e funcional e obter pistas sobre a produção documental inerente à sua acção.

O passo seguinte consistiu na elaboração de um levantamento do conteúdo das unidades de instalação existentes. Para o efeito, utilizei uma folha de recolha de dados muito sumária, na qual registei informação relativa ao órgão produtor, ao título, e às datas extremas da documentação. De posse de uma visão de conjunto do núcleo documental, e depois de detectar as séries² que o compõem, definiu-se o plano de classificação. Tendo presente o quadro de classificação adoptado no Arquivo Municipal de Lisboa³, mas também a necessidade de respeitar a proveniência e a ordem original, optei por tratar o “Serviço Geral de Beneficência”, enquanto subsecção orgânica, que integrei na secção (funcional) “Saúde e

¹ Agradeço ao Dr. Nuno Campos, técnico superior de História que tinha iniciado o tratamento deste núcleo documental, a compilação de legislação e bibliografia de apoio sobre assistência pública e o trabalho prévio de organização desta documentação.

² “Unidade arquivística constituída por um conjunto de documentos simples ou compostos a que, originalmente, foi dada uma ordenação sequencial, de acordo com um sistema de recuperação da informação. Em princípio, os documentos de uma mesma série deverão corresponder ao exercício de uma mesma função ou actividade, dentro de uma mesma área de actuação”. *Dicionário de Terminologia Arquivística*, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993, p. 90.

³ Inspirado em José Mariz, *Quadro de Classificação dos Arquivos Municipais*, Lisboa, Instituto Português de Arquivos, 1989.

Assistência”, do fundo “Câmara Municipal de Lisboa”. A seguir, procedi à organização e à ordenação física dos documentos, o que antecedeu a carimbagem, cotação e acondicionamento dos mesmos⁴. Paralelamente, efectuei a descrição multinível de acordo com a ISAD(G) (normas gerais internacionais de descrição em arquivo), no módulo de descrição do X-ARQ - sistema informático de gestão de arquivos desenvolvido pela Mind para o Arquivo Histórico da CML. Decidi não descer abaixo do nível série, excepto em casos pontuais, em que o tratamento dos documentos simples⁵ (no caso dos livros de Registo de Pobres Socorridos por cada uma das Comissões de Beneficência das Paróquias Civas) e compostos⁶ (processos temáticos constantes da série Correspondência Recebida e Expedida) não implicava um grande dispêndio de tempo. Por fim, no mesmo programa, preenchi o módulo de localização.

Elementos para uma história administrativa Embora o Código Civil de 1867 já atribuísse aos municípios a função de assistir e proteger os filhos menores de pessoas miseráveis (artigo 294.^o), o Pelouro da Beneficência da CML só começou a funcionar em 1878⁷. Este tinha como atribuições criar e subsidiar estabelecimentos de beneficência, e prestar assistência às crianças desvalidas.



A reforma administrativa do município de Lisboa, de 18 de Julho de 1885, criou o Serviço Geral de Beneficência Pública, as comissões de beneficência (uma em cada uma das vinte circunscrições sanitárias que correspondiam à divisão paroquial civil, destinadas a socorrer os pobres da respectiva paróquia) e o Congresso Municipal de Beneficência Pública, formado por todos os membros das comissões de beneficência, e dividido em 4 secções: de socorros a velhos e inválidos; de socorros a enfermos; de socorros a crianças; de socorros a desempregados e abandonados.

Casas de um bairro pobre.
Autor: Alberto Carlos - A14392

⁴ A maioria das séries já está acondicionada. Prevemos que até ao final de 2002 este trabalho esteja concluído.

⁵ “Documento de arquivo autónomo quanto ao processamento da sua produção (autor, destinatário, data, código de comunicação, etc.),mas não necessariamente quanto à informação veiculada ou ao suporte. O documento simples é susceptível de descrição individualizada, mas pode não corresponder à totalidade de um procedimento”. *Dicionário de Terminologia Arquivística*, p. 41.

⁶ “Conjunto de documentos simples que corresponde a um mesmo procedimento, trâmite ou processamento administrativo ou judicial.” *Op. cit.*, p. 37-38.

⁷ Na sessão extraordinária da CML, de 1 de Agosto de 1877, Luís de Carvalho Daun e Lorena foi indigitado vereador do novo Pelouro da Beneficência, mas não chegou a exercer funções. O Código Administrativo de 1878 (de Rodrigues Sampaio), descentralizador, transfere para a administração local a tutela da beneficência. Entre as atribuições das câmaras municipais, contam-se “Criar estabelecimentos municipais de beneficência, instrução e educação”; “Subsidiar estabelecimentos de beneficência, instrução e educação, que não estejam a cargo da sua administração, mas que sejam de utilidade para o concelho” (artigo 103.^o, 4.^o e 5.^o). “As despesas com a instrução primária, com os hospícios de crianças abandonadas e com quaisquer outros estabelecimentos de beneficência a cargo do município” são despesas municipais obrigatórias (artigo 127.^o, 8.^o). Cf. *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de Maio de 1878*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878, p. 25 e 32.

⁸ Lei de 18 de Julho de 1885 que aprova a Reforma Administrativa do Município de Lisboa, in *Collecção Oficial da Legislação*



Crianças numa sala de aula de um asilo. Autor: não identificado - A21161

Ao Congresso de Beneficência competia: julgar e aprovar as contas de gerências findas; resolver sobre a criação de estabelecimentos e institutos de caridade; conceder subsídios a estabelecimentos ou institutos particulares de caridade; propor à aprovação da CML o levantamento de empréstimos; discutir e resolver sobre todos os assuntos que interessassem à beneficência em Lisboa; aprovar os orçamentos anuais; organizar subscrições, festas, espectáculos e quaisquer meios semelhantes de criar receita para a beneficência (artigo 91.º)⁸.

Às secções do congresso cabia gerir e administrar os fundos que lhes fossem arbitrados no orçamento; preparar, na parte que lhes competia, o orçamento de despesa de beneficência, que devia ser aprovado pelo congresso; propor ao congresso a criação de institutos ou estabelecimentos de beneficência; representar à CML, e por intermédio desta ao governo, sobre todos os assuntos que interessassem a caridade e a beneficência pública; nomear os directores, administradores, ou fiscais de todos os estabelecimentos ou institutos de caridade municipal; criar receita para a beneficência por meio de subscrições, festas, espectáculos e quaisquer outros meios semelhantes; propor ao congresso a concessão de subsídios para estabelecimentos ou institutos particulares de beneficência (artigo 95.º)⁹.

Portuguesa: *Anno de 1885*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, p. 111.

⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁰ *Idem, ibidem.*

A comissão fiscal, composta pelo presidente e pelo tesoureiro do congresso e pelos presidentes das diferentes secções, tinha a incumbência de cumprir e fazer cumprir as determinações do congresso e das suas secções; receber os fundos que constituem receita de beneficência; entregar as somas fixadas no orçamento aos respectivos estabelecimentos ou institutos de caridade ou às comissões de beneficência; fiscalizar todas as despesas; coordenar o orçamento geral, tendo em vista os orçamentos de despesa das diferentes secções; preparar as contas que devem ser aprovadas pelo congresso; elaborar o relatório da administração geral de beneficência do município, compendiando nele todos os dados estatísticos positivos, que interessem as questões de pauperismo (artigo 97.º)¹⁰.

O Congresso reuniu-se pela primeira vez a 7 de Novembro de 1886, tendo comparecido 106 delegados das comissões paroquiais. Nessa ocasião, foram eleitos os vogais que passaram a constituir a mesa definitiva do Congresso: o rei D. Luís I (presidente), o Cardeal Patriarca (vice-presidente), António Augusto Pereira de Miranda (secretário), Carlos Ferreira dos Santos Silva (vice-presidente) e José Gregório da Rosa Araújo (tesoureiro). A rainha D. Maria Pia foi eleita para a presidência honorária¹¹.



José Gregório da Rosa Araújo (retrato)
Autor: Mário Novaes - A5194



O rei D. Luís
Autor: Eduardo Portugal - A24150

Em 15 de Março de 1886, a CML e a Santa Casa da Misericórdia celebraram um contrato pelo qual a segunda tomava a seu cargo os expostos das freguesias anexadas ao concelho de Lisboa pela Reforma Municipal de 18 de Julho do ano anterior, do mesmo modo que já tinha os do antigo concelho de Lisboa. Em compensação deste encargo, a edilidade contribuiria anualmente com a quantia de 2000\$000 réis sendo 600\$000 réis para a criação e sustentação dos expostos e 1400\$000 réis para subsídios às mães pobres das ditas freguesias. Desta forma,

¹¹ AML-AH, Serviço Geral de Beneficência, Actas das Sessões do Congresso Municipal de Beneficência Pública, fl. 1v.

¹² Em virtude do contrato de 23 de Junho de 1637 e da carta régia de 31 de Janeiro de 1775. Vd. Ofício da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para o presidente da CML, datado de 22 de Fevereiro de 1886, in AML-AH, Serviço Geral de Beneficência, Correspondência Expedida e Recebida, doc. 263, fl. 5.

elevava-se a 4000\$000 réis a anuidade de 2000\$000 réis com que a CML já contribuía para o fim da criação dos expostos¹².

Em 10 de Março de 1890 a CML foi dissolvida e nomeada uma comissão administrativa, tendo o Serviço Geral de Beneficência ficado a cargo de um vogal daquela comissão. A reforma da organização administrativa do município de Lisboa, de 26 de Setembro de 1891, determinou que o serviço de beneficência fosse reformulado¹³, o que veio a ocorrer pelo decreto com força de lei de 30 de Dezembro de 1892. De acordo com o projecto elaborado pelo respectivo vereador, o conde do Restelo, o Serviço Geral de Beneficência passou a contar com apenas duas secções: a de socorros a crianças desvalidas e a de socorros a enfermos e inválidos.

No início do século XX, foi promulgada legislação de âmbito nacional destinada a reorganizar a assistência pública. Assim, em conformidade com a lei de 12 de Junho de 1901, que determinou que a assistência municipal transitasse para a tutela do poder central, o Serviço de Beneficência foi extinto. O serviço de subsídios e socorros a crianças desvalidas e abandonadas, a enfermos e pessoas miseráveis, compreendendo famílias de operários de desastre no trabalho, e a estudantes pobres foi entregue à Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. Pelo Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública, de 24 de Dezembro de 1901, os asilos municipais foram reunidos num único estabelecimento, também designado Asilo Municipal de Lisboa, sob a superintendência do governador civil. Finalmente, o decreto de 27 de Dezembro de 1905 extinguiu o Asilo Municipal e distribuiu os asilados por estabelecimentos estatais, ficando a secção de surdos-mudos a cargo da Casa Pia. A CML não aceitou de bom grado a transferência da beneficência municipal para o Ministério do Reino; chamada a contribuir anualmente com 122885\$100 réis para a beneficência na capital, não tinha qualquer poder de fiscalização sobre a verba que entregava¹⁴.



Grupo de homens internados num asilo
Autor: não identificado - A21174

Panorâmica das principais séries

As séries que compõem este

¹³ Na sessão da Comissão Fiscal, de 31 de dezembro de 1891, podemos ler: “Considerando que pelo decreto com força de lei que reformou a organização municipal o Congresso se há-de considerar dissolvido e extinto passando os seus serviços e encargos para a nova Câmara que deve constituir-se amanhã [1 de Janeiro de 1892] acordou-se e resolveu-se o seguinte: 1.º que até que a Câmara ou algum delegado dela se apresente para regularmente se realizar aquela entrega, os dois vogais Pinheiro Chagas e Luciano Cordeiro se prestarão a dirigir o expediente e a receber e pagar quaisquer quantias e contas referentes à gerência da Comissão; 2.º que das quantias recebidas ou pagas de hoje em diante até à definitiva entrega à Câmara se formaria uma conta provisória.” AML-AH, Actas das Sessões da Comissão Fiscal, fl. 169.

¹⁴ Sobre a evolução da beneficência municipal vide Eunice Relvas, *Mendigos e Vadios em Lisboa: Assistência e Repressão: 1835-1910*, Lisboa, [s.n.], 1997. Tese de mestrado em História Social Contemporânea, ISCTE.

¹⁵ Registe-se que as *Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa* fazem referência às propostas (do vereador da beneficência) e às resoluções (da Comissão Executiva da CML) para a concessão ou suspensão de subsídios e para a admissão de menores no Asilo Municipal.

núcleo correspondem às funções fim - conceder subsídios (em dinheiro ou géneros) a pessoas necessitadas, admitir menores, surdos-mudos e idosos em asilos - e às funções meio - assegurar o expediente, gerir o pessoal, gerir as receitas e despesas, etc. - do “Serviço Geral de Beneficência” e permitem-nos recriar uma ideia do organismo produtor, das suas funções e do circuito documental. Contudo, há lacunas em diversas séries, o arquivo que chegou até nós não corresponde ao arquivo original. Pelo seu valor informativo, destacamos as seguintes séries:

Requerimentos para Admissão em Asilos e/ou Concessão de Subsídios (1879-1900). Trata-se de uma série extremamente complexa, que se transforma em função da evolução das competências do Serviço de Beneficência. Assim, até 1891 é composta por requerimentos para admissão de menores, surdos-mudos e velhos (de ambos os sexos) em asilos ou concessão de subsídios a pessoas necessitadas que tenham crianças a cargo. A partir de 1892, os pedidos de admissão em asilos passam a ser em menor número, destacando-se os requerimentos para concessão ou prorrogação de subsídios a enfermos, pobres e crianças.

Refira-se que, regra geral, cada requerimento faz parte de um processo que inclui documentos anexos (certidão de baptismo, atestado de pobreza, certidão de vacina e atestado de saúde) e o despacho do serviço. A partir de 1892, quase todos os requerimentos são acompanhados de proposta do vereador, nos seguintes termos: “*Proponho que a ___ lhe seja concedido o subsídio / admissão do menor ___ no Asilo ___. Câmara, [data]. O vereador ___*”.¹⁵ Os processos posteriores a 1887 contêm frequentemente informação do visitador do asilo municipal (formulário modelo n.º 14 destinado a esclarecer sobre a situação do requerente: estado civil, número e idade dos filhos, profissão, crédito que goza na vizinhança, existência de parente que lhe possa valer e outros esclarecimentos). Às vezes, encontramos cartões de visita ou pequenas cartas de recomendação. Também se detectou que ocasionalmente, no canto superior esquerdo das capas dos processos, aparece o nome do indivíduo que recomenda o pedido.

Tudo leva a crer que os processos estiveram, nalgum momento do seu ciclo de vida, ordenados alfabeticamente pelo primeiro nome do(a) requerente. Veja-se, por exemplo, a observação inscrita na capa do processo n.º 1050 – Requerimento de Maria da Luz Monteiro: “NB. O requerimento e mais documentos foi tirado d’aqui p.^a entrar na letra respectiva por ser Ludovina e não Maria”. Contudo, como no momento em que tomámos contacto com esta documentação, os processos estavam, na maior parte dos casos, ordenados numericamente (pelo número do processo, constante ao centro, no topo das capas), optámos por seguir essa ordenação. Há indícios que o número do subsídio (distinto do número do processo e geralmente inscrito no canto superior esquerdo das capas) também foi relevante para a recuperação da informação. A título de exemplo, refira-se que numa capa vazia referente ao processo n.º 808 – Requerimento de Maria Rita, pode ler-se: “O requerimento que faz parte deste processo está junto ao processo do subsídio n.º 53”.

Livretes de Menores a Cargo da Câmara ou Subsidiados (1877-1888. Sobretudo 1886-1887. Encontra-se um documento cuja data final é 1888). Esta série foi produzida pelo Hospício Municipal dos Olivais e entregue ao Serviço Geral de Beneficência Pública da CML quando a sede do concelho dos Olivais foi transferida para Loures e duas das suas freguesias (Camarate e Olivais) passaram a integrar o concelho de Lisboa (decreto de 22 de Julho de 1886, em vigor

¹⁰ Vd. *Collecção Oficial da Legislação Portuguesa: Anno de 1867*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. 305.

a partir de 1 de Janeiro de 1887). Num caso, de um livrete de um menor a cargo de uma ama moradora na freguesia da Apelação, a entrega só ocorre em 1888, data em que a referida freguesia é subtraída ao concelho de Loures e integrada no concelho de Lisboa. Alguns livretes foram remetidos à CML pela Câmara Municipal de Loures, encontrando-se o ofício junto do livrete.

Cada livrete diz respeito a uma criança a cargo de ama externa ou pessoa de família. No mesmo registam-se dados referentes à criança, o termo de entrega à ama ou pessoa de família, atestado de vacina, certidão de óbito, os pagamento à ama ou pessoa de família, as inspecções do menor pelas autoridades e visitas do facultativo. Alguns campos do formulário, regra geral, não estão preenchidos. Nos livretes vem reproduzido o regulamento de 13 de Julho de 1870 referente aos “Deveres das amas”. Os livretes encontram-se acondicionados em capas do Serviço Geral de Beneficência Pública, nas quais consta o nome da ama ou da pessoa subsidiada, o seu local de residência e o nome do menor a seu cargo, com a respectiva data de nascimento e baptismo e a naturalidade.

Guias de Entrada de Menores em Asilos Municipais (1888). Guias destinadas a atestar a entrada de menores em asilos municipais, nomeadamente no Asilo D. Maria II.

Talões das Guias de Entrada de Menores em Asilos (1887-1894). Atestam que os menores (do sexo masculino ou do sexo feminino) vão dar entrada em asilos municipais ou outros (Asilo para a Educação de Costureiras e Criadas de Servir, Asilo de Nossa Senhora da Conceição, Asilo de Santa Maria Madalena e Asilo do Caminho Novo), nos termos do acordo entre o Congresso Municipal de Beneficência Pública e a Direcção daqueles institutos de caridade, ou por despacho da 3.^a secção do Congresso.

Guias de Entrada no Instituto Municipal de Surdos-Mudos (1887-1895). Atestam a entrada de menores surdos-mudos no respectivo Instituto Municipal, em conformidade com a resolução da Comissão Executiva da CML.

Talões das Guias de Entrada no Asilo de Velhos (1887-1893). Comprovam que as respectivas guias de entrada foram entregues aos idosos que se vão apresentar no Asilo de Velhos de ambos os sexos, em Santo Amaro.

Registo de Crianças a Cargo do Congresso (1887-1890). Inclui informação sobre a criança, o nome da pessoa que requereu protecção para o(a) menor e referência à instituição (asilos ou colégio) ou à ama a cujos cuidados foi entregue e em que data.

Registo de Entrada de Alunos (1888-1889). Serve para registar a entrada, a observação médica à entrada e a observação médico-antropológica comparativa e sucessiva de cada aluno. Embora, na maior parte dos casos, o formulário não esteja totalmente preenchido, há campos específicos para registar o “temperamento”, a “constituição”, a “nutrição”, a “hereditariedade mórbida conhecida ou presumida do pai e da mãe”, “diáteses caracterizadas ou suspeitas”, “vícios de conformação”, “defeitos ou moléstias nos órgãos dos sentidos”, “defeitos de pronúncia”, o “estado da dentição”; a “altura”, o “peso”, o “perímetro torácico”, o “diâmetro da cabeça”, o “estado da coluna vertebral”, a “acuidade visual”, a “acuidade auditiva” e o “desenvolvimento intelectual”, entre outros itens.

Registo de Pobres Socorridos pelas Comissões de Beneficência das Paróquias Cíveis (1887-1891). O registo obedece a um formulário com campos referentes a cada socorrido (nome, morada, idade, estado civil, profissão), à informação da comissão e à natureza, valor (total e mensal) e

duração do socorro. O socorro prestado é geralmente para a renda da casa ou constituído por agasalhos, vestuário, alimentos ou camas. Cada livro de registo corresponde aos socorros prestados anualmente por cada uma das comissões de beneficência das paróquias civis, a saber: Anjos, Alcântara, Beato, Belém, Benfica, Encarnação, Lumiar, Mártires, Mercês, Pena, Santa Catarina, Santa Engrácia, Santos, São Sebastião São Vicente e Sé.

Actas das Sessões da Comissão de Beneficência (1881-1885). Reproduzem as sessões da Comissão Administrativa do Asilo Municipal, nas quais se apreciam pedidos de admissão de menores em asilos e de concessão de subsídios para a criação de menores; e se tratam de vários assuntos referentes à assistência, à educação e ao ensino no Asilo Municipal.

Actas das Sessões do Congresso Municipal de Beneficência Pública (1886-1889). Reproduzem as sessões do Congresso, nas quais se discutem questões que interessam à assistência pública na capital, se procede à eleição dos membros da assembleia, à escolha dos vogais das quatro secções, à aprovação dos orçamentos, das contas de gerência e do regulamento para o serviço das comissões paroquiais de beneficência.

Actas das Sessões da Comissão Fiscal (1886-1892). Reproduzem as sessões da Comissão Fiscal, nas quais se delibera sobre a atribuição de socorros nos domicílios (com base nas informações das comissões paroquiais) e de subsídios a estabelecimentos de caridade, são apresentados os despachos das quatro secções do Congresso para a Comissão os fazer cumprir, aprovam-se os balancetes mensais e elaboram-se os orçamentos.

Correspondência Recebida e Expedida (1874-1909. Sobretudo 1878-1901). Ofícios enviados ao presidente da CML, ao Congresso Municipal de Beneficência Pública e ao Serviço Geral de Beneficência Pública, por particulares e diversas entidades (nomeadamente pelo Governo Civil de Lisboa, pelo Commissariado da Divisão Policial de Lisboa, pela Santa Casa da Misericórdia, etc.) sobre expostos, assistência infantil e social, e correspondência dos serviços de beneficência entre si (por exemplo, das comissões de beneficência das paróquias civis para a Comissão Fiscal do Congresso), para outros serviços da CML, ou para entidades externas. A correspondência recebida antes de 1878, data da criação do Pelouro da Beneficência, invoca o código civil de 1867 que já atribuía aos municípios competências na área da beneficência¹⁶. A correspondência posterior a 1901, data da extinção do Serviço Geral de Beneficência, reporta-se ao Asilo Municipal de Lisboa (reunião dos asilos municipais sob a superintendência do governador civil, entre 1901 e 1905) e à contribuição pecuniária da edilidade lisboeta para a beneficência na capital.

Assentamento dos Empregados do Asilo Municipal de Lisboa (1881-1887). Para cada empregado, regista-se a sua evolução na carreira: nomeações, gratificações, transferências, etc., e as respectivas datas.

Folhas de Gratificações e Vencimentos (1891-1892). Pagamentos abonados a professores, visitantes, inspectores e empregados dos asilos, semi-internatos e colégios municipais e da secretaria do Congresso.

Guias de Entrada de Receitas (1887-1889). Atestam as quantias que dão entrada no cofre do Congresso de Beneficência e quem as entrega e a que título. Inclui também as relações das quotas dos membros do Congresso cobradas em cada mês.

Caixa (1886-1890). Livro em que são escrituradas as receitas e despesas do Congresso Municipal de Beneficência Pública. Entre as receitas refira-se o imposto adicional de 5% sobre direitos de mercê e o imposto de selo de todas as mercês honoríficas; a terça parte do rendimento do imposto do selo sobre as lotarias estrangeiras; os donativos; as jóias e quotas. Entre as despesas, destacam-se os vencimentos e gratificações dos empregados; os socorros nos domicílios; os vales concedidos pelas comissões de beneficência das paróquias civis; os subsídios das diversas secções; a manutenção dos asilos; o expediente.

Ordens de Pagamento (1887-1891). Ordens para que o tesoureiro do Congresso pague as seguintes importâncias: dos vales concedidos pelas comissões de beneficência aos pobres das respectivas paróquias civis (também se encontram os vales); das gratificações e ordenados dos funcionários; do material para o expediente; de subsídios diversos; dos socorros nos domicílios; da manutenção dos asilos; etc.

Documentos de Despesa (1889-1892). Inclui facturas, requisições de material e recibos relativos a despesas diversas (com gás e electricidade, produtos alimentares, medicamentos, artigos de papelaria, vestuário, mobiliário, etc.), efectuadas pelo Congresso Municipal de Beneficência Pública. Há indícios que revelam que os documentos de despesa e os recibos de subsídios estiveram agregados num só conjunto documental, denominado “documentos pagos”. Até Março de 1891, esta documentação estava anexada às ordens de pagamento.

Recibos de Subsídios (1891/1895-1896). Os recibos datados de 1891 são passados pelos beneficiários das quatro secções do Congresso Municipal de Beneficência Pública ou de subsídios extraordinários, em como lhes foi entregue pelo Sr. José Gregório da Rosa Araújo, tesoureiro do Congresso, a quantia relativa ao subsídio do mês em causa. Os recibos de 1895-1896 são passados por subsidiados da 2.^a secção (enfermos e inválidos), atestando que receberam do tesoureiro do concelho de Lisboa a quantia do subsídio relativo ao mês em causa. Como se disse acima, há indícios que revelam que os recibos de subsídios e os documentos de despesa estiveram agregados num só conjunto documental, denominado “documentos pagos”. Até Março de 1891, os recibos de subsídios eram anexos das ordens de pagamento.

Notas finais Do que ficou exposto, é possível avaliar as múltiplas valências deste núcleo documental. Além do interesse que revela para a história da assistência pública e da luz que projecta sobre um serviço municipal ainda mal conhecido, fornece informações sobre a condição social das crianças, dos surdos-mudos, dos doentes, dos idosos e das classes desfavorecidas em geral, no último quartel de Oitocentos, na capital do país. De forma mais indirecta, adianta elementos sobre aspectos pouco estudados do percurso profissional de diversas figuras com responsabilidades na CML (Teófilo Ferreira, José Gregório da Rosa Araújo, Luciano Cordeiro, Pinheiro Chagas, o conde do Restelo, por exemplo), avança achegas para a história da educação, da medicina, da alimentação. É ainda possível compilar dados para uma “geografia” das instituições de caridade e dos estabelecimentos comerciais da Lisboa do fim do século XIX.

Este conjunto documental pode funcionar como fonte principal para a elaboração de um estudo específico sobre a assistência municipal ou de uma monografia sobre o Serviço de Beneficência da CML, ou ser utilizado como fonte complementar para trabalhos mais abrangentes. Estando desde já disponível aos leitores, fica aos critérios destes o uso que lhe

Anexo 1 Inventário breve do Serviço Geral de Beneficência (1878-1901)

Título: **Actas das Sessões da Comissão de Beneficência**

Datas Extremas: 1881-1885

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Liv.

Estado de Conservação: Razoável

Título: **Actas das Sessões da Comissão Fiscal**

Datas Extremas: 1886-1892

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Liv.

Estado de Conservação: Razoável

Título: **Actas das Sessões do Congresso Municipal de Beneficência Pública**

Datas Extremas: 1886-1889

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Liv.

Estado de Conservação: Razoável

Título: **Alterações para as Folhas dos Empregados do Asilo Municipal**

Datas Extremas: 1898-1900

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Cx.

Estado de Conservação: Razoável

Título: **Assentamento dos Empregados do Asilo Municipal de Lisboa**

Datas Extremas: 1881-1887

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Liv.

Estado de Conservação: Razoável

Título: **Caixa**

Datas Extremas: 1886-1889

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Liv.

Estado de Conservação: Razoável

Título: **Correspondência Recebida e Expedida**

Datas Extremas: 1874-1909

Quantidade de Unidades de Instalação: 6 Cx.

Estado de Conservação: Razoável

Título: **Documentos de Despesa**

Datas Extremas: 1889-1892

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Cx.

Estado de Conservação: Razoável

Título: **Duplicados de Despesas Efectuadas no Asilo Municipal**

Datas Extremas: 1895-1898

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Cx.

Estado de Conservação: Razoável

Título: **Estatística Mensal**

Datas Extremas: 1895/10-1895/12

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Cx.
Estado de Conservação: Razoável

Título: Folhas de Gratificações e Vencimentos dos Empregados do Asilo Municipal

Datas Extremas: 1891-1892

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Cx.

Estado de Conservação: Razoável

Título: Guias de Entrada no Instituto de Surdos-Mudos

Datas Extremas: 1887-1895

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Liv.

Estado de Conservação: Razoável

Título: Guias de Entrada de Menores em Asilos Municipais

Datas Extremas: 1888/02/22-1888/12/10

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Cx.

Estado de Conservação: Razoável

Título: Guias de Entrada de Receitas

Datas Extremas: 1887-1889

Quantidade de Unidades de Instalação: 3 Cx.

Estado de Conservação: Razoável

Título: Livretes de Menores a Cargo da Câmara ou Subsidiados

Datas Extremas: 1877-1888

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Cx.

Estado de Conservação: Razoável

Título: Mapas de Subsídios Pagos ao Domicílio pelos Visitadores

Datas Extremas: 1895-1896

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Cx.

Estado de Conservação: Razoável

Título: Ordens de Pagamento

Datas Extremas: 1887-1891

Quantidade de Unidades de Instalação: 23 Cx.

Estado de Conservação: Mau

Título: Pagamento do Imposto de Rendimento e do Imposto de Selo

Datas Extremas: 1887-1890

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Cx.

Estado de Conservação: Razoável

**Título: Pagamento do Imposto de Rendimento e do Imposto de Selo -
- Extinto Asilo Municipal de Lisboa**

Datas Extremas: 1906/02/28-1906/05/08

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Cx.

Estado de Conservação: Razoável

Título: Processos de Entrada de Menores em Asilos

Datas Extremas: 1887-1896

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Cx.

Estado de Conservação: Razoável

Título: **Recibos das Mesadas dos Surdos-Mudos**

Datas Extremas: 1887-1888

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Liv.

Estado de Conservação: Razoável

Título: **Recibos das Quantias Recebidas para Socorros Domiciliários**

Datas Extremas: 1891

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Cx.

Estado de Conservação: Razoável

Título: **Recibos de Subsídios**

Datas Extremas: 1891-1896

Quantidade de Unidades de Instalação: 6 Cx.

Estado de Conservação: Razoável

Título: **Registo de Crianças a Cargo do Congresso**

Datas Extremas: 1887-1890

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Liv.

Estado de Conservação: Razoável

Título: **Registo de Entrada de Alunos**

Datas Extremas: 1888-1889

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Liv.

Estado de Conservação: Razoável

Título: **Registo de Pobres Socorridos pelas Comissões de Beneficência das Paróquias Civis**

Datas Extremas: 1887-1891

Quantidade de Unidades de Instalação: 43 Liv.

Estado de Conservação: Razoável

Título: **Requerimentos para Admissão em Asilos e/ou Concessão de Subsídios**

Datas Extremas: 1879-1900

Quantidade de Unidades de Instalação: 34 Cx.

Estado de Conservação: Mau

Título: **Requerimentos para Pagamento dos Subsídios nos Domicílios**

Datas Extremas: 1895/09/13-1895/10/27

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Cx.

Estado de Conservação: Razoável

Título: **Resumos dos Documentos de Despesa Efectuada no Asilo Municipal**

Datas Extremas: 1882-1883

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Cx.

Estado de Conservação: Razoável

Título: **Talões das Guias de Entrada no Asilo de Velhos**

Datas Extremas: 1887-1893

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Liv.

Estado de Conservação: Razoável

Título: **Talões das Guias de Entrada de Menores em Asilos**

Datas Extremas: 1887-1894

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Liv. e 1 Mç.

Estado de Conservação: Mau

Título: **Tesouraria da Comissão de Beneficência da Paróquia Civil de Santa Isabel**

Datas Extremas: 1887/02/28-1887/12/31

Quantidade de Unidades de Instalação: 1 Liv.

Estado de Conservação: Razoável

**O Inventário do Equipamento
Fotográfico no Arquivo
Fotográfico Municipal - Alguns
Modelos Representativos para a
História da Técnica Fotográfica**

Paula Figueiredo

Introdução: A apresentação de um inventário de equipamento fotográfico implica também, uma convocação para o aparelho técnico tão difundido nas práticas comuns actuais. Sendo o presente trabalho de inventariação constituído, maioritariamente, por máquinas fotográficas de médio e pequeno formato, destinadas ao grande público, a referência a alguns modelos representativos, incidiu em tipologias que determinaram a sua construção e conseqüente preponderância na história da técnica fotográfica.

O Aparelho Fotográfico e a Fotografia do Quotidiano A fotografia de ocasião, quotidiana e popular, faz parte das práticas recorrentes das relações sociais e familiares contemporâneas. Contudo, este fenómeno não acompanhou os primeiros processos fotográficos. A “estranheza” do aparelho fotográfico e a complexidade dos processos foto-sensíveis que implicavam conhecimentos *a priori*, não permitiram que a prática fotográfica fosse divulgada para o grande público nas primeiras décadas.

É, então, com a introdução de máquinas fotográficas mais pequenas e de simples operação e com a industrialização da emulsão fotográfica, em suporte flexível transparente e em rolo, que se reúnem as condições para uma prática fotográfica massificada. Um dos principais responsáveis por este fenómeno é George Eastman (1854-1932), fundador da marca comercial de produtos e equipamentos fotográficos *Kodak* que em 1888 apresenta a máquina fotográfica *Kodak nº 1*: em forma de caixa rectangular, não exigia conhecimentos técnicos e era facilmente transportável, sendo carregada com um rolo fotográfico revelado pela empresa. Através de uma empreendedora estratégia, este fenómeno comercial difundiu-se rapidamente e em poucos anos surge um novo grupo de praticantes, os “pressionadores do botão”¹ (button pressers). Este grupo, tão contestado pelos fotógrafos amadores que se orgulhavam de ser “fotógrafos sérios” e participar em exposições, foi assim apelidado pelo fotógrafo Alfred Stieglitz (1864-1946). Em 1882, Stieglitz estudou na Alemanha com o professor Hermann Wilhelm Vogel (1843-1893), o qual lhe transmitiu rigorosos conhecimentos técnicos. Em 1887 Peter Henry Emerson (1856-1936) atribuí-lhe o prémio *The Amateur Photographer*. Stieglitz possui uma formação técnica e criativa privilegiadas que não prescinde da prática fotográfica.

Stieglitz, através da edição da revista *Camera Work*² a partir de 1903 e com as exposições no nº 291 da 5ª Avenida, em Nova Iorque (291 Gallery)³, a partir de 1905, defende a teorização do acto fotográfico através de um acto mental ou perceptivo manifestado pela mão para satisfazer o olho, opondo-se ao imediatismo do gesto fotográfico implícito na prática difundida pela *Kodak*⁴. Estas duas tendências esboçam o início de um fenómeno paradigmático da modernidade. Por um lado, a adesão do grande público e por outro a teorização do acto fotográfico, identificam as duas faces de um mesmo impulso técnico que determina o percurso da história da técnica fotográfica.

¹ François Brunet, *La Naissance de L'Idée de Photographie*, Paris, PUF, 2000, pp. 213-214.

Cf. William Welling, *Photography in America – The Formative Years 1839 – 1900*, EUA (Albuquerque), University of New Mexico Press, 1978, p.343.

² Michel Frizot (dir.), *Nouvelle Histoire de la Photographie*, Paris, Ed. Adam Biro (Bordas), 1994, p.327.

³ Idem, p. 314.

⁴ François Brunet, *op.cit.*, p.256.

A partir do século XX o aparelho fotográfico, agora com uma tecnologia acessível, regista situações banais e quotidianas e o álbum de família, com imagens produzidas pelos próprios, começa a fazer parte dos espólios pessoais. Em paralelo continuam a emergir movimentos de expressão criativa, como a fotografia “pura” de Paul Strand (1890-1976), apresentada no último número de *Camera Work*, em 1917, através de um *portfolio* de imagens e um texto que iniciará a *straight photography*, movimento modernista com um carácter misto de imagens documentais, do quotidiano urbano e imagens não figurativas de pormenores ⁵.

Todo este enquadramento inclui também o fotojornalismo, de certo modo situado entre estas duas tendências, que adquire um poder visual paralelo à evolução da técnica fotográfica para o grande público, através da miniaturização e compactação da máquina fotográfica e da rapidez do processamento químico industrializado.

O contexto mencionado baliza algumas referências para sublinhar o valor do aparelho fotográfico lembrando o seu desempenho nos hábitos quotidianos, tantas vezes esquecido e menosprezado.

O Inventário e os Quadros Tipológicos O recuo aos finais do século XIX e princípios do século XX introduz a importância dos aparelhos e equipamentos fotográficos numa instituição como o Arquivo Fotográfico Municipal que, não tendo um núcleo museográfico de equipamento fotográfico, possui várias peças de pertinência tecnológica com referência bibliográfica frequente, sublinhando a sua preponderância na história da técnica fotográfica.

A metodologia adoptada implicou a consulta do livro de Michel Auer, *Guide Michel Auer – Le Livre- Guide des Appareils Photo Anciens 2865 Appareils Illustré et Décrit* ⁶, um dos mais completos trabalhos de inventariação com imagens das peças e organização por tipologias técnicas, que se tornou fundamental na construção do inventário e dos quadros tipológicos.

O trabalho desenvolvido teve quatro grandes momentos que acompanharam todas as peças:

1º - Limpeza com materiais neutros (algodão, pincel) do interior e exterior da peça e avaliação do estado de conservação e funcionamento.

2º - Investigação de apoio à criação de quadros tipológicos e à descrição da funcionalidade salientando a eventual relevância.

3º - Preenchimento de uma ficha individual concebida através da criação de quadros tipológicos com campos que incluíam a identificação, origem, data, qualidades técnicas e funcionamento da peça.

4º - Investigação para seleccionar os aparelhos fotográficos de pertinência técnica.

O conjunto reduzido de peças (cerca de setenta) implicou, à partida, uma diferenciação na

⁵ Alfred Stieglitz, *Camera Work – The Complete Illustrations 1903 – 1917*, Taschen, 1997, pp. 769 - 781.

⁶ Michel Auer, *Guide Michel Auer – Le Livre-guide de Appareils Photo Anciens 2865 Appareils Illustrés et Décrits*, Paris, Ed. Camera Obscura, 1990.

Cf. Michel Auer, *150 Ans d'Appareils Photographiques*, Paris, Ed. Camera Obscura, 1989.

⁷ A criação dos grupos tipológicos foi, fundamentalmente, auxiliada pela classificação dos tipos de máquinas

estrutura dos quadros que caracterizavam os subconjuntos. Assim, procedeu-se à construção de quadros tipológicos para discriminar referências subtis que diferenciam modelos da mesma tipologia. Partindo do princípio que *grosso modo* é o formato da imagem ou o tipo de imagem produzida que define a tipologia e, vejam-se como exemplo as actuais máquinas fotográficas 35 mm que indicam de imediato o formato da imagem assim como referências bibliográficas⁷ que identificam e descrevem os diversos tipos de máquinas e equipamento fotográfico, foi possível criar os quadros com as seguintes designações:

1 – Máquinas Fotográficas Miniaturas e de Pequeno Formato

(até ao formato da imagem 35 mm)

2 – Máquinas Fotográficas de Médio Formato

(a partir de 4 cm x 4 cm até 6 cm x 12 cm)

3 - Máquinas Fotográficas de Grande Formato

(a partir de 9 cm x 12 cm)

4 – Equipamento Estereoscópico

(máquinas e visores)

5 – Máquinas Fotográficas tipo Caixote⁸

6 – Equipamento Fotográfico

(tripé, fotómetro, marginador, etc.)

7 – Equipamento de Projecção e Visualização de Imagens

Posteriormente, foi criada uma ficha distinta para os três primeiros e quinto quadros, outra para o quarto, outra para o sexto e por fim uma para o sétimo quadro, pois se para as máquinas fotográficas é fundamental descrever a lente e o obturador, já para o equipamento de projecção e visualização é mais importante referir a fonte de luz ou o modo de visualização de imagens.

A informação disposta ao público, nas peças em exposição, resume-se à tipologia (também traduzida para inglês), à marca comercial, origem, data, descrição da objectiva ou fonte de luz, formato da imagem e ao número de inventário, num suporte afixado nos painéis laterais das vitrines, com respectivo número de localização. A disposição adoptada deveu-se à vontade de apresentar a informação que caracteriza a peça sem, contudo, sobrecarregar o pequeno espaço das prateleiras e evitar que o tamanho da ficha fosse superior ao do objecto

fotográficas in Leslie Stroebel e Richard Zakia, *Encyclopedia of Photography*, Londres/ Boston, The Focal, 1993, pp. 78-86.

⁸ A designação *tipo caixote* advém de um conhecimento popular *a priori* desta tipologia de máquinas fotográficas em Portugal que foi confirmado com o contacto com antiquários, coleccionadores e fotógrafos.

⁹ Beaumont Newhall, *The History of Photography – From 1839 to the Present*, Nova Iorque, the Museum of Modern

exposto. Devido ao reduzido número, a distribuição das peças não obedeceu a nenhuma ordem cronológica, dando-se mais atenção a relações de formatos dos aparelhos. À excepção das vitrines localizadas em frente da recepção do Arquivo Fotográfico Municipal, que foram reservadas às máquinas fotográficas tipo caixote e às máquinas de fole da *Kodak*, estando a informação numa ficha colocada ao lado da peça, as restantes vitrines mantiveram a disposição descrita.

Em anexo encontra-se uma apresentação cronológica ilustrada que representa um esquema sincrónico de relações entre os vários modelos representativos.

Alguns Modelos Representativos Do núcleo representativo do Arquivo Fotográfico Municipal destaca-se a máquina fotográfica *reflex* de lentes gémeas *Voigtlander Sohn/Brilliant*, de cerca de 1935, para o médio formato, a estereoscópica *Coronet 3D*, com visor binocular, de cerca de 1940 e a miniatura *Minetta* de 1950.

A incursão comercial do aparelho fotográfico *reflex* de lentes gémeas, referenciada a partir dos finais da década de oitenta, do século XIX - veja-se a máquina fotográfica *Le Cosmopolite* (Paris) de E. Français, de 1889, vendida em Inglaterra com a designação *Twin Lens Artist Hand Camera* pela *Stereoscopic Company*⁹ -, só atinge a sua popularidade com a *Rolleiflex*, em 1928¹⁰. Esta máquina é constituída por duas lentes similares montadas em câmaras separadas que configuram o corpo da máquina. A lente, que está na câmara superior, serve para visualizar e auxiliar a focagem através da reflexão feita por um espelho colocado a 45° no interior da máquina permitindo, assim, a projecção da imagem a fotografar não invertida, perfeitamente reflectida. A lente que está colocada na câmara inferior permite a entrada de luz através dos diversos diâmetros do anel de aberturas, possibilitando a sensibilização da película fotográfica. Esta tipologia de máquinas recupera a construção da *camera obscura* que é «referenciada por Giovanni Battista della Porta em *Magiae Naturalis* em 1558 como familiar para os cientistas, mágicos e artistas (...) e que no século XVII emergiu como instrumento imprescindível para o trabalho no exterior de novos conceitos da representação pictural (...)»¹¹ e inicia a geração de máquinas fotográficas *reflex*, que se expande com grande sucesso devido à possibilidade de visualizar a imagem correctamente. É no século XX que se populariza esta tipologia com a versão *reflex* de lentes gémeas, de médio formato e a versão de pequeno formato (35 mm) *reflex* de lente única (SLR – Single Lens Reflex), com um pentaprisma no interior que reflecte a imagem para o visor através da objectiva, cumprindo a dupla função de visualização da imagem e sensibilização da película.

O modelo *Voigtlander* de lentes gémeas representa uma marca comercial germânica de

Art, 1982, p. 129.

Cf. Michel Auer, *Guide Michel Auer – Le Livre-guide de Appareils Photo Anciens 2865 Appareils Illustrés et Décrits*, Paris, Ed. Camera Obscura, 1990, ilustração n° 1091 da máquina fotográfica, *Le Cosmopolite* de E. Français de 1887 deixando a dúvida se terá sido este o modelo comercializado pela *Stereoscopic Company* de Inglaterra.

¹⁰ Naomi Rosenblum, *A World History of Photography*, Nova Iorque, Abbeville Press, 1984, p. 624.

¹¹ Idem. p. 192 (tradução livre).

¹² Como exemplo, veja-se a lente colinear da *Voigtlander* apresentada entre 1894-96. William Welling, *op.cit.*, p. 336.

¹³ Veja-se também o exemplo da máquina fotográfica *Leica*, apresentada em 1925 de pequeno formato (35 mm),

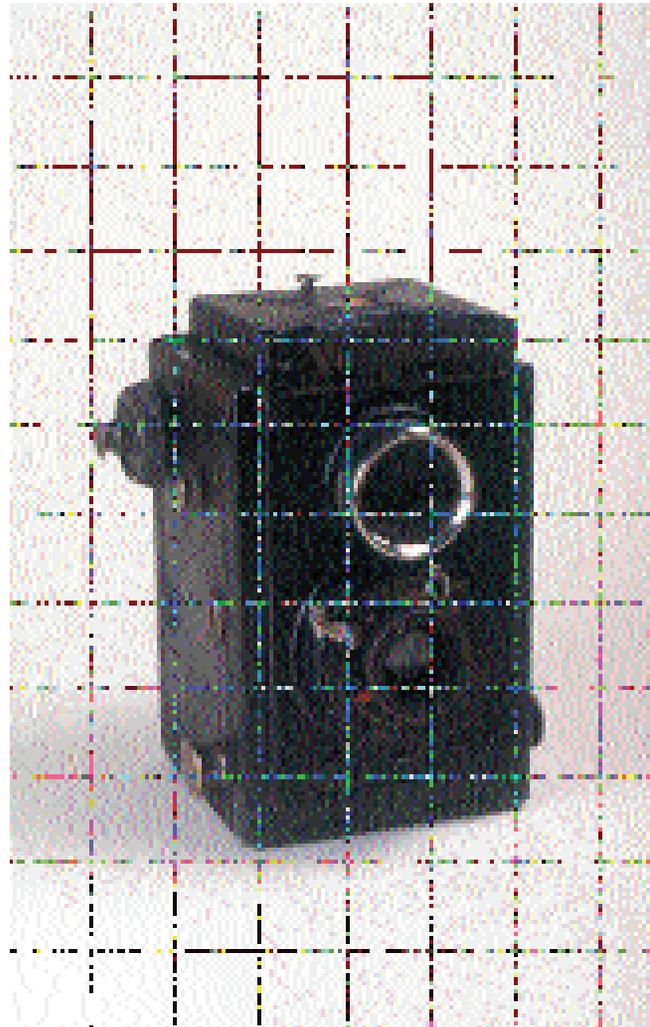
equipamento fotográfico preponderante com excelente qualidade óptica. Esta marca foi apresentada na segunda metade do século XIX ¹² e contribuiu para a expansão do mercado amador, mais exigente, nas primeiras décadas do século XX ¹³.

A máquina fotográfica estereoscópica, representada unicamente pela *Coronet 3D*, ilustra uma tipologia divulgada desde 1850, que recua às experiências apresentadas por Charles Wheatstone (1802-1875) em 1838 na Royal Society de Londres ¹⁴. Constituída por duas lentes, foi a primeira tipologia de máquinas fotográficas a incluir um obturador (mecanismo interno de deslocação da cortina em forma de lâminas ou tecido que protege o plano da película a expor, sincronizado com a velocidade de obturação que define o tempo ideal de exposição à luz) que neste caso, estava situado em cada uma das lentes, pois era necessária uma exposição simultânea das duas imagens. Estas eram ligeiramente diferentes para que a sua visualização, através de um visor estereoscópico, criasse uma imagem em profundidade produzida pela confluência das duas imagens similares no cérebro, facultada pela visão binocular.

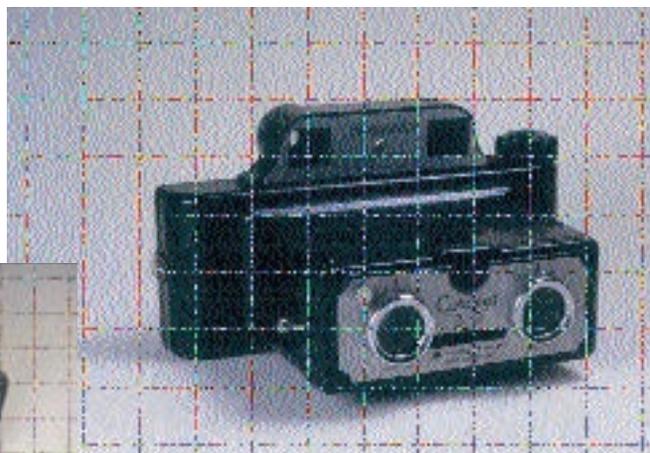
Todo o equipamento estereoscópico manteve-se no século XX dada a possibilidade lúdica de, com duas imagens similares de um mesmo assunto, criar a ilusão tridimensional da cena fotografada.

Os visores estereoscópicos, em especial o *The Perfescope*, de cerca de 1904, exposto com uma prova estereoscópica numa posição que tenta reproduzir a visão em profundidade, complementam o conjunto de equipamento estereoscópico.

Por fim, a máquina fotográfica miniatura recua às experiências, em 1834/35, de



Voigtlander & Sohn/Brillant, Alemanha, c. 1935, formato da imagem 60x60 mm, Inv. CML/AF nº 33



Coronet 3-D, Inglaterra, c. 1940, formato de cada imagem (par estereoscópico) 40x50 mm, Inv. CML/AF nº 21

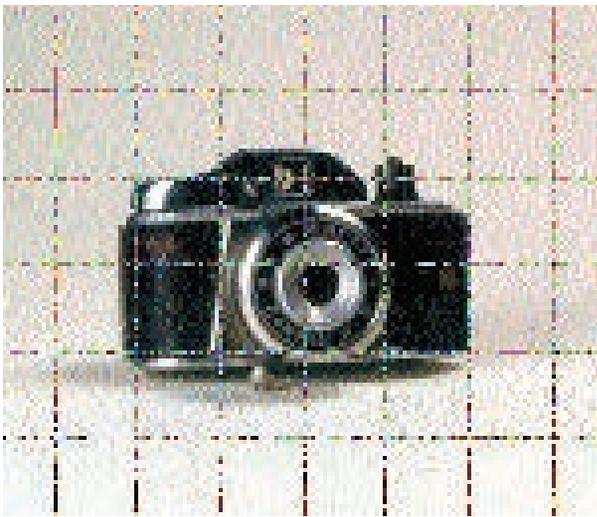
55 cartões com imagens estereoscópicas em papel directo, c. 1920.



eleita pelos fotojornalistas até à actualidade.

¹⁴ Em 2000, o *Mois de la Photo*, em Paris dedicou uma excelente exposição temática à imagem vista em profundidade. AA VV., *Paris en 3D – De la Stéréoscopie à la Réalité Virtuelle, 1850 – 2000*, Paris, Musée Carnavalet, 2000, pp. 43- 48.

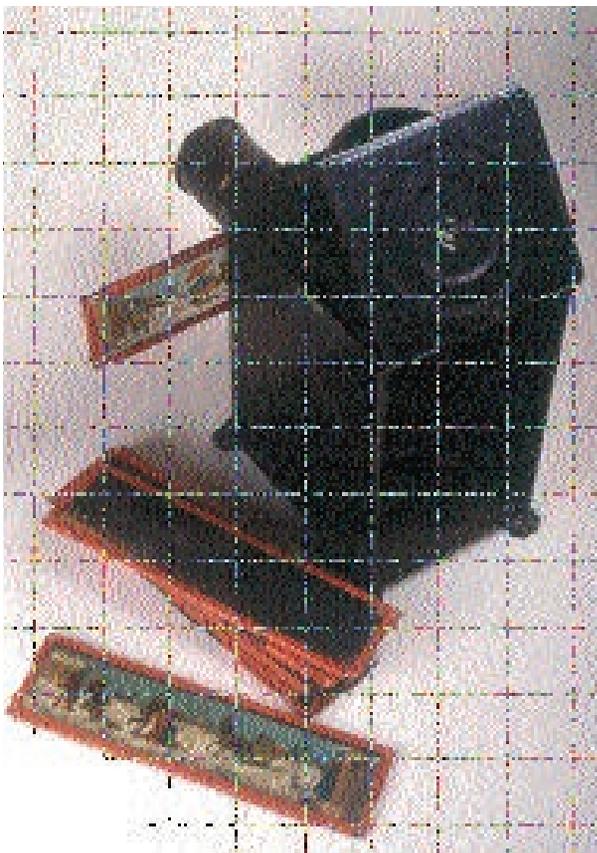
¹⁵ Esta designação recua às origens, datadas em 1668, num texto do matemático Francesco Eschinardi. No século XIX é comercializada como *lanterna de projecção* e como os modelos do Arquivo Fotográfico Municipal são, provavelmente, de lanternas em versão brinquedo da *lanterna de projecção* e vulgarmente conhecidos como *lanternas*



Minetta Camera, Japão, 1950,
formato da imagem 14x14 mm,
Inv. CML/AF n° 11

William Talbot (1800-1877) com a pequena máquina fotográfica *mousetrap* (ratoeira) e ilustra, devido à sua forma discreta, uma geração de máquinas fotográficas que remontam à popular máquina “detective”, que consistia numa pequena caixa passível de ser transportada na mão, apresentada por William Schmid, em 1883. A sua reduzida escala reproduzia um negativo de fraca qualidade mas impressionou de tal modo o grande público, que foram produzidas na época máquinas fotográficas em forma de chapéu, malas de senhora, relógios e outros objectos que mais tarde deram origem às máquinas fotográficas para espões em forma de maço de cigarros e outros objectos banais.

Esta tipologia é representada isoladamente pelo modelo *Minetta Camera* de origem nipónica e com o formato da imagem de 14 mm x 14 mm.



Lanterna Mágica E.P., Alemanha,
c. 1895, 230x110x245 mm,
Inv. CML/AF n° 53

É, também, incontornável a referência ao equipamento de projecção e visualização de imagens, principalmente ao modelo de “lanterna mágica”¹⁵ de cerca de 1890, sem indicação comercial e ao modelo *E.P.* de cerca de 1895, assim como ao projector de imagens *Pathéorama Cocorico* de cerca de 1920. Ambas as “lanternas mágicas” estão expostas com respectivas chapas de vidro com desenhos coloridos, provando o modo como era projectada a imagem através de uma fonte de luz alimentada a combustível, ampliada por uma lente situada na extremidade de um pequeno tubo de metal.

A complementar este conjunto, destacam-se as caixas de visualização *Pathéorama*¹⁶ que acrescentam outro sentido de fruição visual reservado a uma utilização individual, contrariamente às “lanternas mágicas” que se destinavam a uma pequena plateia de espectadores. Com a colocação de um rolo de imagens diapositivas, perfurado numa banda lateral às imagens, num encaixe interno, o observador podia rodar um pequeno círculo, na parte inferior da caixa que movia o filme, permitindo a visualização, imagem a imagem, através de uma lente oposta situada na caixa. É de destacar o modelo de cerca de 1930, exposto nas vitrines, em madeira pintada de negro e respectivas caixas com embalagens individuais onde estão acondicionados os filmes.

As Máquinas Fotográficas KODAK A história da marca comercial norte americana *Kodak* atravessa mais de um século de existência com novidades técnicas para o mercado amador. *You Press the Button We*

mágicas optou-se por manter essa identificação. AA VV., *A Magia da Imagem – A Arqueologia do Cinema através das coleções do Museu Nacional do Cinema de Turim*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 1996, pp. 59-89.

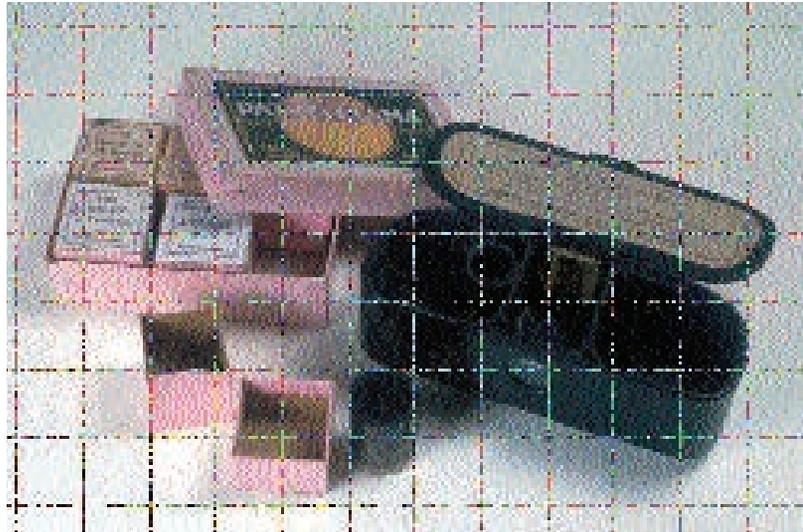
82

¹⁶ Poder-se-ia dizer que estas caixas recuam ao princípio das caixas ópticas do século XVIII mesmo sendo estas destinadas a vários observadores em simultâneo e a um espectáculo ambulante. Idem, pp. 93-94.

¹⁷ Douglas Collins, *The Story of Kodak*, Nova Iorque, Harry N. Abrams Inc., Publishers, p. 46.

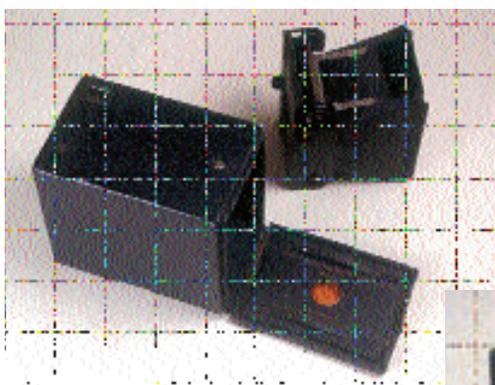
¹⁸ « Photography reduced to three motions – 1. Pull the Cord, 2. Turn the Key, 3. Press the Button (...) And so on for 100 pictures». Idem., p. 57, (transcrição de um anúncio publicitário).

Do the Rest (Você carrega no botão, nós fazemos o resto) é o slogan que, a partir de Setembro de 1888¹⁷, apresenta a prática fotográfica numa síntese de três simples movimentos¹⁸ que preparavam o aparelho para o registo. Esta possibilidade visa o grande público e em especial o público infantil e adolescente. George Eastman, fundador da empresa, reserva a este grupo um dos modelos mais populares, produzido durante décadas, a máquina fotográfica *Kodak Brownie* apresentada em 1900, desenhada por Frank Brownell. Esta rudimentar máquina fotográfica tinha uma estrutura de cartão comprimido com revestimento a negro e foi vendida a um dólar. Baseada no conceito da máquina *Pocket Kodak* de 1895, compacta de modo a facilitar o transporte, de escala reduzida, e com um rolo fotográfico que apresentava uma banda negra protectora da película, similar aos actuais filmes de médio formato, facilitava a reposição na máquina fotográfica e evitava o envio do aparelho para o laboratório para colocar um novo rolo fotográfico. A sua nomenclatura recorreu a um desenho infantil de Palmer Cox, muito popular na época, aparecendo nas embalagens da máquina fotográfica e em anúncios publicitários, sempre com a máquina fotográfica na mão¹⁹.

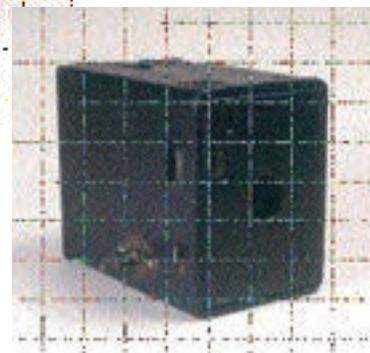


Caixa de Visualização Pathéorama, França, c. 1930, 125x35x50 mm, Inv.CML/AF n° 52 e filmes em rolo, de acetato, diapositivos com 1 banda perfurada Inv. N° 54.

Dos exemplares expostos, em lugar de destaque na vitrine em frente da recepção do Arquivo Fotográfico Municipal, salienta-se o modelo *Kodak Brownie n° 0*, de 1914, que mantém a configuração original de uma caixa rectangular com revestimento negro e o *Kodak Baby Brownie*, de baquelite negra (um dos primeiros plásticos usado na construção das máquinas para o grande público), de cerca de 1930, desenhado por Walter Dorwin Teague, com uma pequena estrutura de alumínio, que insinua um visor no topo da máquina, numa proposta formal reduzida mas mantendo a versão compacta similar a uma pequena caixa, permitindo a permanência da anterior classificação de máquina fotográfica tipo caixote.



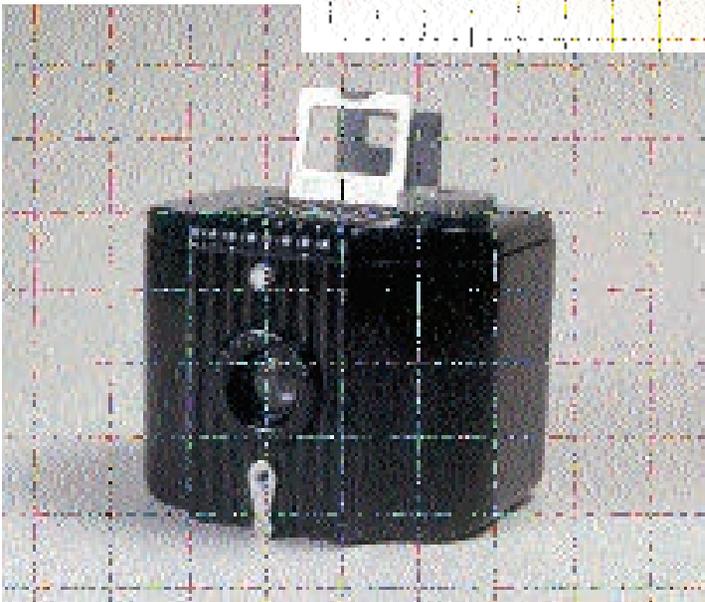
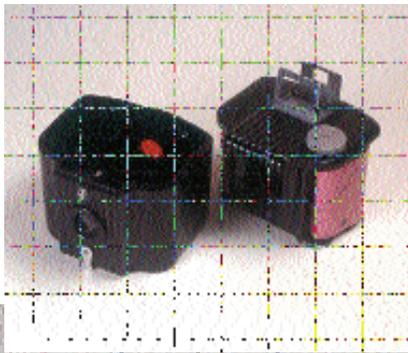
Kodak N°0 Brownie Camera, EUA, 1914, formato da imagem 40x60 mm, Inv. CML/AF n° 17



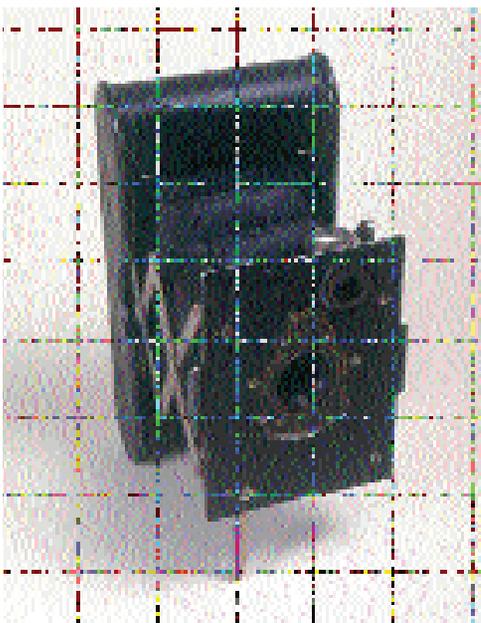
A *Kodak Folding Vest Pocket* ocupa, igualmente, um lugar de destaque. Esta tipologia representa o culminar de várias experiências das últimas décadas do século XIX e em especial os modelos anteriores como a *Folding Camera* de 1890 e a *Folding Pocket Kodak* de 1897, numa

¹⁹ William Welling, *op.cit.*, p. 395.

²⁰ A lente anastigmática, comercializada a partir de 1890 pela Zeiss, em Jena., corrigia o astigmatismo que é « a incapacidade de uma objectiva formar a imagem de um ponto oblíquo numa posição do espaço – formando em vez dele linhas curvas em planos focais diferentes ... O centro e os bordos da imagem não podem ser focados num plano focal efectivamente plano », Michael Langford, *Tratado de Fotografia – Uma Gramática de Técnicas.*, Lisboa/São



Kodak Baby Brownie, EUA, c. 1930,
formato da imagem 45x45 mm,
Inv.CML/AF n° 43



Kodak Vest Pocket Autographic, EUA, c. 1917,
formato da imagem 40x65 mm ,
Inv.CML/AF n° 31

receita de sucesso comercializada a partir de 1912. O aparelho fotográfico manteve o princípio de compactação e induzia o transporte num bolso mas como tinha um fole de tecido negro que se deslocava num pequeno carril para focar a imagem, fixo na parte que recolhia fechando a máquina fotográfica, exigia um manuseamento mais cuidadoso. Como também oferecia mais qualidade na imagem captada, este aparelho destinava-se a um consumidor mais exigente. Supõe-se que a versão *Folding Vest Pocket* seja constituída por uma lente anastigmática²⁰, pois tem mais aberturas no diafragma da lente e mais velocidades de obturação, permitindo registos em situações de luz diversas, ao contrário da nomeada *Kodak Brownie* que exigia o registo em condições de uma luz diurna específica, o que dificultava a exposição correcta da imagem, aparecendo, com frequência, imagens escuras.

A versão *Kodak Vest Pocket Autographic* apresentada em 1914 é ilustrada nesta mostra por um modelo de 1917. Mede cerca de 120 mm (altura) x 60 mm (largura) x 25 mm (profundidade) com o fole recolhido, possibilitando o seu transporte num pequeno “bolso de colete” (*Vest Pocket*).

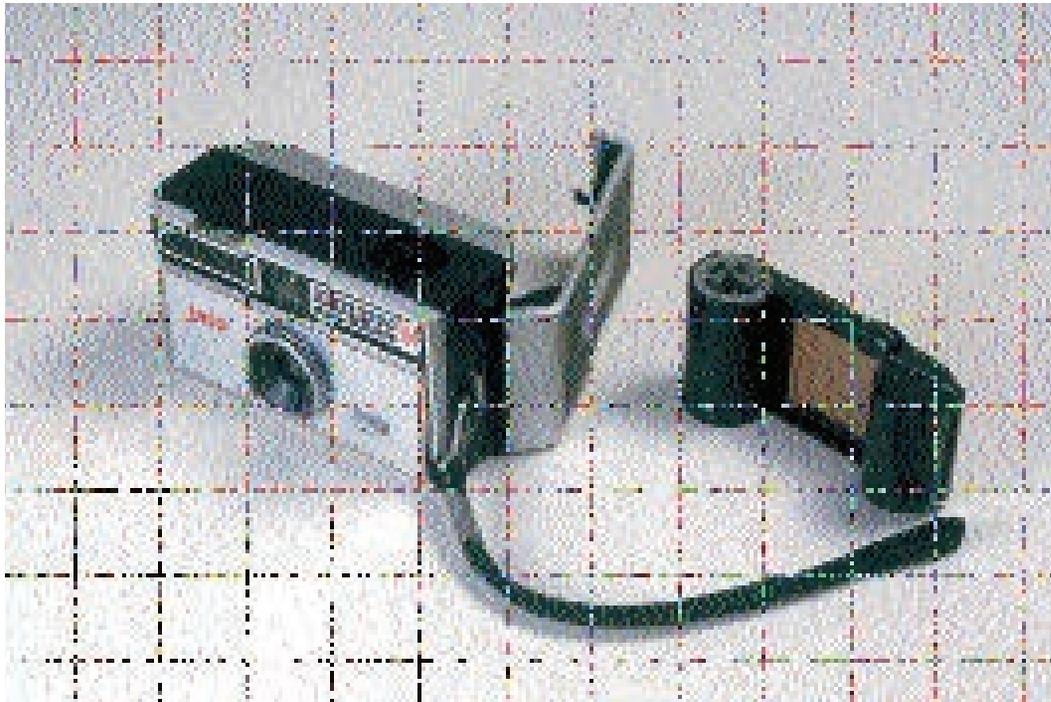
O referido modelo permitia apontamentos directamente no filme através de uma pequena abertura na parte posterior da máquina com um instrumento de metal aguçado, colocado num pequeno encaixe.

Por fim, a *Kodak Instamatic*, comercializada a partir de 1963²¹, destinada igualmente ao grande público, populariza a fotografia em negativo a cores, com a proposta de um cartucho onde estava incluído o filme que encaixava perfeitamente na máquina, corrigindo a frequente distração do fotógrafo amador quando colocava um novo filme. A sua configuração é compacta, com um pequeno vidro no visor lateral.

Este modelo é representado pela *Kodak Instamatic Camera 104*, de cerca de 1966, exposta com respectivo cartucho e respectivo filme cromogéneo de formato 28 mm x 28 mm.

Paulo, Dinalivro/ Martins Fontes, 1981, p. 16.

²¹ AAVV, *The History of Photography – as seen through the Spira collection*, Nova Iorque, Aperture, 2001, p.165. Cf. Douglas Collins, *op.cit.*, p.305.

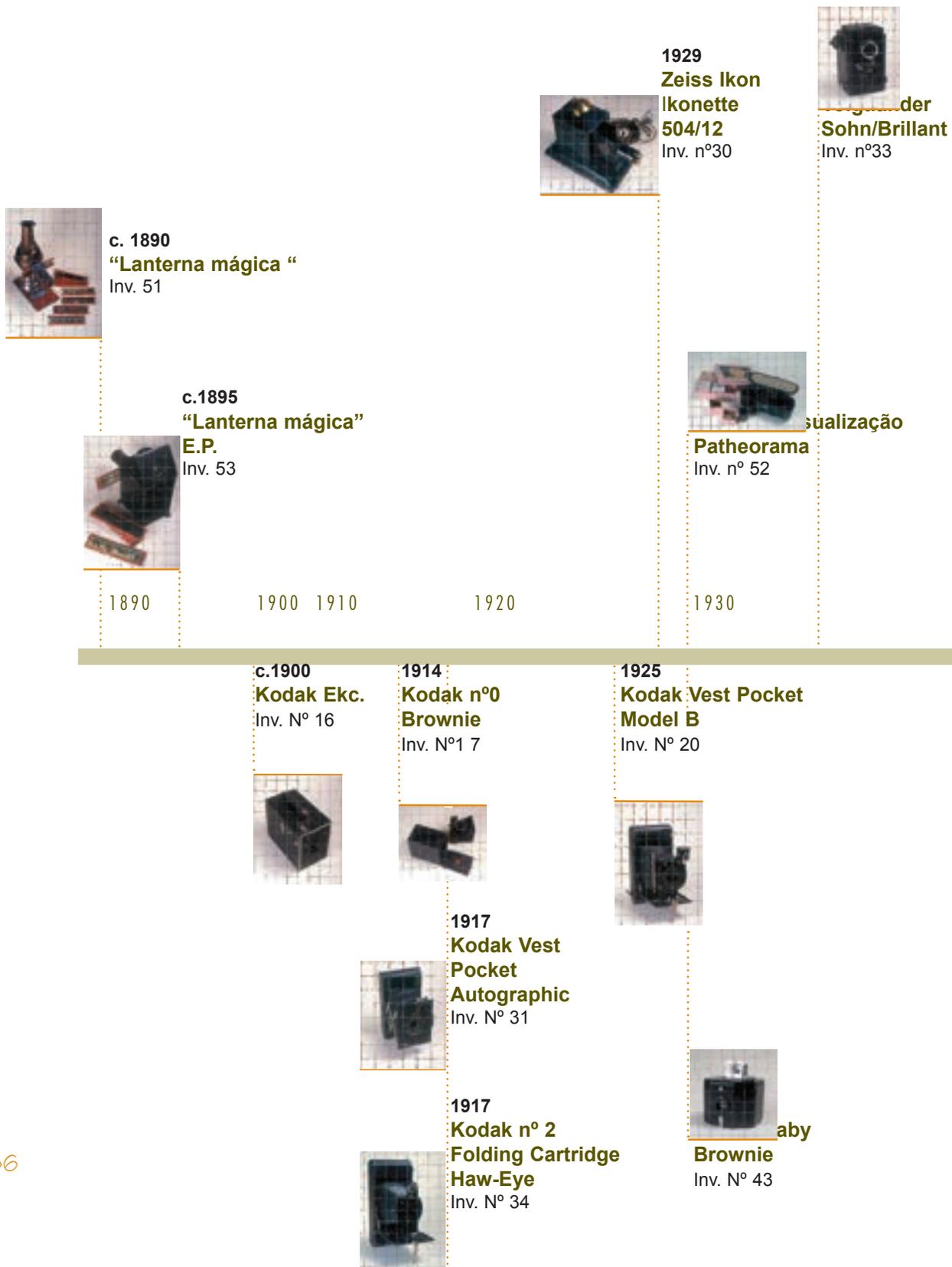


Kodak Instamatic Camera 104, Inglaterra, c. 1966, formato da imagem 28x28 mm, Inv. CML/AF nº 44

Os modelos nomeados esboçam referências inegáveis na história da técnica fotográfica e sublinham o protagonismo da *Kodak* que, desde a sua formação, sempre aliou uma investigação vanguardista a atributos técnicos para o grande público, numa apresentação bipolar de película e máquina fotográfica.

A investigação e a execução do inventário foram apoiadas, maioritariamente, por bibliografia existente na Sala de Leitura do Arquivo Fotográfico Municipal oferecendo, a qualquer interessado, a possibilidade de recolher dados técnicos para a classificação de aparelhos fotográficos e elementos históricos para uma eventual pesquisa sobre a técnica fotográfica.

A apresentação Cronológica Ilustrada do Equipamento Fotográfico (modelos representativos)





c.1939
**Meopta
 Flexaret**
 Inv. N° 35



**Mmotta
 Camera**
 Inv. N° 11



**-D
 estereoscópica**
 Inv. n° 21

1940

1950

1960

1970

c. 1938
Kodak Six-20
 Inv. N°1



c. 1950
**Kodak Brownie
 Holiday Flash**
 Inv. N° 23



c. 1966
**Kodak
 Instamatic
 Camera 104**
 Inv. n° 44



c. 1940
**Kodak Brownie
 Special 127**
 Inv. N° 29



Introdução Desde o início, que a ideia de *permuta de experiências* tem acompanhado esta equipa, do Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa. E não me refiro ao início do Arquivo Fotográfico, em 1942, mas ao projecto de remodelação e modernização, iniciado em 1990. Éramos então uma equipa de jovens entusiastas, fascinados com as possibilidades que tínhamos em mãos, seduzidos por um projecto inovador, que mal acreditávamos possível. Os múltiplos projectos em curso, informatização das colecções de fotografia, descrição da imagem em termos arquivísticos, disponibilização das imagens em formato digital, instalação dos originais em depósitos isolados, com boas condições ambientais, moviam-nos de alma e coração.

Numa área tradicionalmente pobre em literatura e bibliografia escrita, como é a área da gestão de colecções de fotografia, sem escolas constituídas ou professores consagrados, é uma necessidade e uma condição de progresso, a troca experiências, o dar a conhecer aos outros o que sabemos e fazemos (e aprendemos por nós, na maioria das situações), apresentar os erros, expor as dúvidas e aceitar como bem vindas as possíveis críticas e sugestões. Desde 1990 que esta abertura ao exterior tem sido constante e assim se compreende que, logo no ano de 1993 (apenas escassos meses passados desde a constituição da equipa de remodelação do arquivo fotográfico) tenhamos aceite o nosso primeiro estagiário.

Desde então, tem passado pelo Arquivo Fotográfico Municipal estagiários e estagiárias, de diversos países e a troca de experiências tem sido proveitosa de parte a parte. É desta experiência e da troca das experiências, que pretendemos dar conta.

Filosofia do estágio O estágio é uma aprendizagem prática, realizada por um período de tempo limitado. O estágio tem início com um *ritual* de apresentação do Arquivo e dos seus colaboradores ao novo estagiário, seguindo-se um período de observação do nosso trabalho e funcionamento do Arquivo (por exemplo, a consulta da base de dados). Depois o estagiário, insere-se no nosso processo produtivo, integrando-se em grupos de trabalho, executando pequenos tratamentos com um técnico especializado. Findo este processo o estagiário passa a trabalhar isoladamente, num pequeno projecto ou colecção de fotografia, sendo o seu trabalho acompanhado de perto por um orientador.

Com o acumular de experiências, os estágios revelaram-nos outra faceta, interessante para o Arquivo: a possibilidade de termos outras opiniões exteriores ao Arquivo, sobre o nosso trabalho. Alguns estagiários são mesmo uma lufada de ar fresco, acompanhados de sugestões inovadoras, sobre os nossos métodos e rotinas diárias. O estágio não é apenas para dar treino, pode ser também para confrontar outras opiniões e saberes, obtendo-se uma valorização e aperfeiçoamento, impossíveis de atingir caso trabalhemos isolados. O estágio é escola, é troca de experiências, o fluxo de saberes e experiências vai de cá para lá e também, de lá para cá.

Tarefas que o estagiário pode desenvolver De um modo geral, tentamos que o estagiário acompanhe o trabalho de processamento de colecções de fotografia na globalidade, o que obriga a passar pelas etapas seguintes:

Aprendizagem de identificação de provas à lupa.



Reparações de negativos em vidro



Limpeza de uma prova



Colagem da emulsão de uma prova



Reparação de uma prova com perdas parciais do suporte



Embalagem de conservação para negativo em vidro



■ Observar e inventariar uma colecção de fotografia

■ Indentificar processos fotográficos

■ Reconhecer formas de deterioração

■ Detectar problemas de conservação

■ Descrever a condição física de fotografias

■ Estudar e descrever a informação escrita acompanhante

■ Praticar limpezas e reparações elementares

■ Escolher em catálogo os materiais de acondicionamento

■ Acondicionar em embalagem de conservação

■ Numerar e organizar colecções

■ Preencher a ficha individual de espécie fotográfica

■ Pesquisar informação na base de dados

■ Lançar informação na base de dados

■ Digitalizar

■ Processar a imagem digital

O treino aqui ministrado é obviamente uma primeira abordagem ao processamento de colecções de fotografia. A intervenção dos estagiários é seguida de perto por técnicos do Arquivo e acompanhada de estudo teórico da bibliografia existente na nossa biblioteca. Algumas tarefas de maior responsabilidade, como reparar provas rasgadas ou negativos em vidro quebrados são realizadas em espécies reservadas a treino. Os estagiários não trabalham sobre materiais fragilizados ou de maior valor ou raridade, embora os possam observar e estudar.

Organização do estágio Os primeiros estágios foram feitos sem preparação de maior, sustentados apenas por um desejo mútuo de aprendizagem. À medida que ganhámos experiência percebemos a necessidade de uniformizar e estruturar os estágios, no sentido de o tornar mais abrangente, cobrir todas as áreas da nossa actividade, uniformizar a formação dada aos vários estagiários e poupar esforços na sua preparação. Não precisamos de planear tudo do início sempre que recebemos um estagiário novo.

Com o acumular de experiências foi-se construindo um modelo de estágio, para ser seguido por todos, sem prejuízo de haver especialização em áreas específicas, de maior interesse para o estagiário. Este modelo envolve:

Uma *componente escolar*, composta por estudo bibliográfico, exercícios académicos, explicações, prática de tratamentos em espécies reservadas ao ensino.

Uma *componente profissional*, execução prática de um tratamento numa colecção a designar. A escolha da colecção a tratar pode ter em conta o tipo de colecção e de problemas que o estagiário enfrenta na instituição de origem e que voltará a enfrentar após a conclusão do estágio.

Embora exista este plano genérico, cada estágio é particularizado, pelo orientador e pelo estagiário, considerando o interesse pessoal do estagiário, o tipo de colecção que a sua instituição possui e as nossas prioridades de momento. O estagiário de uma instituição com negativos em vidro poderá dedicar-se preferencialmente a este tipo de material, já que é relativamente abundante no Arquivo Fotográfico e ganhámos alguma experiência no seu tratamento e preservação. Estagiários interessados na montagem de exposições são orientados pela equipa responsável pelas exposições e dedicam parte do seu tempo à construção de passe-partout, distribuição das provas na sala, iluminação e legendagem. Este estágio será bastante diferente de outro, orientado para a reprodução fotográfica e passará uma fatia substancial do tempo de estágio na câmara escura.

Outra condicionante do treino são as prioridades de trabalho no Arquivo Fotográfico no momento do estágio. Assim, se a nossa prioridade for organizar e descrever uma colecção de provas para uma exposição, o estagiário terá de se integrar no trabalho em curso, não vamos abrir uma nova frente de batalha, extra prioridades do momento. Se tivermos em mão uma nova aquisição, uma colecção que está a ser inventariada, poderemos não ter disponibilidade para restauro de negativos em vidro quebrados. O Arquivo tem uma grande diversidade de materiais e colecções por tratar e não pode dispersar os seus esforços. Apesar de todas estas limitações, temos conseguido um entendimento mútuo. Em geral os estagiários querem percorrer todas as áreas do Arquivo e aprender tudo. A nossa dificuldade é precisamente fazê-los escolher e reduzir os seus planos.

Regulamento Em 1999 foi criado um regulamento para a admissão de novos estagiários, na sequência de problemas decorrentes de excesso de estagiários, falta de espaços de trabalho e de funcionários para os acompanhar. Este regulamento estabelece um concurso



Digitalização por
uma estagiária

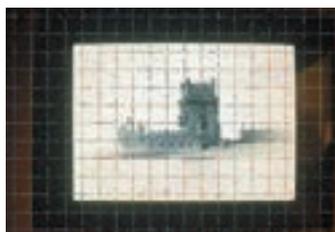


Imagem final



Base de Dados
de imagem

para admissão de estagiários, define condições de admissão, o perfil do estagiário, calendário do concurso e limita o número de estagiários a receber anualmente. Realizamos o concurso em Outubro, para a admissão de estagiários do ano seguinte. As candidaturas são avaliadas em conjunto, de acordo com o número de vagas. Este processo permite-nos comparar os candidatos e escolher os mais apropriados para o estágio que podemos oferecer.

O perfil desejado valoriza em primeiro lugar a experiência ou saberes no domínio da conservação de fotografia, mas também se admitem estudantes de fotografia, de conservação e restauro, fotógrafos mesmo sem experiência prévia em processamento de colecções de fotografia. Aceitamos estagiários de qualquer país do mundo, de língua portuguesa, francesa, inglesa ou castelhana. Não são exigidas habilitações literárias mínimas.

De acordo com o regulamento, as condições de admissão de estagiários são as seguintes:

Os estágios estão abertos apenas para pessoas que trabalhem em áreas relacionadas com fotografia (fotógrafos, arquivistas, conservadores de museu), que tenham a seu cargo colecções de fotografia, ou para estudantes das áreas de fotografia e conservação de obras de arte ou documentos gráficos.

Espaço e disciplina do estagiário Dadas as carências de espaço e de técnicos no sector de conservação, somos forçados a reduzir para um, o número de estagiários aceites de cada vez. Esta decisão foi difícil de pôr em prática, temos recebido pedidos de equipas de dois, até três estagiários, em simultâneo, mas esta limitação é essencial para o sucesso. O estagiário não pode trabalhar em boas condições se não dispuser de um terminal de computador, se o seu espaço estiver ocupado com cartões de montagem, ou se for obrigado a mudar de local de trabalho, porque a sua secretária é ocupada para outra tarefa. A decisão de receber um estagiário obriga-nos, por três meses, a disponibilizar condições de trabalho necessárias á sua concretização.

O estagiário pode escolher o seu horário livremente dentro do horário do Arquivo, e uma vez tomada uma opção deve cumprir. Tentamos disciplinar também a escrita de *registos diários de trabalho*, onde se anota (diariamente) o trabalho realizado e as quantidades produzidas, as contrariedades e problemas sentidos, o tempo gasto em reuniões, visitas, deslocações e perdas de tempo. Este registo diário de actividades é uma necessidade real do trabalho de conservação de colecções de fotografia. Tratando-se de colecções geralmente muito grandes, e de tratamentos longos, a disciplina de trabalho e o registo detalhado da produção é essencial, para alcançar os objectivos e cumprir prazos. O estagiário é assim disciplinado para adquirir os bons hábitos.

No final do mês estes dados são compilados num relatório mensal e no final do estágio, num relatório final de estágio. Este relatório é uma resumo crítico de todo o trabalho desenvolvido, geralmente é ilustrado e exige-se uma boa qualidade gráfica. Os relatórios realizados pelos estagiários são-nos úteis: dão-nos a informação detalhada da intervenção realizada sobre uma colecção, os materiais usados, as opções tomadas, os sectores tratados e por tratar. São consultados com frequência pela nossa equipa.

Opapel do orientador de estágio Cada estagiário é acompanhado por um orientador, um técnico do Arquivo Fotográfico que deve controlar o trabalho produzido e todos os

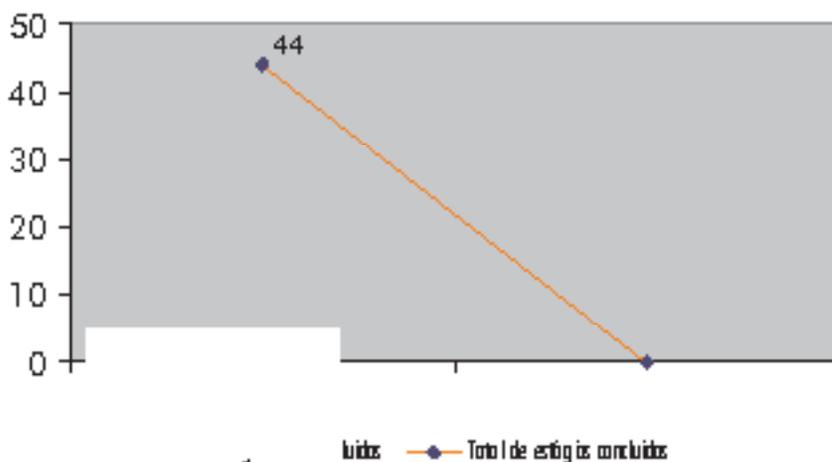
outros aspectos. Ao orientador compete:

- Elaborar o plano de trabalho do estagiário
- Definir metas de trabalho e prazos de execução
- Dar orientação bibliográfica
- Realizar ações de formação com o estagiário
- Sugerir vistas e contactos com outras instituições
- Avaliar o desempenho final do estagiário.
- Verificar a correcção do trabalho produzido

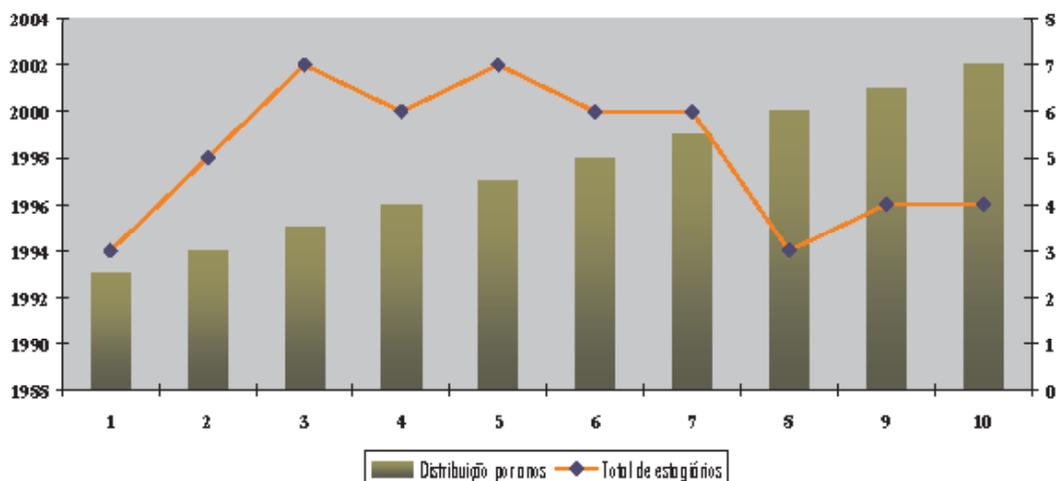
Estagiários entregues a si próprios, por um período de tempo prolongado, podem cometer erros sistemáticos e provocar atrasos na nossa produção. A admissão de estagiários obriga-nos a seguir de perto a sua actividade e produção, ou seja, verificar o que estão a fazer e se o fazem bem. Nem sempre temos conseguido o acompanhamento desejado e já encontramos erros, que nos obrigam a um trabalho de correcção, mais moroso do que se o tivesse-mos realizado desde o início.

Entre as dificuldades encontradas pelos estagiários salientamos a identificação de processos fotográficos, a avaliação e descrição da condição física de forma sucinta, o reconhecimento de formas de deterioração. As dificuldades sentidas pelos estagiários têm-nos obrigado a aperfeiçoar métodos e sobretudo a definir, com maior rigor, algumas regras e procedimentos até então tidos como estabelecidos, mas nunca escritos ou claramente expressos. Foi na sequência de alguns estágios que definimos por escrito o *campo avaliação do estado de conservação* das fotografias, até então em estado empírico.

Dez anos de estágios Desde 1993 até hoje recebemos 49 pedidos de estágio, dos quais 44 foram realizados e os restantes 5 foram apenas iniciados mas não concluídos, por razões pessoais.

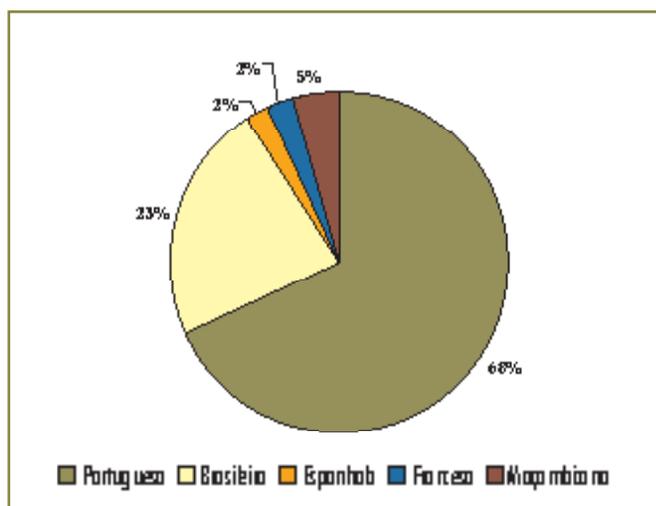


Distribuição dos estagiários por anos



Entre os estagiários contamos trinta Portugueses, dez Brasileiros, uma Castelhana, uma Francesa e duas Moçambicanas. Todos concluíram o estágio.

Distribuição dos estagiários por nacionalidade



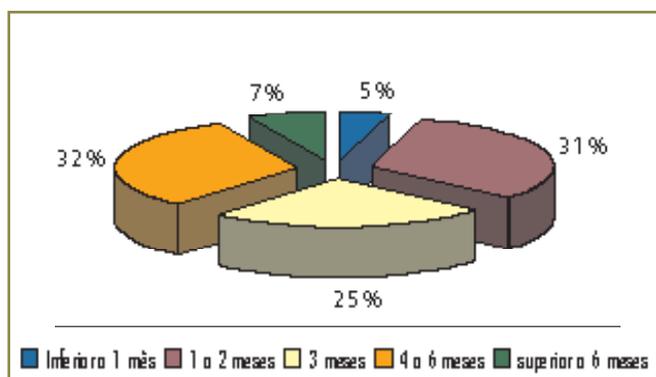
Duração do Estágio

A duração média do estágio foi sofrendo uma evolução ao longo destes anos. Inicialmente não levantámos obstáculos a qualquer proposta e aceitámos pedidos de estágio para duas semanas, até pedidos de estudantes que pretendiam estagiar durante um ano.

Os estágios realizados entre 1993 e 2002 distribuem-se desta forma quanto à sua duração:

Inferior a um mês	2 estágios
Um a dois meses	14 estágios
Três meses	11 estágios
Quatro a seis meses	14 estágios
Mais de seis meses	3 estágios

Total de estagiários



A maioria dos estágios decorreu por um período entre 1 e 2 meses ou entre 4 e 6 meses. Com o evoluir desta experiência percebemos que um estágio inferior a um mês não era de grande utilidade, pois não dava ao estagiário a oportunidade de realizar qualquer acção real de conservação. Estágios superiores a seis meses, tendem a entrar

numa rotina pouco propícia à aprendizagem. Um estágio não pode servir para encobrir as carências das instituições em pessoal técnico especializado. Quando um estagiário já não está a aprender, está a ocupar o lugar de outro estagiário. Assim foi estabelecido que a duração ideal é de três meses: permite ao estagiário conhecer o arquivo, tomar contacto com os nossos procedimentos e produzir algum trabalho de conservação.

Natureza dos estágios O perfil do candidato que solicita um estágio ao Arquivo Fotográfico varia consoante a sua situação profissional, idade e formação. Dos 44 estagiários, metade realizaram estágios de índole curricular. Estes estágios são pedidos pelo estabelecimento de ensino, estão integrados no plano curricular dos cursos e são de frequência obrigatória. Podem decorrer durante o curso ou no final da licenciatura. Os restantes realizaram um estágio de carácter profissional, estão integrados numa instituição e pretendem actualizar e valorizar os seus conhecimentos.

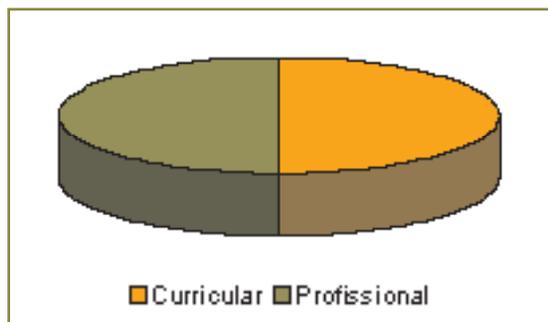
Geralmente estes estagiários têm já alguma experiência na área de arquivo ou biblioteca e pretendem obter formação em conservação de fotografia ou câmara escura. Alguns têm formação superior (Ciências Documentais, História ou conservação e Restauro) outros um curso técnico-profissional na área de fotografia, restauro ou arquivo.

Este levantamento aponta-nos ainda uma tendência no que refere a distribuição dos estagiários por sexo: 75% dos estágios foram realizados por mulheres; 25% por homens. A clara maioria do sexo feminino leva-nos a supor que os cursos associados à vertente de conservação e restauro terão também esta tendência. Nos sectores profissionais verificamos o mesmo, dos 44 pedidos de estágio provenientes de instituições, apenas 3 foram solicitados por homens.

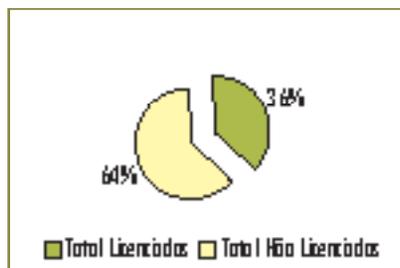
Trabalho Produzido pelos Estagiários Outro aspecto interessante a analisar é contributo dado pelos estagiários no tratamento da colecção de fotografia do Arquivo. Podemos afirmar que este contributo é significativo no balanço global do trabalho.

Neste contexto salientamos a realização dos inventários de novas colecções, tanto das pequenas como de grandes colecções. Tarefa simples e muito didáctica, a observação e inventariação das espécies fotográficas por tratar (tal como nos chegam dos autores ou vendedores) pode elucidar sobre formas de deterioração, organização e descrição antes da intervenção do arquivista ou conservador. Citamos as colecções inventariadas por estagiários: Marques da Costa, Fundo Moderno, Álbuns de Eduardo Portugal, João César de Medeiros, Família Dores Cunha e Neves Águas.

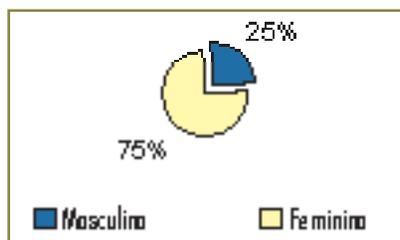
Total de estagiários

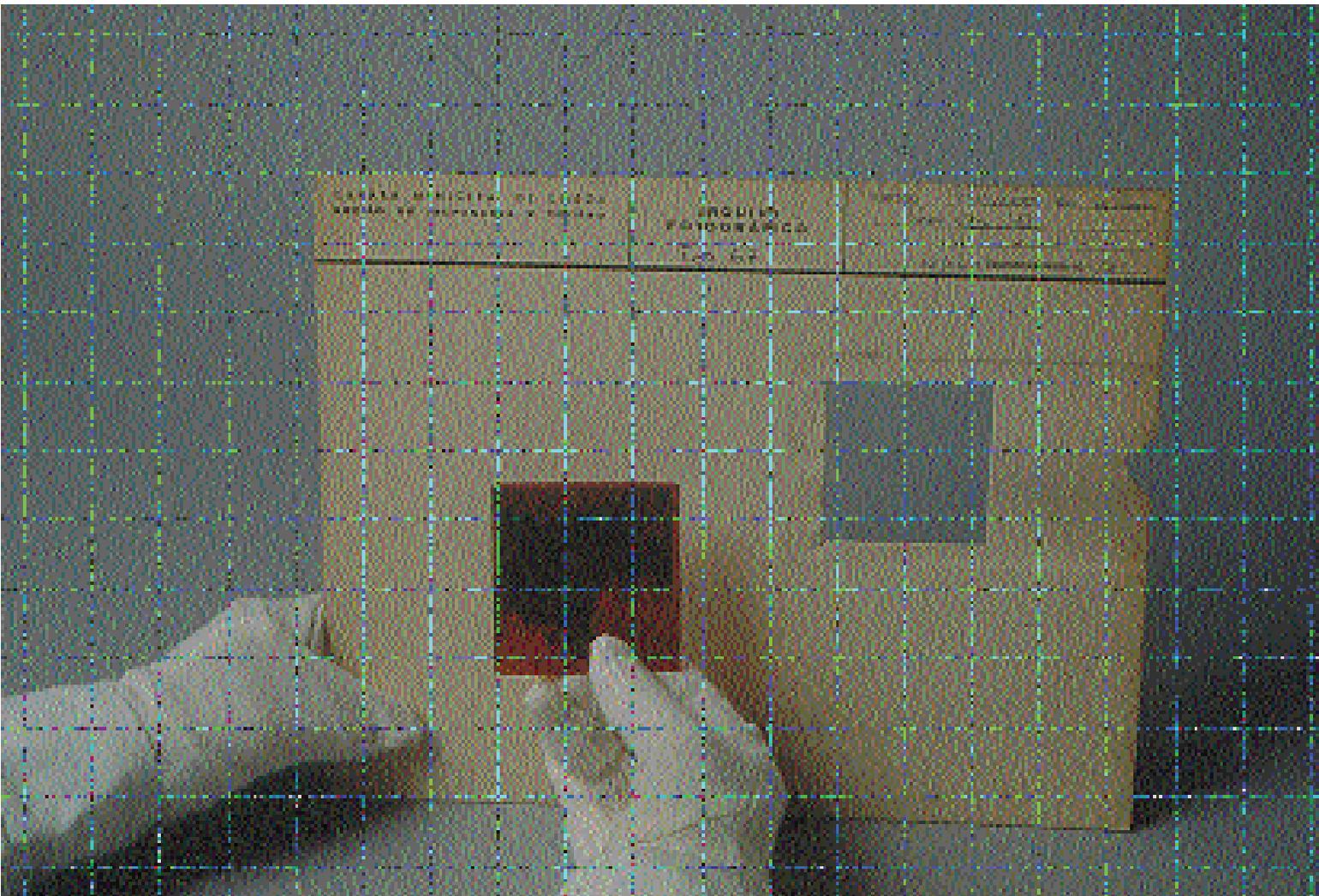


Habilitações Literárias



Distribuição dos estagiários por sexo



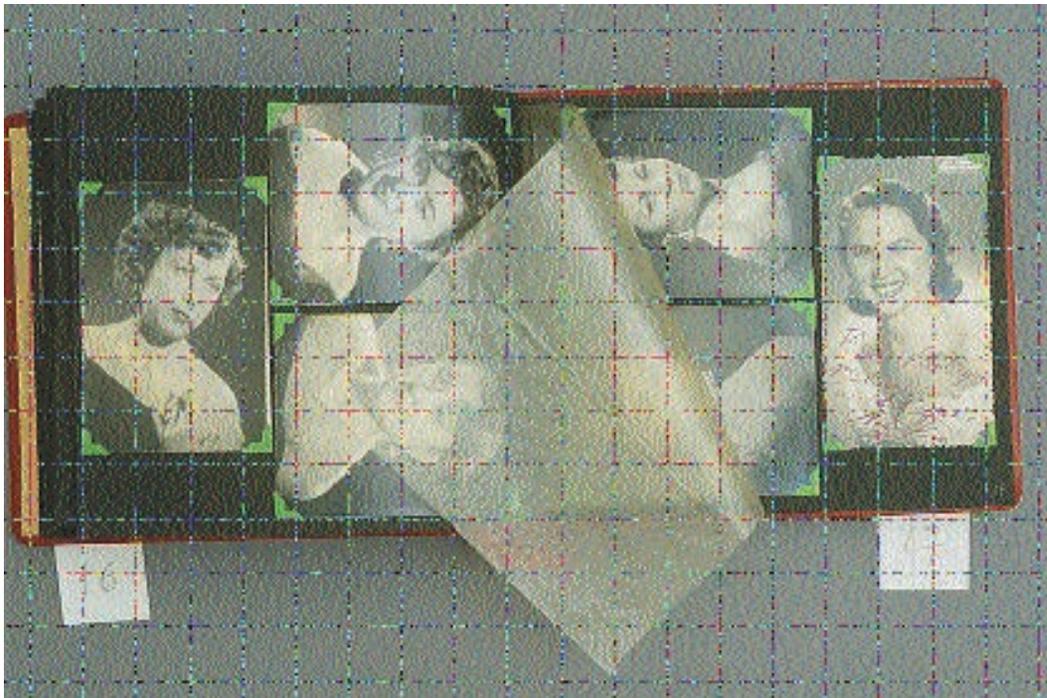


Colecção Fundo Moderno - remoção de negativo de embalagem antiga.

A intervenção dos estagiários é também muito positiva no que respeita ao tratamento de pequenas colecções, que se encontram numa segunda linha de prioridades do Arquivo. Por não serem *estrelas do firmamento*, estas colecções não justificam uma acção de divulgação imediata, como exposição ou catálogo. Poderiam permanecer anos na prateleira, aguardado tratamento e sendo ultrapassadas por outras de maior interesse e urgência. Este material é ideal para um estagiário, pois é relativamente rápido de concluir (dois a três meses poderá ser o suficiente) e envolve todos os passos da conservação, que o estagiário poderá praticar. Terá ainda o prazer de ver o seu trabalho finalizado e disponível à consulta dos leitores. Entre as colecções tratadas e digitalizadas por estagiários, em partes ou no todo, citamos: António Passaporte, Neves Águas, Marques da Costa, Fundo Moderno, Amadeu Ferrari, José Maria Tavares Portugal, Revolução de Fevereiro, Júlio Vaz Júnior e Daniel Blaufux.

Entre os grandes trabalhos desenvolvidos por estagiários citamos:

- Digitalização de negativos em vidro e tratamento de imagem digital
- Construção de álbuns para provas, réplica de álbuns originais, usando materiais de boa qualidade
- Inventariação de colecções de álbuns
- Duplicação de negativos em nitrato de celulose
- Realização de negativos de provas originais
- Tratamento diapositivos de 35 mm e substituição de caixilhos
- Organização de uma colecção de diapositivos



Colecção João César de Medeiros - Álbum antes do restauro, recuperado por um estagiário.

Conclusões O nosso programa de estágios desenvolveu, ao longo de 10 anos, uma acção significativa de ensino em processamento e conservação de colecções de fotografia. Temos tido estagiários de muitas instituições e escolas, que prosseguiram carreias nas instituições. O acompanhamento e a gestão dos estágios são uma parte importante do trabalho no Arquivo Fotográfico Municipal. Aceitar estagiários teve obviamente aspectos positivos e negativos, que passamos a referir.

Entre os aspectos negativos dos estágios podemos citar:

- Sobre ocupação dos nossos técnicos com o acompanhamento dos estagiários.
- Desorientação do estagiário por falta de disponibilidade pontual do orientador.
- Alguns erros e imprecisões no trabalho, decorrentes da inexperiência do estagiário e falta de acompanhamento.
- Alguma confusão gerada quando o projecto estabelecido não é concluído.

Os aspectos positivos dos estágios são francamente superiores aos negativos e podemos citar:

- Troca de experiências muito proveitosa.
- Estreitar da comunidade dos que tem a seu cargo colecções de fotografia.
- Mantemos o contacto com a nova geração de conservadores.
- Pareceres, críticas e aperfeiçoamentos dos nossos métodos de trabalho.
- Divulgação a nível nacional e estrangeiro do Arquivo Fotográfico e da sua experiência.
- Estabelecimento de relações cordiais com outras instituições.
- Progressos no tratamento das colecções marginais ou de pequena dimensão.

O Arquivo Municipal de Lisboa no tempo

Modelos de Gestão e Organização

Inês Morais Viegas

Introdução: Ao longo da sua história, várias têm sido as vicissitudes porque tem passado o Arquivo Municipal de Lisboa.

Com efeito, a sua extensa documentação¹ conheceu diferentes critérios de organização; o seu enquadramento orgânico foi divergindo de acordo com a valorização dada ao seu acervo; o seu espaço foi sendo definido ao sabor de desastres mais ou menos naturais e de critérios mais ou menos duvidosos.

Dos critérios de organização Com um acervo reunido desde o século XII, as primeiras medidas de controlo e organização que se conhecem, datam do reinado de D. Duarte, e traduzem-se na preocupação de preservação dos documentos originais. Com esse objectivo, foi instituído o Livro de entrada e saída dos documentos da “arca das escrituras” e promovida trasladação dos mesmos, para um livro de consulta.

Este esforço prolongou-se pelos séculos XVII e XVIII período durante o qual se assistiu à cópia sistemática de todos os códices.

Paralelamente, verificam-se algumas preocupações com a organização do acervo, pelo que se introduzem os primeiros critérios de classificação, dividindo a documentação por reinados.

As preocupações Humanistas, traduzidas no gosto de saber, na busca dos textos antigos, na sua interpretação e publicação, foi sentida no Arquivo Municipal de Lisboa durante todo o século XIX.

Durante este período, assistiu-se à transcrição peleográfica de inúmeros documentos e à publicação de diversas obras.

Seguindo as tendências da época, a classificação documental então adoptada, assentou essencialmente em critérios temáticos e cronológicos assistindo-se pela primeira vez à elaboração de índices.

A encadernação sistemática da documentação relativa à Chancelaria da Cidade, à Chancelaria Régia e à Administração, constitui outra herança deste período.

A partir de meados do Século XIX e no Século XX, assiste-se a um significativo aumento da produção documental por parte dos Serviços da Autarquia, o que levanta novos problemas ao Arquivo, tanto do ponto de vista organizacional como na perspectiva do acesso ao seu acervo.

Assiste-se à distinção conceptual entre Arquivo Histórico e Arquivo Administrativo, traduzida em métodos de trabalho e em critérios de classificação diferentes;²

¹ O acervo do Arquivo Municipal de Lisboa abrange um período cronológico compreendido entre o século XII até aos nossos dias.

² Enquanto os critérios de classificação no Arquivo Histórico apontam a organização de grandes núcleos documentais (Chancelaria Régia, Chancelaria da Cidade, Provimto do Pão, Provimto da Saúde, Casa do Vinte e Quatro, Impostos, Casa da Santo António, Administração, Águas Livres, Instrução, Juntas de Paróquias), o Arquivo Administrativo privilegia, os serviços produtores da documentação enquanto critério de organização (Serviço Geral de Obras, Secretaria Geral, Presidência, ...)

A documentação é distribuída por cada um destes arquivos atendendo á sua idade³, instituindo-se o principio da transferência de documentos entre arquivos e por parte dos diferentes serviços camarários.

A criação em 1942 do Arquivo Fotográfico, com a competência de centralizar e conservar toda a produção fotográfica dispersa pelos diversos serviços da Câmara, traduz o valor reconhecido aos novos suportes documentais enquanto testemunhos históricos da gestão camarária e obriga à adopção de técnicas de trabalho compatíveis à especificidade da tipologia e suportes em presença.

Do Enquadramento Orgânico A primeira referência ao Arquivo Municipal de Lisboa data de 1433 e apresenta-o sob a alçada do escrivão do município que seria co-responsável pela sua segurança, juntamente com um vereador e um juiz do cível.⁴

A tutela do Arquivo ter-se-á mantido entregue ao escrivão do município até ao século XIX, como o comprovam os vários diplomas emanados tanto da Chancelaria Régia como da Chancelaria da Cidade.⁵

No Código Administrativo de 1913, o Arquivo Municipal surge tutelado pelo chefe da secretaria.

O Regimento da Câmara Municipal de Lisboa de 1919, distingue pela primeira vez o Arquivo Histórico do Arquivo Corrente, encontrando-se este enquadrado organicamente na dependência da secretaria geral.

Esta distinção conceptual e respectivo enquadramento orgânico que coloca cada um dos Arquivos sob tutela de Serviços diferentes, continua visível em Organizações dos Serviços Municipais posteriores.⁶

Em 1945, a Organização dos Serviços Municipais, reúne o Arquivo Histórico e Administrativo numa única secção, dependente da 4ª Repartição da Direcção dos Serviços Centrais e Culturais.⁷

A deliberação camarária de 22 de Novembro de 1967, apresenta as bibliotecas, os museus e os arquivos, como constituindo a 5ª Repartição da Direcção dos Serviços Centrais e Culturais, atribuindo a coordenação dos arquivos a um “arquivista chefe”

Mantendo, no que respeita ao Arquivo Municipal, a filosofia inerente à anterior organização de serviços, a estrutura orgânica de 1989 apresenta o Arquivo como uma divisão do

³ De acordo com o Projecto de Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa, de 1919, ao Arquivo Administrativo competia conservar a documentação posterior a 1834.

⁴ Por razões de segurança, o Arquivo era guardado na “Arca das Escrituras” de que existiam 3 chaves, divididas pelo escrivão do município, por um vereador e por um juiz do cível.

⁵ Referência a esta situação podem encontrar-se nas Ordenações Manuelinas, Ordenações Filipinas, no Regimento da Câmara Municipal de Lisboa de 1502, e nos Códigos Administrativos de 1853, 1855, 1886 e 1896.

⁶ Veja-se a propósito a Organização dos Serviços Municipais de 1921, 1925 e 1942.

⁷ Na dependência da mesma repartição encontravam-se a Secção de Museus e a Secção de Bibliotecas.

⁸ Na estrutura orgânica de 1989, a Divisão de Bibliotecas integra o Departamento da Cultura, sendo a Divisão de Museus

Departamento de Património Cultural, separando-o das bibliotecas e dos museus que passam a constituir divisões autónomas.⁸

A actual estrutura orgânica, recentemente publicada⁹, apresenta o Arquivo Municipal enquadrado na Divisão de Gestão de Arquivos, pertencente ao Departamento de Bibliotecas e de Arquivos, do qual faz igualmente parte a Divisão de Gestão de Bibliotecas.

Do Espaço De acordo com os registos disponíveis, o Arquivo do Município de Lisboa, permaneceu até ao século XVIII, num edifício particular situado junto à Sé de Lisboa.

Em 1741 é transferido para a sede do antigo Senado Ocidental, no Rossio, onde permanece, sobrevivendo ao terramoto de 1755.

No período que se sucede ao terramoto foram vários os locais por onde passou, em permanências mais ou menos curtas: uma barraca de madeira no Campo de Sant'Ana (1756), o palácio dos Condes de Almada (1757 a 1764), o recém inaugurado edifício dos Paços do Concelho¹⁰ (1774 a 1780), a Casa da Índia e o Palácio da Inquisição (1780 a 1796).

Em 1796, o Arquivo é novamente transferido para o Edifício dos Paços do Concelho, onde permaneceu até 1863, data em que deflagrou um incêndio que destruiu praticamente todo o edifício, com excepção da sala do Arquivo, salva graças à sua estrutura abobadada.

Este acidente obrigou a nova transferência do arquivo, desta vez para o edifício das Sete Casas (à Ribeira Velha), de onde só saiu em 1875, para regressar aos Paços do Concelho, entretanto recuperado.

O aumento da produção documental por parte dos serviços da edilidade, rapidamente determinou a necessidade de afectar outros espaços ao Arquivo Municipal.

Foi neste sentido que desde 1930 se registaram transferências de documentação para o Palácio Galveias, para um edifício no Bairro do Arco do Cego, adoptando-se critérios cronológicos para o planeamento destas transferências.



Processos em depósito. AML-AC.

integrada no Departamento de Património Cultural, a par com a Divisão de Arquivos.

⁹ D.R. n.º 163 de 17/07/1998 –II Série -Apêndice n.º 91.

¹⁰ A utilização do Edifício dos Paços do Concelho como Paço Real, por parte de D. Maria I, obrigou à transferência do arquivo.

¹¹ Lia Arez Ferreira do Amaral, *O Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa*, Lisboa, 1982, p. 21.

Estes esforços, no entanto, não obviaram à dispersão crescente do acervo, pelo que a necessidade de um novo espaço para o arquivo foi sucessivamente sendo chamada à ordem do dia.

Em 1962, a dr^a Lia Arez Ferreira do Amaral, apresentou no II Encontro de Bibliotecas e Arquivos Portugueses, uma comunicação abordando este assunto: «Estudo para a construção do novo edifício destinado ao arquivo da Câmara Municipal de Lisboa».

Este trabalho deu origem a um anteprojecto do arquitecto Pardal Monteiro para a construção de um edifício próprio no Campo Grande.¹¹

Mais tarde o local escolhido para a construção, foi substituído pela Avenida de Ceuta e, a 11 de Janeiro de 1973 o despacho n^o 1, estipulou que o Arquivo Municipal de Lisboa seria integrado num conjunto de edifícios, a construir no Areeiro, onde se instalariam outros serviços camarários, o que não se chegou a concretizar.

Perante esta situação foi considerada a hipótese de alargar o edifício já ocupado pelo Serviço de Arquivo, no bairro social do Arco do Cego, para o que foi realizado projecto, em 1976, de autoria mais uma vez do arquitecto Pardal Monteiro, projecto esse que igualmente foi abandonado

Em 1982, novamente a dr^a Lia Arez Ferreira do Amaral, então directora do Arquivo alertava para a situação do arquivo e para a necessidade de um espaço que reunisse todo o seu acervo.

“...a sede do Serviço de Arquivo, com a documentação do Fundo Histórico, encontra-se ainda hoje instalada na referida sala¹², existindo mais dois departamentos, na Rua da Palma n^o 246, onde estão guardados mais de 60.000 processos de obra, correspondentes aos prédios de Lisboa, e outro na Rua Nunes Claro, n^o 8, onde se encontra a documentação administrativa.”¹³

No entanto, além dos espaços referidos pela dr^a Lia Arez Ferreira do Amaral persistiram depósitos de documentação, dispersos pela cidade até ao ano de 1985, a saber:

- o depósito das Janelas Verdes, n^o 37, com a documentação retirada do Arquivo do Arco do Cego, por motivo de obras,
- o depósito de S. Francisco, na calçada do mesmo nome, com documentação vária,
- o depósito da Calçada do Cascão, n^o 41, onde se encontravam os processos gerais/requerimentos,
- o Palácio da Rosa, sito no Largo da Rosa, n^o 4 e 5, com a documentação do Tribunal Municipal (extinto).

Esta dispersão foi contrariada em 1985, quando, depois de avaliadas várias hipóteses em presença,¹⁴ se optou pela solução eventualmente mais fácil e económica, mas claramente menos adequada à função de Arquivo: a ocupação das caves de um edifício de habitação

¹² Refere-se à sala abobadada do edifício dos Paços do Concelho.

¹³ Lia Arez Ferreira do Amaral, *op.cit.*, p. 20.

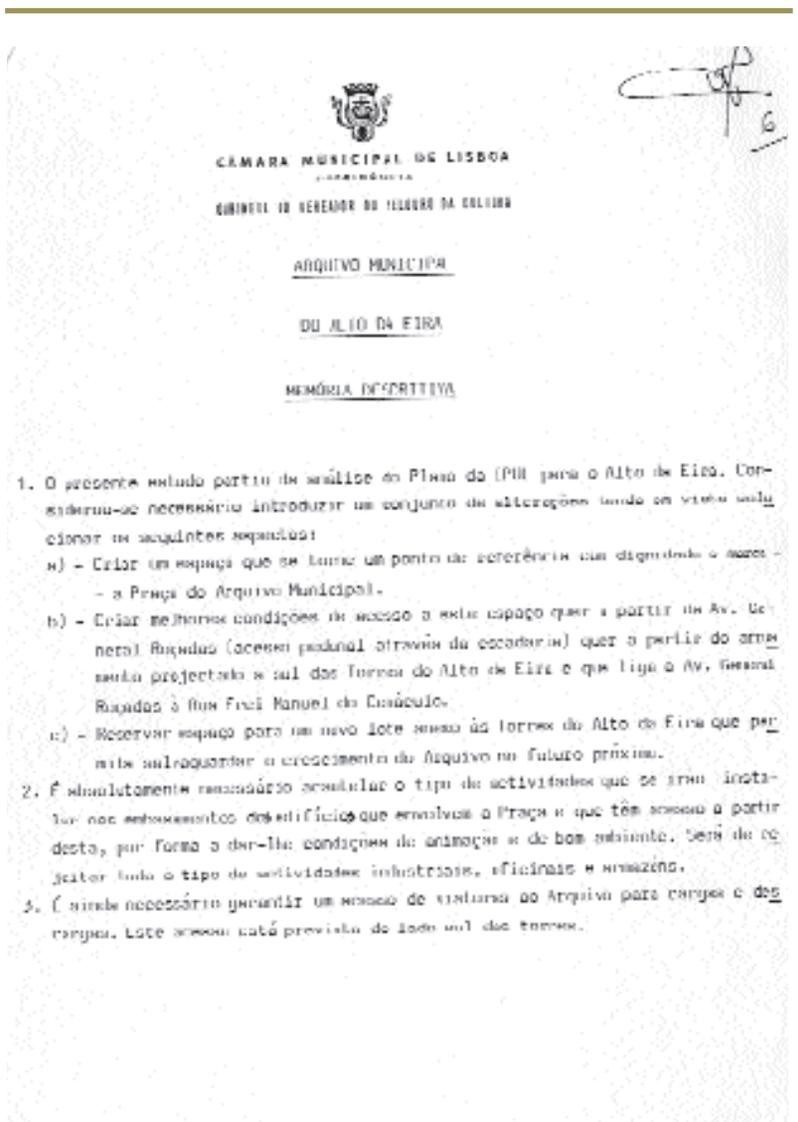
¹⁴ Apresentavam-se como possíveis duas opções: a ampliação do arquivo do Arco do Cego, retomando o projecto do arquitecto Pardal Monteiro, ou a ocupação das caves de um edifício de habitação social, localizado no Alto da Eira.

¹⁵ Proposta “Plano de Instalações do Arquivo Municipal de Lisboa e alterações ao plano da EPUL para o Alto da Eira” vereador Victor Reis, Câmara Municipal de Lisboa, 1989



social, localizado no Alto da Eira, espaço este que através do despacho nº 120/P/80, já havia sido destinado a depósito de Arquivo.

A 23 de Maio de 1989, o vereador Victor Reis propõe um plano de instalação do Arquivo Municipal de Lisboa a partir da análise do plano da EPUL para o Alto da Eira, introduzindo-lhe algumas alterações; pretendia “criar um espaço que se torne um ponto de referência com dignidade e marca – a Praça do Arquivo Municipal”¹⁵.



Plano de instalação do AML e alteração ao plano da Epul para o Alto da Eira.

¹⁶ Maria do Rosário Santos, *Relatório Técnico das Instalações do Arquivo*, 1990/05/22, p. 6.

¹⁷ A publicação dos *Cadernos do Arquivo Municipal*, do Jardim Portugal dos Pequenitos, em parceria com a Fundação Bissaya Barreto,



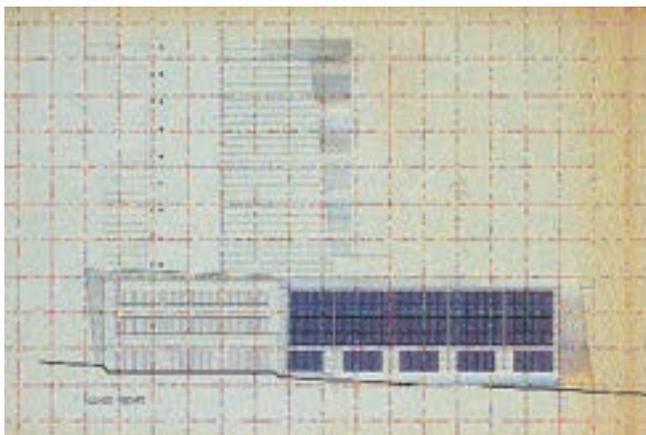
Depósito de processos de obra.. AML-AE.

Esta proposta visava concentrar no Alto da Eira todos os arquivos do município, e pressupunha uma requalificação do espaço envolvente.

Nem o objectivo nem os seus pressupostos se concretizaram, pelo que no espaço degradado do Alto da Eira, continuou apenas a documentação recolhida dos depósitos atrás referidos, com destaque para a série de processos de obra, fundamental para a gestão urbanística da cidade, função de grande importância no contexto da administração autárquica.

A solicitação desta e de outra documentação igualmente guardada neste espaço, trouxe ao Arquivo do Alto da Eira um público grande e diversificado, obrigando à adopção de um conjunto medidas e de procedimentos que, dadas as deficientes condições do espaço, só com muita dificuldade e empenho puderam ser implementados

Em 22 de Maio de 1990, a então chefe de Divisão de Arquivos, Dr^a Maria do Rosário Santos alertava para as condições deficientes em que se encontravam este Arquivo, nomeadamente para a viciação do ar, em resultado das inúmeras tubagens que atravessam várias áreas do Arquivo, dos equipamentos, da falta de arejamento, pois não existem janelas.¹⁶

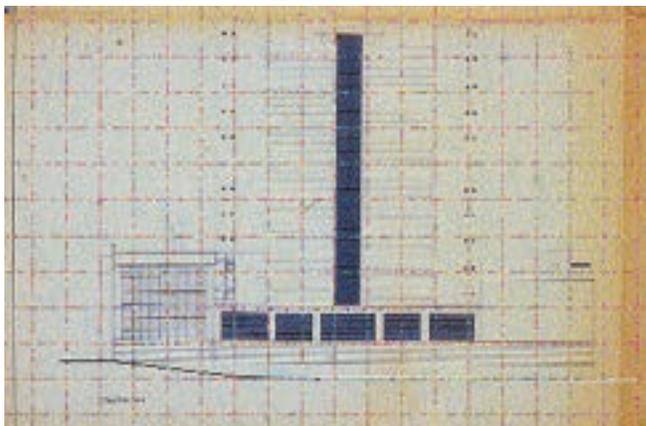


Projecto para o edificio dos Arquivos da CML. Rua Cidade de Bissau, Olivais, (alçado poente).

Foi então proposta a transferência do Arquivo para o Quartel do Batalhão de Serviço de Transportes, no Campo Grande, por estar prevista a sua mudança para a periferia da cidade de Lisboa.

Aliada a uma óptima localização, com bons acessos rodoviários e públicos o espaço proposto, apresentava uma ampla área disponível para separar zonas de trabalho das zonas de depósito.

Também esta proposta não teve seguimento.



Projecto para o edificio dos Arquivos da CML. Rua Cidade de Bissau, Olivais, (alçado sul).

Em 1992, é proposto ao arquitecto Jorge Matos Alves a realização de um ante-projecto para a instalação dos diferentes arquivos, numa área

contígua ao Palácio do Contador-Mor, nos Olivais Sul, onde se encontrava uma zona de viveiros do Departamento dos Espaços Verdes.

O ante-projecto foi realizado, mas à semelhança dos anteriores não teve seguimento.

Entretanto decorrem obras de fundo num edifício da Rua da Palma, com o objectivo de instalar aí o Arquivo Fotográfico que se encontrava precariamente instalado no Palácio da Rosa. Deste modo, em 1994, o Arquivo Fotográfico é transferido para este novo espaço, concebido e projectado de modo a responder eficazmente às funções deste serviço, de tal modo que se tornou um local e um arquivo de referência no panorama dos arquivos do País.



Arquivo Fotográfico Municipal - Sala de Leitura.

Em 1996, a 7 de Novembro, deflagrou um novo incêndio nos Paços do Concelho, que destruiu parcialmente o edifício.

O Arquivo Histórico aí instalado, mais uma vez sobreviveu ao fogo e mais uma vez teve de ser transferido.

As caves de um edifício anexo ao Arquivo do Alto da Eira, surgiram como o único local disponível para a necessária transferência, tendo-se então procedido à adaptação possível do espaço, de modo a adaptá-lo à sua nova função.

Mais recentemente, em Novembro de 2000 no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, a Dr^a Maria Calado, então Vereadora do Pelouro da Cultura e Acção Social, celebrou um protocolo entre aquela instituição e a CML, no âmbito do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), para a realização de obras de construção de um edifício destinado à instalação do Arquivo Municipal de Lisboa, na Quinta da Bela Vista, em Chelas.

Ao longo destes últimos dois anos foi realizado, conjuntamente com a equipa de arquitectos Alberto de Souza Oliveira e Manuel Aires Mateus, a elaboração do programa preliminar para a construção de um edifício, no sentido de definir circuitos, depósitos, circulação de público,



Acondicionamento de documentos em suporte de pergaminho. AML-AH.



Depósito de documentos. AML-AH.

funcionários e de documentação, condições técnicas – iluminação, humidade, arejamento dos depósitos, salas de leitura e exposições para o Projecto do Novo Edifício do Arquivo Municipal de Lisboa.

Por razões que se prendem com a localização escolhida para a implementação do arquivo, também este projecto se encontra em estudo.

As deficientes condições de salubridade registadas no Arquivo Municipal de Lisboa sito no Alto da Eira, determinaram o encerramento das instalações, em Outubro de 2002.

Um novo modelo organizacional Desde Maio de 1996 que o Arquivo Municipal de Lisboa definiu objectivos, de forma a atingir a inovação organizacional, alterando circuitos e procedimentos, adoptando novas tecnologias e implementando uma nova dinâmica.

Incorporou novas funções às já existentes, compatíveis com os novos paradigmas da informação.

Foram traçadas novas linhas de orientação no sentido de obter uma melhor gestão e organização do Arquivo Municipal as quais assentaram na reorganização do espaço e equipamentos existentes, no redimensionamento dos recursos humanos, dos meios de comunicação e na difusão da informação.

Adoptando técnicas de inovação organizacional, a execução do Plano de Actividades pressupõe trabalho de equipa através de grupos de trabalho constituídos por técnicos que compartilham responsabilidades, de forma a aumentar a eficácia, promover a flexibilização e a rentabilização de espaços e recursos.

A concretização prática desta política de gestão enfrenta a dificuldade da dispersão dos arquivos o que obriga a um maior esforço financeiro, com consequências a nível logístico, técnico, tempo e de gestão.

Para tal, foi delineado um plano de reestruturação interna dos diferentes serviços da Divisão de Gestão de Arquivos, tendo em consideração: os locais, os gabinetes, os recursos humanos, as acessibilidades, o sistema funcional e os circuitos documentais.

Tendo como objectivo, a aplicação prática das modernas teorias da arquivística que salientam o papel da conservação da documentação no seu suporte original, bem como a aplicação das técnicas que permitem uma divulgação/consulta em suportes alternativos, efectuou-se um grande investimento no Gabinete de Microfilmagem. Para tal foi adquirido novo equipamento e actualizados os procedimentos em todos os circuitos inerentes a este serviço.



Gabinete de Microfilmagem - Planetária. AML-AE.

No Gabinete de Restauro de Documentos Gráficos, a equipa técnica foi reforçada através cursos e estágios fora da C.M.L., nomeadamente na Fundação Ricardo Espírito Santo e no Instituto Português de Conservação e Restauro.

Implementou-se um plano de restauro dos pergaminhos e documentos em papel, que dado o seu grande uso, conhece uma degradação acentuada, de que é exemplo os documentos de arquitectura.

Intervindo na área da prevenção e da conservação, estes dois gabinetes, desenvolvem trabalhos em estreita parceria, constituindo um elo fundamental, da política de inovação organizacional aplicada na Divisão de Gestão de Arquivos.

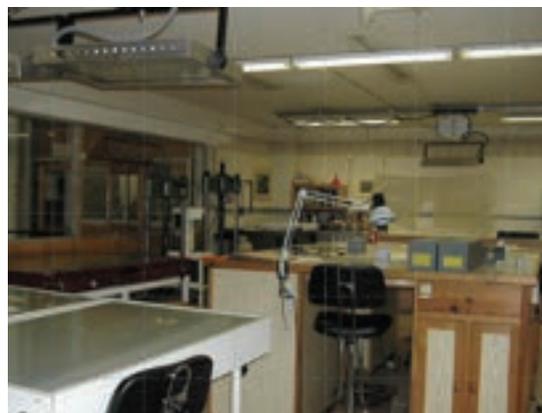
Sendo um dos principais objectivos do Arquivo a divulgação do seu acervo, a Divisão de Gestão de Arquivos conta para esse efeito com um Gabinete de Design que segundo o Plano de Actividades anual, concebe maquetas de publicações, exposições, catálogos, brochuras, de forma a divulgar o espólio do Arquivo, de acordo com as exigências de natureza técnica.¹⁷

No universo das múltiplas publicações efectuadas pela Divisão de Arquivos, merecem referencia particular os “Cadernos do Arquivo Municipal” que resultam de trabalhos de investigação internos, realizados a partir do tratamento documental.

As exposições concebidas e idealizadas pelos técnicos do Arquivo Municipal de Lisboa, constituem outra forma privilegiada de divulgação.

Se as exposições fotográficas são realizadas no espaço próprio do Arquivo Fotográfico as exposições do restante acervo¹⁸ têm sido sempre realizadas em espaços externos, devido às péssimas condições ambientais e de acesso existentes nas outras instalações do Arquivo.¹⁹

Outra forma de divulgação do acervo documental do Arquivo, apesar de menos visível, é todo o trabalho desenvolvido, no tratamento da documentação, na sua descrição em registo informático e respectiva digitalização.



Gabinete de restauro de documentos gráficos. AML-AE.



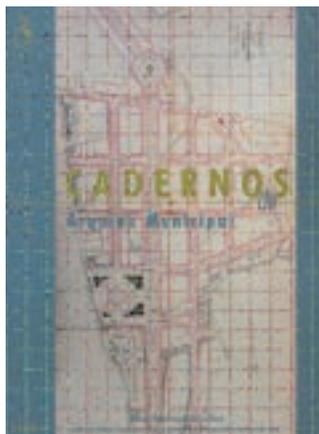
Foral de D. Manuel I - edição facsimilada reduzida pelo Arquivo Municipal de Lisboa.

deste trabalho de divulgação.

¹⁸ Refira-se, a título de exemplo as exposições *Do Passeio Público à Avenida – Os originas do Arquivo Municipal de Lisboa* e *José Luís Monteiro – marcos de um Percurso* realizadas na Estufa Fria em 1998, *Do Saldanha ao Campo Grande - Os originas do Arquivo Municipal de Lisboa* que teve lugar no Museu da Cidade em 1999, *O Foral Manuelino* nos Paços do Concelho em 2000, entre outras.

¹⁹ Nem o Arquivo do Arco do Cego nem o do Alto da Eira apresentam condições mínimas necessárias para a realização de iniciativas de divulgação.

²⁰ O projecto Lis-Arq (Lisboa-Arquivo), é composto por duas aplicações: Ci-Arq, para a gestão de documentação em Arquivo Intermediário e X-Arq, para a gestão de Arquivo Definitivo, desenvolvido a partir de um critério de classificação funcional. De forma a permitir uma gestão integrada, estas aplicações informáticas estão inter-ligadas, permitindo a classificação para Arquivo



Algumas publicações do Arquivo Municipal de Lisboa.

Documentação a ser tratada pelos técnicos do AML.



O resultado deste trabalho traduz-se na apresentação de IDD'S (Guias, Inventários e Catálogos) que permitem simultaneamente a divulgação e o acesso à documentação.

O Arquivo Municipal de Lisboa tem-se ainda empenhado em iniciativas de extensão cultural como colóquios, workshops e debates.

Documentação em depósito.



Ao nível dos recursos humanos, o investimento foi feito em várias frentes: formação, tanto a nível interno como externo, rotatividade das funções, de modo a vencer barreiras, detectando falhas e corrigindo-as, acções de sensibilização para o alargamento do Quadro da CML nas carreiras específicas de Arquivo. Em qualquer dos casos, os resultados têm sido animadores.

Arquivadores horizontais com documentação tratada.



Como fruto do trabalho de equipa fomentado e desenvolvido no Arquivo, foi equacionada a necessidade de modernização através de novas tecnologias e de novas formas de comunicação.

Ainovação tecnológica. Manifestou-se no Arquivo Municipal através da implementação de um sistema de gestão integrada da documentação, com recurso a meios informáticos.

O grupo de trabalho constituído por arquivistas e técnicos informáticos acompanhou a implementação de um projecto de informatização, conducente à gestão da documentação nas suas fases activa, semi-activa e definitiva.

Baptizado de Lis-Arq²⁰, este projecto, que teve em consideração as Regras Internacionais de Arquivo (ISAD-G e ISAR-CPF), procurou simplificar procedimentos desburocratizando e ao

mesmo tempo normalizando, pelo que foi sofrendo alterações de modo a adaptá-lo à realidade do Arquivo Municipal na sua relação com os diversos públicos.

Minimizando as dificuldades resultantes da dispersão das várias instalações do Arquivo, o projecto Lis-Arq foi instalado em rede nos Arquivos do Alto da Eira, Arco do Cego e Histórico, permitindo desta forma o controle normalizado da linguagem, a indexação e a normalização dos procedimentos. Além deste contributo significativo, o projecto permite ainda aceder à imagem digitalizada das documentos, através de links a partir do registo seleccionado.

A partilha de dados por parte de alguns serviços da C.M.L e o arquivo, foi outra das potencialidades adquiridas com este projecto. Neste sentido, foram recentemente estabelecidas redes de comunicação on line com diversos Departamentos a funcionar no Edifício Central do Campo Grande

O desafio que agora se coloca é disponibilizar pela internet a todos os interessados os registos e imagens do arquivo, permitindo deste modo a partir de qualquer parte, uma visita virtual ao Arquivo Municipal de Lisboa.

O esforço desenvolvido em várias frentes pelo Arquivo, não foi acompanhado pela actualização dos diplomas que o regulam.

Efectivamente, o actual Regulamento do Arquivo Municipal de Lisboa data de 21/03/1985, tendo sido feita uma alteração ao mesmo, no dia 22 de Maio de 1989, pelo que facilmente se deduz da sua incomportável desactualização.

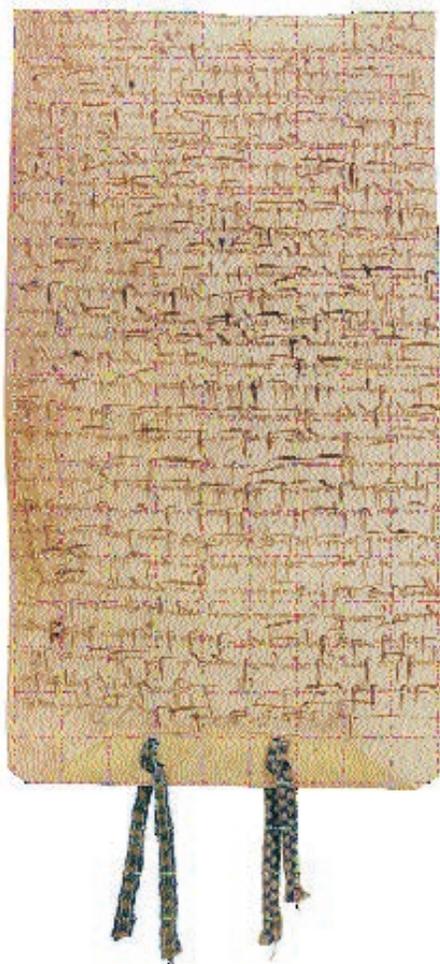
Procurando adequar este importante instrumento de gestão à realidade actual do Arquivo, foi apresentado em 19/03/2001 à então Vereadora da Cultura, dr^a Maria Calado, uma proposta para um novo Regulamento do Arquivo Municipal, que nunca foi submetida à Assembleia Municipal de Lisboa, para aprovação.

Apesar de todo o esforço desenvolvido nos últimos 6 anos, o Arquivo Municipal de Lisboa encontra-se ainda longe de alguns dos seus objectivos.

Tendo sido recentemente encerradas as instalações no Alto da Eira, o Arquivo encontra-se impossibilitado de desempenhar algumas das suas mais importantes funções, em prejuízo de muitos dos seus utilizadores.

Urge assim dotar este Serviço, depositário da memória colectiva da cidade, de instalações adequadas e dignas de modo a permitir conservar, tratar e difundir todo o seu acervo, valorizando o esforço que nesse sentido tem sido realizado.

A aprovação de um Regulamento actualizado que sustente uma gestão racional da função arquivo, é outro dos objectivos ainda não alcançados. Estas metas só se atingirão com o empenho e envolvimento de todos.



Documento 27

Índice das Actas das Sessões de Câmara do Ano de 1861

Isabel Almeida
Rosa Ávila

Introdução: A constatação – há muito verificada – da inexistência de índices das *Actas das Sessões* referentes aos primeiros anos da sua publicação e a consensual utilidade entre todos aqueles que a elas recorrem no âmbito das mais diversificadas investigações, levou-nos a encetar a tarefa de colmatar esta lacuna de 15 anos.

Apresentamos, pois, o índice geral respeitante a 1861 como ponto de partida de uma sucessão de índices, que nos propomos elaborar até 1875, seguindo estruturalmente os já publicados.

O trabalho teve por base a única edição conhecida das *Actas das Sessões*, publicada em Lisboa, sem identificação de data e com impressão da Typographia Silviana.

Estamos certas que o índice geral agora publicado, o primeiro de uma sequência anunciada, tornará mais fácil e directa a consulta de toda a informação oficial registada no decurso das sessões realizadas pelo executivo camarário.

Administrações dos Bairros e Recenseamentos

A – Ofício do Governo Civil de Lisboa a dar conhecimento que vai formar as Comissões de Recenseamento Eleitoral de cada bairro da capital, pág. 420; - nomeação dos empregados que servirão como escrivães da Câmara na reunião dos quarenta maiores contribuintes nas administrações dos bairros, pág. 434; - ofício do Administrador do Bairro de Alfama solicitando que a Câmara mande abrir as sarjetas na rua do Capelão, pág. 482; - ofício aos quatro administradores dos bairros para comparecerem nos Paços do Concelho a fim de se realizar a nomeação do Conselho Municipal para o biénio de 1862 e 1863, pág. 818; - definiu-se o quadro do Conselho Municipal e seus substitutos, lavrando-se o auto no livro competente e em presença dos administradores dos bairros, pág. 825.

Aferições – Ofício do Chefe da Repartição dos Pesos e Medidas Joaquim Henriques Fradesso da Silveira pedindo uma conferência com a Câmara acerca das providências que devem adoptar-se com vista a dar cumprimento às ordens para o Serviço de Afilamento dos Pesos e Medidas, pág. 434; - Decreto Lei que regula a fiscalização dos Serviços de Afilamento dos Pesos e Medidas, pág. 435, 436, 437; – regulamento para o Serviço de Afilamento dos Pesos e Medidas a que se refere o decreto de 7 de Março de 1861, pág. 499, 500 (inclui tabelas de tarifas); - ofício do Chefe da Repartição dos Pesos e Medidas ponderando a conveniência da

publicação de uma postura determinando que a venda do pão e da carne se faça do 1º de Julho próximo em diante pelos novos preços estabelecidos, pág. 577; - ofício do Chefe da Repartição dos Pesos e Medidas pedindo que a Câmara envie com a maior urgência aviso aos mercados, a respeito do uso e afilamentos dos novos pesos, pág. 628; - ofício ao Chefe da Repartição dos Pesos e Medidas solicitando a entrega da verba pertencente à Câmara, proveniente dos novos afilamentos, pág. 690; - autorizou-se o vereador Assunção a permitir a saída do arquivo para a Repartição do Afilamento dos novos Pesos e Medidas do padrão de “Marco de Botica”, pág. 762; - ofício do Chefe da Repartição dos Pesos e Medidas participando estar autorizado a entregar à Câmara a quantia referente às aferições do mês de Agosto e Setembro, pág. 828.

Águas (Pelouro das) – Medição e distribuição das águas com referência aos dias 2 e 3 de Janeiro de 1861, pág. 456; - Demonstração abreviada da distribuição das águas vindas ao Aqueduto Geral com referência ao dia 4 de Janeiro de 1861, pág. 456; - Resumo dos trabalhos feitos em Dezembro de 1860, pág. 456; - Medição e distribuição das águas com referência aos dias 1 e 4 de Fevereiro de 1861, pág. 469; - Demonstração abreviada da distribuição das águas vindas do Aqueduto Geral com referência aos dias 5 e 6 de Fevereiro de 1861, pág. 470; - Resumo dos trabalhos feitos em Janeiro de 1861, pág. 470; - o Vereador do Pelouro apresentou a

medição das águas verificada nos dias 1 e 4 e o mapa das obras feitas no Aqueduto das Águas-Livres no mês de Janeiro último, pág. 474; - idem, apresentou a medição das águas dos dias 1 e 2 e o mapa das obras efectuadas durante o mês de Fevereiro, pág. 498; - Medição e distribuição das águas, com referência aos dias 1 e 2 de Março de 1861, demonstração abreviada da distribuição das águas vindas ao Aqueduto Geral, com referência aos dias 4 e 5 de Março de 1861, resumo dos trabalhos efectuados no mês de Fevereiro, pág. 519; - o Vereador do Pelouro apresentou o mapa das obras executadas na Repartição das Águas Livres no mês de Março e relação de medições efectuadas, pág. 530; - Medição e distribuição das águas com referência aos dias 1 e 2 de Abril de 1861, pág. 558; - Demonstração abreviada da distribuição das águas vindas ao Aqueduto Geral, com referência ao dia 3 de Abril de 1861, resumo dos trabalhos feitos no mês de Março de 1861, pág. 559, 560; - o Vereador do Pelouro apresentou a medição das águas verificada nos dias 1 e 2 de Maio e o mapa das obras feitas na Repartição das Águas Livres no mês de Abril, pág. 563; - Medição e distribuição das águas com referência aos dias 1 e 2 de Maio de 1861, pág. 580; - Demonstração abreviada da distribuição das águas vindas ao Aqueduto Geral com referência ao dia 3 de Maio de 1861, pág. 581; - Resumo dos trabalhos feitos no mês de Abril de 1861, pág. 581; - Medição e distribuição das águas com referência aos dias 1 e 3 de Junho de 1861, pág. 605; - Demonstração abreviada da distribuição das águas vindas ao Aqueduto Geral com referência ao dia 4 de Junho de 1861, pág. 605; - Resumo dos trabalhos feitos no mês de Maio de 1861, pág. 605; - o Vereador do Pelouro apresentou a medição das águas verificada nos dias 1 e 3 de Junho e o mapa das obras feitas na Repartição das Águas Livres no mês de Maio, pág. 610; - o Vereador do Pelouro apresentou o mapa da medição das águas verificada nos dias 1 e 2 de Julho e a relação das obras realizadas na Repartição das Águas Livres durante o mês de Junho, pág. 642; - Medição e distribuição das águas com referência aos dias 1 e 3 de Julho de 1861, pág. 646; - Demonstração abreviada da distribuição das águas vindas ao Aqueduto Geral com referência ao dia 3 de Julho de 1861, pág. 646; - Resumo dos trabalhos feitos no mês de Junho de 1861, pág. 646; - decidiu-se proceder à limpeza do Poço do Borratém, pág. 659; - Mapa do Pessoal da Administração das Águas Livres, em 30 de Junho de 1861, pág. 664; - Medição e distribuição

das águas com referência aos dias 1 e 2 de Agosto de 1861, pág. 688; - Demonstração abreviada da distribuição das águas vindas ao Aqueduto Geral com referência ao dia 3 de Agosto de 1861, pág. 688; - Resumo dos trabalhos feitos no mês de Julho de 1861, pág. 688; - o Vereador do Pelouro apresentou a medição das águas verificada nos dias 16 e 17 de Agosto, pág. 690; - proposta do Vereador Vaz Rans para que, em virtude da escassez de água, se publique um edital a regular a recolha da mesma em determinados chafarizes e que se franqueie ao público a água do poço que existe nas traseiras do teatro D. Maria II, pág. 699; - o Vereador do Pelouro apresentou a medição das águas dos dias 2 e 3 de Setembro e a relação das obras feitas na Repartição das Águas Livres no mês de Agosto, pág. 715; - Medição e distribuição das águas vindas ao Aqueduto Geral com referência aos dias 1 e 2 de Setembro de 1861, demonstração abreviada da distribuição das águas vindas ao Aqueduto Geral, com referência aos dias 4 e 5 de Setembro, pág. 718; - Resumo dos trabalhos feitos no mês de Agosto de 1861, pág. 718, 719; - o Administrador das Águas Livres informou que, em determinada altura a água do chafariz do largo do Intendente esteve imprópria para consumo, tendo por esse motivo sido suspenso o trabalhador responsável, pág. 723; - ofício ao Inspector do Arsenal da Marinha solicitando que os presos encham os barris no chafariz d'El Rei e não no de S. Paulo com é hábito, pág. 724; - o Vereador do Pelouro apresentou a medição das águas feita nos dias 16 e 17 de Setembro, pág. 734; - idem, apresentou a medição das águas feita nos dias 1 e 2 de Outubro, pág. 754; - idem, apresentou a medição das águas feita nos dias 16 e 17 de Outubro, pág. 771; - Medição e distribuição das águas vindas ao Aqueduto Geral, com referência aos dias 1 e 2 de Outubro, pág. 775; - Resumo dos trabalhos feitos no mês de Setembro, pág. 775; - o Vereador do Pelouro apresentou a medição das águas relativa aos dias 2 e 4 de Novembro e o mapa referente às obras feitas durante o mês de Outubro, pág. 786; - Medição e distribuição das águas vindas ao Aqueduto Geral, com referência aos dias 2 e 4 de Novembro de 1861, pág. 790; - Resumo dos trabalhos feitos no mês de Outubro, pág. 790; - Medição e distribuição das águas vindas ao Aqueduto Geral com referência aos dias 1 e 2 de Dezembro, pág. 828, 829; - Demonstração abreviada da distribuição das águas com referência aos dias 4 e 5 de Dezembro, pág. 829; - Resumo dos trabalhos feitos durante o mês de

Novembro, pág. 829.

Alfândega Municipal - Ofício do Director da Alfândega Municipal solicitando um exemplar das instruções sobre a execução do Regulamento da Polícia Municipal e Sanitária, pág. 491; - ofício do Conselheiro Director Geral da Alfândega informando sobre os funcionários que faleceram, pág. 537; - ofício do Director da Alfândega Municipal requisitando em beneficio do serviço público, a casa que a Câmara tem arrendada, situada no Cais do Tojo n.ºs 5 e 7 com porta para a calçada do Marquês de Abrantes n.º 37, a fim de se fazer no local uma estação da Alfândega, pág. 577; - idem do Director da Alfândega Municipal participando ter reforçado as suas antigas requisições de obras no respectivo edificio, pág. 628; - ofício do mesmo autorizando o Primeiro Oficial da Repartição, João Evangelista de Macedo a assinar o arrendamento da Casa do Cais do Tojo de que é proprietária a Câmara, pág. 628; - ofício do Director Interino da Alfândega Municipal informando que foram dadas ordens às diferentes estações daquela Alfândega para não se dar despacho a reses e carnes verdes que não estejam conforme os termos dos Decretos de 15 de Janeiro de 1857 e 21 de Julho de 1858, pág. 657; - ofício do mesmo comunicando que, para evitar prejuízos à Fazenda Pública e ao comércio, resolveu ligar por meio de uma grade de ferro os armazéns do largo do Terreiro até ao Jardim do Tabaco, que são da dependência da mesma casa fiscal, pág. 657; - ofício do Director Geral da Alfândega Municipal pedindo licença para colocar uma barraca de fiscalização no Cais do Tojo à Boavista, pág. 659; - ofício do mesmo, requerendo que a Câmara lhe arrende uma casa que possui no Alto das Picoas a fim de fazer um quartel para os guardas da Alfândega, pág. 659; - ofício do mesmo pedindo a reparação com brevidade do telhado e caixilhos das vidraças da casa situada nas Picoas que ultimamente arrendou, pág. 689; - ofício do Director Interino da Alfândega Municipal solicitando que os carreiros e carroceiros da Câmara apresentem identificação, pág. 746; - ofício do Director da Alfândega Municipal solicitando informações sobre o aforamento da casa que arrendou à Câmara, nas Picoas, pág. 780.

Anúncios Diversos - Remoção de algumas Aossadas para jazigos até dia 31 de Janeiro de 1861, pág. 423; - informação da arrematação em hasta pública do fornecimento da cantaria para a construção das cortinas da praça Luís de Camões,

pág. 453; - informação da arrematação em hasta pública das lamas e lixo da cidade, pág. 488; - arrematações em hasta pública de algumas construções para o Matadouro, pág. 507; - construção de um tanque de pedra que servirá para a distribuição das águas do Matadouro no sítio da Cruz do Tabuado, pág. 509; - concurso para o provimento de um lugar de ajudante de solicitador dos negócios forenses do Município, pág. 520; - da Administração da Real Casa e Igreja de Santo António da Sé para vender em hasta pública o órgão existente no coro da Igreja, pág. 520; - informação de que não pode ter lugar a arrematação da construção do tanque de pedra para a distribuição das águas do novo Matadouro, pág. 520; - fornecimento até 4000 arrobas de verde para o gado da Abegoaria da Limpeza, pág. 530; - construção de uma grade de ferro para a varanda do prédio na rua Nova da Palma, pág. 532; - fornecimento de pedra britada para as obras da Câmara, pág. 539; - arrematação do fornecimento de pedra britada para as calçadas, pág. 543; - resolução para que se anuncie de novo a empreitada para a tubagem de condução de água e de gás para o novo Matadouro, pág. 545; - resolução para que se anuncie de novo o fornecimento de verde para o gado da Abegoaria da Limpeza da Cidade, pág. 554; - informação de que fica suspensa a arrematação do aforamento de um terreno no largo dos Lóios, pág. 580; - arrendamento em hasta pública de um terreno no n.º 13 da rua de São Lázaro, pág. 604; - comunicação aos donos de estabelecimentos comerciais que os pesos para servirem nas suas lojas, carecem de ser afilados regularmente na Repartição dos Pesos e Medidas estabelecida na Praça do Comércio, pág. 620; - foi encontrada uma viga de pinho na Praia da Ribeira Velha, pág. 635; - informação de que nos Paços do Concelho se vão vender em hasta pública dois casais de cisnes e uma fêmea, que existem no Passeio da Estrela, pág. 635; - compra diária em hasta pública de géneros alimentícios para o gado da Abegoaria da Limpeza, pág. 645; - A Câmara Municipal de Lisboa anuncia à Sociedade Promotora da Indústria Fabril, uma Exposição que se vai realizar na cidade do Porto no dia 15 de Agosto do ano corrente, onde será eleito um artista por cada um dos grupos de fabricantes, pág. 653; - a Administração da Real Casa de Santo António de Lisboa faz público que tem para vender um dossel e recebe propostas em carta fechada, pág. 660; - compra em hasta pública de pedra britada para as calçadas da capital, pág. 660; - venda em hasta pública de

trigo, pág. 701; - contratação em hasta pública do fornecimento de cal para as obras do município, pág. 701; - anúncio relativo ao pedido de Joana Inês da Cunha para o pagamento de uma quantia em dívida a uma sua familiar entretanto falecida e de quem é herdeira, pág. 701; - informação do horário de abertura e fecho das portas dos Passeios da Estrela e de S. Pedro de Alcântara, pág. 710, 711; - arrematação do produto das peles dos animais que são enterrados no Cemitério de Vale Escuro, pág. 734, 735; - comunicação de que a partir do dia 1 de Outubro as aferições dos pesos e medidas serão feitas pelos serviços da Câmara, pág. 735; - informação da venda de trigo, pág. 735; - remoção de ossadas de cadáveres sepultados no 3º trimestre de 1856, pág. 752; - informação da venda de trigo, pág. 752; - arrematação de trigo e azeitona existentes no Alqueidão, pág. 762; - comunicação do horário das missas nas Capelas dos Cemitérios do Alto de S. João e Prazeres, pág. 764; - a Repartição da Aferição de Pesos e Medidas, detém um depósito suficiente de pesos próprios para o uso de ourives e também, dos marcos e granatários para as boticas, pág. 791; - arrematação de fava para o gasto da Abegoaria da Limpeza da Cidade, pág. 794; - arrematação da construção das grades de ferro para o Matadouro, pág. 797; - venda em hasta pública das árvores do Passeio do Rossio do lado ocidental, que se encontram em mau estado, pág. 803; - arrematação em hasta pública de vários lugares em diversos mercados da cidade, pág. 803; - arrendamento em hasta pública de um armazém situado na Praia de Santos, pág. 824.

Arquivo Municipal (Jornal) – Discussão da Proposta do Vereador Tedeschi sobre a alteração do preço das assinaturas e vendas avulsas do “Arquivo Municipal”, pág. 418; - nova discussão sobre a publicação do “Arquivo Municipal”, o Vereador Albuquerque pensa ser mais correcto adquirir gratuitamente a publicação das Actas da Câmara no Diário de Lisboa, pág. 419; - o Vereador Tedeschi apresentou a conta da receita e despesa do 1º semestre do ano corrente com a publicação do “Arquivo Municipal”, foi remetida à contadoria, pág. 651; - foi lida a informação dada pela contadoria, acerca das contas de receita e despesa do jornal “Arquivo Municipal”, pág. 699.

Arrematações – Francisco Machado arrematou em hasta pública a tiragem do barro branco da mina junto ao Cemitério dos Prazeres, pelo preço de 550 réis cada carrada, pág. 434; - arrematação da lama e do lixo por um ano a partir do dia 1 de Maio e a finalizar em 30 de Abril de 1862, sendo arrematante José Maria dos Santos e seu fiador António José Pereira Palha com as condições que foram lidas em praça, pág. 492; - arrematação em hasta pública do fornecimento de ferro, de degraus e de um guarda chapim com os pilares, pág. 514; - Augusto Frederico Etur arrematou em hasta pública o fornecimento de 2000 arrobas de erva para o gado da Abegoaria da Limpeza da Cidade, pág. 540; - António de Sá Osório arrematou em hasta pública o fornecimento de areia para as obras da Câmara, pág. 554; - Manuel Joaquim da Silva arrematou em hasta pública a tubagem de ferro e chumbo para a canalização do gás e da água do novo Matadouro, pág. 554; - a Câmara arrematou em hasta pública a Joaquim António Machado a cantaria necessária para o revestimento da cortina da praça Luís de Camões pelo preço de 3 mil réis cada metro quadrado, pág. 602; - Luís António arrematou o fornecimento de pedra britada, pág. 698; - José Cesário da Silva arrematou em hasta pública a compra do trigo proveniente das terras do Alqueidão, pág. 714; - João Manuel Pereira arrematou em hasta pública as peles dos animais maiores que entram no Cemitério de Vale Escuro, pág. 748; - José Joaquim do Reis arrematou em hasta pública a azeitona produzida nas terras do Alqueidão e o uso do lagar, pág. 771; - decidiu-se a arrematação dividida em lotes das grades de ferro para o novo Matadouro, pág. 810; - arrematação da construção do gradeamento e das portas para o novo Matadouro por Vitorino José dos Santos e Teotónio José Xavier, pág. 811; - arrematação em hasta pública de diversos lugares nos Mercados da Praça da Figueira, Campo das Cebolas e Ribeira Nova, pág. 819.

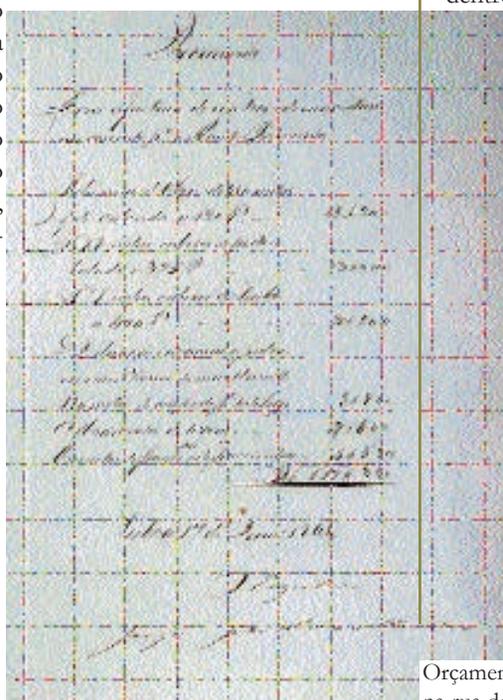
Beneficência – Ofício do Provedor do Asilo da Mendicidade pedindo a concessão do Passeio Público do Rossio nas noites de Santo António e véspera de São João, pág. 489; - cederam-se benefícios no Passeio Público ao Asilo do Campo Grande, da Mendicidade e da Infância Desvalida de Lisboa, pág. 554; - idem solicitando que as carroças de limpeza conduzam para o Campo de Santana a areia que vem do Alfeite, para enfeitar a praça em virtude da

realização de uma festa de beneficência a favor do dito asilo, pág. 633; - proposta do Vereador Vaz Rans para se organizar uma festa de beneficência a favor do Asilo de Nossa Senhora da Conceição das Raparigas Abandonadas, pág. 675; - o Provedor do Asilo de Mendicidade pede que se conceda uma segunda festa de beneficência no Passeio Público do Rossio, pág. 682; - ofício do Governador Civil disponibilizando-se a fornecer água ao Asilo de Nossa Senhora da Conceição; pág. 698.

Calçadas, Canalização e Obras (Pelouro das)

Calçadas – Ofício do Director da Escola do Exército emitindo opinião a respeito da proposta do Vereador Tedeschi sobre a substituição da pedra calcária branca utilizada nas calçadas, por basalto, pág. 585; - o Vereador Severo de Carvalho apresentou a proposta de empedramento da rua do Tesouro Velho para beneficio da cidade, pág. 643; - o mesmo propôs que se proceda com urgência à construção de um cano de despejos e macadamização da calçada na rua da Costa que comunica com o largo das Portas de Alcântara e local da Triste Feia, pág. 683; - proposta do cidadão Joaquim José da Encarnação Delgado para fornecer granito do Porto para a construção de calçadas em Lisboa, pág. 697; - autorização para a construção da calçada, dentro e fora do Matadouro, pág. 707.

Canalização – Decidiu-se a canalização das ruas de S. Miguel, do Patrocínio e de Santo António da Praça do Convento do Coração de Jesus, pág. 497; -



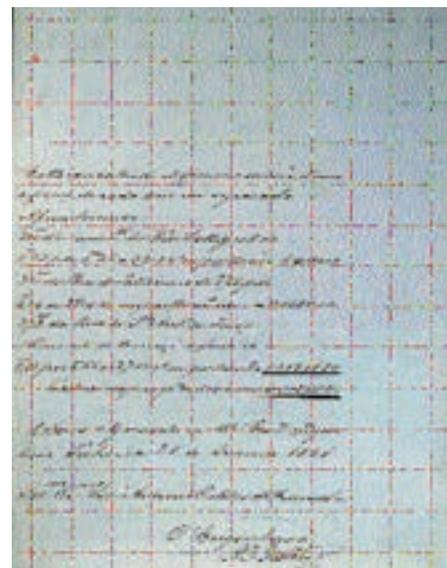
Orçamento para a execução de um trecho de macadame na rua do Patrocínio - AML-AC-Caixa nº 36-S60.

construção de um trecho de cano na frente do edifício da Escola Politécnica, pág. 497; - ofício da Direcção da Companhia do Gás pedindo providências contra o empreiteiro da canalização efectuada na rua de Santo António do Coração de Jesus à Estrela, por ter destruído em vários pontos os tubos do gás, pág. 513; - receberam-se duas propostas para a canalização da água e do gás no Matadouro, pág. 538; - ofício do Director das Obras Militares pedindo licença para abrir o encanamento geral na rua Nova do Almada a fim de reparar o cano parcial que vem do edifício da Boa Hora, pág. 585, 586; - autorização da construção de um cano geral na rua do Arco das Águas Livres até à rua de S. João dos Bem Casados, pág. 707; - ofício do Subdelegado do Conselho de Saúde da Freguesia de S. Jorge a solicitar com urgência a canalização da calçada de Arroios e a intimação dos proprietários dos prédios da rua de Arroios que já se encontra canalizada, a fazerem as pias de despejo, pág. 723; - ofício do Director da Alfândega Municipal a pedir o arranjo do cano da rua do Assento em Alcântara, pág. 793; - ofício do Ministério da Guerra pedindo que o engenheiro encarregue da coordenação dos trabalhos para a reparação do encanamento de água para o Hospital da Estrela, o possa fazer dentro do jardim do Hospital, pág. 819; - ofício do Conselho de Saúde Pública, requerendo o melhoramento do sistema de canalização dos despejos da cidade, pág. 828.

Obras – Ofício de José Isidoro Guedes remetendo a planta de um muro que provisoriamente pretende construir na frente de sua casa no Campo de Santana, pág. 417; - informou-se o Pelouro das Obras que, de todas as portas que dão entrada na cidade de Lisboa a que se apresenta mais irregular e informe é a porta de Alcântara, pág. 458;



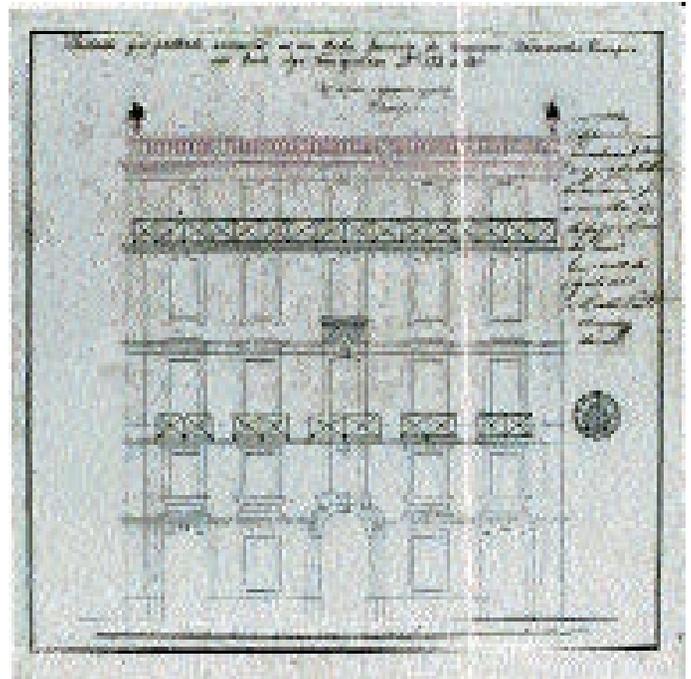
Informação de P. J. Pezerat relativa ao orçamento dos canos de despejo das ruas de S. Miguel e do Patrocínio. AML-AC, Caixa nº 126-SGO.



- proposta do Vereador Tedeschi para a execução de uma cortina no largo do norte da rua da Triste Feia, pág. 497; - o Vereador Assunção foi autorizado a ordenar a reparação da bomba da praça da Ribeira Nova, pág. 505; - construção de um cano geral na rua do Ferragial de Cima, pág. 506; - colocação de um urinol no fim da escada, junto ao Teatro de S. Carlos, pág. 522; - ofício de Pedro José Pézerat a relatar os valores dos prédios a expropriar para facilitar a entrada do Castelo, pág. 522; - construção de um cano na rua de Nossa Senhora da Glória à Graça e outro na travessa da Cruz aos Anjos, pág. 547; - deliberação para o arranjo dos telhados da casa arrendada à Alfândega Municipal, no sítio das Picoas, pág. 707; - requerimento de Margarida Rosa de Almeida, solicitando a demolição de um parapeito de pedra solta que a Câmara construiu no Aterro da Boavista, pág. 707; - o Vereador Tedeschi solicitou autorização para mandar fazer as fornalhas e chaminés de uma dependência no Matadouro, pág. 746, 747; - ofício do Administrador do Bairro de Alfama participando que na rua Direita de Arroios, a calçada se encontra deteriorada oferecendo riscos para o público, pág. 756, 757; - ofício do Inspector Geral do Arsenal do Exército, solicitando a construção de um cano geral, desde o muro do edifício de Santa Clara até um cano que já se encontra construído, pág. 763; - decidiu-se a colocação de travessões de madeira no telhado de um armazém que se incendiou na Ribeira Velha, pág. 763; - ofício do Provedor da Santa Casa da Misericórdia informando que, em consequência das obras de calçamento feitas na rua das Olarias, a calçada ficou demasiado elevada provocando inundações num prédio pertencente à mesma, pedindo providências, pág. 771; - foi autorizada a construção de um muro na rua de Monte Olivete, pág. 778; - ofício do Administrador Geral do Pescado do Reino, pedindo o concerto de uma casa que a referida administração tem alugada à Câmara, na Ribeira Nova, pág. 793; - o Presidente referiu que adjudicou a obra de estuque e pintura de dois andares que a Câmara possui na rua Nova da Palma, pág. 794; - ofício do Presidente da Direcção da Companhia das

Águas, expondo os motivos que causaram a depressão da calçada da Patriarcal e informando que se procederá às obras de reparação o mais rápido possível, pág. 802; - decidiu-se mandar fazer o cabouco e arranjo de frente do Palácio da Bemposta, pág. 811; - ofício do Administrador Geral da Imprensa Nacional pedindo licença para abrir janelas na parte levantada da travessa do Noronha, pág. 817; - ofício do Chefe do Estado Maior da 1ª Divisão Militar solicitando o arranjo do Campo da Parada, junto ao Cemitério dos Prazeres, pág. 817; - ofício do Regedor da Freguesia de Santa Isabel pedindo providências para o mau estado em que se encontra o caminho que vai da Fonte Santa à Quinta do Dourado, em Campo de Ourique, pág. 825; - ofício do Comandante do Regimento de Artilharia n.º 1 solicitando o calçamento de duas rampas que dão acesso à parada do seu quartel, pág. 828.

Caminhos de Ferro – Ofício do Director da Empresa dos Caminho de Ferro do Leste pedindo a demolição de uma casa na rua do Cais dos Soldados, necessária à construção do Aterro da Praia dos Algarves para aí se instalar a Estação Principal do Caminho de Ferro do Leste, pág. 537.



Fachada que pretende aumentar no seu prédio, Jesuína da Conceição Fernandes Campos na rua dos Fanqueiros, n.º 132 a 140. AML-AC, Alçado n.º 872.

Casa e Igreja de Santo António – Ofício ao Padre Tesoureiro da Igreja de Santo António, para assistir à colocação da primeira pedra da Capela do Cemitério dos Prazeres e benzer o terreno junto ao dito cemitério, pág. 610; - foi aprovado o segundo orçamento suplementar ao do actual ano económico, realizado pela Administração da Real Casa e Igreja de Santo António, remeteu-se em duplicado ao Governador Civil para ser presente em Conselho de Distrito, pág. 618; - ofício do Padre Tesoureiro da Real Casa de Santo António a participar que está autorizado a benzer a primeira pedra a ser lançada no alicerce da nova Igreja que vai ser construída no Cemitério dos Prazeres, pág. 633; - decisão para se remeter ao Conselho de Distrito o orçamento da receita e despesa da Real Casa de Santo António do ano económico de 1861 a 1862, pág. 650; - ofício do Governador Civil remetendo cópia de uma relação que recebeu com portaria do Tribunal de Contas, exigindo esclarecimentos relativos às contas prestadas pela Administração da Real Casa de Santo António, do ano económico de 1849 a 1850, pág. 723; - requerimento de uma comissão de cidadãos italianos pedindo para celebrar na Real Capela de Santo António uma missa pela alma do Conde de Cavour, pág. 747; - ofício do Governador Civil incluindo o orçamento da Real Casa e Igreja de Santo António relativo ao ano económico de 1861 a 1862, pág. 762; - ofício do mesmo solicitando a remessa das contas da Real Casa e Igreja de Santo António, relativas aos anos económicos de 1859 a 1860 e 1860 a 1861, pág. 785.

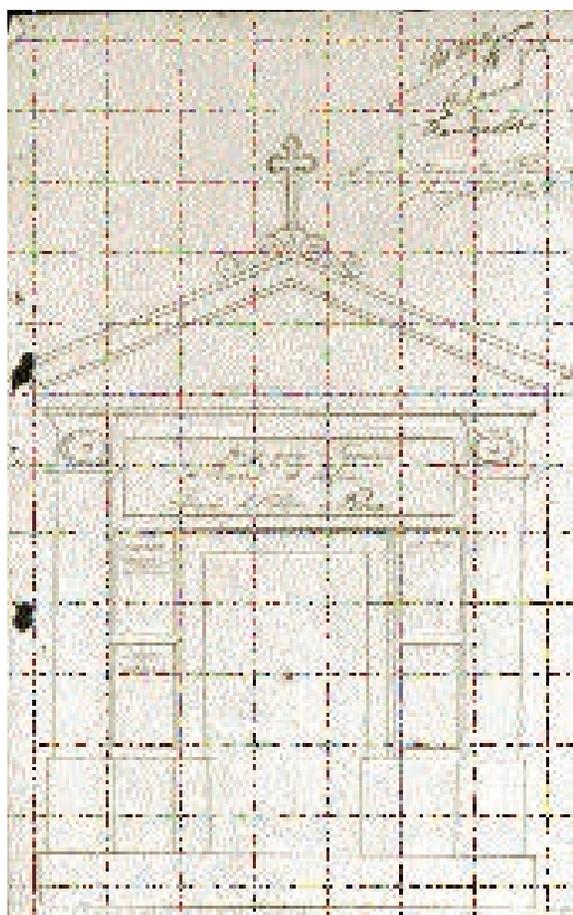
Cemitérios (Pelouro dos) – Estatística Mortuária do Cemitério do Alto de São João: Novembro de 1860, pág. 424; - Dezembro de 1860, pág. 440; - Janeiro de 1861, pág. 463; - Fevereiro, pág. 496; - Março, pág. 536; - Abril, pág. 572; - Maio, pág. 608; - Junho, pág. 648; - Julho, pág. 672; - Agosto, pág. 712; - Setembro, pág. 766; - Outubro, pág. 800; - Novembro, pág. 808.

Estatística Mortuária do Cemitério dos Prazeres: Novembro de 1860, pág. 432; - Dezembro de 1860, pág. 448; - Janeiro de 1861, pág. 472; - Fevereiro, pág. 504; - Março, pág. 544; - Abril, pág. 567; - Maio, pág. 616; - Junho, pág. 656; - Julho, pág. 680; - Agosto, pág. 704; - Setembro, pág. 768; - Outubro, pág. 792; - Novembro, pág. 816.

Foi dada autorização ao Vereador do Pelouro para mandar celebrar no mês de Novembro as

missas e ofícios nos Cemitérios, conforme o uso em anos anteriores, pág. 779.

Cerimónias Régias – Armação de um pavilhão na praça do Comércio para a aclamação de D. Luís I, pág. 811; - ofício do Governador Civil incluindo cópia do decreto sobre a festividade da inauguração do reinado de D. Luís I, pág. 819; - alocução a D. Luís I na cerimónia da entrega das chaves da cidade, pág. 827.



Alçado do Jazigo nº 1207 do Cemitério dos Prazeres.
AML-AC.

Comissão de Fazenda – Ofício expedido para o Delegado do Tesouro na Repartição de Fazenda do Distrito de Lisboa incluindo Mapa da Repartição do Contingente da Contribuição Predial, distribuído ao concelho de Lisboa pela Junta Geral do Distrito, relativo ao ano de 1861, pág. 566.

Comissões – Foi nomeada uma comissão constituída por alguns vereadores para darem o seu parecer acerca da construção de uma ponte no Boqueirão do Corpo Santo, pág. 569; - o Vereador Assunção participou que a Comissão para avaliar transgressões de posturas se reuniu e despachou 41 requerimentos, pág. 659; - idem, despachou 14 requerimentos, pág. 683; - idem, despachou 21 requerimentos, pág. 746; - idem, despachou 27 requerimentos, pág. 778; - idem, despachou 3 requerimentos, pág. 780; - idem, despachou 42 requerimentos, pág. 793; - idem, despachou 3 requerimentos, pág. 810; - idem, despachou 37 requerimentos, pág. 819.

Comissões do Recenseamento Eleitoral – Ofício do Presidente da Comissão do Recenseamento Eleitoral do Bairro do Rossio, participando estar instalada a referida comissão tendo-se nomeado para Secretário o cidadão Fortunato José de Sousa, pág. 449; - ofício do Presidente da Comissão do Recenseamento Eleitoral do Bairro do Rossio remetendo a folha de gratificação abonada aos empregados no mês de Fevereiro, pág. 491; - idem remetendo a folha de gratificação abonada aos empregados no mês de Março, pág. 529; - idem remetendo documentação diversa, pág. 545; - edital publicado pelas Comissões do Recenseamento Eleitoral dos Bairros de Alfama, Rossio, Alto e Alcântara, informando os cidadãos eleitores que se deverão reunir para elegerem um deputado por cada círculo pertencente aos referidos bairros, informando ainda sobre a divisão das Assembleias Eleitorais, pág. 550, - ofício do Presidente da Comissão do Recenseamento Eleitoral do Bairro do Rossio remetendo a folha de gratificação abonada aos empregados no corrente ano, pág. 554; - ofício do Presidente da Comissão do Recenseamento Eleitoral do Bairro Alto remetendo a folha de gratificação abonada aos empregados, durante o mês de Abril, pág. 561; - ofício do Presidente da Comissão do Recenseamento Eleitoral do Bairro de Alfama, remetendo a folha de gratificação abonada aos empregados que fizeram os trabalhos para a última eleição dos deputados, pág. 562; - ofício do Presidente da Comissão do Recenseamento Eleitoral do Bairro de Alcântara, remetendo a folha de gratificação abonada aos empregados que fizeram os últimos trabalhos, pág. 563; - ofício do Presidente da Comissão do Recenseamento Eleitoral do Bairro Alto remetendo os cadernos de chamada que serviram

para a eleição de um deputado pelo círculo n.º 115, pág. 585; - ofício do Presidente da Comissão do Recenseamento Eleitoral do Bairro de Alcântara, remetendo a folha de gratificação abonada aos empregados que fizeram os últimos trabalhos para a eleição de deputados pelo círculo n.º 116 e n.º 117, pág. 771.

Comissões do Recenseamento Militar e Marítimo – Ofício do Presidente da Comissão do Recenseamento Militar do Bairro Alto remetendo a folha da gratificação abonada aos empregados que trabalharam no recenseamento, pág. 425; - foram nomeadas as Comissões de Recenseamento Militar dos quatro bairros da Capital: Bairros de Alfama, Rossio, Alcântara e Bairro Alto, pág. 458; - ofício do Presidente da Comissão do Recenseamento Militar do Bairro de Alcântara, remetendo a folha das despesas feitas com o recenseamento, pág. 530; - ofício do Presidente da Comissão do Recenseamento Militar do Bairro de Alfama remetendo relações de empregados que fizeram determinados trabalhos, pág. 569; - a pedido do Vereador Guerra Santos forneceram-se algumas cadeiras e bancas para a Comissão do Recenseamento Militar do Bairro de Alfama, pág. 658; - ofício do Presidente da Comissão do Recenseamento Militar do Bairro Alto, remetendo a folha de gratificação abonada aos empregados relativa aos últimos 24 dias do mês de Agosto, pág. 706; - ofício do Presidente da Comissão do Recenseamento Militar do Bairro de Alcântara, remetendo a folha de gratificação abonada aos empregados relativa ao mês de Julho, pág. 746; - ofício do Presidente da Comissão do Recenseamento Militar do Bairro Alto, remetendo a folha de gratificação abonada aos empregados relativa ao mês de Setembro, pág. 746; - ofício do mesmo, remetendo a folha de gratificação abonada aos empregados relativa ao mês de Outubro, pág. 785; - ofício da Comissão do Recenseamento Militar do Bairro do Rossio informando que se encontram afixadas à porta das respectivas paróquias as relações com os nomes dos mancebos aptos para o serviço do Exército, pág. 786; - ofício do Presidente da Comissão do Recenseamento Militar do Bairro de Alfama remetendo a folha de gratificação abonada aos empregados desde 14 de Maio a 20 de Novembro, pág. 794; - ofício do Presidente da Comissão do Recenseamento Militar do Bairro Alto remetendo a folha de gratificação abonada aos empregados durante o mês de Novembro, pág. 810; - ofício do Presidente da Comissão do

Recenseamento Militar do Bairro de Alcântara remetendo a folha da gratificação abonada aos empregados que fizeram os trabalhos no último trimestre do ano, pág. 826.

Companhia das Águas – O Presidente da Companhia das Águas pede licença para depositar no Aterro da Boavista as diversas partidas de tubos de Chameroy e fundidos que sucessivamente vêm chegando de Inglaterra e de França, pág. 474; - O Presidente da Assembleia Geral da Companhia das Águas convida o Presidente da Câmara para se reunir no seu escritório, pág. 491; - ofício do Presidente da Companhia das Águas, solicitando que se ordene ao Administrador das Águas Livres para franquear a entrada no Aqueduto a fim de se realizarem os trabalhos, pág. 521; - ofício da Direcção da Companhia das Águas solicitando a contribuição da Câmara para uma prestação de 8% do nominal da subscrição que lhe pertence, pág. 537; - ofício do Presidente da Direcção da Companhia das Águas expondo a necessidade de extrair do sifão da pia do Penalva a água necessária para a construção do reservatório da praça do Príncipe Real, pág. 585; - o Presidente da Companhia das Águas, acompanhado de um condutor disponibilizou-se a fazer uma substituição para segurança do assentamento da tubagem na Porcallhota, pág. 602; - ofício do Presidente da Direcção da Companhia das Águas pedindo licença para que o arrematante do fornecimento da areia para o reservatório de São Vicente, possa descarregar no cais próximo da Fundação, pág. 628; - O Presidente da Companhia das Águas solicita que a Câmara dê ordens ao Administrador das Águas Livres para não impedir as obras que a Companhia vai efectuar a fim de reparar a caleira interior e a banquetta do Aqueduto, pág. 651; - pedido da Companhia das Águas relativamente ao fornecimento da quantidade de água necessária para experimentar uns tubos que vieram do estrangeiro, pág. 675; - os operários da Companhia das Águas arrombaram o encanamento público na rua do Sacramento à Cruz do Tabuado inutilizando diversas sarjetas, pág. 691; - proposta do Vereador Severo de Carvalho para que se oficie à Companhia das Águas no sentido de providenciar a análise das águas antes que estas sejam introduzidas no Aqueduto Geral, pág. 723; - ofício do Presidente da Direcção da Companhia das Águas em resposta à Câmara, referente à reparação de calçadas e remoção de entulhos na

linha do sifão da Penha e ao regulamento para a distribuição de águas a particulares, pág. 737, 738; - ofício do mesmo solicitando a colocação de um guindaste na praia de Santos, necessário às obras da canalização interior de Lisboa, pág. 738, - correspondência entre a Câmara e a Direcção da Companhia das Águas sobre a reparação das calçadas e remoção dos entulhos nas obras da mesma companhia, pág. 749; - continuação nas pág. 756, 757, 758, 759, 760; - ofício do Administrador das Águas Livres informando que existe rotura de canos no percurso entre a Porcallhota e o reservatório de Pombal, solicitando providências, pág. 771, 772; - abatimento na calçada da Patriarcal Queimada devido à rotura de um cano pertencente à Companhia das Águas, enviou-se ofício à mesma para se proceder à reparação, pág. 794; - ofício da Companhia das Águas convidando a Câmara a contribuir com 5% do nominal da subscrição que lhe pertence, pág. 794.

Companhia do Gás – Ofício da Companhia do Gás pedindo providências contra o empreiteiro da canalização na rua de Santo António do Coração de Jesus à Estrela, por ter destruído em diversos pontos os tubos do gás, pág. 513; - ofício informando que o condutor do carro n.º 5 da Abegoaria da Limpeza da Cidade quebrou um cano de gás na rua dos Jasmins, pág. 673; - ofício dos Directores da Companhia de Iluminação a Gás pedindo licença para mandarem colocar por alguns dias uma bomba portátil junto ao rio no Aterro da Boavista e uma tubagem de ferro, pág. 689; - ofício da Direcção da Companhia do Gás solicitando que seja limpo o cano geral do Boqueirão dos Ferreiros, pág. 780.

Contas da Câmara – Comunicação ao Rei da Conta Geral da Receita e Despesa do Cofre do Município referente ao ano económico de 1859 a 1860, pág. 492, 493, 494; - Conta da Receita e Despesa do Cofre da Câmara Municipal de Lisboa no mês de Agosto de 1860, conforme o orçamento para o ano económico de 1860 a 1861, pág. 454, 455; - idem do mês de Setembro, pág. 478, 479; - idem do mês de Outubro, pág. 516, 517; - idem do mês de Novembro, pág. 582, 583; - idem do mês de Dezembro, pág. 598, 599; - idem do mês de Janeiro de 1861, pág. 606, 607; - idem do mês de Fevereiro, pág. 614, 615; - idem do mês de Março, pág. 622, 623; - idem do mês de Abril, pág. 630, 631; - idem do mês de Maio,

pág. 636, 637; - idem do mês de Junho, págs. 654, 655; - idem do mês de Julho, págs. 678, 679; - idem do mês de Agosto, págs. 726 e 727; - idem do mês de Setembro, págs. 766 e 767; - Relatório que acompanhou as Contas de Gerência do Ano Económico de 1860 e 1861 para o Tribunal de Contas, págs. 780; - Conta da Receita e Despesa do Cofre da Câmara referente ao mês de Outubro de 1861, págs. 822 e 823; - idem do mês de Novembro, págs. 830 e 831.

Contencioso (Pelouro do) – Publicação da Secção do Contencioso Administrativo do Conselho de Estado, em que é recorrente a Câmara e recorrido o Conselho de Distrito de Lisboa, relativa à execução de uma postura feita pela Câmara e com a qual o Conselho de Distrito não concordou, não a aprovando, págs. 531; - foi recebida uma intimação para o pagamento da décima do prédio na rua das Praças, referente ao ano de 1832, págs. 537; - foi intimada a Câmara para no prazo da lei contestar os artigos de habilitação na acção que lhe é promovida por Vicente Franco Canas e outros, págs. 563; - foi enviada uma intimação judicial a Francisco Machado a fim de o fazer demolir um tapume no Aterro da Boavista em frente ao Cais do Tojo, págs. 629; - o Vereador do Pelouro do Contencioso foi autorizado a mandar intentar uma acção criminal contra o indivíduo que arrombou um cadeado no chafariz da rua do Tesouro Velho para desviar as águas do seu destino, págs. 668; - ofício aconselhando que seja instaurado um processo contra o advogado que assinou um requerimento em nome de Margarida Rosa de Almeida, no qual existem injúrias contra a Câmara, págs. 705; - por requerimento de Josefa Teresa de Melo e Albuquerque e sua irmã, foi intimada a Câmara, devido à citação que lhes foi feita para demolirem a água furtada do seu prédio na rua Oriental do Passeio, nº 64, págs. 723, - representação ao Rei, solicitando que seja restituído à Câmara parte de um edifício que lhe pertence, págs. 734; - foi intimada a Câmara para nomear peritos com o objectivo de embargarem as obras feitas em frente de uma barraca de banhos pertencente a Margarida Rosa de Almeida, págs. 749; - foi intimada a Câmara para ir a tribunal prestar declarações pela desobediência aos zeladores praticada por António Borges de Almeida e esposa, págs. 762; - foi intimada a Câmara, a requerimento de Luís Manuel Gonçalves Viana, na qualidade de testamenteiro de Manuel Pedro dos Reis para que ordene que

seja examinado o testamento do mesmo, págs. 809.

Contribuições Municipais – Ofício enviado à Mesa da Arrecadação dos Impostos Municipais informando que pode passar as licenças para a venda de azeite de oliveira e de purgueira, págs. 547.

Documentos Mandados Publicar – Publicação da Direcção Geral do Comércio e Indústria relativa à celebração de um contrato entre o governo e o Conde de Claranges Lucotte para a construção de um Caminho de Ferro entre Lisboa e Sintra, págs. 540, 541, 542, 543; - Alocução ao Rei, feita pela Câmara Municipal de Lisboa, no dia do aniversário da outorga da Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa, págs. 554; - Regimento velho do terreiro do trigo da cidade de Lisboa, feito no ano de 1530, págs. 568; - continuação do mesmo regimento na págs. 573; - Livro 2º de Consultas e Decretos de D. João IV, relativo às indicações dadas por ocasião da morte do Príncipe D. Teodósio no ano de 1653, págs. 797; - Assentos do Senado do ano de 1654, 1657, 1664, 1673, págs. 806, 807; - Taxa aprovada pela lei de 3 de Julho de 1553, relativa ao título dos Armeiros e Couraceiros, págs. 812.

Legislação – Projecto de Lei apresentado na Câmara dos Deputados pelo Vereador Fiscal José Joaquim Alves Chaves, págs. 484, 486; - Portaria Circular do Ministério do Reino estabelecendo as regras a seguir na direcção dos assuntos dependentes daquele ministério, págs. 508; - Decreto relativo à construção de um gasómetro que a Companhia de Iluminação a Gás Lisbonense está a construir, págs. 548; - Decreto com indicações relativas ao funcionamento de diversos serviços por ocasião do casamento da Infanta D. Antónia, irmã do Rei, págs. 709; - Carta de Lei através da qual o Rei autoriza o governo a vender à Câmara para fins de utilidade pública, oito prédios situados em diversos locais da cidade, págs. 719, 720; - Decreto que estabelece o formulário que se deve utilizar no expediente dos negócios públicos, págs. 795; - Portaria dando instruções à Câmara relativamente à quebra dos escudos, por ocasião da morte do rei D. Pedro V, págs. 795, 796; - Decreto de 6 de Dezembro de 1861 relativo às festas da inauguração do reinado de D. Luís I,

pág. 821.

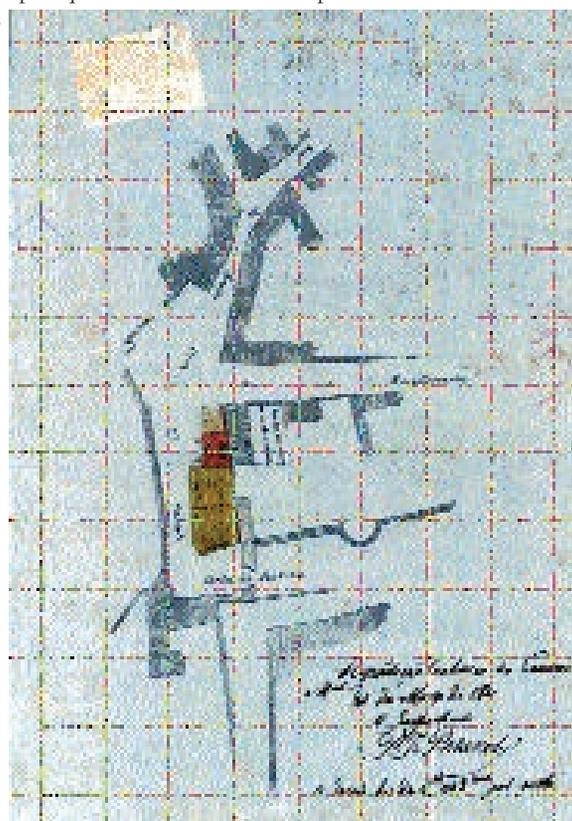
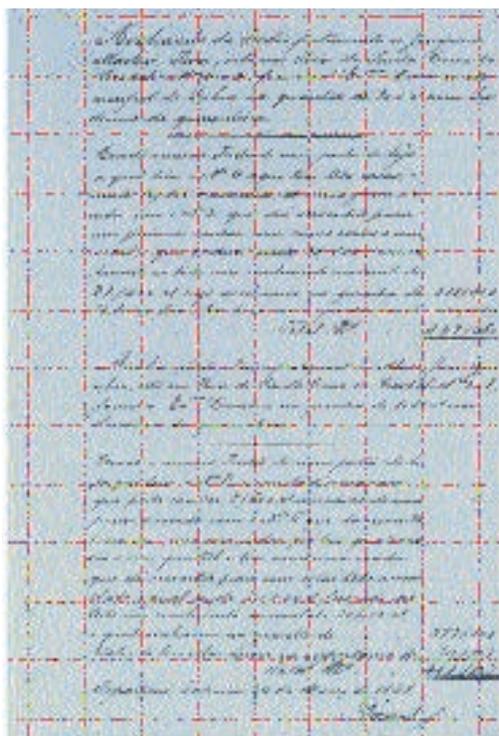
Edits – Edital relativo ao aforamento de um terreno baldio em frente do largo dos Lóios, freguesia de S. Tiago e S. Martinho, informando que a vistoria, medição e avaliação do mesmo se efectuará a 22 de Março, pág. 503; - postura relativa ao regulamento para a venda de azeite de oliveira e purgueira e para a venda de sal, pág. 523, 524; - postura relativa às pinturas e letreiros dos prédios, pág. 524; - informação de que na casa da Câmara se acha patente o orçamento da receita e despesa do ano de 1861 a 1862, pág. 543; - edital com indicações a respeito da recolha de água em diversos chafarizes da cidade, devido à sua escassez, pág. 700; - edital sobre o funeral do Infante D. Fernando, pág. 771; - edital sobre o funeral do Rei D. Pedro V, pág. 783, 784.

Eleições e Nomeações – Foi nomeado vogal da Junta da Paróquia da Freguesia de Santa Engrácia, Francisco António Brandão para substituir António Ribeiro da Silva, pág. 642; - edital em execução do alvará do Governador Civil de 16 de Outubro, informando a data da eleição da futura Câmara e dando instruções referentes à constituição das diversas assembleias, pág. 764, 765; - edital em execução do alvará do Governador Civil de 16 de Outubro, dando instruções respeitantes à eleição dos Juizes de Paz do Concelho e à constituição das Assembleias, pág. 782, 783; - edital em execução do alvará do

Governador Civil de 16 de Outubro, dando instruções sobre a eleição das Juntas de Paróquia e Juizes eleitos das freguesias do concelho, pág. 786, 787; - informação de que foram nomeados os cidadãos que presidirão às eleições para Juizes de Paz, pág. 793; - uma vez que não se verificaram as eleições das Juntas de Paróquia e a eleição dos Juizes nas freguesias de S. Tiago e S. Martinho, Santa Cruz do Castelo, S. Lourenço, S. José, S. Julião, S. Nicolau e Pena, a Câmara procedeu à sua nomeação, pág. 826.

Empréstimos Municipais – O Vereador Matos Pinto apresentou uma proposta para hipotecar o rendimento líquido do Matadouro e das terras do Alqueidão, com o fim de contrair um empréstimo necessário à conclusão das obras do Matadouro, pág. 498, 499; - o Presidente informou que foi assinada a escritura com o Banco de Portugal para o empréstimo de 61 500\$000, verba necessária para a conclusão das obras do Matadouro, pág. 547.

Empregados da Câmara – o Vereador Vaz Rans propôs que a Câmara retire a suspensão



Avaliação e planta de localização do prédio pertencente a Abílio José Gonçalves, sito na rua de Santa Cruz do Castelo, nº 6 a 8. AML-AC, Caixa 126 SGO, planta nº 10698.

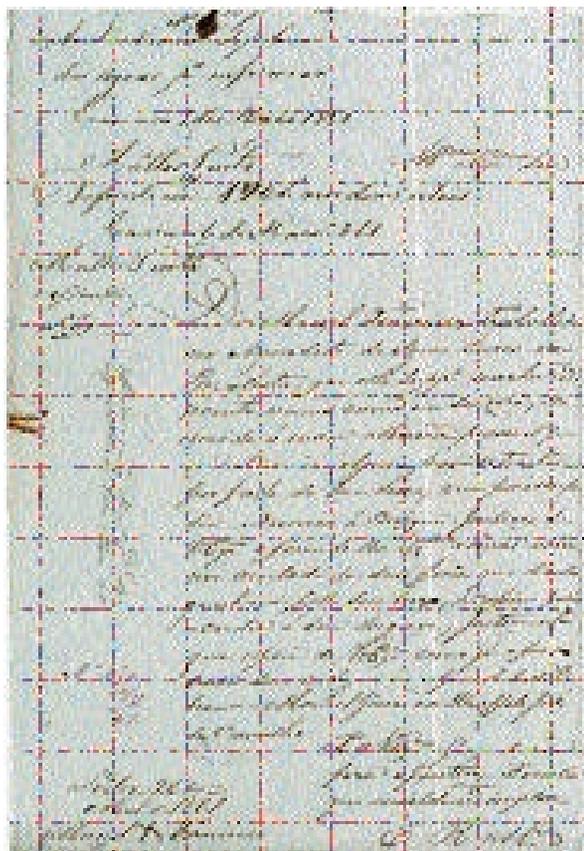
funcionário Farinha, por se encontrar com grandes carências económicas, pág. 426; - participação do falecimento do Oficial de 2ª Classe Joaquim Ventura de Azevedo e Silva, pág. 467; - requerimento do Tesoureiro José Izidro da Silva solicitando que o seu filho José Izidro da Silva Júnior seja nomeado Aspirante supranumerário da Secretaria Geral, pág. 475 - suspensão de 15 dias sem vencimento do Mestre Geral Ricardo Gomes da Costa, pág. 499; - decisão para que o Ajudante de Solicitador Inocêncio José Pinheiro Prego seja demitido, pág. 499; - o Presidente comunicou ter suspenso o Chefe dos Cantoneiros José Ventura Rodrigues que pedira a demissão, sendo nomeado para o cargo Joaquim Esteves, pág. 506; - proposta do Vereador Severo de Carvalho para que no novo orçamento se inclua a quantia que havia sido retirada do ordenado dos contínuos da Câmara, pág. 507; - proposta do vereador Tedeschi para que sejam elevados os salários de alguns funcionários do Matadouro Público, pág. 513, 514; - Manuel Alves foi nomeado para Guarda de Latrinas, pág. 529; - foi deliberada a suspensão do Administrador das terras do Alqueidão, Agostinho José de Barahona Baptista, pág. 538; - ofício do Administrador das terras do Alqueidão, que se encontra suspenso, no qual se defende das acusações que lhe fez o anterior guarda daquelas terras, pág. 545, 546; - foi decidida a suspensão por um período de dois meses do Administrador das terras do Alqueidão, Agostinho José de Barahona Baptista, além do que já havia sido cumprido, pág. 561; - aprovada a proposta do Vereador Tedeschi relativa ao aumento de vencimento para os Condutores que fiscalizam as obras do novo Matadouro, Manuel de Jesus e Joaquim de Santana Kaizeller, pág. 562; - foi demitido Manuel Ribas de Cabo da 9ª Companhia do Chafariz n.º 18, em consequência de uma queixa dada contra ele pelo Inspector Geral dos Incêndios e outra do Vereador, pág. 609; - o Vereador Assunção participou ter suspenso o Zelador n.º 19, José Francisco dos Reis em virtude de este estar a responder no Juízo Criminal por uma desordem, pág. 634; - o Vereador Severo de Carvalho informou sobre a demissão do Coveiro Joaquim Pardal, pág. 699; - o mesmo Vereador leu um requerimento dos amanuenses da Repartição de Polícia Municipal pedindo aumento de vencimento, pág. 699; - requerimento do Vereador Matos Pinto sobre os pagamentos ao Mestre Valador João Pedro Fol, no valor de 6 libras, pág. 733, 734; - levantada a suspensão dos Zeladores João Augusto Gomes e

João Lúcio Martins, pág. 746; - proposta do Vereador José Tedeschi para se fazer fardamento de inverno para os porteiros dos passeios da cidade, pág. 746; - por requerimento do vereador Assunção foi atribuída uma gratificação de 6 libras a Joaquim Militão Pinto, pág. 762; - autorizadas gratificações aos empregados que venderam bilhetes no Passeio Público, pág. 779, - aprovada a gratificação aos contínuos que acompanharam o cortejo fúnebre do rei D. Pedro V, pág. 793; - proposta do vereador Tedeschi para que se aumente o vencimento aos Aprendizes do Matadouro Público, José Francisco, Luís dos Santos Almeida, João António de Almeida, Francisco José, Manuel de Almeida, Francisco Luís Nunes e João Gonçalves, pág. 802; - foi decidido o valor a pagar ao porteiro do novo Matadouro, pág. 802; - foi decidido o pagamento de uma gratificação anual ao Recebedor da Mesa dos Impostos Municipais João António de Aguiar, pág. 802, - ofício recebido do Ministério do Reino incluindo título de nomeação de António Gervásio de Abreu e Vasconcelos, pág. 809, - ofício recebido do Ministério do Reino incluindo título de nomeação de José Sérgio Veloso de Andrade, pág. 809; - resolução para que não seja abonada a gratificação de 6 mil réis ao Secretário da Comissão da Liquidação dos Padrões, José Sérgio Veloso de Andrade, pág. 811; - participação do Vereador Assunção de que suspendeu por dois dias o Zelador Estanislau José Cardoso, pág. 811; - o Vereador Matos Pinto apresentou informação sobre o requerimento de Agostinho José de Barahona Baptista, administrador das terras do Alqueidão, pág. 819, - decidiu-se dar uma gratificação aos contínuos para assistirem ao dia da aclamação do rei D. Luís I, pág. 819; - foram lidos dois ofícios solicitando a nomeação de mais um amanuense para o serviço da Administração do Bairro do Rossio, pág. 819; - decisão para o pagamento de uma gratificação ao Advogado e ao Solicitador da Câmara; pág. 828.

Expropriações – Ofício do Governador Civil remetendo cópia do Acordo do Conselho de Distrito sobre a conveniência de se efectuarem várias expropriações para o alargamento da rua de Santo Estevão de Alfama, pág. 417; - enviou-se um ofício ao Ministro das Obras Públicas pedindo licença para aplicar os fundos necessários à expropriação dos casebres situados

na Calçada da Glória, pág. 475; - ofício do Governador do Castelo de S. Jorge solicitando a intervenção da Câmara nas expropriações necessárias para a melhoria da entrada no Castelo,

expropriar ao Barão de Vila Cova, pág. 706; - o Vereador Matos Pinto apresentou a sentença de expropriação de um terreno e Fábrica de Cordoaria na Praia de Santos, feita a favor da Câmara, pág. 761; - foi decidido o pagamento ao Barão de Vila Cova respeitante à expropriação do terreno e Fábrica de Cordoaria na Praia de Santos, pág. 763; - foi autorizado o Vice Presidente a tomar posse em nome da Câmara do terreno e fábrica referidos no ponto anterior, pág. 803; - foi arrendado em hasta pública ao Barão de Vila Cova um armazém situado na Praia de Santos que lhe havia sido expropriado, pág. 826.



Requerimento de Marçal Francisco, funcionário do pág. 498, das Agudas Linsula Mãe Maria Procesa da Secretaria Geral do ano de 1864 que variam Carlos ao Arêdo Cego e à travessa do Abarracamento da Cruz do Tabuado, efectuaram-se as diligências necessárias para a expropriação de uma parcela de terreno entre as ditas estradas para melhorar os acessos, pág. 547, 548; - o Presidente da Câmara foi autorizado a mandar lavrar as escrituras de expropriações dos domínios directos e úteis das barracas situadas na calçada da Glória, pág. 602; - expropriação de um terreno na Praia de Santos de que é proprietário o Barão de Vila Cova, reclamada pela Câmara para poder continuar as obras do Aterro da Boavista e o prolongamento da rua Vinte e Quatro de Julho, pág. 644; - foi discutido o valor da expropriação que foi dado em auto de vistoria ao Barão de Vila Cova, pág. 659; - o Vereador Matos Pinto apresentou uma certidão extraída dos autos de expropriação de umas barracas no Chão Salgado em Belém pertencentes aos herdeiros de Ana Rosa Barroso, pág. 683; - foi aprovada a avaliação dada aos terrenos a

Grémios - Ofícios dos presidentes de diversos grêmios participando terem-se constituído e declarando quem foram os eleitos para procuradores, classificadores e secretários, pág. 697; - idem, pág. 706; - foram recebidas dos presidentes de diversos grêmios as participações da nomeação dos seus procuradores e classificadores, pág. 714; - idem, pág. 721; - idem, de presidentes de vários grêmios remetendo lista da repartição, acompanhada de várias reclamações, pág. 722, 723; - reunião extraordinária para decidir as reclamações de vários grêmios, tendo sido lidas as reclamações dos requerentes e o respectivo despacho, pág. 729, 730, 731; - ofícios de presidentes de diversos grêmios remetendo lista de repartição e diversas reclamações, pág. 731, - idem, participando terem-se constituído e informando acerca dos procuradores e classificadores nomeados, pág. 731; - resolução relativa a abatimentos a diversos colectados em grêmios, pág. 731; - foram lidas reclamações de diversos agremiados e o respectivo despacho, pág. 732; - ofícios recebidos de diversos grêmios remetendo lista de repartição e alguns requerimentos de recurso, pág. 732; - participação dos presidentes de diversos grêmios informando que nomearam os seus procuradores e classificadores, pág. 732; - foram lidas reclamações de diversos agremiados e o respectivo despacho, pág. 737; - ofícios dos presidentes de vários grêmios remetendo listas de distribuição feita pelos mesmos acompanhadas de várias reclamações, pág. 738, 739; - idem, pág. 740, 741; - foram lidas reclamações de diversos agremiados e o respectivo despacho, pág. 741; - ofícios

recebidos dos presidentes de diversos grêmios informando terem-se agremiado e participando quem foram os eleitos para procuradores e classificadores, pág. 742; - idem enviando a lista da repartição e algumas reclamações, pág. 742; - foram lidas reclamações de diversos agremiados e o respectivo despacho, pág. 745; - ofícios recebidos dos presidentes de vários grêmios remetendo as listas de repartição, incluindo alguns requerimentos de recurso, pág. 746; - foram lidas reclamações de diversos agremiados e o respectivo despacho, pág. 747; - ofícios recebidos dos presidentes de vários grêmios remetendo as listas de repartição, incluindo alguns requerimentos de recurso, pág. 748, 749; - foram lidas reclamações de diversos agremiados e o respectivo despacho, pág. 753, 754; - ofício recebido do Presidente do Grémio dos Mercadores de Louça de Porcelana enviando a lista da distribuição feita pelo mesmo e um requerimento de recurso, pág. 754; - idem, relativamente ao Grémio dos Carpinteiros, pág. 755; - foi lido o recurso de um agremiado e a respectiva resolução, pág. 761; - idem, pág. 762; - ofício do Presidente do Grémio dos Sapateiros remetendo a lista de repartição e um requerimento de recurso, pág. 762, 763; - idem do Presidente do Grémio dos Merceeiros remetendo a lista de repartição e 54 requerimentos de recurso, pág. 763; - foram lidos diversos recursos de agremiados e as respectivas resoluções, pág. 769, 770.

Iluminação (Pelouro da) – Mapa da Administração da Iluminação da Cidade em Novembro de 1860, pág. 422; - idem em Dezembro de 1860, pág. 439; - foi autorizado o Vereador do Pelouro da Iluminação a mandar colocar um candeeiro na rampa do largo de Santa Catarina, pág. 484; - foi publicado no Jornal do Comércio um artigo em que é questionado o motivo porque a iluminação da cidade vai diminuindo de dia para dia, pág. 492; - proposta do Vereador Guerra Santos para a colocação de um candeeiro na travessa do Carvalho, pág. 499; - mandou-se responder ao ofício da Câmara de Tavira dizendo que existem apenas sete candeeiros completos da antiga iluminação da cidade, que podem ser vendidos por três mil réis cada, pág. 506; - Mapa da Administração da Iluminação da Cidade em Janeiro de 1861, pág. 512; - colocação de candeeiro na travessa do Borrhalho, pág. 513; - Mapa da Administração da Iluminação da Cidade em Fevereiro de 1861, pág. 515; - idem em

Março de 1861, pág. 552; - foi proposta pelo Vereador Fernandes Chaves a colocação de um ou dois candeeiros na rua do Forno, visto o local ser muito pouco iluminado, pág. 586; - Mapa da Administração da Iluminação da Cidade em Abril de 1861, pág. 588; - idem em Maio de 1861, pág. 621; - ofício da Direcção da Companhia Lisbonense de Iluminação a Gás pedindo licença para mandar colocar um ou dois candeeiros na rua Vinte e Quatro de Julho enquanto não houver iluminação pública, pág. 625; - foi decidido pôr um candeeiro na travessa do Forno em Alcântara, pág. 633; - Mapa da Administração da Iluminação na Cidade em Junho de 1861, pág. 647; - idem em Julho de 1861, pág. 696; - mandaram-se colocar dois candeeiros, um na rua das Olarias e outro no beco dos Empenhadores pela Encosta do Monte, em consequência do requerimento dos proprietários e moradores daqueles locais, pág. 681; - ofício do Regedor da Freguesia de Santa Isabel solicitando a colocação de um candeeiro na travessa da Torrinha, pág. 697; - Mapa da Administração da Iluminação da Cidade em Agosto de 1861, pág. 728; - mandou-se colocar um candeeiro na rua de S. Julião, pág. 732; - Mapa da Administração da Iluminação da Cidade em Setembro de 1861, pág. 774; - idem em Outubro de 1861, pág. 813.

Iluminação do Passeio do Rossio – O Vereador Albuquerque combinou com o Mestre da Música do Corpo de Marinheiros Militares da Armada Real tocar durante a época de iluminação do Passeio Público do Rossio no ano presente, pag. 578.

Incêndios (Pelouros dos) – Incêndio no n.º 10 da rua dos Navegantes, pág. 421; - o Engenheiro encarregado da Inspeção Geral dos Incêndios, Joaquim Júlio Pereira de Carvalho informou que houve um incêndio no n.º 66 da travessa de Santa Quitéria, pág. 421, 422; - Estatística dos Incêndios e Fogos de Chaminés em Lisboa, pág. 423; - o Vereador Vaz Rans foi autorizado a mandar fazer máscaras com lanternas, apitos e mangueiras para os bombeiros acudir aos incêndios, pág. 425; - incêndio no n.º 125 da rua dos Cavaleiros, pág. 437, 438; - idem na rua do Ouro n.º 7, pág. 438; - incêndio num barracão na rua Nova à Fundação pertencente ao Arsenal do Exército, pág. 444; - idem no n.º 7 do beco dos Mortos, pág. 444; - idem numa estância de madeira na rua dos Douradores n.º 112, pág. 453; - idem na fuligem da chaminé pertencente à loja n.º 19 da travessa da Água-Flor, pág. 460; - idem

no n.º 16 da rua do Carmo, pág. 460; - Estatística dos Incêndios e Fogos de Chaminés em Lisboa no mês de Dezembro de 1860, pág. 462; - incêndio no n.º 42 da travessa das Portas de Santo Antão, pág. 469; - idem no n.º 141 da rua das Portas de Santo Antão; - idem no n.º 2 do beco dos Três Engenhos, pág. 476; - o Vereador Vaz Rans recebeu um ofício do Inspector dos Incêndios em que participa ter falecido o 1.º Patrão da Bomba n.º 11 Sebastião Joaquim de Abreu e comunica também a nomeação de Teodoro Augusto Pedroso, 2.º Patrão da Bomba n.º 10, pág. 481; - incêndio no saguão do prédio n.º 59 da travessa de Santo Amaro, pág. 495; - Estatística dos Incêndios em Lisboa no mês de Janeiro de 1861, pág. 495; - incêndio no n.º 115 da rua dos Fanqueiros, pág. 502; - idem no n.º 236 da rua de Santa Marta, pág. 502, 503; - idem no n.º 96 da rua do Crucifixo, pág. 508; - idem no n.º 138 da rua do Paço do Benfornoso e n.º 34 da rua de Santo Estêvão de Alfama, pág. 508; - idem no n.º 49 da rua do Arco das Águas Livres e n.º 28 da rua do Machadinho, pág. 514, 515; - idem no n.º 79 da rua de S. Marçal, pág. 523; - idem no n.º 9 da calçada de Agostinho Carvalho, pág. 523; - Estatística dos Incêndios em Lisboa no mês de Fevereiro, pág. 528; - incêndio no n.º 148 da rua do Carvalho, pág. 531; - idem no n.º 4 do beco dos Empenhadores, pág. 531, 532; - idem no n.º 34 da rua do Paraíso, pág. 532, no n.º 2 da travessa do Forno, pág. 532; - idem no n.º 1 da rua dos Galegos, pág. 543; - idem no n.º 15 da travessa Larga, no n.º 168 da rua de S. José, no n.º 69 da rua de S. Marçal, no n.º 188 da rua da Rosa, no n.º 38 da travessa da Bica dos Anjos, pág. 557; - Estatística dos Incêndios em Lisboa no mês de Março, pág. 558; - incêndio no n.º 130 da rua do Paço do Benfornoso, pág. 563; - idem no n.º 122 da rua dos Bacalhoeiros, pág. 571; - idem no n.º 39 do largo do Campo de Santana, pág. 579; - idem no n.º 17 da rua do Quelhas, pág. 580; - idem no n.º 19 da rua do Regedor, pág. 587; - Estatística dos Incêndios e Fogos de Chaminés em Lisboa em Abril de 1861, pág. 587; - incêndio no n.º 27 da rua da Inveja, pág. 597; - foi apresentada em mesa a conta da despesa causada na inspecção dos incêndios, incluindo o incêndio que ocorreu no concelho de Belém no Palácio da Ajuda, pelo Vereador Vaz Rans, pág. 602; - incêndio no n.º 196 da rua da Madalena, pág. 604; - o Vereador do Pelouro dos Incêndios foi autorizado a mandar entregar ao Almojarife do Palácio da Ajuda a bomba pertencente palácio que se achava a cargo da Câmara, pág. 618; - incêndio no n.º 9 da rua das Portas de Santo

Antão, pág. 620; - incêndio no n.º 84 da rua Oriental do Passeio, pág. 629; - Estatística dos Incêndios e Fogos de Chaminés em Lisboa no mês de Maio de 1861, pág. 632; - incêndio nos n.ºs 21 e 23 da travessa do Cemitério de Santa Catarina, pág. 645; - idem no n.º 52 da rua Direita da Graça, pág. 645; - idem no n.º 35 da travessa dos Pescadores, pág. 645; - idem no n.º 14 da rua do Jardim do Regedor, pág. 677; - idem no n.º 84 da calçada da Estrela, pág. 677; - idem no n.º 52 da rua Direita da Graça, pág. 684; - idem numa barraca da rua Direita de Xabregas, pág. 684; - Estatística dos Incêndios e Fogos de Chaminés em Lisboa no mês de Junho de 1861, pág. 685; - incêndio no n.º 15 da rua do Sol a Chelas, no n.º 63 da rua do Cais do Tojo, no n.º 636 da rua de S. Bento, no n.º 2 da travessa da Glória, pág. 700; - Estatística dos Incêndios e Fogos de Chaminés em Lisboa durante o mês de Julho, pág. 702; - incêndio no n.º 37 da rua das Gáveas, no n.º 44 da rua do Monte Olivete, no n.º 24 da rua da Madre de Deus, pág. 710; - idem num prédio pertencente à Câmara na Ribeira Velha, pág. 714; - idem no n.º 1 do largo de S. Julião, no n.º 33 da rua do Marco Salgado, no n.º 23 da travessa das Freiras, pág. 719; - idem no n.º 9 da travessa do Cemitério de Santa Catarina, no n.º 17 do beco das Flores, no n.º 39 do largo do Terreirinho, no n.º 1 da travessa da Bica, no n.º 24 da praça Luís de Camões, no n.º 25 da rua do Chiado, no n.º 12 da travessa do Cotovelo, no n.º 38 da rua Nova de São Mamede, pág. 725; - idem no n.º 14 do pátio do Landim, na Ribeira Velha, no n.º 60 da estrada de Benfica, pág. 742, 743; - idem no n.º 4 da calçada do Colégio, no n.º 100 da rua Direita das Janelas Verdes, num palheiro da estrada do Rego, pág. 760; - idem no n.º 98 da rua do Paço do Benfornoso, pág. 763, 764; - Estatística dos Incêndios em Lisboa durante o mês de Agosto, pág. 773; - incêndio no n.º 54 da travessa do Guarda Mor, pág. 784; - Estatística dos Incêndios em Lisboa durante o mês de Setembro, pág. 791; - incêndio no n.º 40 da rua Nova do Cais do Tojo, no n.º 212 da rua da Rosa, no n.º 31 da travessa do Guarda Mor, pág. 803; - idem no n.º 40 da travessa das Mercês, no n.º 39 da rua do Vale, no n.º 88 da rua do Meio, pág. 832; - Estatística dos Incêndios em Lisboa durante o mês de Outubro, pág. 832.

Instrução Primária – Foi recebido do Comissário dos Estudos a Relação dos Mestres e Mestras de Instrução Primária pertencente ao mês de Dezembro de 1860, pág. 457; - idem referente ao

mês de Janeiro de 1861, pág. 498; - idem ao mês de Fevereiro, pág. 513; - idem ao mês de Março, pág. 545; - idem ao mês de Abril, pág. 569; - idem ao mês de Maio, pág. 617; - idem ao mês de Junho, pág. 641; - idem ao mês de Julho, pág. 681; - idem ao mês de Agosto, pág. 714; - idem ao mês de Setembro, pág. 761; - recebeu-se a Relação Adicional ao mês de Setembro dos Professores e Mestras com direito a gratificação e as duas relações referentes ao mês de Outubro, pág. 786; - idem ao mês de Novembro, pág. 827.

Jardins (Pelouro dos) – Os comerciantes e habitantes da praça D. Pedro IV, pediram com brevidade a sua arborização, pág. 490; - arborização de terreno paralelo à rua Nova de S. Mamede, pág. 497; - ofício do Comandante Geral da Guarda Municipal participando a queda de duas árvores na praça do Príncipe Real e Alto de Santa Catarina, pág. 569; - ofício do Delegado do Conselho de Saúde Pública no Distrito Oriental pedindo que sejam frequentemente limpos os tanques e lagos do Passeio Público para evitar o mau cheiro, pág. 625; - deu-se autorização ao Vereador Albuquerque para consentir que se ponha música no Jardim de São Pedro de Alcântara às quartas-feiras das 18 horas às 21, pág. 642; - o Vereador Severo de Carvalho apresentou a proposta de arborização da encosta do Castelo, Monte, Penha de França e Graça, pág. 651; - o Vereador Severo de Carvalho propôs igualmente que se resguarde com uma pequena grade de ferro a cortina da muralha do Passeio de São Pedro de Alcântara, pág. 651; - foi tomada a decisão para a venda das árvores do passeio do Rossio da zona ocidental, pág. 802, 803.

Juntas de Repartidores – Foram nomeados os vogais efectivos e substitutos que farão parte da junta dos repartidores da contribuição industrial, nos quatro bairros da cidade para o ano de 1862, pág. 818.

Limpeza (Pelouro da) – Mapa da Administração da Limpeza na Cidade em Novembro de 1860, pág. 422; - idem em Dezembro de 1860, pág. 439; - Mapa da Administração da Limpeza na Cidade em Janeiro de 1861, pág. 512; - idem em Março, pág. 552; - idem, em Fevereiro, pág. 515; - idem em Abril, pág. 588; - idem em Maio,

pág. 621; - idem em Junho, pág. 647; - idem em Julho, pág. 696; - O Vereador da Limpeza foi autorizado a vender por um preço alto a Máquina “locomobile” com todos os seus pertences, pág. 643; - Mapa da Administração da Limpeza na Cidade em Agosto de 1861, pág. 728; - idem em Setembro, pág. 774; - idem em Outubro, pág. 813.

Matadouro (Pelouro) – Os empregados da Alfândega Municipal auxiliados pelos Guardas Barreiras fizeram uma vistoria em todas as oficinas do Matadouro Municipal a fim de encontrarem carnes tratadas à margem da lei, pág. 418; - Estatística do Movimento do Gado no Matadouro Público do Campo de Santana desde o dia 1 de Julho a 26 de Dezembro de 1860, pág. 431; - Estatística do Movimento do Gado no Matadouro Público do Campo de Santana de 27 de Dezembro de 1860 a 30 de Janeiro de 1861, pág. 461; - o Vereador Tedeschi apresentou um auto de exame lavrado no Matadouro Público sobre o estado da carne de um boi ali abatido que tinha tuberculose pulmonar o que originou retirar a carne de circulação, pág. 475; - Estatística do Movimento do Gado no Matadouro Público do Campo de Santana, de 31 de Janeiro a 27 de Fevereiro de 1861, pág. 503; - idem, de 28 de Fevereiro a 27 de Março de 1861, pág. 525; - foram lidas duas propostas para a tubagem do gás e da água do novo Matadouro, pág. 553; - Estatística do Movimento do Gado no Matadouro Público do Campo Santana de 28 de Março a 4 de Abril de 1861, pág. 571; - idem de 25 de Abril a 29 de Maio de 1861, pág. 597; - parecer do Conselho Especial de Veterinária do Instituto Agrícola e Escola Regional de Lisboa sobre a qualidade da carne das rezes infectadas pela tísica pulmonar no Matadouro Municipal, pág. 594, 595, 596, 597; - o Vereador Tedeschi apresentou cópia de um auto de exame feito no Matadouro numa perna de vitela, apreendida no Talho n.º 22, pág. 610; - foi proposto pelo Vereador Tedeschi que o mestre da extinta 3ª parceria do Matadouro Público de Lisboa fosse nomeado mestre da 1ª parceria, lugar vago pela demissão de João Gonçalves Toste, pág. 642; - Mapa do Movimento do Gado no Matadouro Público do Campo de Santana, de 27 de Dezembro de 1860 a 30 de Junho de 1861, pág. 671; - foi apresentado o mapa da receita e despesa e o mapa do movimento do Matadouro Público durante o 1º Semestre do corrente ano, pág. 642; - idem de 1 a 31 de Julho,

pág. 701; - Estatística do Movimento do Gado no Matadouro Público do Campo de Santana, de 1 a 28 de Agosto de 1861, pág. 711; - idem de 29 de Agosto a 25 de Setembro de 1861, pág. 735; - foi aprovado o orçamento para a construção das fornalhas e caldeiras de ferro para a casa da lavagem das tripas no novo Matadouro, pág. 756; - foi autorizado o Vice Presidente a fazer o seguro do novo Matadouro, pág. 756; - Estatística do Movimento do Gado no Matadouro Público do Campo de Santana de 26 de Setembro a 30 de Outubro de 1861, pág. 773; - requerimento de José Maria dos Santos a solicitar o aforamento de vários terrenos junto do novo Matadouro, pág. 780; - ofício do advogado informando que se encontram reunidas as condições para que se celebre a escritura do Matadouro do Campo de Santana, pág. 802; - Estatística do Movimento do Gado no Matadouro Público do Campo de Santana de 31 de Outubro a 27 de Novembro de 1861, pág. 806; - o Vereador Tedeschi informou ter encomendado em Paris uns foles adequados a determinado serviço do Matadouro, pág. 820.

Mercados – Estatística do Mercado do Carvão em 1860, pág. 445; - Estatística do Rendimento dos Mercados em 1860, pág. 453.

Monumentos – Proposta para finalizar com a maior brevidade possível o monumento iniciado na praça D. Pedro IV, pág. 418; - ofício da Comissão Central Promotora da subscrição para o monumento ao poeta Luís de Camões, informando que vai iniciar os trabalhos, pág. 562.

Ofícios Recebidos :

Administração dos Bairros – Ofício do Escrivão da Fazenda do Bairro do Rossio exigindo que lhe enviem a conta da importância líquida dos emolumentos distribuídos no ano de 1860 aos empregados da Câmara, pág. 483; - ofício do Regedor das Freguesias de São Tiago, São Martinho e Santa Cruz do Castelo pedindo providências para a sarjeta entupida na rua de São Bartolomeu n.º 3, para a casa que está em risco de desabar na rua de Santa Cruz do Castelo n.º 21 e para o largo da Igreja que está todo obstruído com pedras, onde existem vários prédios em estado de ruína prestes a abaterem, pág. 483; - ofício do Administrador do Bairro Alto participando que o Oficial de Diligências daquela Administração, Sebastião Afonso Serra, já requisitou o pagamento por desconto da



Antigo Matadouro Municipal–Catálogo da Exposição “Provas Originais 1858 – 1910”, imagem 86 - Arquivo Fotográfico - CML..

oitava parte dos respectivos direitos de mercê, pág. 483; - ofício recebido do administrador do bairro do Rossio, solicitando que lhe seja remetida uma relação nominal dos empregados da referida administração que desde 1837 tenham recebido vencimento pelo cofre da Câmara, pág. 521; - idem remetendo cópia do Mapa da Repartição do Contingente da Contribuição Pessoal pelos Concelhos do Distrito de Lisboa para o ano de 1861, pág. 522; - idem enviando o Mapa da Repartição do Contingente da Contribuição Predial pelos Concelhos do Distrito de Lisboa, para o ano de 1861, pág. 522; - ofício solicitando providências para o estado de ruína de uns casebres localizados na calçada da Glória, pág. 523; - ofício do Administrador do Bairro do Rossio participando que vai pôr escritos na casa ocupada por aquela administração por lhe constar que vai vagar um quarto de 1º andar na propriedade n.º 17 da rua Nova do Amparo, que possui melhores condições, pág. 585; - ofício recebido do Regedor da Freguesia de Santa Cruz do Castelo, informando que na rua Direita de Santa Cruz estão a construir num prédio, chaminés em madeira que podem causar incêndios, pág. 601; - o Administrador do Bairro de Alcântara intimou a Câmara para tomar conhecimento do Decreto de 25 de Maio último que declarou de utilidade pública a expropriação de um terreno na Praia de Santos de que é proprietário o Barão de Vila Cova, a fim de continuarem as obras do Aterro da Boavista e prolongamento da nova rua Vinte e Quatro de Julho, pág. 625; - ofício do Administrador do Bairro de Alfama participando a mudança da casa da Administração para a calçada de Santo André n.º 86, pág. 634; - ofício do Administrador do Bairro do Rossio pedindo providências sobre um depósito de carvão de pedra existente na confeitaria e refinação de açúcar estabelecida na rua dos Capelistas n.º 150 e 152, pág. 682; - ofício do Administrador do Concelho dos Olivais pedindo que seja distribuída maior quantidade de água para os chafarizes do Campo Grande e de Entrecampos pois a água não chega para os habitantes daquelas localidades, pág. 682; - ofício do Escrivão da Fazenda do Bairro do Rossio pedindo que estejam prontas as casas que a Câmara destinou para a reunião dos grêmios e repartição das taxas da contribuição industrial do ano corrente, pág. 690; - do Administrador do Bairro de Alfama pedindo providências para o estado de ruína em que se encontram dois prédios, pág. 698; - idem, enviando um exemplar de um edital respeitante à fundação de uma

fábrica de chumbo para caça, pág. 713; - o Regedor da Freguesia de S. Tiago e Santa Cruz do Castelo pede providências relativamente a várias transgressões, pág. 713; - ofício do Administrador do Bairro do Rossio, remetendo relações de indivíduos de diversas classes, que não se agremiaram na época devida, pág. 714; - idem enviando relações de indivíduos que compõem diversas classes e que não se agremiaram no dia estabelecido para esse fim, pág. 714; - do Regedor da Freguesia de S. Lourenço pedindo providências relativamente a dois prédios sitos na rua de S. Pedro Mártir que se encontram em ruína, pág. 723; - do Administrador do Bairro de Alcântara pedindo providências relativamente a obras num prédio na zona do Cais do Sodré, pág. 732; - ofício do Administrador do Bairro de Alfama, solicitando que a Câmara lhe ceda uma casa na continuação da rua Nova da Palma, pág. 754; - idem informando que ruiu um prédio situado no beco da Barbadela, n.ºs. 13 a 15, pedindo providências, pág. 780; - do Administrador do Bairro do Rossio solicitando a nomeação de mais um amanuense, pág. 786; - do Administrador do Bairro de Alfama relativo à casa onde se encontra a referida administração, pág. 803; - idem, participando que o oficial Tomás Rito que substituiu outro funcionário, já se prontificou a pagar os direitos de mercê em prestações, pág. 809; - ofício do Administrador do Bairro do Rossio, incluindo cópia da circular que determina que se facilite ao Conde de Vale de Reis os esclarecimentos que necessita para desempenhar a comissão de que foi encarregue pelo chefe da Repartição dos Pesos e Medidas, pág. 825; - ofício do Administrador do Bairro Alto, enviando cópia com o mesmo fim, pág. 825.

Câmaras Municipais – Ofício da Câmara Municipal do Concelho dos Olivais, sobre o pagamento das despesas que têm sido feitas com os incêndios ocorridos naquele concelho desde o ano de 1853, pág. 418; - idem a pedir a ferragem necessária para um candeeiro de iluminação pública, pág. 451; - ofício da Câmara Municipal de Tavira pedindo informação sobre a existência de candeeiros da antiga iluminação da cidade de Lisboa, pág. 489; - ofício da Câmara Municipal de Elvas a pedir algumas amoreiras para plantar no seu concelho, pág. 490; - ofício da Câmara Municipal da Azambuja pedindo 40 amoreiras para plantar no seu concelho, pág.

491; - ofício da Câmara de Tavira referindo que adquiriu sete candeeiros da antiga iluminação da cidade, pelo preço indicado, pág. 538; - ofício da Câmara Municipal de Aveiro pedindo alguns arbustos para mandar plantar no seu concelho, pág. 691; - ofício da Câmara Municipal dos Olivais remetendo os cadernos do recenseamento das freguesias de S. Bartolomeu do Beato e S. Jorge, pág. 786.

DIVERSOS – Ofício do Engenheiro Pézerat a informar sobre o estado de ruína da barraca n.º 37 na rua do Arco, pág. 418; - idem do Capitão de Engenharia António Pedro dos Santos a participar o risco do Alqueidão ser inundado, pág. 425; - idem do Engenheiro Pezerat enviando um projecto de regulamento para as edificações e melhoramentos da cidade de Lisboa e outro projecto de regulamento para o estabelecimento de passeios, pág. 427; - idem do Engenheiro Pézerat participando que se apresentou ao Governador Civil com a planta original dos novos arruamentos da Boavista e Praia de Santos, pág. 434; - idem dos Arquitectos das Obras Públicas Feliciano de Sousa Correia e Manuel José de Oliveira Cruz dando o seu parecer acerca da obra do novo Matadouro na Cruz do Tabuado, pág. 441; - idem da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa a convidar a Vereação para assistir à sessão de aniversário da sua instalação, pág. 441; - idem do Engenheiro Pézerat dando a sua resposta sobre o Relatório do Arquitecto das Obras Públicas Feliciano de Sousa Correia e Manuel José de Oliveira Cruz em relação à construção do novo Matadouro situado à Cruz do Tabuado, pág. 442; - idem do cidadão Bento Coelho da Fonseca, pág. 451; - idem do Administrador das terras do Alqueidão no qual pede autorização para concertar os danos que as últimas cheias causaram nas referidas terras, pág. 451; - ofício do Subdelegado de Saúde da Freguesia de São Paulo a pedir providências contra Domingos António Igreja que possui uma taverna na rua Nova do Carvalho n.º 26 a 30 e tem por hábito deitar as águas sujas da lavagem do peixe na rua, pág. 465; - ofício do Comandante do Regimento de Infantaria n.º 10, pedindo à Câmara que lhe conceda um dos seus calceteiros para empedrar o jardim contíguo ao seu Quartel, pág. 474; - idem do Escrivão do Juízo de Paz das Freguesias da Encarnação e Mercês declarando estar esgotada a pauta do Juiz e seus substitutos, não podendo haver por isso despacho de requerimentos, pág. 474; - ofício do

Juiz e Secretário da Mesa da Real Irmandade de Nossa Senhora da Guia, agradecendo à Câmara a esmola que lhe fez de oito vãos de portas, que vão ser necessários para a obra do Passadiço que a Irmandade está a construir, pág. 489; - ofício da Direcção da Associação Central de Agricultura Portuguesa pedindo esclarecimentos sobre quantidades de cereais, pág. 498; - idem do Governador do Castelo de S. Jorge, solicitando que a Câmara intervenha em diversas expropriações necessárias para melhorar a entrada do referido Castelo, pág. 498; - ofício da Associação Central de Agricultura Portuguesa, pedindo esclarecimentos acerca da quantidade de cereais existentes no concelho e qual a quantidade necessária até à próxima colheita, pág. 498; - ofício da Associação Industrial do Porto solicitando a colaboração da Câmara para a realização de uma exposição a realizar naquela cidade, remetendo alguns exemplares do programa da mesma, pág. 505; - idem do Provedor da Santa Casa da Misericórdia em resposta ao que a Câmara lhe enviou, acerca da liquidação pelos juros dos padrões que a Santa Casa possuía e que têm de ser invertidos em inscrições, pág. 506; - idem do Administrador das terras do Alqueidão acerca da plantação do viveiro de oliveiras nas referidas terras, pág. 506, 507; - idem do Comandante do Batalhão de Caçadores, n.º 2, solicitando que lhe seja paga a despesa de um candeeiro a gás, pág. 506; - proposta de Alfredo Agirony e Cordeiro e Companhia propondo a colocação de cadeiras de ferro nos passeios públicos e diversas praças, pág. 506; - idem da Direcção da Associação Central de Agricultura Portuguesa, com o intuito de estabelecer relações com a Câmara, conforme os seus estatutos, pág. 507, 508; - requerimento da Comissão fundadora do Asilo da Infância Desvalida do Campo Grande pedindo um benefício no Passeio Público, pág. 513; - ofício da Direcção do Banco de Portugal solicitando obras no edifício do referido banco, pág. 530; - ofício do Administrador Geral do Pescado do reino remetendo Relatório e Mapas da Receita e Despesa do ano de 1860, pág. 537; - ofício do Subdelegado de Saúde da Freguesia de S. Paulo solicitando providências em relação ao barulho que fazem os canteiros que prestam serviço na travessa dos Romulares pelo incómodo que causam aos doentes residentes nas proximidades, pág. 539; - ofício da Academia Real das Ciências incluindo parecer sobre a distribuição das reses que apresentem lesões, pág. 562; - ofício recebido do Comandante Interino do Regimento de

Artilharia n.º 1 pedindo que se apresente no seu Quartel o zelador Franco a fim de ser testemunha num conselho de investigação, pág. 577; - ofício do Ministério das Obras Públicas convidando a Câmara a concorrer com algum objecto de indústria nacional para ser apresentado na Exposição Internacional do Produto da Indústria e das Artes que deve realizar-se em Londres no ano de 1862, pág. 601; - ofício de João Manuel de Araújo Santos a declarar que dá 130 réis como consta na sua declaração assinada em Junho de 1855, logo que seja colocada uma grade de ferro na platibanda do terraço que fica sobre o chafariz d' El Rei, pág. 633; - ofício do Presidente da Junta da Paróquia da Freguesia de São Paulo pedindo que seja removida quanto antes a cantaria proveniente do desmancho da parte da cortina e muralha do Cais do Sodré que está obstruindo o trânsito do referido Cais e Boqueirão da Ribeira Nova, pág. 633; - ofício do Administrador do Concelho de Belém pedindo que lhe remetam cópias das folhas dos vencimentos dos empregados que serviram naquela Administração desde 1834 até 1851, pág. 642; - ofício do Subdelegado do Conselho de Saúde, José Isidoro Viana informando a Câmara que na Quinta do Conde de Anadia existe uma grande vala que recolhe todas as imundices do cano geral da rua de São João dos Bem-casados, pág. 643; - ofício do Capitão do Porto de Lisboa declarando que o barco a vapor "Alcântara", que vai para Belém está lotado em 80 passageiros e não vai ser permitido o aumento desse número, pág. 649; - ofício do Inspector Geral do Arsenal do Exército participando que em consequência de ter sido entregue à Empresa do Caminho de Ferro de Leste o barracão que o Arsenal possuía na Praia dos Algarves onde se guardavam o escaler e botes, pertencentes ao serviço daquela Repartição, teve que mudar as embarcações para um armazém situado ao lado da Guarda da Fundação de Baixo, pág. 649; - ofício do Conselheiro Síndico a dar opinião sobre o requerimento da Condessa de Penafiel que pede o averbamento em seu nome de um padrão de juro que pertenceu a seu pai, o Conde do mesmo título, pág. 657, 658; - ofício do Presidente e Secretário da Associação e Corporação dos Alfaiates pedindo que sejam convidadas todas as classes sociais para a Exposição da Cidade do Porto, pág. 658; - ofício do Secretariado da Associação Tipográfica Lisbonense apresentando queixa da sua exclusão na Exposição Industrial Portuense, pág. 658; - ofício do Conselho de Saúde Pública pedindo a bem da salubridade

pública, que a Câmara mande proceder aos trabalhos de limpeza nas aberturas dos canos do Terreiro do Paço que estão obstruídos com imundícies, areias e lodo, pág. 668; - ofício de Bernardino Freire de Andrade a perguntar se o aviso de despejo de uma casa que tem arrendada à Câmara nas Picoas abrange o palheiro e terra, pág. 673; - ofício do Subdelegado do Conselho de Saúde Pública da Freguesia do Socorro a informar que nas fábricas de refinação de açúcar pertencentes a Joaquim José Marques Guimarães e Bernardino José Nunes se encontra nos saguões uma grande quantidade de carvão mineral encostado aos prédios da rua Nova da Palma, pág. 673; - ofício do Engenheiro Joaquim Júlio dando a sua opinião sobre os meios a adoptar para desobstruir os canos da Praça do Comércio, pág. 674; - ofício recebido do Inspector Geral do Arsenal do Exército pedindo faculdade para mandar colocar junto às paredes exteriores da Igreja de Santa Engrácia alguma pedra de cantaria, pág. 675; - ofício do Regedor da Freguesia de Santa Engrácia incluindo uma representação da Junta da Paróquia pedindo a reparação do Altinho do Mirante, pág. 675; - ofício recebido com uma proposta de Manuel Crisóstomo de Sousa Pereira para o fornecimento de cevada para a Abegoaria de Limpeza, pág. 682; - ofício recebido do Secretário Geral Interino da Academia Real das Ciências acompanhando a 1ª parte do 1º tomo das "Lendas da Índia" por Gaspar Correia a fim de ser depositado no Arquivo da Câmara, pág. 682; - ofício do Brigadeiro do Colégio Militar participando que as duas viaturas matriculadas no Concelho de Belém n.º 946 e 947 devem ser isentas do imposto respectivo, pág. 682; - ofício do Ministério das Obras Públicas participando que o Ministro aprova a eleição dos Artistas Manuel Martins, António Maria Xavier e Joaquim António Raposo para durante 8 dias estudarem a Exposição Industrial do Porto e disponibilizou uma quantia a ser dividida pelos três artistas, pág. 683; - ofício do Subdelegado do Conselho de Saúde da freguesia do Sacramento expondo o estado imundo em que estão continuamente os pátios do Marquês de Penalva na Calçada do Duque, pág. 689; - ofício do Conselheiro Frederico Guilherme da Silva Pereira expondo os motivos que têm levado a não se poder celebrar a escritura da venda do terreno perto de Arroios pertencente a um menor seu tutelado, pág. 689; - ofício do Subdelegado do Conselho de Saúde, pedindo a canalização do beco de Penaboquel a fim de receber as imundícies que

correm de alguns prédios na rua do Jardim do Tabaco, pág. 689; - ofício do Inspector Geral do Arsenal do Exército solicitando licença para armar uma barraca na Praia dos Algarves, pág. 707; - ofício do Secretário da Comissão Portuguesa para a promoção da concorrência de produtos à Exposição Universal de Londres, enviando programa da secção da indústria agrícola, pág. 723; - ofício do Provedor da Santa Casa da Misericórdia pedindo informações sobre o abate de gado no Matadouro, pág. 731; - ofício do Conselho de Saúde Pública solicitando a construção de canos gerais em várias ruas, pág. 732; - ofício do Provedor da Santa Casa da Misericórdia pedindo esclarecimentos sobre a abertura do novo Matadouro, pág. 732; - ofício do Director da Alfândega Municipal solicitando que seja marcado o dia para um exame no Matadouro, relativo à fiscalização de carnes, pág. 742; - ofício do Subdelegado do Conselho de Saúde pedindo providências para que seja tapada uma vala existente na rua de Santana à Lapa, pág. 745; - ofício do Subdelegado do Conselho de Saúde da Freguesia de S. Miguel de Alfama, solicitando providências relativamente à limpeza do tanque das lavadeiras em Alfama, pág. 748; - ofício do Subdelegado do Conselho de Saúde Pública do Reino na Freguesia de S. Paulo informando que no Aterro da Boavista existe um lago de água estagnada, pág. 771; - ofício do Provedor da Santa Casa da Misericórdia respeitante à escritura do terreno ocupado pelo novo Matadouro, pág. 777; - ofício do Conselho de Saúde Pública a pedir providências para os cães vadios, pág. 810; - ofício do Cônsul de Espanha pedindo informações sobre o súbdito espanhol José Garcia que foi proprietário de um estabelecimento em Lisboa, pág. 819; - ofício do Vedor da Casa Real informando que se encontra em perigo de desabamento a balastrada da torre da Real Capela das Necessidades, pág. 826.

Governo Civil – Ofício do Governador Civil para se proceder à nomeação das Comissões de Recenseamento Eleitoral, pág. 427; - idem incluindo cópia da portaria do Ministério do Reino, denegando a expropriação de uma propriedade no Boqueirão dos Ferreiros, pág. 433; - idem devolvendo o orçamento do ano económico de 1860 a 1861 da Real Casa e Igreja de Santo António a fim de se lhe adicionarem as relações das dívidas activas e passivas, pág. 434; - idem remetendo um exemplar impresso no Regimento do Tribunal de Contas a fim de ser

arquivado na Câmara, pág. 441; - idem enviando um exemplar do Regimento do Tribunal de Contas a fim de ser entregue à Comissão Administrativa da Real Casa de Santo António, pág. 449; - idem devolvendo o orçamento suplementar da Real Casa de Santo António pertencente ao ano económico de 1859 a 1860, pág. 449; - idem incluindo o Acórdão do Conselho de Distrito aprovando a aceitação do donativo que a Câmara fez ao cidadão Manuel Joaquim da Silva de uma porção de terreno junto à Igreja Paroquial do Socorro, pág. 450; - idem comunicando que por Alvará foi nomeado interinamente o Bacharel João Carlos Pessoa de Amorim para ocupar o lugar de Administrador do Bairro de Alfama, pág. 451; - pediram-se providências ao Governador Civil para que os Cabos de Polícia da Freguesia de Santa Engrácia ou qualquer outra não continuem a cercar as casas onde existem bombas para acudir incêndios com o fim de prenderem os condutores das mesmas, pág. 457; - ofício remetendo cópia da portaria circular do Ministério do Reino de 10 de Dezembro estabelecendo o modo de fiscalização do pagamento dos direitos de mercê e encarte dos empregados que são incluídos em folha para execução do artigo 8º da Carta de Lei, pág. 465; - ofício enviando uma relação exigindo vários esclarecimentos e documentos para instrução do processo da conta pela gerência da Administração da Real Casa de Santo António no ano económico 1849 a 1850, na conformidade de uma Portaria do Tribunal de Contas, pág. 481; - ofício incluindo outro do Administrador do Bairro do Rossio pedindo a criação de mais um lugar de amanuense, pág. 521; - ofício devolvendo a postura que regula o trânsito dos trens pelas ruas oriental e ocidental do Passeio Público, pág. 521; - ofício devolvendo a postura que regula a venda do azeite de purgueira e de sal, que foi aprovada, pág. 521; - idem remetendo o requerimento de recurso que dirigiram ao Conselho de Distrito os escrivães das quatro administrações de bairros, pelo facto da Câmara, não ter atendido à pretensão de aumento de vencimento, pág. 522; - ofício devolvendo cópia da deliberação da Câmara sobre a hipoteca do novo Matadouro, pág. 522; - ofício incluindo o acórdão do Conselho de Distrito que aprovou a deliberação da Câmara sobre a conveniência da transacção com António Nunes sobre uma porção de terreno público com frente para a praça do Príncipe Real, pág. 522; - ofício do Governo Civil onde se inclui a Postura feita pela Câmara harmonizando com o novo sistema métrico

decimal as disposições de diversas posturas que se referem aos pesos e medidas dos antigos padrões, pág. 609; - ofício incluindo dois exemplares das tabelas das medidas de capacidade antigas, reduzidas ao sistema métrico decimal, pág. 617; - idem incluindo cópia da deliberação da Câmara em que se resolveu aplicar exclusivamente o produto da exploração do barro nas terras adjacentes ao Cemitério dos Prazeres, pág. 634; - idem incluindo cópia da Portaria Circular do Ministério do Reino recomendando que nos actos das Câmaras Municipais e de outras corporações se observem as disposições dos decretos de 1852 e 1860 dos pesos do novo sistema métrico decimal, pág. 641; - ofício de Jerónimo da Silva Maldonado d'Eça participando ter iniciado o exercício de Governador Civil do Distrito de Lisboa para que foi nomeado interinamente, pág. 641; - ofício do Governador Civil incluindo um exemplar do Orçamento Geral da Receita e Despesa da Câmara para o actual ano económico 1861 a 1862 o qual foi aprovado por decreto, pág. 643; - idem devolvendo a postura que se publicou na parte relativa ao peso do pão, pág. 668; - idem pedindo providências sobre a falta de água no Chafariz do Arco do Carvalhão, pág. 690; - ofício a informar a data do casamento da Infanta D. Antónia, pág. 721; - idem incluindo um exemplar da Carta de Lei que modifica a Lei reguladora da contribuição industrial, pág. 742; - idem incluindo um exemplar da Carta de Lei que modifica a Lei reguladora do imposto de selo, pág. 742; - ofício do Governador Civil solicitando a marcação de uma reunião entre a Câmara, o Conselho de Saúde Pública e o Director Interino da Alfândega Municipal para que se examine o regulamento para a fiscalização dos direitos da fazenda no novo Matadouro, pág. 748; - idem remetendo processo de aforamento feito a Carlos Adolfo Hantzow, pág. 748; - idem devolvendo cópia da deliberação da Câmara sobre a venda de uma porção de terreno a António Nunes, pág. 748; - solicitando que se envie a conta corrente da receita e despesa do cofre da Câmara relativa aos anos de 1859 a 1860, pág. 754; - incluindo o alvará que determina a eleição da Câmara que servirá no biénio de 1862 a 1863, dos Juizes de Paz, Juizes Eleitos e Juntas de Paróquia, pág. 770; - ofício solicitando o envio de um exemplar de todas as posturas existentes sobre o serviço de boleeiros e cocheiros, pág. 777; - ofício devolvendo o regulamento feito pela Câmara para a nova Repartição do Afilamento dos Pesos e Medidas, pág. 786; - ofício incluindo uma

portaria do Ministério do Reino participando a morte do Infante D. Fernando e dando indicações para o dia do cortejo fúnebre, pág. 786; - ofício solicitando a remessa das folhas de votos relativos à eleição para a futura Câmara na Assembleia da Freguesia do Coração de Jesus, pág. 802; - ofício enviando a relação de súbditos britânicos que foram apurados para jurados, pág. 818; - ofício para que se nomeie o Conselho Municipal, pág. 819; - ofício incluindo cópia do alvará do conselho de distrito a aprovar a eleição da Câmara que servirá no biénio de 1862 a 1863 e a ordenar a data de posse, pág. 827; - ofício remetendo cópia de Portaria do Tribunal de Contas e o Mapa da Conta da Receita e Despesa da Câmara do ano económico de 1859 a 1860, pág. 827.

Ministério da Fazenda - Ofício do Delegado do Tesouro Público incluindo mapa do rendimento colectável dos prédios inscritos nas matrizes dos bairros da capital, pág. 548; - ofício comunicando que não compete ao Governo deferir a pretensão da Câmara de lhe conceder despacho livre de direitos, a um órgão que veio de Inglaterra para a Igreja de Santo António, pág. 617; - idem solicitando a venda de 8 prédios pertencentes à Escola Politécnica, pág. 754.

Ministério da Guerra - Ofício solicitando a construção de um cano geral com direcção à rua do Vale de Santo António, pág. 734.

Ministério da Marinha - O corpo de Marinheiros da Armada Real pediu cem árvores para plantar nas duas paradas do seu quartel, pág. 417; - ofício do Ministro dos Negócios da Marinha e Ultramar informando não ser possível emprestar a draga que a Câmara tinha pedido para extrair as areias que estão a obstruir a praia em frente da Praça do Comércio, pág. 707.

Ministério das Obras Públicas - Ofício recebido da Repartição Central do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, remetendo o Decreto que aprova o regulamento para o Serviço de Afilamento de Pesos e Medidas, pág. 499,501; - ofício do mesmo Ministério, em resposta ao remetido pela câmara para que indique quais os fundos que a

mesma julga necessários para os melhoramentos que projecta fazer na calçada da Glória e no terreno junto à rua de S. Mamede, pág. 505; - ofício do mesmo participando a conveniência da Câmara em acordar com o Director do Instituto Industrial de Lisboa e com o Presidente da Associação Industrial Fabril, a proposta dos artistas que vão visitar a Exposição Industrial do Porto, pág. 641; - O Rei ordena, através do Ministério das Obras Públicas que o Chefe da Repartição dos Pesos e Medidas remeta à Câmara, um mapa geral com a indicação dos nomes, profissões e residências dos indivíduos que apresentaram pesos do novo sistema legal para afilar, pág. 644; - solicita à Câmara que dê esclarecimentos a António Maria dos Santos para que possa efectuar o recenseamento dos gados existentes na capital, pág. 651; - foi autorizada a construção de um telheiro na continuação do que já existe na Abegoaria da Limpeza da Cidade, pág. 651; - Portaria do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria determinando que a Câmara apresente naquele Ministério o projecto e orçamento para a continuação das obras do Aterro da Boavista, pág. 690; - ofício a pedir licença à Câmara para continuar as obras do Aterro da Boavista, pág. 691.

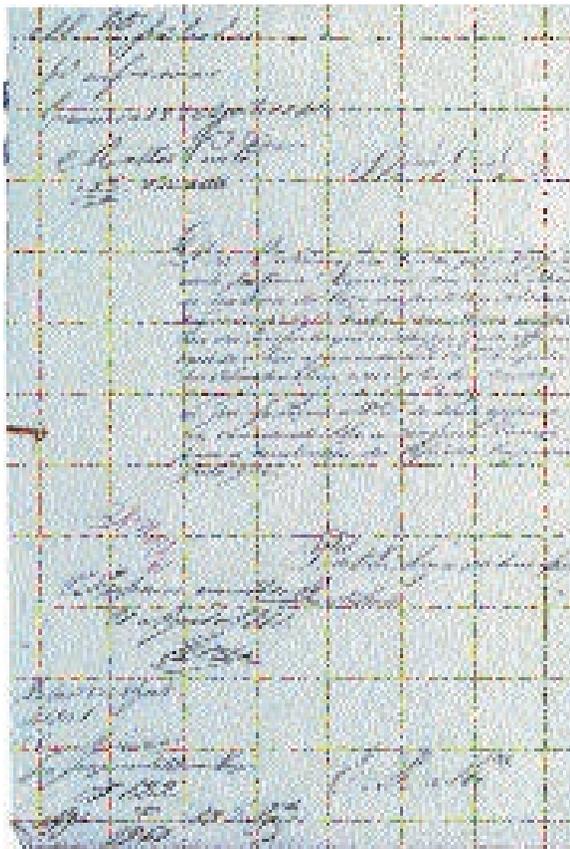
Ministério do Reino – Ofício determinando que seja suspenso o vencimento e exercício a todos os funcionários que no prazo de quatro meses não apresentem a sua carta ou provimento com declaração de que foram pagos os direitos competentes, pág. 475, 476.

Orçamentos da Câmara - Discussão do Orçamento Geral da Receita e Despesa do ano económico de 1861 a 1862, pág. 538; - Orçamento da Receita e Despesa da Câmara para o ano económico de 1861 a 1862, pág. 555, 556, 557, - continuação na pág. 564, 565.

Pareceres da Comissão de Obras e Melhoramentos - A Comissão de Obras e Melhoramentos projecta diversos melhoramentos para a cidade de Lisboa, sendo a grade de ferro do jardim do Campo de Santana aquela a que deseja dar prioridade, pág. 469.

Polícia Municipal (Pelouro da) – Ofício recebido do Comandante da Guarda

Municipal a agradecer a cedência que a Câmara lhe fez de uma casa na Bica do Sapato para servir



Requerimento de Valeriano José Soares. AML-AC, Processos de Secretaria Geral do ano de 1861.

de alojamento à 7ª Estação da 5ª Companhia, pág. 426; - ofício do Comandante Geral da Guarda Municipal a participar que já havia providenciado para que fosse removido o grande depósito de estrume existente em Alcântara próximo da 3ª Companhia, pág. 434; - Estatística do Serviço Interno e Externo da Repartição da Polícia Municipal de Lisboa no mês de Dezembro de 1860, pág. 447; - idem, no mês de Novembro de 1860, pág. 471; - idem, no mês de Janeiro de 1861, pág. 477; - Mapa demonstrativo da execução que tiveram as posturas da Câmara e do antigo Senado, pág. 510, 511; - Estatística do Serviço Interno e Externo da Repartição de Polícia Municipal de Lisboa referente ao mês de Fevereiro de 1861, pág. 518; - Mapa demonstrativo da execução que tiveram as posturas da Câmara e do antigo Senado, pág. 526, 527; - Estatística do Serviço Interno e Externo da Repartição de Polícia Municipal de Lisboa referente ao mês de Março de 1861, pág. 533; - Mapa demonstrativo da execução que tiveram as posturas da Câmara e do antigo Senado, pág. 534, 535; - Estatística

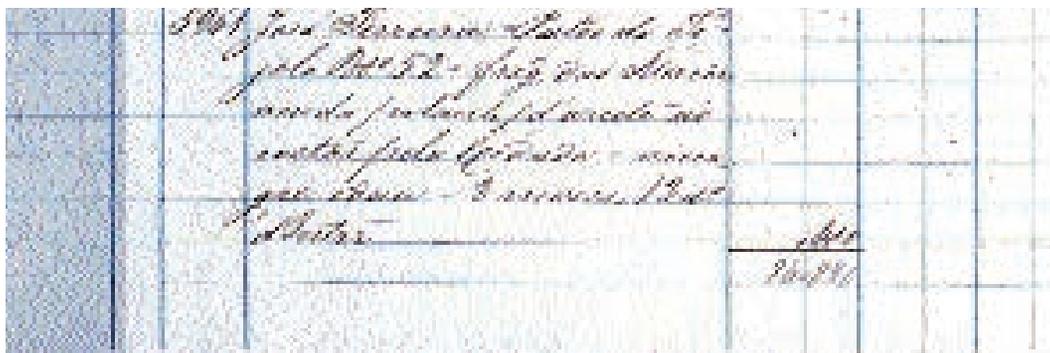
do Serviço Interno e Externo da Repartição da Polícia Municipal de Lisboa no mês de Abril de 1861, pág. 584; - idem do mês de Maio de 1861, pág. 624; - ofício do Comandante Geral da Guarda Municipal participando que foi derrubada na véspera uma árvore no largo de Alcântara, pág. 628; - Estatística do Serviço Interno e Externo da Repartição de Polícia Municipal de Lisboa referente ao mês de Julho de 1861, pág. 703; - Mapa demonstrativo da execução que tiveram as posturas da Câmara e do antigo Senado, pág. 716, 717; - Estatística do Serviço Interno e Externo da Repartição de Polícia Municipal de Lisboa referente ao mês de Junho de 1861, pág. 736; - Mapa demonstrativo da execução que tiveram as posturas da Câmara e do antigo Senado, pág. 788, 789; - idem, pág. 798, 799; - idem, pág. 804, 805; - idem, pág. 814, 815.

Posturas – O Vereador Assunção apresentou um projecto de Postura acerca da venda de azeite de purgueira, pág. 475; - o Vereador Tedeschi propôs que, de acordo com a postura que proibiu que as portas e janelas se abrissem para fora das ombreiras sejam intimados todos os indivíduos que não cumpriram o previsto tendo que o efectuar dentro de um prazo limitado, pág. 475; - o mesmo propõe que se faça cumprir a Postura Municipal que proíbe a pintura das cantarias que compõem as frentes dos prédios da cidade de Lisboa, fixando-se um prazo limitado para que sejam limpas e picadas todas as que se encontram em situação ilegal, pág. 475; - o Vereador Assunção apresentou um projecto de postura acerca do trânsito pelas ruas Oriental e Ocidental do Passeio Público do Rossio, pág. 482; - aprovado um projecto de postura sobre os cães, pág. 484; - discussão da postura sobre os trens, cocheiros e boleiros, pág. 514; - mandou-se publicar a postura que proíbe a pintura das cantarias das frentes dos

prédios, pág. 521, - continuação da discussão da postura sobre os trens, cocheiros e boleiros, pág. 522; - regulamento para a venda de azeite de oliveira e de purgueira, e para a venda de sal, pág. 523, 524; - postura relativa às pinturas e letreiros dos prédios, respectiva aprovação no Conselho de Distrito, pág. 524, 525; - o Vereador Assunção apresentou a definitiva redacção da postura sobre os trens, cocheiros e boleiros, pág. 538; - o Presidente leu um projecto de postura sobre o uso dos novos pesos e medidas, pág. 594; - postura publicada pela Câmara sobre o uso de novos pesos e medidas, pág. 610; - Mapa demonstrativo da execução que tiveram as posturas da Câmara e do antigo Senado, mandadas observar por disposição da mesma de 3 de Agosto de 1841, das datas abaixo mencionadas, considerado pelo produto das multas entrado em cofre no mês de Maio de 1861, pág. 662, 663; - idem no mês de Junho de 1861, pág. 686, 687; - idem no mês de Julho de 1861, pág. 694, 695; - foi autorizado o Vereador das Posturas a mandar demarcar o terreno onde devem estar parados os trens nas novas praças do Rato e largo do Conde Barão, pág. 651; - o Vereador Assunção apresentou o projecto da nova postura sobre o peso do pão, pág. 658; - foi autorizado o Vereador do Pelouro das Posturas para tratar com o Chefe da Repartição dos Pesos e Medidas da liquidação das contas provenientes dos novos afilamentos feitos naquela repartição, pág. 666.

Propostas e indicações dos Srs. Vereadores :

António Esteves de Carvalho – Presidente –
Leu a informação e orçamento remetido pelo Engenheiro Joaquim Júlio acerca das obras



Licença para venda volante de azeite. AML-AC, Livro de Registo de Licenças de 1861 – licença n.º 5961.

pedidas pelo Comandante do 1º Regimento de Artilharia, pág. 426; - anunciou que ia entrar em discussão a Postura relativa aos boleiros dos trens de aluguer, pág. 434; - apresentou o orçamento para a colocação de oito urinóis no Passeio da Estrela, pág. 434; - leu o auto de vistoria e alinhamento dado ao prédio de António Nunes na rua do Jasmim com frente para a praça do Príncipe Real, pág. 435; - apresentou o orçamento da despesa que se tem de realizar para terraplenar e arranjar a nova praça Luís de Camões, pág. 441; - propôs que se resolva qual a gratificação que deve ser dada aos dois architectos das Obras Públicas que efectuaram o relatório sobre as obras do novo Matadouro, pág. 450; - promoveu a reedificação e embelezamento da cidade de Lisboa, acabando com casebres que se encontram em ruínas pelas ruas da cidade, pág. 459; - participou que o Par do Reino Francisco Simões Margiochi lhe entregou alguns exemplares do seu relatório e projecto de Lei n.º 121 sobre fábricas, oficinas e mais estabelecimentos industriais a fim de serem distribuídos pelos Vereadores, pág. 483; - propôs que se paguem duas quinzenas ao empreiteiro das obras do Matadouro, pág. 506; - participou que se devem fechar as contas do actual ano económico, pág. 628; - comunicou à mesa que entrou no depósito público a quantia de 190 réis, referente à expropriação a Júlia Scola de Sá Viana, viúva de Venceslau José Rodrigues de Sá Viana, do domínio útil de uma barraca na calçada da Glória n.º 63, pág. 628; - foi autorizado a mandar vir o fornecedor da pedra necessária para a construção da doca, pág. 634; - deu conhecimento de que a Câmara foi intimada a pedido de Margarida Rosa de Almeida a embargar a obra que se mandou fazer na muralha do Aterro à Boavista em frente de uma barraca de banhos, pág. 683; - informou ter recebido duas intimações a requerimento de Margarida Rosa de Almeida sendo a primeira para não mandar continuar a obra da cortina do Aterro da Boavista, pág. 690.

Gregório Vaz Rans de Campos Barreto Froes — Foi autorizado a mandar concertar o poço do Borratem, pág. 602; - apresentou a proposta para se venderem os cisnes da última criação existente no Passeio da Estrela, pág. 635; - propôs que seja canalizado o beco de S. Francisco de Paula, pág. 747; - apresentou um requerimento sobre a postura da Polícia dos boleiros e cocheiros dizendo que ainda não foi aprovada por concelho de distrito, pág. 763; - propôs que

a contadoria forneça uma relação dos prédios e localidades aos bombeiros para efectuarem a limpeza das chaminés dos prédios pertencentes à Câmara, pág. 811.

João de Matos Pinto — vice-presidente — Apresentou um officio que lhe foi enviado por Agostinho José de Barahona Baptista dando-lhe conhecimento que houve um rombo no bombacho do Alqueidão do lado Norte e participando que o trigo não sofreu nenhum prejuízo, pág. 426; - apresentou uma minuta de Memória dirigida ao Ministro da Fazenda pedindo-lhe a breve solução de um negócio de interesse municipal, pág. 434, 435; - apresentou a minuta do contrato a celebrar entre a Câmara e António Nunes sobre a venda de uma porção de terreno na rua do Jasmim, com frente para a praça do Príncipe Real, pág. 498; - proposta para que a Câmara solicite ao Conselho Distrital autorização para hipotecar o rendimento líquido do Matadouro e das terras do Alqueidão para pedir empréstimo ao Banco de Portugal, a fim de terminar as obras do Matadouro, pág. 498, 499; - participou que a Direcção do Banco de Portugal concorda em fazer o empréstimo para a conclusão do Matadouro público, dando-se-lhe a hipoteca das terras do Alqueidão, pág. 506; - apresentou a minuta do anúncio para o concurso de ajudante de solicitador, pág. 507; - propôs que com o lucro da venda de um terreno na rua do Jasmim e praça do Príncipe Real se comprem duas inscrições da Junta do Crédito Público, pág. 530; - nomeação de uma Comissão para examinar os documentos dos candidatos ao concurso de ajudante de solicitador, pág. 539; - construção de um celeiro junto ao edifício denominado “Paço do Alqueidão”, pág. 553; - propôs que uma parte do novo Matadouro, as casas edificadas na Carreirinha do Socorro e o Paço do Alqueidão sejam seguros na Companhia Bonança, pág. 563; - apresentou uma relação dos inquilinos da Câmara que devem algumas rendas, pág. 586; - apresentou uma proposta relacionada com os rendeiros Augusto César da Costa Barbosa e João Maria da Costa Barbosa, pág. 603; - participou que o Administrador do Alqueidão já tinha pago as quantias de que era responsável, pág. 635; - apresentou o seu parecer sobre as contas com a Misericórdia, pág. 666; - proposta relativa ao pagamento dos juros dos padrões e quotas de distrates vencidos no ano de 1861, pág. 780.

José Luís de Morais Mantas- Relativamente ao pedido da Associação Industrial Portuguesa solicitando apoio da Câmara para a Exposição Industrial a realizar no Porto, propôs que se envie uma comissão de industriais e artistas e que as despesas sejam suportadas pela Câmara, pág. 539, 540.

José Mendes de Assunção — Ofício do chefe dos zeladores apresentando um projecto de postura geral em que se incluem todos os assuntos que pertencem à Polícia Municipal, pág. 434; - apresentou o Mapa do Movimento do Mercado do Carvão no ano de 1860, pág. 435; - participou que rebentaram os canos velhos do Castelo de São Jorge, pág. 435; - informou acerca da proposta do Vereador Severo de Carvalho em que pede a realização de uma postura a respeito dos cães vadios, pág. 435; - participou que teve uma nova conferência com o chefe da Repartição de Pesos e Medidas acerca de uma alteração que deveria ser feita no edital que se tratou na última acta, pág. 443; - apresentou uma declaração na qualidade de Escrivão Eleito da Administração da Real Casa e Igreja de Santo António, pág. 443; - apresentou o Mapa do Rendimento do Mercado da Praça da Figueira e uma relação de 618 prédios que foram caiados na cidade de Lisboa por ordem da Repartição das Posturas, pág. 444; - propôs que se envie ofício ao Director da Alfândega Municipal para que seja caiado o edifício do Terreiro, pág. 474; - proposta relativa à décima e imposto de viação descontada dos emolumentos recebidos pelos zeladores, pág. 513; - relatório referente ao rendimento pago pelos carros e carroças entrados através das barreiras, pág. 546, 547; - construção um celeiro junto do edifício denominado “Paço do Alqueidão”, pág. 553; - projecto de Postura sobre os novos Pesos e Medidas, pág. 586; - proposta para a execução da obra necessária na casa da fiscalização no Mercado da Praça da Figueira, pág. 604; - propôs que os Passeios da Estrela e de São Pedro de Alcântara encerrem às Ave-Marias, pág. 650; - apresentou o projecto da nova postura sobre o peso do pão, pág. 658; - foi autorizado a mandar executar as balanças necessárias para utilização na nova Casa de Aferição, pág. 690; -foi autorizado a tomar as providências necessárias para a abertura da oficina de afilamento dos pesos, pág. 690; - propõe que se mande pôr um marco de pedra no centro da entrada do Arco do Bandeira, para evitar queixas e algum confronto entre trens na

entrada do referido Arco, pág. 691; - solicitou diligências relativamente ao mau estado de funcionamento de um forno de cozer louça na rua de Castelo Picão, pág. 699; - propôs que se estabeleça uma nova repartição denominada “Repartição da Aferição dos Pesos e Medidas”, pág. 707, 708; - apresentou um projecto de regulamento para a nova Repartição do Afilamento dos Pesos e Medidas (inclui regulamento), pág. 739, 740; - solicitou autorização para comprar 900 gigas, necessárias ao serviço do Mercado da Ribeira Nova, pág. 746; - apresentou a proposta da tabela dos preços para o conserto dos braços de balanças, pág. 778, 779.

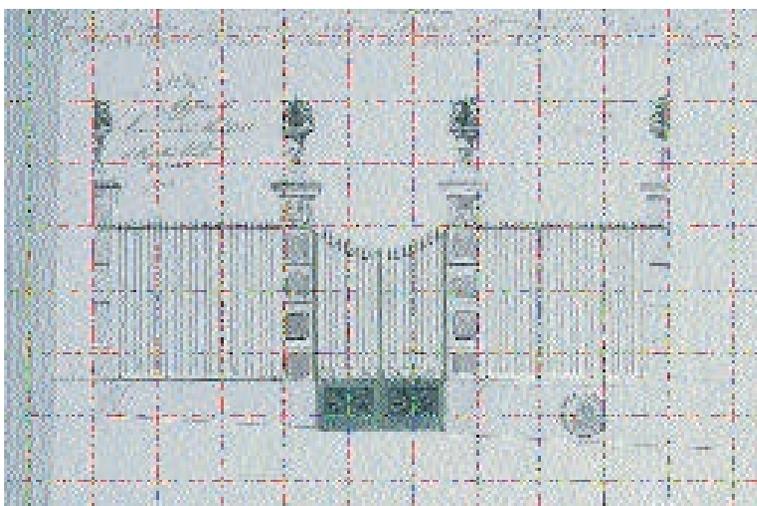
José Tedeschi – Apresentou a conta do material encomendado na fábrica “Perseverança” para a construção do novo Matadouro, pág. 426; - apresentou um ofício do Comandante dos Guardas Barreiras para que o veterinário do Matadouro inspecione as miudezas e carne que saem do Matadouro, pág. 426; - propôs que se pedisse ao Conde de Sobral que fizesse para benefício da via pública um passeio de lajedo ou de asfalto em frente ao seu Palácio no Largo do Calhariz, pág. 442; - mandou pôr à disposição do Pelouro da Limpeza um terreno próximo ao novo Matadouro para ser semeado de verde para consumo do gado da Abegoaria, pág. 442; - propôs a suspensão das licenças para vendas feitas cumulativamente, propôs igualmente que se proibisse a venda cumulativa de sal e cal, pág. 459; - propôs que os dois lugares de mercearias da Capela de D^a. Sancha, que estão vagos, sejam, um para a órfã que tem requerimento feito à Câmara e outro para a viúva do falecido Administrador do Cemitério dos Prazeres, pág. 466; - propôs que se publique um edital para evitar a continuação dos atropelamentos e embates de trens que muitas vezes acontecem na Rua Oriental do Passeio com especial incidência na esquina da rua das Pretas, pág. 466; - apresentou uma série de medidas para acabar com os inconvenientes resultantes dos trabalhos do Matadouro Público do Campo de Santana, pág. 468; - propôs que o vereador do Pelouro das Posturas Municipais seja encarregue de apresentar a nota das peças que constituem colecções de pesos para cada um dos estabelecimentos públicos, pág. 491; - propôs que o Vereador do Pelouro das Posturas proceda às averiguações necessárias para melhorar o serviço municipal da cobrança do imposto na circulação de veículos

pelas barreiras da cidade, pág. 492; - sugeriu a execução de uma cortina no largo do norte da rua da Triste Feia, pág. 497; - submeteu à apreciação a arborização da nova rua em seguimento à rua da Palma, pág. 497; - sugeriu que se fizessem as investigações necessárias ao exame do estado de ruína em que se encontra o prédio com os n.ºs 7 e 9 do beco do Almocreves, pág. 499; - informação do vereador Assunção relativa à proposta do vereador Tedeschi sobre a pintura de cantarias, pág. 505; - sugeriu que o advogado da Câmara diga se o projecto de lei n.º 121 apresentado à Câmara dos Pares contém alguma disposição tendente a cercear os direitos concedidos às Câmaras Municipais pelo código administrativo e restante legislação vigente, pág. 506; - proposta para que se recomende à Comissão Técnica que apresente a planta, alçado e perspectiva do edifício a construir na rua Vinte e Quatro de Julho onde se estabelecerá a Administração do Bairro de Alcântara, pág. 507; - para que a partir de 1 de Abril, o serviço de transportes que entrem ou saiam da Abegoaria da Limpeza da Cidade seja feito pela porta que dá serventia para a avenida 24 de Julho, pág. 507; - autorização para que se elevem os jornais de diversos operários do Matadouro em virtude de um acréscimo de trabalho, pág. 513, 514; - apresentou um auto lavrado no Matadouro sobre a desconfiança de que a carne de uma rês estaria imprópria para consumo, pág. 522; - resolução para que no serviço da Abegoaria da Cidade se utilize a porta do lado sul que dá para a avenida 24 de Julho, pág. 529; - sugeriu que se encarregue a Repartição das Águas Livres de proceder às obras necessárias para a demolição do aqueduto situado em frente do edifício do Matadouro, pág. 538; - sugeriu que se renove a publicação do edital de 3 de Setembro de 1855 que contém a postura em que se proíbe a pintura e se obriga à lavagem das cantarias dos prédios, pág. 538; - propôs que a pedra quebrada para a execução das calçadas macadamizadas seja o basalto, pág. 539; - determinou que relativamente ao tipo de pedra a utilizar nas calçadas se consulte a Escola do Exército e o Conselho das Obras Públicas, pág. 539; - sugeriu que a comissão técnica avalie os madeiramentos existentes no Matadouro para se fazer o seguro, pág. 547; - propôs que se envie ofício ao Director da Alfândega Municipal pedindo que recomende aos seus empregados que cumpram o artigo 2 do regulamento do Matadouro, pág. 548; - propôs que se proceda à construção de um celeiro junto do edifício denominado “Paço do Alqueidão”,

pág. 553; - sugeriu que se peçam contas ao administrador do Alqueidão da sua gerência em virtude da sua suspensão e que se formulem as condições para regular o serviço da referida Administração, pág. 563; - propôs que se providenciasse com urgência o concerto das escadas do Cais de Santarém, pág. 594; - propôs que sejam enviadas as intimações necessárias para a demolição dos tapumes que se encontram a obstruir o Aterro da Boavista, desde a Ribeira Nova até ao fim da Praia de Santos, pág. 602; - propôs que se remeta um ofício ao Administrador da Alfândega Municipal pedindo providências para acabar com a circulação de vitelas vivas sem passarem pelo Matadouro Público, pág. 603; - apresentou cópia de um Auto de Vistoria a que se procedeu no Matadouro Público, pág. 629; - propôs que se mandassem fazer as demarcações necessárias à colocação de candeeiros para a iluminação da nova rua Vinte e Quatro de Julho, pág. 634; - proposta para a construção de um cais apropriado para vazadouro das lamas e lixo da cidade, pág. 634; - propôs a regulação do serviço da carreira de passageiros do vapor “Alcântara”, entre o Cais da Ribeira Nova e de Belém, em virtude de o barco transportar um número de passageiros superior à sua capacidade, pág. 643; - a requerimento do Vereador Tedeschi foi aprovada a construção da grade para a praça Luís de Camões, pág. 659; - propôs que se coloquem os horários nos portões dos Passeios da Estrela e de S. Pedro de Alcântara, pág. 699; - sugeriu que os Administradores dos Cemitérios públicos não permitam que os cadáveres sejam sepultados sem estarem devidamente identificados, pág. 732, 733; - apresentou a sua informação sobre o requerimento de José Maria Dinis Sampaio que pretende fornecer carne para o abastecimento de carne verde à cidade, pág. 763; - propôs que o Pelouro dos Arvoredos seja encarregue de proceder à plantação de oliveiras no terreiro que circunda o novo Matadouro na Cruz do Tabuado, pág. 820.

José Severo Ribeiro de Carvalho – Na qualidade de Procurador da Real Casa de Santo António da Sé propôs que se oficie ao Conselho de Distrito, solicitando a aprovação do orçamento necessário para o início das obras na Capela de Santo António da Sé de Lisboa, pág. 427; - solicitou que se insira na publicação “Arquivo Municipal de Lisboa” a sua proposta para que haja Capelães nos Cemitérios públicos, pág. 427; - propôs a criação de obrigações dos Capelães e Vigários dos cemitérios, assim como o respectivo ordenado anual, pág. 428; - propôs que se oficie

à Irmandade do Senhor Jesus da Boa-Noite, para efectuar obras na Ermida, tendo em conta o risco da queda do prédio vizinho, pág. 442; - apresentou uma proposta para a Câmara adquirir o terreno inulto dos montes do Castelo, Nossa Senhora do Monte, Graça e Penha de França a oriente da cidade com o objectivo de ali se plantar arvoredo, pág. 450; - informou que os moradores da rua Nova de São Mamede estão com falta de luz devido às obras que decorrem na Capela de São Crispim, pág. 466; - apresentou um orçamento feito pela Administração da Casa de Santo António, para se comprar um órgão para a Igreja, pág. 468; - propôs que se faça um ofício ao Governador Civil do Distrito para que tome as providências necessárias de modo a ser evitado no futuro qualquer sinistro na calçada do Salitre, pág. 482; - desejando promover o maior número de comodidades para os moradores da cidade, propôs que a Câmara faça uma postura obrigando os proprietários a colocar os sifões



Desenho do portão e gradeamento que a Condessa de Penafiel pretende edificar no local do muro do pátio da frente do seu palácio na rua de S. Mamede à Madalena. AML-AC, Alçado nº 853.

nos respectivos prédios evitando assim, focos de infecção que provocam graves prejuízos à saúde pública, pág. 484; - propôs o envio de ofícios aos Administradores dos Bairros da Cidade de Lisboa pedindo-lhes que ordenem aos seus Oficiais de Diligências para autuarem todos os transgressores e que seja informado igualmente o Comandante da Guarda Municipal pedindo-lhe que dê as mesmas ordens para todas as estações de polícia e patrulhas, de forma a cumprirem as posturas com maior rigor, pág. 490; - foi lida a informação do Vereador João Luís de Carvalho sobre a proposta do Vereador

Severo de Carvalho acerca da má iluminação pública, pág. 499; - informação do Vereador Assunção acerca da proposta do vereador Severo de Carvalho pedindo providências sobre o movimento dos trens que transitam na cidade, pág. 505; - propôs que se inclua no orçamento a quantia que foi retirada do ordenado dos contínuos, pág. 507; - sugeriu que se construa uma nova barraca do guarda em Vale Escuro, em virtude da existente se encontrar em ruínas, pág. 507; - propôs que se consulte a Escola Politécnica relativamente ao tipo de pedra a utilizar nas calçadas macadamizadas, pág. 539; - proposta relativa às licenças para colher folhas de amoreira em diversas árvores da cidade, pág. 540; - apresentou três propostas: a expropriação de algumas barracas existentes em frente do quartel da praça de Armas em Alcântara, a rega com maior regularidade das ruas macadamizadas e a limpeza das ruas num horário mais tardio em virtude de algumas reclamações, pág. 570; - propôs que se peça autorização para que o lucro que se obtiver da exploração do barro nas terras adjacentes ao Cemitério dos Prazeres seja aplicado nas reparações dos muros e melhoramentos do mesmo, pág. 586; - apresentou uma proposta relacionada com o trânsito da cidade de Lisboa, pág. 586; - propôs que a Câmara trate com urgência da expropriação da barraca que serve de depósito à olaria do Largo do Intendente, pág. 594; - apresentou uma proposta relacionada com a viação pública da cidade, pág. 603; - participou que terá lugar no Cemitério dos Prazeres a benção do terreno adjacente ao mesmo e o lançamento da primeira pedra da sua ermida e por último a festa de Nossa Senhora, pág. 650; - sugeriu que se mande esculpir nos pedestais de entrada do terreiro do trigo as horas de entrada e saída do referido recinto, pág. 724; - propôs que o contrato para compra das peles extraídas dos animais seja feito por arrematação, pág. 733; - sugeriu que se envie ofício ao Governo, relativamente à reforma da Alfândega Municipal, para que a Câmara seja consultada, pág. 739.

Luís de Almeida Albuquerque – Foi-lhe entregue o orçamento e desenho para a construção de duas casinhas no jardim do Campo de Santana, pág. 443; - propôs que seja empedrado pelo sistema de macadame um trecho de calçada na rua da Santíssima Trindade, pág. 523; - propôs que se concedesse um benefício no passeio Publico do Rossio ao Asilo dos Órfãos

das vítimas da Febre Amarela estabelecido na Ajuda, pág. 652; - lamentou que se gastasse em quase todas as sessões uma boa parte do tempo na leitura e despacho de requerimentos por transgressão de posturas, pedindo por isso providências, pág. 658.

Luís Caetano da Guerra Santos – Propôs que se mande fardar o guarda dos Arcos das Aguas Livres e o guarda do Aqueduto Geral das Amoreiras, sendo a farda igual à dos guardas dos passeios e avenidas da Capital, pág. 459; - propôs a colocação de um candeeiro no chafariz do Largo do Intendente, pág. 468; - propôs igualmente que se mande calçetar e canalizar a rua das Barracas a Santa Bárbara por se encontrar em péssimas condições de higiene causando graves incómodos aos moradores do local, pág. 468; - proposta para a colocação de um candeeiro na travessa do Carvalho, pág. 499; - intimação a Lucas da Silva Castelo para mandar caíar e reparar os muros da sua quinta na rua Direita dos Anjos, pág. 507; - informou que a estrada que vai do portão da quinta Velha no fim da travessa do Pintor até à estrada das terras de Arroios está intransitável e propôs o empedramento urgente do local, pág. 674; - propôs que se coloquem urinóis na rua nova da Palma, pág. 734.

Manuel Fernandes Chaves – Propôs a colocação de alguns colonelos no cimo da rua dos Remédios a fim de evitar possíveis sinistros devido à inclinação que a rua tem em frente à Igreja da Lapa, pág. 578; - propôs em conjunto com o Vereador Tedeschi que se mande fazer a canalização da travessa do Jardim da Estrela, pág. 578; - apresentou a sua informação sobre a proposta do Vereador Severo de Carvalho para que a limpeza das ruas comece a fazer-se mais tarde, pág. 586; - propôs a expropriação e demolição dos casebres fronteiriços à Academia Real das Ciências, pág. 666; - informou que contratou o fornecimento de 6000 panos de palha para sustento do gado da Abegoaria, com Manuel Soares Guedes pelo preço de 540 réis cada pano, pág. 674.

Publicações - Secção do contencioso administrativo do Conselho de Estado – recurso n.º 878, em que a Câmara é recorrente e

recorrido o Conselho de Distrito, acerca de uma postura sobre a construção de passeios pelos proprietários dos prédios, pág. 531; - receberam-se vários exemplares das “Cartas ao redactor da política liberal relativas às observações publicadas pelo Doutor J. C. Loureiro, acerca do projecto de lei n.º 21”, pág. 761, 762; - Decreto relativo às eleições para os cargos paroquiais, em resposta ao ofício do Governador Civil de Viana, pág. 821.

Relatórios - Relatório apresentado pelo Vereador Assunção relativamente ao rendimento dos carros e carroças entrados nas barreiras que diminuiu, pág. 546.

Repartição Técnica – Aprovou-se a despesa suplementar relativa ao arranjo da praça Luís de Camões, conforme o parecer da Repartição Técnica, pág. 483; - o Presidente propôs a supressão dos lugares de géometra e de servente da Repartição Técnica, pág. 490; - a Repartição Técnica foi advertida pelo Vereador Tedeschi, no sentido de apresentar o risco e orçamento de uma cortina com grade de ferro a construir na praça de Armas de Alcântara na esquina da rua do Assento, pág. 492; - o Vereador Tedeschi propôs à Repartição Técnica que se mande substituir um pequeno parapeito que está em ruína no largo das Chagas em frente da travessa do Cabral, substituindo-o por uma grade de ferro, pág. 492; - ofício de Pedro José Pézerat sobre o requerimento de Abílio José Gonçalves e Joaquim Martins Pena, relativo a expropriações para regularizar a entrada no Castelo de S. Jorge, referindo que não tem fundamento a opposição dos requerentes, pág. 530; - informação sobre o requerimento de António Nunes que pede a cedência de uma porção de terreno junto ao seu prédio na rua do Príncipe Real, pág. 530; - foi aprovada a planta geral da praça do Príncipe Real, pág. 658; - envio de plantas e orçamentos para finalizar o aterro e a muralha do cais da Praia de Santos, pedindo em nome da Escola Politécnica que fosse cedida uma das sarjetas de ferro existentes na Repartição da Limpeza, pág. 698; - ofício dos engenheiros Joaquim Júlio Pereira de Carvalho e Pézerat dando parecer referente às escadarias laterais do largo Luís de Camões, pág. 724, 725.

Terrenos - Minuta do contrato a celebrar entre a Câmara e António Nunes para venda de um terreno na rua do Jasmim, com frente para a praça do Príncipe Real, apresentada pelo vereador Matos Pinto, pág. 498; - requerimento de Cláudio da Ponte Tavares solicitando que seja aforado ou vendido um terreno sito na nova rua 24 de Julho, pág. 698; - o Presidente referiu ter assinado a escritura de compra de um terreno que forma um cotovelo interceptando a estrada que vai de Arroios ao Arco do Cego e à travessa da Cruz do Tabuado, que pertencia ao menor, filho do Conde das Antas, pág. 706; - o Vereador Morais Mantas informou que procedeu à demarcação de um terreno no Aterro à Boavista para depósito de tubos, pertencente à Companhia das Águas, pág. 748.

Vistorias - O Presidente apresentou o auto de vistoria feita no Matadouro, com o fim de se avaliarem algumas obras, pág. 530; - decidiu-se efectuar uma vistoria, devido à necessidade do rebaixamento de uma clarabóia situada na rua do Sacramento, pág. 547; - deliberou-se que se proceda à vistoria em barracas situadas na calçada da Glória que serão expropriadas por utilidade pública, pág. 554; - em virtude de um requerimento de António Joaquim Pereira de Carvalho que pretende construir uma ponte no Boqueirão do Corpo Santo, foi enviado à Repartição Técnica o projecto e desenhos correspondentes, pág. 563; - o Presidente mandou realizar uma vistoria no terreno fronteiro ao Palácio do Conde de Penafiel na rua Nova de São Mamede a fim de se verificar a quem pertence, pág. 578; - o Presidente leu o Auto de Vistoria a que se procedeu na rua Nova de São Mamede no terreno fronteiro à casa do Conde de Penafiel, pág. 586; - foi lido outro Auto de Vistoria na rua do Recolhimento no Castelo de São Jorge na barraca n.º 55 da qual é proprietário Joaquim José da Silva Mendes Leal, pág. 586; - o Vereador Tedeschi leu um Auto de Vistoria no Matadouro à Cruz do Tabuado onde se resolveu fazer uma série de melhoramentos, pág. 603; - aprovou-se o Auto de Vistoria e alinhamento de um terreno situado no cimo da rua Formosa com frente para a praça do Príncipe Real, pertencente a António Avelino Baptista, pág. 633; - decidiu-se uma vistoria às obras da tubagem da Companhia das Águas na rua do Sacramento, pág. 698; - decidiu-se uma vistoria geral às obras do novo Matadouro, pág. 785; - foi lido o auto de vistoria feito ao novo Matadouro

na Cruz do Tabuado para a verificação das obras que faltam, pág. 810.

